

PERSPECTIVAS EM MEDIAÇÃO NO ÂMBITO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**João A. dos Santos Neto
Oswaldo F. Almeida Júnior
Sueli Bortolin**

Organizadores

Abecin
EDITORA

**PERSPECTIVAS EM MEDIAÇÃO
NO ÂMBITO DA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**

João Arlindo dos Santos Neto
Oswaldo Francisco de Almeida Júnior
Sueli Bortolin
(Organizadores)

**PERSPECTIVAS EM MEDIAÇÃO
NO ÂMBITO DA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**

São Paulo
ABECIN Editora
2020

©2020 by João Arlindo dos Santos Neto, Oswaldo Francisco de Almeida Júnior e Sueli Bortolin (organizadores)
Direitos desta edição reservados à ABECIN Editora

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA CREATIVE COMMONS



Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0

É permitido copiar, distribuir, exibir, executar a obra e criar obras derivadas desde que sem fins comerciais e que seja dado o crédito apropriado aos autores e compartilhada sob a mesma licença do original.

Ficha catalográfica: elaborada pelo bibliotecário

João Arlindo dos Santos Neto – CRB-9 17880/PR.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

p548 Perspectivas em mediação no âmbito da Ciência da Informação / João Arlindo dos Santos Neto, Oswaldo Francisco de Almeida Júnior e Sueli Bortolin (org.). – São Paulo: Abecin Editora, 2020.
589 p.

e-ISBN: 978-65-86228-03-8.

Inclui bibliografia.

Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora>.

1. Mediação da informação 2. Perspectivas em pesquisa I. Santos Neto, João Arlindo dos, org. II. Almeida Júnior, Oswaldo Francisco de, org. III. Bortolin, Sueli, org.

CDU: 027.8

CDD: 027.8

COMISSÃO EDITORIAL

Editor-chefe: Zaira Regina Zafalon

Aldinar Martins Bottentuit	Ivana A. Borges Lins
Alessandra dos S. Araújo	Márcia Ivo Braz
Andréa Pereira dos Santos	Márcio Bezerra da Silva
Célia Regina S. Barbalho	Marta Lúgia P. Valentim
Danielly Oliveira Inomata	Martha Suzana C. Nunes
Franiele Marques Redigolo	Meri Nadia Marques Gerlin
Helen Beatriz Frota Rozados	Naira Christofolletti Silveira
Henriette Ferreira Gomes	Samile Andréa de S. Vanz
Ieda Pelógia M. Damian	Valéria Martin Valls

Diagramação: ABECIN

Revisão: Sueli Bortolin

Normalização: João Arlindo dos Santos Neto e Juliana Cardoso dos Santos

Editoração: Zaira Regina Zafalon

Capa: Marta Lúgia Pomim Valentim

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

Sueli Bortolin e Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

CAPÍTULO 1 - A mediação da informação e da cultura: uma discussão contextual 16

Beatriz Andreotti Santos, Maria Aparecida J. Arruda e Tamara de Souza Brandão Guaraldo

CAPÍTULO 2 - A função social da mediação da informação no cárcere..... 42

Fernando Cruz Lopes e Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

CAPÍTULO 3 - Apropriação da cultura e da informação musical no espetáculo Cineconcerto 69

Cecília Nascimento da Silva, Ana Claudia Medeiros de Sousa e Raquel do Rosário Santos

CAPÍTULO 4 - O conceito de mediador e mediação para uma rede de bibliotecas escolares: análise da obra leamos juntos 92

Gisele Ap. Ribeiro Sanches e Claudio Marcondes de Castro Filho

CAPÍTULO 5 - Mediação com livros de imagem e a dimensão estética da competência em informação: contribuições para a educação ambiental..... 115

Ana Paula Pereira, Ana Maria Mendes Miranda e Adriana Rosecler Alcará

CAPÍTULO 6 - A PNLE frente ao documento ‘Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas’: análise e considerações 141

Everton da Silva Camillo, Claudio Marcondes de Castro Filho e Bruna Daniele de Oliveira Silva

CAPÍTULO 7 - Reflexões sobre mediação transmidiática 168

Rosemari Pereira dos Santos Alves e Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

CAPÍTULO 8 - Inter-relações entre a mediação e o compartilhamento da informação e a Teoria da Troca Social nas empresas desenvolvedoras de software 194

Leonardo Pereira Pinheiro de Souza, João Arlindo dos Santos Neto e Cássia Regina Bassan de Moraes

CAPÍTULO 9 - Mediação da informação no contexto da memória organizacional 224

Juliana Cardoso dos Santos e João Arlindo dos Santos Neto

CAPÍTULO 10 - Estudos de usuários nos paradigmas da Ciência da Informação 248

Wilson Roberto Veronez Júnior, Tamara de Souza Brandão Guaraldo, Fábio Murakami e Edberto Ferneda

CAPÍTULO 11 - Discurso e alteridade nas universidades privadas de Angola: um caso de um instituto superior politécnico..... 279

Niembo Maria Daniel, Tamara de Souza Brandão Guaraldo e Marta Lígia Pomim Valentim

CAPÍTULO 12 - O tratamento temático da informação como mediação: breves incursões teóricas 304

Lais Pereira de Oliveira e Daniel Martínez-Ávila

CAPÍTULO 13 - A folksonomia como recurso de design e curadoria na mediação da informação em ambientes digitais.. 330

Gabriela de Oliveira Souza e Maria José Vicentini Jorente

CAPÍTULO 14 - A representação da informação na web: um olhar subjetivo para a pessoa com deficiência 351

Daniela Francescutti Martins Hott e Laís Pereira de Oliveira

CAPÍTULO 15 - A temática mediação nos cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu na área da Ciência da Informação no Brasil 374

João Arlindo dos Santos Neto e Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

CAPÍTULO 16 - Mediação e serviço de referência: uma revisão integrativa em teses e dissertações dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação 412

Jorge Santa Anna, Célia da Consolação Dias e Benildes Coura Moreira Santos Maculan

CAPÍTULO 17 - Mediação da informação musical e a necessidade da percepção sensorial: um estudo sobre a produção científica na Ciência da Informação..... 448

Ana Claudia Medeiros de Sousa, Raquel do Rosário Santos e Cecília Nascimento da Silva

CAPÍTULO 18 - Mediação oral da literatura para bebês..... 477

Aline Cristina Chanan Costa e Sueli Bortolin

CAPÍTULO 19 - Mediação oral da informação e da literatura em ambiente digital 496

Sueli Bortolin e João Arlindo dos Santos Neto

CAPÍTULO 20 - Mediação oral da informação em *podcasts* da Ciência da Informação e Biblioteconomia 522

João Arlindo dos Santos Neto, Patricia Zanin Heitzmann e Sueli Bortolin

CAPÍTULO 21 - Componentes e injunções do circuito do livro e os lugares da mediação 551

Pedro Ivo Silveira Andretta e Edmir Perrotti

CAPÍTULO 22 - O papel do agente literário no mercado editorial 562

Ana Clara Leite Pedersoli e Marta Lígia Pomim Valentim

CAPÍTULO 23 - Poetry Slam na Flim, poesia falada e sinalizada: relato de experiência 575

Carolina Paola Furlanetto Correia

AVALIADORES AD HOC 588

APRESENTAÇÃO

Eu medeio, tu medeias, ele medeia, nós mediamos, vós mediais e eles medeiam. Conjugar o verbo mediar não é tão simples como parece, pois ele é irregular, no entanto, o ato de mediar está presente em nossas vidas muito mais do que podemos pensar. São incontáveis as mediações realizadas em nosso cotidiano, tanto de maneira espontânea como planejada. Nossa vida é repleta de momentos de decisões, algumas que implicam em grandes mudanças, em alterações no nosso futuro, e outras que apenas incidem sobre um instante, uma situação muito específica. Mas, essas decisões são tomadas com base em conhecimentos, informações, vivências nossas e dos outros, especialmente as dos outros.

Quanto a pesquisa científica em terras brasileiras na temática mediação da informação é possível datar. Santos Neto (2019)¹ em sua tese de doutorado intitulada *O Estado da arte da mediação da informação: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos* conclui que, formalmente, a mediação, voltada para a área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação aparece em um título de artigo de uma revista especializada em meados da

¹ SANTOS NETO, J. A. **O Estado da arte da mediação da informação**: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos. Orientador: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior. 2019. 460f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181525>. Acesso em: 10 ago. 2020.

década dos anos 1990. Em alguns momentos anteriores, a ideia de mediação e ações mediadoras por parte dos profissionais que atuam em equipamentos informacionais, foi comentada em alguns textos da área, mas sem aprofundamento e sem conceituação. Era um segmento da área que demandava estudos maiores e que, quando estes se fizeram presentes e se avolumaram, ficou evidente a importância da mediação da informação nos fazeres e nas pesquisas da área. Um dado importante: a mediação da informação extrapolou os espaços relacionados com o atendimento do público, como inicialmente foi ela entendida como sendo sua abrangência. Ao contrário, hoje a compreendemos abarcando todos os fazeres, todas as ações desenvolvidas nos e pelos equipamentos informacionais.

Nesse livro há textos que abordam aspectos da mediação, resultantes de projetos e pesquisas realizadas no Brasil por profissionais da informação em diferentes espaços físicos e digitais. Seus capítulos abarcam mediações - explícitas e implícitas. Entre as explícitas estão a mediação da informação, mediação da leitura, mediação da literatura, mediação da cultura, mediação da informação musical, mediação da memória e a mediação *transmidiática*. Dentre as mediações implícitas discutidas nos capítulos estão a organização e representação da informação.

A concepção de mediação explícita e implícita torna clara a abrangência da mediação da informação no fazer dos equipamentos informacionais, como afirmado acima. A mediação explícita da informação está relacionada aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do serviço fim desses

equipamentos, em específico, do Serviço de Referência e Informação. A mediação implícita, por sua vez, está afeita aos serviços meios, incluindo todos os fazeres que não têm, ou têm pouco, contato com os usuários, como a seleção e aquisição de materiais, tanto para o acervo físico como para o virtual; a classificação, catalogação, indexação etc.

É necessário explicar que a decisão em compor esta publicação surge da impossibilidade, devido a pandemia COVID-19, em realizar o III Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação (EPIM). Como os trabalhos já estavam avaliados aguardando a realização do referido evento, e o fato de adiar a sua proferição pública apenas em 2021 poderia causar algum prejuízo aos autores; como alternativa organizou-se esse livro que é composto de 20 capítulos equivalentes aos trabalhos completos e 03 referentes aos resumos expandidos.

No **capítulo 1**, *A mediação da informação e da cultura: uma discussão contextual* de autoria de Beatriz Andreotti Santos, Maria Aparecida J. Arruda e Tamara de Souza Brandão Guaraldo. As autoras discutem a mediação em um diálogo com a comunicação partindo de uma das principais barreiras ao acesso e apropriação da informação: o analfabetismo.

O **capítulo 2** contém reflexões a respeito de *A função social da mediação da informação no cárcere*. Elas são propostas por Fernando Cruz Lopes e Oswaldo Francisco de Almeida Júnior objetivando relacionar a mediação da

informação como prática de liberdade e ressocialização com pessoas aprisionadas no cárcere.

Com o título *Apropriação da cultura e da informação musical no espetáculo Cineconcerto*, Cecília Nascimento da Silva, Ana Claudia Medeiros de Sousa e Raquel do Rosário Santos, no **capítulo 3**, analisam a percepção do público sobre a Orquestra Sinfônica da Bahia, especificamente o Cineconcerto, como seus espetáculos têm contribuído para que o público goste da música clássica e como possibilitam a aproximação do público com a Orquestra.

No **capítulo 4**, intitulado *O conceito de mediador e mediação para uma rede de bibliotecas escolares: análise da obra Leamos juntos*, Gisele Aparecida Ribeiro Sanches e Claudio Marcondes de Castro Filho iniciam uma análise dos conceitos de mediação e mediador que constam no documento *Leamos Juntos*, produzido pela equipe chilena do Centro de Recurso para o Aprendizado – Biblioteca CRA.

O **capítulo 5**, *Mediação com livros de imagem e a dimensão estética da competência em informação: contribuições para a educação ambiental*, apresenta pesquisa realizada por Ana Paula Pereira, Ana Maria Mendes Miranda e Adriana Rosecler Alcará visando refletir sobre a educação ambiental por intermédio da mediação da leitura com livros de imagem.

Com o título *A PNLE frente ao documento “Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas”*: análise e considerações, o **capítulo 6** objetivou compreender a aderência do PNLE com o documento

“Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030”. Os autores desse capítulo são: Everton da Silva Camillo, Claudio Marcondes de Castro Filho e Bruna Daniele de Oliveira Silva.

O **capítulo 7**, *Reflexões sobre mediação transmidiática*, foi elaborado por Rosemari Pereira dos Santos Alves e Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, com o objetivo de levantar subsídios para a construção de um conceito de mediação transmidiática. Os autores refletiram nesse capítulo a respeito do conceito de mediação da informação e de transmídia.

No **capítulo 8**, denominado *Inter-relações entre a mediação e o compartilhamento da informação e a Teoria da Troca Social nas empresas desenvolvedoras de software*, os autores Leonardo Pereira Pinheiro de Souza, João Arlindo dos Santos Neto e Cássia Regina Bassan de Moraes discutem a mediação da informação e sua inter-relação com a Teoria da Troca Social (TTS) no cenário das empresas desenvolvedoras de softwares.

Juliana Cardoso dos Santos e João Arlindo Santos Neto, no **capítulo 9**, cujo título é *Mediação da informação no contexto da memória organizacional (MO)*, refletiram a respeito do papel do mediador na constituição e socialização da MO.

O **capítulo 10**, intitula-se *Estudos de usuários nos paradigmas da Ciência da Informação*, tendo como autores: Wilson Roberto Veronez Júnior, Tamara de Souza Brandão Guaraldo, Fábio Murakami e Edberto Ferneda. Além de discorrer sobre a trajetória da literatura dos estudos de

usuários e as abordagens tradicional, alternativa e sociocultural, discutem a respeito do papel da mediação da informação no contexto da CI.

No **capítulo 11**, *Discurso e alteridade nas universidades privadas de Angola: um caso de um instituto superior politécnico*, Niembo Maria Daniel, Tamara de Souza Brandão Guaraldo e Marta Lígia Pomim Valentim buscam compreender o discurso sobre a alteridade existentes nos documentos das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas de Angola.

Na sequência o **capítulo 12**, com o título *O tratamento temático da informação como mediação: breves incursões teóricas*, aborda a organização da informação (OI). A presente pesquisa busca analisar o tratamento temático da informação e a mediação, a partir da teorização sobre ambos os conceitos. Os autores desse capítulo são Lais Pereira de Oliveira e Daniel Martínez-Ávila.

O **capítulo 13**, com o título *A folksonomia como recurso de design e curadoria na mediação da informação em ambientes digitais* de autoria de Gabriela de Oliveira Souza e Maria José Vicentini Jorente aponta a folksonomia como uma possível ferramenta a ser utilizada na Mediação da Informação.

Daniela Francescutti Martins Hott e Laís Pereira de Oliveira no **capítulo 14**, cujo título é *A representação da informação na web: um olhar subjetivo para a pessoa com deficiência*, analisam a comunicação da comunidade surda por meio de Libras [língua sinalizada] e focam a representação da informação e sua ressignificação no universo dessas pessoas.

O **capítulo 15**, é intitulado *A temática mediação nos cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu na área da Ciência da Informação no Brasil*. Nele encontra-se um texto escrito por João Arlindo dos Santos Neto e Oswaldo Francisco de Almeida Júnior com o objetivo de mapear as instituições de ensino e pesquisa que lidam com a temática mediação da informação em suas disciplinas.

Mediação e serviço de referência: uma revisão integrativa em teses e dissertações dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação é o título do **capítulo 16**, cujos autores são: Jorge Santa Anna, Célia da Consolação Dias e Benildes Coura Moreira Santos Maculan. “Nele, os autores defendem relação do serviço de referência com o processo de mediação.”

Ana Claudia Medeiros de Sousa, Raquel do Rosário Santos e Cecília Nascimento da Silva no **capítulo 17**, com o título *Mediação da informação musical e a necessidade da percepção sensorial: um estudo sobre a produção científica na Ciência da Informação*, analisam as produções científicas da Ciência da Informação evidenciando como os ambientes informacionais, especificamente arquivos, bibliotecas e museus, vêm desenvolvendo ações de mediação da informação musical.

No **capítulo 18** *Mediação oral da literatura para bebês, além de provocar discussões na mediação da leitura de literatura para leitores mirins*, as autoras Aline Cristina Chanan Costa e Sueli Bortolin defendem projetos em prol desse público que depende de iniciativas dos adultos.

O **capítulo 19** tem o título *Mediação oral da informação e da literatura em ambiente digital* e foi elaborado por Sueli Bortolin e João Arlindo dos Santos Neto. Neste texto fica evidente a interferência da oralisfera e a participação das pessoas (mediadores e mediados) na construção desse envoltório oral em mediações no ambiente digital.

No **capítulo 20**, *Mediação oral da informação em podcasts da Ciência da Informação e Biblioteconomia*, João Arlindo dos Santos Neto, Patricia Zanin Heitzmann e Sueli Bortolin investigaram a mediação da informação por meio da voz, especificamente no primeiro podcast brasileiro Cimplifica (com “C”).

Quanto aos resumos expandidos, eles compuseram três capítulos. No **capítulo 21**, intitulado *Componentes e injunções do circuito do livro e os lugares da mediação*, Pedro Ivo Silveira Andretta e Edmir Perrotti têm como objetivo apresentar os componentes do processo de produção do livro, do autor até os seus distribuidores; com ênfase nos mediadores.

O **capítulo 22**, escrito por Ana Clara Leite Pedersoli e Marta Lígia Pomim Valentim tem o título *O papel do agente literário no mercado editorial*. Destaca que em geral, fala-se que mercado editorial é composto por editoras, distribuidoras e livrarias. Vai além de questionar: quem é ou quem pode ser o agente literário, pois apresenta outros componentes que estão envolvidos no processo de publicação de um livro.

No **capítulo 23** é apresentado o trabalho de Carolina Paola Furlanetto Correia com o título *Poetry Slam na Flim*,

poesia falada e sinalizada: relato de experiência de autoria da bibliotecária. O objetivo deste trabalho foi abordar o projeto “Batalha de poesia” na Feira Literária de Maringá - Paraná, com destaque na edição de 2019, em virtude da peculiaridade da diversidade de *slammers* ouvintes e surdos.

Observando os títulos dos capítulos, é evidente a pluralidade, a diversidade dos segmentos, dos enfoques e a abrangência da mediação da informação dentro dos espaços da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Conhecemos discussões, estudos e pesquisas sobre a mediação da informação no âmbito da Arquivologia e da Museologia o que reforça o entendimento de que é ela, mediação da informação, base fundamental dessas áreas.

As leituras dos capítulos por parte dos interessados é, como sabemos, seletiva, acompanhando os interesses e necessidades imediatas de pesquisa ou de estudos correntes, mas acreditamos que este livro em muito contribuirá com os estudos, debates e discussões sobre o vasto e amplo espaço da mediação no âmbito da Ciência da Informação.

Sueli Bortolin

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

CAPÍTULO 1

A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DA CULTURA: UMA DISCUSSÃO CONTEXTUAL

Beatriz Andreotti Santos

Maria Aparecida J. Arruda

Tamara de Souza Brandão Guaraldo

1 INTRODUÇÃO

A mediação da informação e da cultura são temas que vêm ganhando destaque nas áreas de Ciência da Informação e da Comunicação, mas também em outras áreas do conhecimento, tais como a Educação e a Sociologia, sendo esta última, uma das áreas em que mais se discute a mediação cultural.

Acredita-se que essa discussão temática tem se propagado na atualidade devido a maiores possibilidades mediacionais que se abrem com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cenário da chamada Sociedade da informação. Os espaços tradicionais de mediação da informação, da cultura e educação têm sofrido os impactos da Sociedade da Informação e vêm sendo transformados com a inserção das TIC. Nestes ambientes se destacam mudanças paradigmáticas nos processos educacionais e também na própria organização dos espaços das bibliotecas, museus e arquivos, considerados ambientes preeminentes da informação, cultura e educação.

A fusão efetiva de tecnologias, informática e os meios de comunicação têm possibilitado a disseminação de informação e a mediação cultural entre as pessoas. Porém, sob um ponto de vista mediacional, há que se perguntar: *quem usufrui desses recursos de forma plena?*

No Brasil, há sérias restrições estabelecidas quanto ao acesso e uso da informação. É possível identificar que a ausência de políticas públicas que incorporam a população como um todo à cultura letrada é uma dessas restrições. Somente nas últimas décadas do século XX o ensino fundamental se tornou obrigatório, e apenas naquele século ocorreu a elaboração de um documento diretriz para a política pública de leitura com o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) de 2006, posteriormente atualizada em 2010 (BRASIL, 2010).

Neste cenário, como pensar a mediação, segundo o entendimento de Gomes (2014), como uma ação de relação de diálogo, de significação e compartilhamento? É o que se pretende discutir neste artigo, no qual se adota a perspectiva de se pensar a mediação relacionada à noção de contexto e de que é por meio do diálogo que se desenvolve o processo de interação e o progresso da aprendizagem entre os sujeitos, o objeto da aprendizagem e o contexto e, desta forma, a mediação é colocada como principal elemento para a emancipação dos sujeitos sociais.

2 METODOLOGIA

Este artigo se apresenta como um ensaio, de cunho bibliográfico, abordagem qualitativa e exploratória fundamentada no método de pesquisa documental e bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2010), o qual possibilitou a fundamentação teórica e conceitual dos termos da mediação da informação e da cultura (também recuperado como mediação cultural), vinculando-os à noção de contexto, notadamente partindo de uma perspectiva brasileira. Como fontes, foram utilizados tanto livros como bases de dados da área da Ciência da Informação como Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), além de bases de dados multidisciplinares, como a Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO).

Através das leituras e reflexões, objetivou-se discutir a ação da mediação a partir do diálogo e da comunicação e analisar o contexto partindo de uma das principais barreiras ao acesso e apropriação da informação: o analfabetismo. Apresenta considerações sobre a mediação da informação e da cultura com relação ao papel do profissional da informação e o protagonismo dos sujeitos informacionais envolvidos.

3 A MEDIAÇÃO COMO AÇÃO DE INTERFERÊNCIA

Pensar a mediação da informação, da comunicação e da cultura é pensar nos processos dialógicos da relação humana. A ação mediadora é entendida como ação que aproxima e permite o encontro das ideias, da cultura, do pensamento e do conhecimento construídos e apropriados

pelos sujeitos sociais, os quais são manifestados nas vozes circuladas nos ambientes de forma intra e intersubjetivas (ALMEIDA JÚNIOR, 2015). Essa ação mediadora é a de interferência; para o profissional da informação é o ato de ir ao encontro da necessidade informacional do usuário e disponibilizá-la de forma que possa satisfazê-lo ou que venha a suscitar questionamentos em uma troca, na qual agente mediador e usuário são protagonistas.

A mediação, segundo entendimento de Gomes (2014) é uma ação de relação de diálogos, de significação e compartilhamento. É no diálogo que se desenvolve o processo de interação e o progresso da aprendizagem entre os sujeitos, o objeto da aprendizagem e o contexto em que se encontram. Almeida Júnior (2015) comunga deste pensamento e complementa dizendo que o ato de interferência nesse sentido é uma interação, onde o mediador vai ao encontro com o outro e não “a sobreposição de um contra o outro” (*Op. cit.*), essa ação não caracteriza superioridade por isso, difere da palavra intervenção que remete ao entendimento de submissão a alguém. A ação de intervir dá o entendimento de rompimento, quebra, provocando separações entre as ações, por isso, não poderá ser entendida como mediação.

Almeida Júnior (2019a) comenta ainda que o senso comum de alguns profissionais compara a mediação da informação com a imagem de uma ponte, onde uma ponta liga a outra, portanto unindo-se. Porém,

A imagem da ponte parece-nos inapropriada, em especial porque apresenta a ideia de algo estático, que leva alguma coisa de um ponto a

outro ponto, sendo estes predeterminados e fixos, e que não interfere no trajeto, no modo de caminhar e no final do percurso (ALMEIDA JÚNIOR, 2019a).

Desta forma estática, portanto, não se considera a ação de mediar e nem de interferir. A ação mediadora ou de interferência é estimuladora de um processo de conscientização em relação às responsabilidades, compromissos e articulações do diálogo entre os sujeitos envolvidos na ação, e esta acontece mediante um processo realizado, normalmente quando um agente da informação vai ao encontro do outro (GOMES, 2019).

Para o processo da comunicação entre os mediadores e o público se faz necessário a informação, a mediação e o protagonismo social, potencializador do processo, porque entende-se que sem a mediação não há informação e comunicação.

A mediação da informação, segundo Almeida Júnior (2015, p. 25) é,

toda ação de interferência realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

Ao apropriar-se da informação, mesmo que seja parcial ou momentânea, o sujeito irá associá-la ao seu conhecimento anterior, o qual é resultado de seu desenvolvimento

sociocultural e histórico, essa apropriação informacional poderá causar dúvidas/conflitos que suscitará novas necessidades informacionais e assim sucessivamente (ALMEIDA JÚNIOR, 2019b).

Entende-se atualmente que nem sempre o mediador é um profissional da informação, como apontam Monteiro e Almeida Júnior (2018). Este pode ser um agente da própria comunidade, exercendo assim o papel de intelectual orgânico para a mesma. Neste processo, os autores acima citados propõem a ideia ampla de intelectual, segundo a qual, todas as pessoas são intelectuais, pois uma atividade, ainda que manual ou instrumental, exige uma ação criadora (GRAMSCI, 1979 *apud* MONTEIRO; ALMEIDA JÚNIOR, 2018).

No âmbito da Ciência da Informação, a mediação é abordada por meio de uma discussão interdisciplinar que atravessa conceitos como informação, comunicação e cultura. Aqui, compreende-se cultura a partir de sua natureza fundamentalmente comunicativa percebendo-a como processo de produção de sentidos que não representa exclusivamente a transferência de conteúdo, colocando os sujeitos como produtores de significados (ALMEIDA, 2008; GOMES, 2014).

Entende-se que essas “apropriações” da informação se transformam em novos conhecimentos e, portanto, segundo Almeida Júnior (2015) o conhecimento “é dinâmico e se transforma na medida em que nossa relação com ele, com os outros e com a sociedade também se transforma”. É preciso destacar que a informação está imersa em dialogias e não se apresenta desprovida de interesses, independente do suporte:

seja físico, digital, virtual, oral. Se acessada, teve um motivo, uma necessidade, um interesse. Tanto a informação, quanto a comunicação são ativas na construção do conhecimento (ALMEIDA JÚNIOR, 2015).

Gomes (2017) nos convida para uma reflexão sobre a relação da mediação da informação e sua relação com o desenvolvimento do protagonismo social. Ela sugere pensar no fazer informacional, sua importância e complexidade em um contexto no qual a informação delinea fenômenos sociais complexos, que interferem na própria constituição do sujeito, da cultura e das relações sociais.

O protagonismo social, segundo Gomes (2017, p. 27) “representa o caminho humanizador do mundo e, portanto, promissor da construção ética de relações sociais capazes de assegurar o espaço crítico, de dialogia, criatividade e alteridade.” A dialogia sempre estará presente na ação mediadora, pois as experiências humanas são dependentes da comunicação e da disseminação cultural, as quais constituem o *locus* da mediação, envolvendo um processo de compartilhamento objetivo e intersubjetivo por meio dos quais os sujeitos envolvidos nesse compartilhamento sempre geram significações (GOMES, 2014).

Nos espaços informacionais (bibliotecas, arquivos, museus, entre outros), o objetivo implícito da mediação é o desenvolvimento do protagonismo social, o qual seria um novo desafio aos profissionais da área da Ciência da Informação. O profissional da informação consciente de seu papel como mediador, age, constrói e interfere no meio, portanto, é também um protagonista social, e nessa condição se constitui

em sujeito da estética, da ética e da produção humanizadora do mundo (GOMES, 2014).

O profissional da informação como protagonista atua em duas dimensões como mediador explícito e implícito: a primeira, na atuação de atendimento aos usuários/público e na segunda, nos trabalhos internos de processamento técnico também conhecido como serviços meios. “A mediação é inerente ao fazer, está presente nessas ações, independente do querer profissional” (ALMEIDA JÚNIOR, 2015).

Nessas dimensões da mediação da informação abordadas por Gomes (2014), enfatiza-se que as práticas de comunicação são processos dialógicos que possibilitam o encontro e a manifestação das subjetividades entre os atores e, portanto, permitem a conscientização do processo de mediação, partindo da percepção de dificuldades e lacunas na interação dialógica. Neste sentido, a mediação se dá por meio de necessidades, carências, competências, experiências, saberes etc., e o exercício da crítica, neste processo, permite revelar e transformar tais elementos.

Entende-se que a mediação possibilita a reflexão sobre as práticas e os dispositivos que “[...] compõem os arranjos de sentidos e as formas comunicacionais e informacionais nas sociedades atuais, sem perder de vista os elos que, tanto os conteúdos, quanto os suportes e os acervos mantêm com a tradição cultural” (ALMEIDA, 2008, p. 11).

Para Bourdeaux (2003 *apud* ALMEIDA, 2008) a mediação é fruto de uma evolução de dois modelos de comunicação: o da transmissão de informação (noção de

emissor-receptor) que caracteriza “transporte de um pacote de conhecimento de uma pessoa para outra” (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 142); o segundo modelo é da interação, que compreende a relação entre sujeitos a partir de suas atuações sociais. Tal perspectiva garante a valorização dos públicos, usuários, dispositivos, redes e fomentos para democratização cultural da informação, vinculada à noção de mediação explícita que, na possibilidade de diálogo direto entre os sujeitos, torna-se ação potencializadora frente ao acesso, uso e apropriação da informação.

4 MEDIAÇÃO CULTURAL COMO INSTRUMENTO DE EMANCIPAÇÃO

No Brasil, Coelho (2001) consolida a noção de mediação cultural, compreendendo que em diferentes níveis a mediação pode ser identificada como ação cultural, animação cultural e fabricação cultural. Por ação cultural, entendemos as práticas inseridas no processo de mediação que visam proporcionar a apropriação crítica de bens culturais; as práticas relacionadas à animação cultural costumam ser formatadas como forma de recreação; a fabricação cultural “[...] é um processo com um início determinado, um fim previsto e etapas estipuladas que devem levar ao fim preestabelecido.” (COELHO, 2001, p. 12).

O termo mediação cultural é em si polissêmico. Lima e Perrotti (2016, p. 173) pontuam que mediação cultural é:

A atividade que visa proporcionar igualdade de oportunidades e condições para que as pessoas estejam inseridas como protagonistas no percurso cultural e, assim, em processos

dinâmicos de apropriação, possam se apropriar, ressignificar e reconstruir os bens culturais, bem como inventá-los, defini-los e renová-los.

A grandiosidade da mediação cultural encontra-se em sua pluralidade; além de funcionar como um elo entre sujeitos e bens culturais, tem a pretensão de garantir a autonomia dos atores envolvidos, visando o desenvolvimento do protagonismo social. A ideia é oferecer subsídios para o sujeito superar o papel de expectador, consumidor da incessante reprodução e, desta forma assumir o lugar principal em seu meio, suas relações e frente ao seu entendimento da sociedade.

Ao definir o termo “mediação cultural”, Coelho (1999) apresenta o processo de mediação segmentado por três categorias diferentes.

Mediação cultural: processos de diferente natureza cuja meta é promover a aproximação entre indivíduos ou coletividades e obras de cultura e arte. Essa aproximação é feita com o objetivo de facilitar a compreensão da obra, seu conhecimento sensível e intelectual [...]. Os diferentes níveis que essas atividades podem ser desenvolvidas caracterizam modos diversos da mediação cultural, como a ação cultural, a animação cultural e a fabricação cultural (COELHO, 1999, p. 248).

Assim, entende-se ação cultural como as práticas inseridas no processo de mediação que visam proporcionar igualmente o acesso aos bens culturais, fundamentadas na apropriação crítica e na transformação do indivíduo e da realidade (COELHO, 1999, 2001). São ações que possibilitam aos envolvidos, seja o público usuário ou público potencial, se tornarem sujeitos da cultura e não seus objetos.

Já com relação à animação cultural, Coelho (2001) diz que, na realidade, é um processo completamente centralizado no agente, sendo ele (agente) o mediador e sujeito da ação; as práticas relacionadas à animação cultural costumam, de fato, serem atividades recreativas, voltadas para a dinamização do espaço e lazer momentâneo.

Para o autor, a fabricação cultural distancia-se da ação cultural, pois, a primeira implica o planejamento prévio do processo, ou seja, antecipadamente estabelece-se um ponto de partida, todas as etapas seguintes e até mesmo premedita um objetivo para o processo (COELHO, 2001).

Entende-se que essa diferença na ação cultural versus fabricação cultural, está no pensar, planejar e desenvolver as ações. Se na primeira todos os sujeitos (organizadores e públicos) se envolvem e se interagem, na fabricação cultural, a ação é colocada pronta, à disposição. Às vezes é “copiada” de outras realidades e não condiz com a do local, não há reflexão, é inflexível onde o público são meros expectadores. No entendimento de Freire (1981, p. 53) a ação cultural é sinônimo de mediação cultural, como um processo de conscientização e ação sobre a realidade, afirmando que “somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de libertar-se desde, porém, que sua reflexão não se perca numa vaguidade descomprometida, mas se dê no exercício da ação transformadora da realidade condicionante.”

Para Almeida Júnior (2017, p. 51), papel do equipamento informacional, ao assumir a mediação cultural como um de seus fundamentos para atuação é “possibilitar ao

seu público o protagonismo, que ele faça relações com o mundo sem ser dirigido, sem que o seu pensar seja determinado por outros”, visando garantir que o sujeito esteja habilitado para encarar seu protagonismo social.

Com relação à mediação cultural, Martín-Barbero (1993 *apud* ALMEIDA, 2008, p. 10), entende que a comunicação cultural:

Deixa de assumir a figura do intermediário entre criadores e consumidores para assumir a tarefa do mediador que atua na abolição das barreiras e das exclusões sociais e simbólicas, no deslocamento do horizonte informativo das obras para as experiências e as práticas e na desterritorialidade das múltiplas possibilidades da produção cultural.

É preciso utilizar de tais iniciativas culturais para o enfrentamento dos paradigmas da cultura de massa. Em sua busca pela comercialização da cultura, a indústria cultural adapta e uniformiza toda produção, torna-se elemento massificador e, portanto, instiga a padronização, diluindo as diferenças e reproduzindo bens culturais de consumo.

Ao falar sobre ação cultural, Freire (1981) identifica a possibilidade de aplicá-la tanto para a libertação como para a dominação, destacando que a ação cultural para a dominação sabota a conscientização popular e inibe o pensamento crítico, perpetuando o poder da classe dominante; a ação cultural para a libertação, entretanto, é movida pela conscientização, problematização e diálogo, baseada no conhecimento, no pensamento crítico e na transformação da realidade.

5 O CONTEXTO E O PAPEL DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO MEDIADOR

A Ciência da Informação como uma ciência interdisciplinar, vem discutindo e estudando a noção de contexto ao abordar a relação usuário e informação na atual sociedade. O entendimento de contexto sugere que os sujeitos são partes inerentes deste, porque as estruturas de significados do contexto são construídas e alicerçadas no sujeito e seu meio. Rabello (2013) aponta que, o contexto pode ser um quadro referencial para os estudos de usuários, e ousamos acrescentar que pode ser uma noção também utilizada nos estudos mediacionais. Neste sentido:

O contexto (context) é considerado pelos pesquisadores do campo como um quadro referencial, encontrando equivalência nos termos cenário (setting), ambiente/meio (environment), mundo da informação (information world), mundo da vida (life-world), campo/área da informação (information ground). A expressão, por vezes, encontra equivalência ou contraposição ao termo situação. No caso em que ocorre a diferenciação, é relevante observar que enquanto o contexto refere-se a estruturas de sentido, situações dizem respeito a ambientes dinâmicos onde se desdobram o processo interpretativo. Tal processo decorre da busca dos usuários por recursos de informação ao passo em que constroem a situação de interação dentro de um contexto. (RABELLO, 2013, p. 170).

Para Jean Caune (2019)² a mediação é uma noção ternária e que comporta as seguintes dimensões: o público e seu imaginário, a linguagem e o discurso (que permite a comunicação), e o mundo do qual se fala (social, cultural, artístico, material). Assim as questões essenciais para se refletir sobre a mediação seriam: as pessoas, os pensamentos e a linguagem e o contexto.

Portanto, entender a mediação da informação e da cultura a partir do contexto, torna-se um complexo desafio: pois, pensar a diversidade cultural, social, econômica, existente no Brasil, considerando a quantidade de dados esparsos sobre o país em diferentes pesquisas e a ausência de um Sistema de Informações Culturais no país (COELHO, 2003).

Faz-se necessário identificar e entender algumas barreiras que impedem a consolidação do acesso à informação e possibilidades de mediação da informação; o analfabetismo, por exemplo, é uma das principais barreiras - possui relação direta com o nível educacional da população brasileira, suas reais possibilidades de comunicação e mediação da informação em sociedade. Aqui, apoia-se a premissa de que a alfabetização em larga escala é a formação prévia necessária ao hábito da leitura e à mediação da informação no cotidiano.

No Brasil o Instituto Paulo Montenegro realiza pesquisas do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF). Desde o ano de 2001, o Instituto mensura os níveis de alfabetismo

² Palestra de Jean Caune: “A experiência estética como mediação”, realizada na Unesp Bauru no dia 30 de outubro de 2019 das 14h30 às 16h. Anotações das autoras.

funcional da população brasileira adulta e tem como objetivo principal oferecer informações qualificadas sobre as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros. O indicador coleta os dados através de entrevistas e testes cognitivos aplicados a uma amostra da população entre 15 e 64 anos de idade e, com os tais dados, procura mapear a população ativa que integra a força de trabalho do país numa sociedade letrada (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018).

Para mensurar e verificar os níveis de alfabetismo os itens são compostos por leitura de textos do cotidiano, de caráter notadamente informativo (bilhetes, notícias, mapas, tabelas, anúncios). Em 2018, o relatório INAF definiu dois grandes níveis de alfabetismo, que classificou a população brasileira: Analfabetos funcionais e Funcionalmente alfabetizados (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018).

A primeira categoria consiste em analfabetismo como incapacidade de leitura e alfabetismo rudimentar como capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos, ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como realizar um pagamento em dinheiro, usar a fita métrica.

A segunda categoria, funcionalmente alfabetizados apresentam-se o alfabetismo básico como capacidade para ler e compreender textos médios, e realizar operações matemáticas de média complexidade, e o intermediário, no qual a pessoa localiza informações literais, resolve operações matemáticas complexas, interpreta e elabora síntese de textos e reconhece o efeito de sentido, realizando pequenas

inferências. E por fim o alfabetismo pleno, em que o indivíduo não tem restrições para compreender e interpretar textos longos, realizar comparações, inferências e sínteses. Resolvem e interpretam problemas matemáticos complexos, interpretam tabelas, mapas e gráficos.

Se agrupamos os analfabetos absolutos e os alfabetizados em nível rudimentar como analfabetos funcionais, e como alfabetizados funcionalmente os indivíduos classificados nos níveis básico, intermediário e pleno, observamos a tabela que segue:

Tabela 1: Evolução do indicador de alfabetismo no Brasil (2001-2018)

Nível	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2007	2009	2011	2015	2018
Analfabeto Funcional*	39%	39%	37%	37%	34%	27%	27%	27%	29%
Funcionalmente Alfabetizados*	61%	61%	63%	63%	66%	73%	73%	73%	71%

Fonte: Instituto Paulo Montenegro (2018, p. 8).

De modo geral, a população brasileira alfabetizada gira em torno de 71%, com 29% da população sendo considerada analfabeta funcional. Neste cenário se destaca a importância da escola para promover a melhora nesses índices, porque 92% dos brasileiros que nunca foram à escola ou não completaram a primeira série são analfabetos funcionais (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018).

Observa-se que no ano 2006 não foi realizada a mensuração porque o indicador passou por mudanças metodológicas, incorporando a TRI (Teoria de Resposta ao Item) (Ibid.).

Contudo, concluir as etapas de ensino nem sempre garante maior inserção na cultura letrada, pois dos entrevistados que chegaram ao Ensino Médio, somente 45% estão situados nos dois níveis mais altos das escalas de Alfabetismo (intermediário e pleno), o que demonstra que o fato de terem frequentado a escola não garante habilidades para se fazer uso da leitura e da escrita em diferentes contextos cotidianos. Outros fatores como raça/cor também aparecem nos dados referentes à leitura, sendo que 4% dos autodeclarados brancos são analfabetos, enquanto os pardos e pretos são a maioria somando 7% e 11% (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018).

Ao retornar às questões levantadas na introdução do trabalho, nota-se que, quem usufrui dos recursos da sociedade da informação de forma plena são pouco mais da metade, muitos são excluídos neste e em diversos aspectos, pois, sequer ingressaram na cultura letrada, com 29% da população classificada como analfabeta funcional (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018).

A leitura no cotidiano é fonte de acesso à informação para a vida, está enraizada nas práticas informacionais e culturais da sociedade, na cultura ampla e vivida por cada um de nós:

A cultura é também uma reserva de sentido para a vida e um motor do princípio de prazer e da busca da felicidade (funções transcendentais da cultura) que toda política cultural deveria reconhecer como indispensáveis, sem mais justificativas ou pretextos (COELHO, 2003, p. 231)

Por isso a necessidade da defesa da cultura, da mediação da informação e suas práticas como dimensões da vida cotidiana ainda que repletas de barreiras a serem enfrentadas no Brasil, tais como o alto índice de analfabetismo. Num país em que 29% da população pode ser considerada analfabeta funcional, ou seja, mais de 60 milhões de pessoas, estamos longe de poder exercer a mediação da informação e da cultura de forma plena, com os analfabetos funcionais distantes de participar ativamente e exercer sua cidadania e protagonismo social na sociedade que se convencionou nomear por Sociedade da Informação.

Considera-se de suma importância, para uma ação efetiva de erradicação do analfabetismo no Brasil, a integração da alfabetização a uma política de educação de jovens e adultos, para que a leitura seja parte do cotidiano destas pessoas para real acesso à informação.

No modelo de contexto, há destaque para o sujeito informacional que:

[...] insere-se em um contexto na condição de organizador e definidor do próprio contexto, atuando não somente em atividades diárias, mas como protagonista em organizações e instituições, em redes interpessoais, exposição a canais de comunicação compartilhados e reciprocamente reconhecidos, convergindo para a formação de um campo de informação regular (RABELLO, 2013, p. 171).

Nestas condições, como pensar a mediação, conforme o entendimento de Gomes (2014), como uma ação de relação de diálogo, de significação e compartilhamento, auxiliando na

construção e na emancipação do sujeito informacional como protagonista?

Para isso, o profissional da informação deve se compreender também como protagonista no processo dialógico e assumir seu papel como mediador, de maneira crítica, reflexiva e responsável. A disseminação da informação e da cultura está enraizada profundamente em todos os aspectos da atuação do profissional da informação. Este deve ir ao encontro dos anseios e interesses do outro, principalmente “da classe popular” (ALMEIDA JÚNIOR, 2015), desmistificando o estereótipo de um profissional que acima de tudo, de forma caricata, guarda e preserva os registros do conhecimento humano (op. cit.).

No atual cenário da sociedade da informação, em que a informação adquirida agrega novas possibilidades de valores, de aprendizagem e novos conhecimentos, surge um profissional com habilidades, competências e sensibilidade para atuar nos espaços das comunidades mais necessitadas economicamente, nas periferias, nas áreas rurais, nos assentamentos, nas comunidades quilombolas e indígenas. Entende-se que a atuação mediadora do profissional da informação parte da necessidade em compreender o contexto de uma população com alta proporção de analfabetos, marginalizada, e assumir sua reponsabilidade como produtor e facilitador de trocas significativas ao propiciar espaços de informações e de cultura, disponibilizando e facilitando esse acesso, pois:

[...] examinando esse cenário, percebe-se a existência de uma dinâmica social dialética, que

mesmo movida pela informação e não mais pela carência informacional, ainda pode ser identificados sujeitos que não possuem acesso, ou ainda não desenvolveram habilidades e competências para a busca e recuperação da informação (SANTOS; DUARTE; LIMA, 2014, p. 39).

A mediação da informação e/ou da cultura pode ser uma ação conjunta entre profissionais da informação e membros da comunidade. Por exemplo, Virgínio e Perrotti (2018) considerando o enraizamento da cultura letrada em espaços biblioteconômicos, apontam a oralidade como manifestação essencial para as práticas culturais que visam a apropriação da informação e a produção de sentidos; evidenciando as bibliotecas como dispositivos informacionais de diálogo, aprendizagem e protagonismo. Esta colaboração no desenvolvimento de ações voltadas para a apropriação da informação é essencial, considerando que, a mediação, parte sempre de uma necessidade e, portanto, tem-se que o profissional da informação deve estar em contínua interação com a comunidade em que atua estabelecendo meios para a troca, para o diálogo aberto, sincero e ponderado.

Destarte, a informação é um elemento indispensável para inserção do sujeito na sociedade; para isso, instituições governamentais e não-governamentais, instituições sociais como escolas, universidades e unidades de informação, devem estar unidas para potencializar a inclusão dos sujeitos nos acessos informacionais seja socialmente ou digitalmente (SANTOS; DUARTE; LIMA, 2014). É possível entender, portanto, que os sujeitos não se constituem como seres isolados, nem

autônomos em relação à informação e ao pensar do coletivo, mas compõem conexões, mediações de informações, conhecimentos e saberes (Ibid.).

Com isto posto, finaliza-se com o pensamento de que a mediação da informação e da cultura se tornam possíveis por meio de ações conjuntas entre sujeitos, protagonistas sociais, que rompem barreiras da exclusão social da informação e da cultura, possibilitando aos cidadãos a expansão consciente de si e do seu meio, entendendo a apropriação da informação como meio para a reflexão e transformação da realidade social em que se inserem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mediação é motivada pelas *práxis* e se caracteriza como experiência de imaginação, ação, reflexão, apropriação e conscientização, reconhecendo que todos os indivíduos são protagonistas sociais e a mediação como prática de comunicação consciente é esfera valorizadora da coletividade crítica.

Os equipamentos informacionais, tais como: arquivos, bibliotecas, centros culturais, museus etc., encontram na mediação da informação e da cultura um instrumento para mobilização e protagonismo. Ao promover e garantir o acesso às diferentes formas de expressões artísticas, também é possível garantir a representatividade em comunidade, oferecer subsídios para que os indivíduos assumam seus papéis como agentes sociais ativos num contexto específico e que tenham a consciência de criticamente atuar na realidade visando sua transformação.

No Brasil, uma das barreiras para se pensar a mediação da informação e da cultura é a recente universalização do acesso ao ensino fundamental, que apesar de ter sido um passo importante para ampliar o alfabetismo, ainda necessita de tempo e esforços dos sistemas de ensino para que a ampliação do acesso resulte também em ampliação da aprendizagem, pois o nível pleno de alfabetismo no país permanece estagnado ao longo do Século XXI, nos diferentes grupos demográficos.

No panorama brasileiro no contexto da sociedade da informação com relação aos acessos e usos de informações de forma consciente e proativa, das comunidades desprovidas de informações, urge esforços em conjunto dos profissionais da informação com um olhar mais crítico, sistêmico e consciente para desenvolver ações de mediações com o propósito de inserção dessas pessoas nesse contexto social informacional. O profissional da informação como protagonista social, no exercício consciente de sua profissão deverá ter a responsabilidade social que consiste em contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento, também do protagonismo social (GOMES, 2019).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. Mediação da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 1-24, 2008. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/853729676?pg-origsite=gscholar&fromopenview=true>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Mediação da informação e múltiplas linguagens**. [S. l.; s. d.]. Texto disponibilizado em sala de aula em: 31 maio 2019a.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Mediação da informação**: um conceito atualizado. [S. l.; s. d.]. Texto disponibilizado em sala de aula em: 04 jun. 2019b.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Ação cultural e protagonismo social. *In*: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 45-58.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na biblioteconomia e na ciência da informação. **Diver@**: Revista Eletrônica Interdisciplinar, Matinhos, PR, v. 8, n. 2, p. 132-144, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/45052>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. Ministério da Educação. **Plano nacional do livro e da leitura**: Estado e sociedade atuando pelo desenvolvimento da leitura no Brasil. Brasília: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

CAUNE, J. **A experiência estética como mediação**. Palestra proferida na Unesp Bauru no dia 30 de outubro de 2019 das 14h30 às 16h. Anotações das autoras.

COELHO, T. Banco de dados: do inerte cultural à cultura da vida. *In*: UNESCO. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

COELHO, T. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 1999.

FREIRE, P. **Ação cultural para liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>. Acesso em: 15 ago. 2020.

GOMES, H. F. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. *In*: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 27-43.

GOMES, H. F. Mediação consciente da informação: categoria fundante ao protagonismo profissional e social. *In*: SILVA, F. C. G.; ROMEIRO, N. L. **O protagonismo da mulher na arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica, 2019. p. 187-205.

INSTITUTO Paulo Montenegro. **Indicador de alfabetismo funcional INAF/BRASIL – 2018**. 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ez-6jrlrRRUm9JJ3MkwxEUffltjCTEi6/view>. Acesso em: 15 ago. 2020.

LIMA, C. B.; PERROTTI, E. Bibliotecário: um mediador cultural para a apropriação cultural. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 5, n. 2, jul./dez. 2016, p. 161-180. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/28319>. Acesso em: 11 ago. 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTEIRO, C. A. B.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Intelectual orgânico como mediador da informação: algumas considerações acerca de um diálogo possível. **InCID: Revista. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 8, n.2, p. 92-105, set. 2017/fev. 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/131637>. Acesso em: 11 ago. 2020.

RABELLO, R. Leituras sobre usuário e uso de informação na Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 152-184, dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362013000400011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 ago. 2020.

SANTOS, R. R.; DUARTE, E. N.; LIMA, I. F. O papel do bibliotecário como mediador da informação no processo de inclusão social e digital. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação – RBBB**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 36-53, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/279>. Acesso em: 12 ago. 2020.

VIRGINIO, A. A. S.; PERROTTI, E. Biblioteca, oralidade e conhecimento: uma contribuição aos estudos de mediação e apropriação cultural. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]** Londrina: UEL, 2018. Disponível em:

http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/872. Acesso em: 10 ago. 2020.

CAPÍTULO 2

A FUNÇÃO SOCIAL DA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CÁRCERE

Fernando Cruz Lopes

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo relacionar a mediação da informação com os estudos sobre cárcere a fim de entender como aspectos culturais se relacionam entre essas temáticas quando as abordamos conjuntamente. Dessa forma, não apenas se relacionam, mas podem ser estudados como teoria e sujeito dentro de uma mesma temática. Conceitos como hegemonia, performance, práxis, estrutura entre outros, se relacionam entre as duas temáticas abordadas.

Para tanto será desenvolvido um aspecto geral sobre a situação do cárcere e dos privados de liberdade no Brasil, para depois realizar-se a relação fundamental entre a mediação da informação e estudos sobre pessoas custodiadas. O texto tem um caráter bibliográfico, portanto, não se utilizou de métodos além do levantamento bibliográfico.

Os estudos sobre o cárcere têm se mostrado muito pertinentes na área da Ciência da Informação, aspecto pouco explorado algum tempo atrás. A familiaridade da Ciência da Informação com questões voltadas a temas sociais normalmente está associada ao uso Social da CI, que é uma

Ciência pensada para uma prática ou para o produto e que em seu início pouco se relacionou com o social como uma possibilidade de arcabouço.

É de se estranhar que a Ciência da Informação precise reforçar a necessidade de discussão de seus aspectos sociais. Alguns pesquisadores tendem a utilizar o termo “Biblioteconomia social”, que pode ser considerado um truísmo. A utilização do termo também é um caminho sem volta no entendimento fluído que a CI tem com a Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, por exemplo, por estabelecer limites entre as áreas.

Embora não seja categorizada como promoção da Biblioteconomia Social, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) criou em 2017 a Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP) com a intenção de juntar os profissionais e os pesquisadores sobre o cárcere no Brasil. Dessa forma, a missão da CBBP é:

[...] dar ao Brasil uma representatividade oficial no que tange as bibliotecas prisionais, por meio da disponibilização de fontes de informação concernentes a temática das bibliotecas de estabelecimentos penitenciários, alinhando as diretrizes já existentes no âmbito da biblioteconomia com a legislação vigente no país (CBBP, 2017).

Concomitantemente vê-se o surgimento de alguns trabalhos pelo país abordando a temática do cárcere e propondo esse universo como um campo de discussão da CI, principalmente voltado para a mediação da informação.

Dois pontos significativos para produção científica na área é a tese de Ciro Monteiro (2019) e a dissertação de Raquel Fernandes (2019), onde ambas abordam o aspecto da mediação da informação como uma forma de ruptura com a estrutura hegemônica.

Enquanto Ciro Monteiro (2019) fez sua análise etnográfica a partir de sua perspectiva de atuação como agente penitenciário e da utilização de dispositivos de informação por presos que nasceram na “sociedade da informação” que durante a pesquisa se encontravam no Centro de Detenção Provisória, Raquel Fernandes (2019) produziu uma pesquisa sobre mediação de dispositivos de leitura que não são consumidos usualmente pelas educandas do Sistema Prisional de Sergipe.

Além dos dois pesquisadores citados, mais alguns trabalhos sobre a temática do cárcere estão sendo produzidos nas universidades brasileiras, entre elas Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade de São Paulo e na Universidade Estadual Paulista. Realizado um primeiro panorama atual sobre a situação da pesquisa na CI acerca do cárcere no Brasil, se faz necessária uma abordagem sobre o cárcere em si conforme proposto a seguir.

2 UM BREVE LEVANTAMENTO SOBRE CÁRCERE

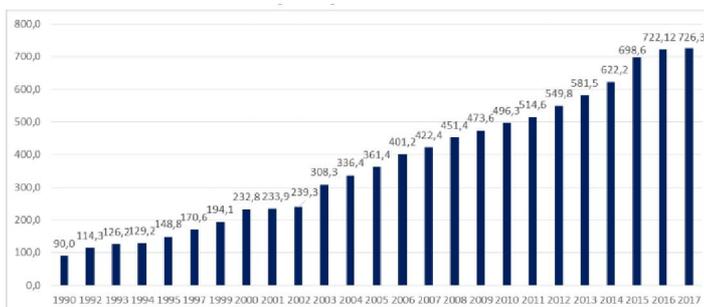
Segundo o relatório Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), produzido pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), no Brasil em 2017 existiam 726.354 pessoas privadas de liberdade. Sendo, que a quantidade de vagas é de 423.242, tendo um déficit de

303.112, ou seja, o Brasil possui uma taxa de ocupação de 171,62% de suas vagas no cárcere (BRASIL, 2017a).

O Brasil é um dos países que mais possuem pessoas privadas de liberdade no mundo. O *Institute for Crime & Justice Policy Research*³ (ICPR) mantém um banco de dados com quantitativo de pessoas encarceradas por país, o *World Prison Brief* (Banco de dados mundial sobre prisões). Nesse trabalho de levantamento do ICPR o Brasil aparece em terceiro colocado como o país com mais encarcerados no mundo. Ficando atrás de Estados Unidos com 2.121.600 e China com 1.700.000 (ICPR, 2020).

Um dos fatores que mais impressionam nesse relatório é que em dez anos o número quase dobrou. Em 2007 o Brasil contava com 422,4 (número em milhares) pessoas privadas de liberdade, conforme o gráfico abaixo (BRASIL, 2017a).

Gráfico 1: Evolução das pessoas privadas de liberdade entre 1990 e 2017



Fonte: Brasil (2017a).

³ Instituto de pesquisa em políticas criminais e jurídicas. Optou-se por manter a grafia em inglês pela representatividade da instituição.

Um ponto de elucidação para explicar esses dados que só crescem é o da política criminal encarceradora que atua desde o momento da abordagem policial, até a decisão judicial (OLIVEIRA, 2017). Para uma comparação superficial desse processo de encarceramento em massa pode-se observar nos dados do INFOPEN de 2014 e do ICPR em 2020. O país que precede o Brasil é a Rússia com 519.618 (ICPR, 2020), que em 2014 era o país que antecedia o Brasil (BRASIL, 2014). Em seis anos, o número de privados de liberdade superou em muito o país europeu.

Pode-se entender esse comportamento político brasileiro de encarceramento em massa como um caminho possível para a eliminação do indesejado. A legislação não permite a pena de morte, o cárcere se tornou a opção mais próxima possível.

[...] A percepção da existência do Outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria meu potencial de vida e segurança, é este, penso eu, um dos muitos imaginários de soberania, característico tanto da primeira quanto da última modernidade. O reconhecimento dessa percepção sustenta em larga medida várias das críticas mais tradicionais da modernidade, seja quando se dirigem ao niilismo e a proclamação da vontade de como a essência do ser, seja a reificação, entendida como “devir-objeto” do ser humano; ou ainda à subordinação de tudo à lógica impessoal e ao reino da racionalidade instrumental. De um ponto de vista antropológico, o que essas críticas contestam implicitamente é uma definição do político como relação bélica por excelência.

Também desafiam a ideia de que, necessariamente, a racionalidade da vida passe pela morte do outro; ou que a soberania consiste na vontade e capacidade de matar a fim de viver (MBEMBE, 2018, p. 19-20).

Dessa forma, ao analisar os dados apresentados pelo INFOPEN, pode-se traçar o perfil desse sujeito indesejado. Os dados oficiais do governo federal, deixam transparecer que as estruturas funcionam apenas para o bem-estar de uma parcela da população. Entende-se, portanto, que as relações de poder estabelecidas sempre serviram como uma implementação do que Foucault chama de “Biopoder”.

[...] Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo” (MBEMBE, 2018, p. 17).

Nesse sentido, é possível entender que raça é uma manifestação potente do biopoder, já que na História essa sempre foi uma maneira de se dividir grupos sociais. Uma norma no entendimento e classificação do corpo do outro, a fim de prender, subjugar e eliminar o corpo diferente.

Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a

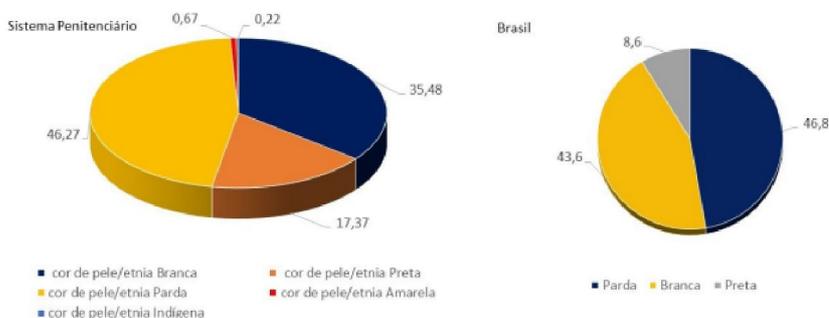
permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer” (MBEMBE, 2018, p. 18).

Na análise dos grupos existentes no universo do cárcere é possível distinguir claramente como o biopoder se estabelece no Brasil encarcerado. A população que mais se encontra no cárcere são jovens negros com baixa escolaridade. O cárcere não apenas se tornou uma forma de controle social racista, mas também, como uma política de hierarquização racial.

Vivemos em uma sociedade marcada pela lógica hoje neoliberal, e, desde sua fundação, racista e com desigualdades de gênero. São opressões estruturais e estruturantes da constituição de uma sociedade que surge, para o mundo ocidental, pela exploração colonialista e ainda marca, em todos os seus processos, relações e instituições sociais, as características da violência, a usurpação, a repressão e o extermínio daquele período (BORGES, 2019, p. 42).

Tem-se, portanto, não apenas uma estrutura social marcada pela subjugação do corpo indesejado, mas também, como uma espécie de prática fim do modelo econômico estabelecido. Fica evidente ao analisar o gráfico 2:

Gráfico 2: Etnia/cor das pessoas privadas de liberdade e da população total



Fonte: Brasil (2017a).

Os dois gráficos são muito elucidativos quando se pretende entender que o cárcere hoje no Brasil é parte de uma política de encarceramento do corpo negro, da marginalização de uma parte da população. Enquanto no sistema penitenciário tem-se 63,64% de pessoas negras, no gráfico referente ao país o número é 55,4%, ou seja, a população carcerária brasileira tem mais representação de indivíduos negros que a representação da sociedade, que pode ser identificada como um evidente processo de encarceramento dessa população.

Entender o funcionamento desse processo político de criminalização da identidade de uma parcela da população, é, também, entender como mecanismos legais funcionam para a estratificação racial. A vulnerabilidade social que não permite acesso a serviços básicos de justiça e defesa penal adequados, se tornando alvo fácil de uma polícia treinada a prender sempre o mesmo perfil: o jovem negro. Segundo Juliana Borges (2019), o número de jovens custodiados é de 55% da população carcerária geral, sendo que na sociedade esse número é de

21,5%. Se a proporção se manter, em 2075, uma em cada dez pessoas estará encarcerada no Brasil (BORGES, 2019).

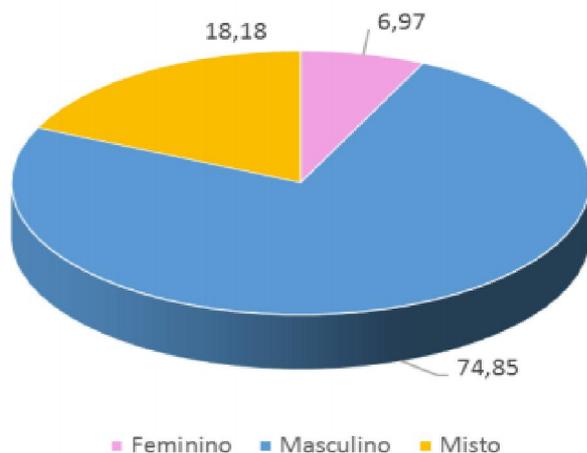
Para estabelecer o controle sobre essa população, estabelece-se uma relação de controle quase igual a escravidão, com ritos de violência muito próximos aos vividos pelos corpos escravizados. Na citação de Mbembe, pode-se substituir o termo “escravo” por encarcerado, ou, preso, ou, reeducando que o sentido continuará o mesmo:

O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em “estado de injúria”, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos. O sentido violento da vida de um escravo se manifesta pela disposição de seu supervisor em se comportar de forma cruel e descontrolada, e no espetáculo de dor imposto ao corpo do escravo. Violência, aqui torna-se um elemento inserido na etiqueta, como chicotadas ou tirar a própria vida do escravo: um ato de capricho e pura destruição visando incutir o terror. A vida de um escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte-em-vida. Como sugere Susan Buck-Morss, a condição de escravo produz uma contradição entre a liberdade de propriedade e a liberdade da pessoa. Uma relação desigual é estabelecida junto com a desigualdade do poder sobre a vida. Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade de seu dominador. Dado que a vida do escravo é como uma “coisa” possuída por outra pessoa, sua existência é a figura perfeita de uma sombra personificada (MBEMBE, 2018, p. 28-29).

Se o escravo pode ser substituído por preso, o senhor de escravos é o Estado policalesco e estruturado em racismo. Não apenas os homens negros estão sendo presos, as mulheres negras estão entrando nos dados com um aumento absurdo nos números.

O número massivo de homens nos presídios é um fator conhecido, o gráfico 3 apresenta os estabelecimentos penais de acordo com o gênero. O número de locais construídos especificamente para receber as mulheres, não chega a 7% do total de estabelecimentos penais. No INFOPEN de 2014, os números totais eram de 578.440 homens presos para 36.495 mulheres presas. Já em 2017 o relatório INFOPEN mulheres apresenta 37.828 mulheres presas. Apesar de não parecer um número tão significativo no crescimento populacional, é na série histórica que se percebe o crescimento vertiginoso na população feminina: “[...] o aumento da população feminina foi de 567,4%, no período de 2000 a 2014, enquanto a média de crescimento da população masculina foi de 220,20%, refletindo assim, a curva ascendente do encarceramento em massa de mulheres.” (OLIVEIRA, 2017, p. 75).

Gráfico 3: Destinação dos estabelecimentos penais de acordo com o gênero.



Fonte: BRASIL (2017a).

Apesar de baixo, em comparação, é extremamente preocupante o crescimento exponencial da população carcerária feminina. Contudo, as tipologias de crime são muito distintas entre os dois públicos. Enquanto os homens estão enquadrados em sua maioria por crimes contra o patrimônio, com 228.075 homens presos, as mulheres têm seu maior foco em crimes do grupo de drogas, com 15.951 presas (BRASIL, 2017b).

O sistema de justiça criminal tem profunda conexão com o racismo, sendo o funcionamento de suas engrenagens mais do que perpassados por essa estrutura de opressão, mas o aparato reordenado para garantir a manutenção do racismo e, portanto, das desigualdades baseadas na hierarquização racial. Além da privação de liberdade, ser encarcerado significa a negação de uma série de direitos e uma situação de aprofundamento de vulnerabilidades. Tanto o

cárcere quanto o pós-encarceramento significam a morte social desses indivíduos negros e negras que, dificilmente, por conta do estigma social, terão restituído o seu status, já maculado pela opressão racial em todos os campos da vida, de cidadania ou possibilidade de alcançá-la. Essa é uma das instituições mais fundamentais no processo de genocídio contra a população negra em curso no país (BORGES, 2019, p. 21-22).

Se as mulheres estão dependendo da sua subsistência dos rendimentos com o tráfico de drogas, é por que estão com dificuldades em arrumar empregos formais. A obviedade do comentário é para escancarar que a educação básica e os aperfeiçoamentos não chegam aos mais pobres, se não chegam aos homens, muito menos as mulheres negras. Nem os salários entre mulheres negras e mulheres brancas são equiparados, a prisão de mulheres negras é um ato punitivo do Estado.

Como coloca Dina Alves (2017, p. 101) em seu artigo *Rés negras, juízes brancos: Uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana*:

No momento em que o juiz a sentenciou como traficante de drogas e decretou a sentença de oito anos de reclusão, dona Joana, 49 anos de idade e mãe de seis filhos, carroceira, não pensou duas vezes e explodiu: “se eu fosse traficante não estaria banguela”. Pode a vida de uma mulher negra – pobre, carroceira e vendedora de drogas – nas mãos de um juiz homem – branco, classe média alta – nos ajudar a entender o regime de dominação racial presente no sistema de justiça penal no Brasil?

O racismo é um foco fundamental quando se fala do cárcere, porém não apenas. O cárcere e seus custodiados sofrem com o machismo, com a homofobia, preconceito de classe, entre outras situações que permeiam essa realidade. Por assim dizer, pode-se pensar todas essas questões de forma interseccional. Ou seja, todas essas situações acontecem ao mesmo tempo de forma a não excluir, ou diminuir suas práticas. A interseccionalidade entende que o discurso hegemônico produz várias formas de opressão ao mesmo tempo.

A interseccionalidade, segundo Kathy Davis (2008, p. 68, tradução nossa), “[...] se refere a interação entre gênero, raça e outras categorias de diferenças na vida pessoa, nas práticas sociais, mecanismos institucionais e ideologias culturais e suas relações de poder quando interagem entre si. [...]”⁴.

O termo interseccionalidade foi criado por Kimberlé Crenshaw em 1989, Professora de Direito da Universidade da Califórnia, no artigo intitulado *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*⁵ (AKOTIRENE, 2019). O conceito fazia referência a dificuldade encontrada em juntar as temáticas dos estudos feministas e antirracistas, para Crenshaw ambos deveriam ser vistos lado a lado para poder

⁴ “[...] refers to the interaction between gender, race, and other categories of difference in individual lives, social practices, institutional arrangements, and cultural ideologies and the outcomes of these interactions in terms of power.

⁵ Desmarginalizando a intersecção entre raça e gênero: uma visão do feminismo negro como abordagem antidiscriminatória, de teoria feminista e de políticas antirracistas.

estar em consonância da realidade vivida pela mulher negra (DAVIS, 2008).

O pensamento de Crenshaw é voltado para as questões da mulher negra, com bases no Feminismo Negro de autoras como: Angela Davis, Patricia Hill Collins e Elsa Dorlin (HIRATA, 2014). Mas, não necessariamente é preciso se entender como uma abordagem exclusivamente de mulheres para mulheres.

[...] a epistemologia feminista negra, pensada por Patricia Hill Collins, recrimina argumentos de competição entre os mais excluídos, as hierarquias entre eixos de opressão e violações consideradas menos preponderantes. Juntos, racismo, capitalismo e heteropatriarcado devem ser tratados pela interseccionalidade observando os contornos identitários da luta antirracista diaspórica [...] (AKOTIRENE, 2019, p. 38).

Dessa forma, é necessário pensar a interseccionalidade como:

[...] uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70 *apud* HIRATA, 2014).

Nesse sentido, é fundamental pensar a mediação da informação como esse processo de ruptura com os sistemas estabelecidos pelas políticas de encarceramento da população, criando assim uma forma de saída do abismo de desigualdades.

3 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE E RESSOCIALIZAÇÃO

Para entender melhor como a mediação da informação serviria como um processo de ruptura, se faz necessário definir o que é o conceito, para relacioná-lo com as questões do cárcere. Segundo Almeida Júnior (2015, p. 25) a mediação da informação é:

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

A mediação é entendida como uma análise da *práxis* do profissional da informação. Ela é entendida nesse âmbito como preocupação sobre como uma pessoa tem acesso à informação, ou seja, trabalha na intervenção e no momento de aquisição, recepção e de apropriação da informação. A mediação da informação nesse conceito comunicacional de interação entre indivíduos e percepção simbólica, gera outro entendimento acerca do termo, que torna a mediação uma prática intencional.

O mediador nessa condição estabelece uma relação social de servir a ressocialização desses indivíduos. No entanto, engana-se quem imagina a mediação como algo que coloca o sujeito como passivo, é um processo de troca e produção contínua, não apenas como um ato de consumo dessa ação. Entende-se que é um processo que só pode ser validado pelo mediado, porém é feito de muita troca, alteração, transformação e modificação do conhecimento desse sujeito (ALMEIDA JÚNIOR, 2007).

Paulo Freire em “Pedagogia da Autonomia” tem uma colocação muito objetiva de como não deve ser o comportamento do educador, entendido aqui como o comportamento do mediador. De como esse mediador precisa ter uma leitura de mundo que inclua a possibilidade da mudança, que não tenha um pensamento determinista.

[...] Um estado refinado de estranhezas, de autodemissão da mente, do corpo consciente, do conformismo do indivíduo, de acomodações de situações consideradas fatalisticamente como imutáveis. É a posição de quem encara os fatos como algo consumado, como algo que se deu como tinha que se dar da forma que se deu, é a posição, por isso mesmo, de quem entende e vive a história como *determinismo* e não como *possibilidade*. É a posição de quem se assume como fragilidade total diante do todopoderosismo dos fatos que não apenas se deram por que tinham que se dar, mas que não podem ser “reorientados” ou alterados. Não há, nesta maneira mecanicista de compreender a história, lugar para a decisão humana (FREIRE, 2019, p. 111-112).

Paulo Freire constrói esse entendimento para todos os educadores, comportamento este que vai totalmente contrário com a construção social que se faz do cárcere. Tem-se que imaginar que esses atores sociais são marginalizados, não respondem aos critérios sociais de ordem criminal, além de serem hostilizados por sua raça, cor, gênero, sexualidade e classe social.

O padrão capitalista determina que o trabalho é a principal forma de controle social e esse grupo se torna marginal, exatamente, por desconstruir a segurança e ordem criminal ao desenvolver sua forma de sustento paralela à lei. Todavia, apesar da clandestinidade envolvida, essa forma de trabalho coexiste com a formalidade capitalista, assim como a escravidão e a servidão coexistiram.

Quando se entende a ressocialização como política pública para a diminuição de reincidência e até como forma de execução penal libertária, utiliza-se o termo reeducando, ao invés de marginal, bandido, encarcerado, preso, detento tem-se a possibilidade de usar um termo que coloca o sujeito na posição de aprender de novo. Portanto, todos que estão no sistema prisional são educadores, todos podem se valer da mediação da informação como processo de diminuição das barreiras da instituição e do preconceito estrutural.

A história da CI brasileira com o cárcere poderia ser antiga. A Lei de Execuções Penais (LEP) 7.210 de 1984 determina que toda instituição Penitenciária precisa ter uma biblioteca (BRASIL, 1984). No entanto, ainda não é uma realidade em sua maioria, portanto, não era um assunto muito discutido na área.

A CI é uma ciência elitista que pouco se preocupa com a inclusão de sujeitos marginalizados em seu âmbito.

O contexto de surgimento da CI no período do pós-guerra é também um momento de consolidação do capitalismo. Nesse contexto, pensar a CI é determinar que as relações de poder, e, portanto, de análise, se davam de forma eurocêntrica e, invariavelmente, os indivíduos analisados estavam submetidos a padrões de conduta historicamente invariantes.

A perspectiva, em qualquer das suas variantes, implica, pois um postulado historicamente impossível: que as relações entre os elementos de um padrão histórico de poder têm já determinadas as suas relações antes de toda a história. Ou seja, como se fossem relações definidas previamente num reino ôntico, a-histórico ou transhistórico (QUIJANO, 2010, p. 90).

Destarte, é necessário que o mediador tenha certeza de que sua construção social é fundamental para entender como a relação com o grupo social analisado se construirá. Não é possível criar essa relação com o outro sem levar em consideração que exista grupos concretos com formação histórica completa, homogênea, consistente e que se relacione de forma linear com outros grupos (QUIJANO, 2010).

A concepção de que o encarceramento em massa é uma forma de controle social, portanto uma manifestação de controle ideológico do Estado utilizando o sistema prisional como um aparelho ideológico, a mediação da informação é a instrumentalização da ruptura dessa hegemonia. Para Pêcheux (1996), é nesse momento que a classe social dominante se

utiliza de poder para oprimir, portanto, o mediador é o rompimento com a classe hegemônica.

O encarceramento em massa não é um *zeitgeist*, pois assim, poderia ser entendido como a transformação da ideologia da classe dominante na ideologia dominante. Para além disso, os aparelhos ideológicos do Estado são o local e o meio dessa dominação.

Mesmo assim, no entanto, os Aparelhos Ideológicos de Estado não são puros instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que simplesmente reproduzem as relações de produção existentes: "... essa instauração [dos Aparelhos Ideológicos de Estado] não se faz sozinha; ao contrário, é o pivô de uma luta de classes muito acirrada e contínua", que significa que os Aparelhos Ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, a sede e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista). Daí a expressão "reprodução/ transformação" (PÊCHEUX, 1996, p. 144).

Nesse sentido, é necessário entender que as condições sociais são representadas pelo conjunto complexo de Aparelhos Ideológicos de Estado que dinamizam entre si em determinado momento histórico. Assim, é necessário pensar dinâmicas de funcionamento desses elementos que contradição-desigualdade-subordinação entre esses aparelhos seja entendida como uma contribuição dispare, já que não se pode pensar em igualdade para a reprodução das relações de produção e para sua transformação. Nessa relação de

desigualdade esses aparelhos revelam seus espaços de lutas de classes.

Resumindo: a objetividade material da instância ideológica se caracteriza pela estrutura de desigualdade-subordinação do "todo complexo que está no domínio" das formações ideológicas de uma dada formação social, uma estrutura que expressa a contradição reprodução/transformação que constitui a luta de classes (PÊCHEUX, 1996, p. 146).

Ou seja, a opressão é antes de tudo um mecanismo de controle, não só controle social, mas também controle econômico. Assim explana Foucault em *Vigiar e Punir*:

Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 2013, p. 28-29).

Importante mencionar que Foucault ressalta que a semelhança entre prisões, escolas, fábricas e quartéis e hospitais não é à toa. A função dessas estruturas é a ordem social e econômica. É manter a organizada a população de classes mais baixas, portanto, seguem uma função de controle social neoliberal.

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes 'incorretas', gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações (FOUCAULT, 2013, p. 171-172).

Pensar a mediação nesses espaços é pensar que o mediador antes de qualquer coisa é um agente de desconstrução. O mediador é quem deve mostrar os caminhos cruéis do capitalismo, que não permite uma diversidade de momentos históricos, que universaliza a realidade e coloca todos em pé de igualdade. O mediador é quem precisa mostrar que um reeducando não está no presídio simplesmente pela ordem natural das coisas (FREIRE, 2019).

Estas qualidades ou estas virtudes absolutamente indispensáveis à posta em prática deste outro saber fundamental à experiência [mediadora] - saber que devo respeito à autonomia, à dignidade e à identidade do [mediado] - não são regalos que recebemos por bom comportamento. As qualidades ou virtudes são construídas por nós no esforço que nos impomos para diminuir a distância entre o que dizemos e o que fazemos. Este esforço, o de diminuir a distância entre o discurso e a prática, é já uma dessas virtudes indispensáveis - a da coerência (FREIRE, 2019, p. 62).

Pensar a mediação da informação nesse espaço marginalizado é fundamental para estabelecer a prática social necessária do ato. Também é fundamentar a mediação como um conceito que não se limite aos espaços tradicionais, impondo sua característica mais prática que teórica. Ao mesmo tempo, que é um manifesto para que os profissionais da informação saiam de dentro de suas salas confortáveis, e encarem o mundo aterrorizante que se coloca frente aos desafios que a falta de acesso à informação mostra.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar é importante colocar qual a real função do cárcere. Como função social, discutir para que serve o aprisionamento de pessoas. Para entender o que se quer desse espaço. Para tanto, de maneira não usual para uma consideração final, traz-se o trecho da reportagem *Pela quebra das correntes* da Gabriela Moncau para a Revista Amazonas:

Fazia calor em Chiapas, no México, mas todas que participavam da roda de conversa se amontoaram pra ouvir as palavras baixinhas daquela mulher indígena da Guatemala. Foi em março, durante o Primeiro Encontro Internacional das Mulheres que Lutam, convocado pelas mulheres do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e que reuniu umas seis mil mulheres de 35 países. Naquela atividade Josefa apresentava o seu coletivo: Actoras en Cambio. Elas se organizaram para pensar em outra justiça, trabalhando com vítimas da violência sexual que foi usada como arma de guerra contra a população maia na Guatemala em 1982. “Cadeia pra mim não é justiça porque o cara vai para a prisão mas eu sigo

doente”, explicou ela. “Mas então o que é justiça pra você?”, alguém perguntou. “Justiça pra mim é alguém que me escute. Justiça é alguém que me ajude a me curar. Justiça é criar condições de não repetição” (MONCAU, 2018).

O relato é simples e pontual. A prisão tem a função social de não permitir que aquele crime se repita. Que aquele sujeito que cometeu o crime, tenha condições de aprender, de se recuperar, de mudar sua condição social e consiga se reinserir na sociedade, para não fazer aquilo de novo.

A mediação da informação é uma das possibilidades que a estrutura prisional possui para que os sujeitos possam se transformar. Que eles possam se entender e compreender qual espaço eles ocupam socialmente, e sendo assim, não permitir que a opressão de raça, classe, gênero, sexualidade se manifeste e invalide sua luta diária.

Que a mediação permita ao sujeito entender que o caminho dele muitas vezes vai ser mais difícil e tortuoso por que nasceu de uma cor, não de outra. Que é gay ou travesti, não um sujeito cisgênero. Que sua cor e gênero representam mais para sua ascensão social que sua luta diária.

A mediação da informação é uma manifestação política da CI, portanto, ela tem que sair da academia e atingir a população mais frágil. A mediação da informação é um trajeto que conecta a teoria e a prática, para aplicação da CI em todos os espaços e estruturas sociais. Sem esse desdobramento a CI tende a se tornar cada vez mais elitista e distante da população. Os estudos do cárcere se colocam como um convite à CI.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019. 151p.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Leitura, mediação e apropriação da informação. *In*: SANTOS, J. P. (org.). **A leitura como prática pedagógica**: na formação do profissional da informação. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p. 33-45.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

ALVES, D. Rés negras, juízes brancos: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. **Revista CS**, Cali, n. 21, p. 97-120, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/recs/n21/2011-0324-recs-21-00097.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.

BORGES, J. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019. 143p.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de jul. 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: [relatório de] atualização junho de 2017. Brasília, 2017a. 74p. Disponível em:

<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio-s-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: relatório temático sobre mulheres privadas de liberdade – junho 2017. Brasília, 2017b. 81p. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf. Acesso em: 09 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: dezembro 2014. Brasília, 2014. 80p. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/infopen_dez14.pdf. Acesso em: 03 fev. 2020.

DAVIS, K. Intersectionality as buzzword: A Sociology of Science perspective on what makes a feminist theory successful. **Feminist Theory**, Los Angeles, v. 9, n. 1, p. 67-85, mar. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240712458_Intersectionality_as_Buzzword_A_Sociology_of_Science_Perspective_on_What_Makes_a_Feminist_Theory_Successful. Acesso em: 12 fev. 2020.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (FEBAB). **CBBP – Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais**. São Paulo: FEBAB, 2017. Disponível em: <http://www.febab.org.br/cbbp/>. Acesso em: 02 maio 2020.

FERNANDES, R. G. S. A. **O estímulo à leitura em bibliotecas prisionais através do desenvolvimento de dinâmicas culturais**. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Sergipe, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12669>. Acesso em: 02 maio 2020.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2013. 288p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 mar. 2020.

INSTITUTE FOR CRIME & JUSTICE POLICY RESEARCH. **World Prison Brief**. Londres: Universidade de Londres, [2020]. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison-population-total?field_region_taxonomy_tid=All. Acesso em: 03 fev. 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018. 71p.

MONCAU, G. Pelas quebras das correntes. **Revista Amazonas**, 2018. Disponível em: <https://www.revistaamazonas.com/2018/09/18/pela-quebras-das-correntes/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

MONTEIRO, C. A. B. **Informação encarcerada**: o jovem da “Geração Internet” e a mediação e apropriação dos dispositivos informacionais no interior da prisão. 2019. 245 f. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/191114/monteiro_cab_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 02 maio 2020.

OLIVEIRA, C. B. F. **A educação nas prisões brasileiras**: a responsabilidade da universidade pública. 2017. 293f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-31102017-111844/publico/CAROLINA_BESSA_FERREIRA_DE_OLIVEIRA_rev.pdf. Acesso em: 28 jan. 2020.

PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. *In*: ŽIŽEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 143-152.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 73-117.

CAPÍTULO 3

APROPRIAÇÃO DA CULTURA E DA INFORMAÇÃO MUSICAL NO ESPETÁCULO CINECONCERTO

Cecília Nascimento da Silva

Ana Claudia Medeiros de Sousa

Raquel do Rosário Santos

1 INTRODUÇÃO

As programações culturais são ações significativas que possibilitam os indivíduos e grupos a experimentar, se aproximar e se apropriar de elementos constituintes de sua estrutura sociocultural. Dentre estas programações, a música é uma das manifestações artísticas que frequentemente está presente nas práticas humana, tais como celebrações festivas, religiosas, atividades escolares, eventos fúnebres, no tratamento terapêutico etc., de maneira que está intrinsecamente relacionada com o contexto em que foi produzida.

Neste ponto, é válido ressaltar a relevância da mediação cultural para criar e/ou potencializar ações que possam tornar mais democrático o acesso aos bens constituintes de valor. Considerando que a desigualdade social no Brasil influencia para o distanciamento de sujeitos que – sem ao menos ter um primeiro contato com o bem cultural, não consegue se reconhecer como pertencente desse. Com isso, o agente mediador torna-se essencial para promover

ações que possibilitem a aproximação e a apropriação dos distintos dispositivos culturais, independentemente da classe social que o sujeito pertença.

No contexto das produções artísticas, podemos citar que o concerto de orquestra se configura como um desses dispositivos culturais que são cercados por estereótipos elitistas, em que as pessoas pressupõem que aqueles que costumam frequentar as salas de concerto têm domínio teórico e prático da Música. Nesse sentido, ações que possam ressignificar esse espaço, podem torná-lo mais acessível, atrativo e democrático.

Esta comunicação tem como objeto de análise o Cineconcerto, que é uma ação da Orquestra Sinfônica da Bahia (OSBA), cuja atividade conta com repertório composto de música de cinema e no espetáculo os instrumentistas e o maestro vão fantasiados de personagens de produções cinematográficas e bibliográficas, com o intuito de ressignificar a imagem da Orquestra.

Nesta perspectiva, a pesquisa teve como objetivo analisar a percepção do público sobre a OSBA, a partir do Cineconcerto, a fim de evidenciar se esse espetáculo tem contribuído para despertar o gosto do público pela música clássica e os aproximar da Orquestra.

A pesquisa se configura como descritiva e documental, em que adotamos a metodologia de estudo de caso. Quanto a técnica utilizada para a coleta de dados foram a aplicação de questionário com o público do Cineconcerto e a observação

direta do Instagram da OSBA, analisando as repercussões do público a respeito da referida Orquestra.

A partir da coleta de dados, constatamos que a mediação cultural está presente nas ações da Orquestra, bem como na atuação do maestro, como agente mediador da informação musical. O questionário aplicado com o público possibilitou identificar que o Cineconcerto ressignificou o olhar deste para Orquestra, aproximou diferentes perfis de público e tem contribuído para despertar o gosto pela música clássica. Por fim, os resultados permitiram a nossa inferência sobre possíveis ações que os mediadores da informação, como o bibliotecário, poderiam contribuir nesse cenário.

2 AS AÇÕES DE MEDIAÇÃO CULTURAL E DA INFORMAÇÃO PARA A RESSIGNIFICAÇÃO DA APROPRIAÇÃO DOS DISPOSITIVOS MUSICAIS

Fundamentada nas concepções de mediação da cultura e mediação da informação, esta pesquisa busca refletir sobre o processo de interferência voltada à apropriação da informação musical. Para abordarmos tais temáticas, iniciaremos a reflexão do termo cultura que pode ser entendido como um conjunto de regras que nos diz como o mundo funciona e como ele é classificado. De acordo com DaMatta (1981, p. [4]), o entendimento sobre cultura nos

[...] permite uma perspectiva mais consciente de nós mesmos, porque diz que não há homens sem cultura e permite comparar culturas e configurações culturais como entidades iguais, deixando de estabelecer hierarquias em que

inevitavelmente existiriam sociedades superiores e inferiores.

A partir da compreensão sobre cultura os sujeitos sociais podem desenvolver um sentimento de pertencimento, ao identificar traços identitários que lhe faz sentido, como também perceber as distintas manifestações culturais existentes, entendendo suas diferenças e respeitando essa diversidade. Dessa maneira, os sujeitos passam a compreender que não existe uma sobreposição das práticas culturais, devendo ser respeitadas, uma vez que cada uma é constituída por sujeitos que se reconhecem nela. Nesse cenário, os agentes mediadores das práticas culturais devem potencializar o compartilhamento de saberes sobre os bens culturais por meio de ações que propiciem o espaço do debate, da interlocução e da produção de informações.

No que tange a mediação cultural, essa “[...] visa apresentar e tornar conhecidas as diferentes manifestações culturais presentes na esfera social” (SILVA; SANTOS NETO, 2017, p. 31). Visto que não existe homem sem cultura e os diversos espaços sociais são carregados de valores culturais e de seus bens culturais, é preciso reconhecer esses dispositivos e entendê-los como representativos desses sujeitos. Para que haja essa apropriação de maneira consciente é necessária a atuação dos agentes mediadores culturais. Assim, a mediação cultural favorece o (re)conhecimento dos bens culturais de maneira consciente, portanto, potencializando que os sujeitos alcancem o protagonismo social.

A mediação cultural pode ser realizada nos diversos ambientes socioculturais, a respeito de sua realização no

contexto de produções artísticas, Coelho (1997, p. 247), a define como:

Processos de diferente natureza cuja meta é promover a aproximação entre indivíduos ou coletividades e obras de cultura e arte. Essa aproximação é feita com o objetivo de facilitar a compreensão da obra, seu conhecimento sensível e intelectual – com o que se desenvolvem apreciadores ou espectadores, na busca da formação de públicos para a cultura – ou de iniciar esses indivíduos e coletividades na prática efetiva de uma determinada atividade cultural.

O autor em sua conceituação já indicava a necessidade de atentar para uma compreensão sensível e intelectual dos dispositivos culturais, uma vez que a mediação cultural vai além da aproximação do público com esses dispositivos (COELHO, 1997). Destaca-se ainda na conceituação os termos “formação de públicos” e “práticas efetivas”, entendendo que existe uma ação sistemática, planejada e consciente para alcançar uma conduta crítica e reflexiva por parte dos sujeitos, portanto, garantindo que essas práticas sejam apropriadas e não simplesmente apresentadas a eles. Assim, existe a possibilidade do agir coletivo, entendendo os sujeitos como integrantes (pró)ativos dessas ações, de modo a transformar a si, aos outros e o meio.

Nesta perspectiva, o agente mediador necessita ser consciente de seu papel para efetivamente contribuir na aproximação do público com o objeto mediado e, sobretudo, possibilitar a compreensão de tal objeto. Em 2018, uma pesquisa realizada pela organização *JLeiva Cultura & Esporte*

sobre o consumo de atividades culturais em 12 capitais do Brasil, revelou que a maioria dos entrevistados nunca tinham ido a saraus e concertos, principalmente aqueles que possuem o perfil com menor escolaridade e renda. Assim, é preciso realizar um processo de mediação cultural consciente, entendendo que independentemente do perfil desse sujeito social, esse precisa para a sua formação ter acesso aos dispositivos culturais e informacionais que lhe proporcione uma atuação protagonista.

Lima e Perrotti (2017, p. 19), compreendem que o mediador cultural,

[...] atua negociando sentidos, realizando tarefas e propondo ações que viabilizam a apropriação e o protagonismo cultural dele e de indivíduos, grupos e coletividades. Seus fazeres compreendem certamente planejamento e gerenciamento de projetos culturais, mas baseados na dialogia com outros protagonistas, para que se estabeleça a comunicabilidade entre acervos, tangíveis e intangíveis, repertórios humanos e os protagonistas da cultura.

O mediador cultural é responsável por promover a aproximação dos indivíduos com os bens culturais, possibilitando que estes se apropriem dos dispositivos, a partir do processo dialógico. A mediação cultural somada à ação consciente de mediação da informação pode contribuir para que o agente mediador alcance seus objetivos a partir da interação com indivíduos e grupos, possibilitando que estes se

aproximem e se apropriem dos bens culturais, utilizem as diversas fontes informacionais e construam conhecimento.

Ao tratar da mediação da informação, Gomes (2014) defende a existência e necessidade do agente mediador alcançar, por meio de suas práticas, as seguintes dimensões: dialógica, formativa, ética e estética. Ao relacionar a mediação da cultura com a mediação da informação, no âmbito das manifestações artísticas, entendemos que a primeira e a última dimensões, dialógica e estética, se relacionam de maneira orgânica e explícita nessas práticas, visto que é essencial o processo dialógico para o compartilhamento de vivências e saberes entre os sujeitos, possibilitando que esses alcancem e reconheçam o prazer na participação dessas ações.

Os sujeitos da ação comunicativa precisam transitar com “conforto” no “ambiente” do encontro, no espaço da interlocução, precisam desenvolver o sentimento de pertença, já que o encontro promissor com a informação é aquele capaz de gerar o terreno propício para o desenvolvimento intelectual e a construção do conhecimento. E esse “conforto” se consolida a partir de uma base comunicacional dialógica, por meio da qual as ideias podem transitar sem censura ou rejeição e os debates sejam decorrentes do exercício da crítica e dependentes da interação paritária dos participantes da ação (GOMES, 2014, p. 50).

Quando o agente mediador e os sujeitos ocupam o mesmo nível de importância no processo de comunicação, o diálogo e a troca de conhecimentos ocorrem de maneira mais fluída, como uma ação compartilhada e colaborativa. Com esta perspectiva, o agente mediador atuará com abertura ao

diferente, evitando a censura e a manipulação, alcançando a dimensão ética. Tal atuação só será possível se o agente mediador estiver consciente de todo o processo, realizando uma atuação protagonista e buscando esse agir também por parte dos sujeitos, atingindo a dimensão formativa da mediação da informação defendida por Gomes (2014). As dimensões supracitadas podem ser associadas à mediação cultural, visto que nesse processo deseja-se que os sujeitos se apropriem dos bens culturais e alcancem uma atuação protagonista.

Além da associação da necessidade do mediador cultural alcançar as dimensões dialógica, formativa, ética e estética, percebemos que a mediação da cultura está inter-relacionada à mediação da informação. No processo de conduzir os sujeitos à apropriação dos bens culturais o mediador favorece o acesso à informação, necessária ao desenvolvimento do conhecimento. Nesse âmbito, ressalta-se a necessidade de um agir coletivo, envolvendo a mediação da cultura e da informação.

Sobre mediação da informação Almeida Júnior (2015, p. 25), compreende como

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

Este conceito não só define o que é a mediação da informação, como também apresenta de que forma ela pode se manifestar. Vale ressaltar a preocupação que é dada a questão da interferência e da apropriação da informação, pois suscita a reflexão de que nenhuma atividade do mediador da informação é neutra, e nem que, a disseminação da informação é a etapa final do trabalho. Logo, a mediação da informação é vista como um processo cíclico, pois, uma vez que se atribui sentido a uma informação e esta é apropriada, ela pode despertar novas necessidades informacionais, gerando, conseqüentemente, novas necessidades de mediação da informação.

A mediação da informação musical pode ser identificada nas ações de organização e disseminação de itens documentais advindos das práticas musicais, como também, da manifestação fenomenológica da música. Nesta perspectiva, a música como bem cultural,

[...] enquanto registrada em documentos, como no caso de manuscritos musicais, a música pode ser considerada como patrimônio material, pois são os documentos bens palpáveis, tangíveis; por outro lado, sabe-se que os documentos são, pois, registros que dão suporte a uma prática cultural que é, essa sim, a sua verdadeira manifestação fenomenológica, que se dá propriamente como música aos sentidos humanos – essa é sua face imaterial (COTTA, 2006, p. 26).

O agente mediador deve compreender a música como um bem tangível, a partir dos registros materiais, e intangível, ao considerar os elementos performáticos e sonoros, em que ambas interfaces são bens culturais e fontes de informação

que revelam os aspectos constituintes do contexto social de seus produtores. Desse modo, considera-se os dispositivos culturais, independentemente do espaço em que pertence, são carregados de valor informacional, que ao ser mediados de maneira consciente potencializam a transformação dos sujeitos. É relevante ampliar as discussões sobre a mediação cultural da informação musical, entendendo que essa se dá a partir da formação de uma rede coletiva com distintos agentes sociais que devem atuar conscientemente frente aos seus papéis.

3 METODOLOGIA

Este estudo se configura como descritivo e documental, cujo objetivo foi analisar a percepção do público sobre a OSBA, a partir do Cineconcerto, a fim de evidenciar se esse espetáculo tem contribuído para despertar o gosto do público pela música clássica e os aproximar da Orquestra.

Esta pesquisa caracteriza-se ainda como estudo de caso, que, para Alves (2007, p. 58), “[...] trata-se de um estudo em profundidade [...] de uns poucos objetos visando obter o máximo de informações que permitam o amplo conhecimento [para o pesquisador] [...]”.

Quanto à técnica adotada na coleta de dados foi a aplicação do questionário *online* junto ao público do Cineconcerto, entre os dias 12 e 19 de outubro de 2019, totalizando 108 respondentes, como também a observação direta do Instagram da OSBA, analisando as repercussões do público da referida Orquestra.

Os dados coletados na pesquisa foram analisados considerando os aspectos subjetivos das informações levantadas, configurando-se como uma pesquisa qualitativa que “[...] possibilita que o pesquisador recolha dados subjetivos, bem como outros níveis de consciência da população estudada [...]” (SANTOS; CANDELORO, 2006, p. 71). Portanto, a interpretação e análise dos dados coletados foram norteadas pela abordagem qualitativa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A OSBA foi criada em 30 de setembro de 1982, sua história registra a participação de notáveis artistas nacionais e internacionais. O maestro Carlos Prazeres assumiu a curadoria artística e a regência da OSBA em 2011, cuja atuação tem contribuído para redefinir o papel da Orquestra na sociedade baiana, promovendo programações que dialogam com a cultura local (TCA, [2019]).

No ano de 2017, a OSBA adotou um novo modelo de gestão que permitiu maior agilidade e liberdade para a Orquestra desenvolver projetos especiais, dentre eles podemos citar: Futurível, Cineconcerto, Sarau Myriam Fraga, Verão da OSBA, OSBA em Casa, Osbacuri e OSBA em Família, que têm produzido diferentes apresentações, para todos os tipos de gostos, mas com a característica comum de atrair um novo olhar para a Orquestra e para música clássica.

O objeto de estudo desta pesquisa foi o Cineconcerto, que conta com um programa formado por composições que integraram produções cinematográficas. Como o próprio nome revela, o Cineconcerto é um espetáculo que relaciona o

cinema com a música sinfônica, em que os instrumentistas e o maestro se apresentam fantasiados com personagens de filmes, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1: Espetáculo Cineconcerto da Orquestra Sinfônica da Bahia



Fonte: Orquestra Sinfônica da Bahia (2019).

A partir dos resultados obtidos com o questionário aplicado junto ao público, inicialmente foi delineado o perfil dos participantes da pesquisa, em que foi constatado que 39,8% dos respondentes se declararam negros, 30,6% se declararam pardos, 25,9% se declararam brancos e os demais foram indígenas e amarelos. Em relação à faixa etária, destaca-se que 63,9% do público possui entre 19 e 30 anos de idade e 22,2% deles entre 31 e 40 anos. Quanto à escolaridade, 55,6% têm ensino superior completo e 32,4% ensino superior incompleto. Percebe-se que existe, entre outros aspectos, uma diversidade étnica e geracional que aproximam os sujeitos a partir do prazer de participar dos espetáculos da OSBA. Por outro lado, ressalta-se a necessidade de incluir sujeitos com outros graus de escolaridade, possibilitando que para além da

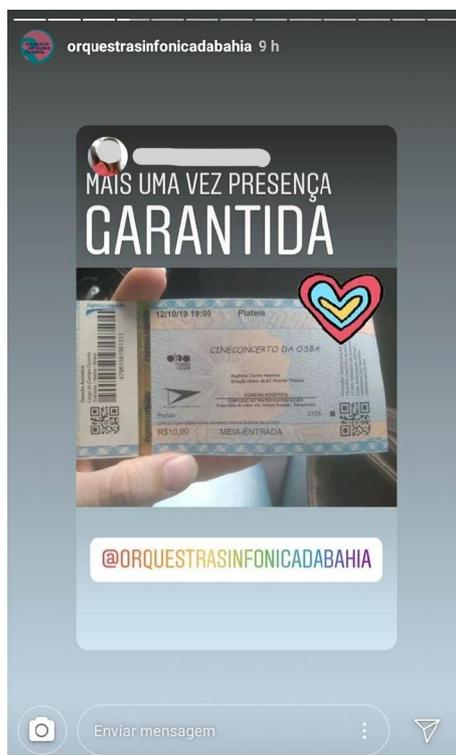
formação escolar e acadêmica, esses possam ampliar o acesso à diversidade cultural, favorecendo um olhar crítico sobre o meio.

Foi constatado que 53,2% dos respondentes ficaram sabendo do Cineconcerto por indicação de amigos ou familiares; 32,3% por meio das redes sociais da *web* e os demais respondentes assinalaram *sites* de notícias, televisão, rádio e *banner* da fachada do Teatro Castro Alves. Com mais de 16 edições realizadas, o Cineconcerto tem alcançado uma visibilidade por meio dessa diversidade de recursos de comunicação, resultando em espetáculos com ingressos esgotados.

Vale destacar, a partir do resultado indicado acima, que o Cineconcerto tem conquistado o público ao apresentar um novo jeito de interpretar a música clássica. Sendo possível evidenciar a construção de laços afetivos por parte dos sujeitos que integram o público e são pertencentes a uma rede social. Esse público, também no âmbito de suas redes sociais, compartilham e demonstram o prazer em participar ativamente desses espetáculos. Com isso, infere-se por meio dos 53,2% dos respondentes que assinalaram as alternativas “amigos ou familiares”, que existe uma demonstração de afetividade ao desejar compartilhar de um momento prazeroso com seus junto a OSBA.

Na pesquisa foi observado a repercussão do público no Instagram, como ilustrado na Figura 2.

Figura 2: Postagem no Instagram da OSBA



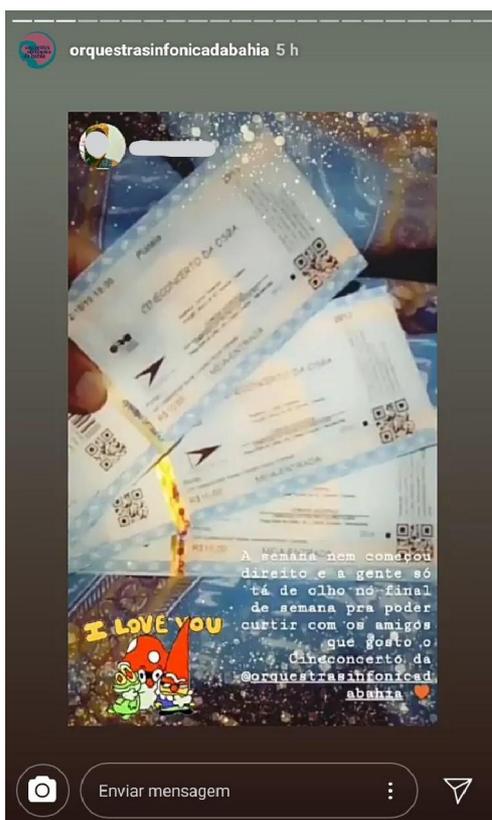
Fonte: Orquestra Sinfônica da Bahia (2019).

Na Figura 2 é possível evidenciar a participação recorrente de um sujeito no Cineconcerto. A divulgação de seu ingresso na página da OSBA e o símbolo de um coração na imagem levam a inferir que existe a intenção de demonstrar que esse sujeito possui um sentimento de pertencimento com a OSBA. Pode-se afirmar que a dimensão estética defendida por Gomes (2014), na perspectiva da mediação da informação, tem sido alcançada nessa mediação cultural.

A Figura 3 demonstra a expectativa do participante em relação ao Cineconcerto ao escrever o seguinte comentário no

Instagram: “A semana nem começou direito e a gente só tá de olho no final de semana pra poder curtir com os amigos que gosto o Cineconcerto da @orquestrasinfonicadabahia”. Tal comentário indica o prazer do sujeito de integrar o público que apreciará mais um espetáculo.

Figura 3: Postagem no Instagram da OSBA



Fonte: Orquestra Sinfônica da Bahia (2019).

A Figura 3 ainda possibilita ratificar o sentimento de pertença dos sujeitos e o prazer de compartilhar com integrantes de sua rede social, amigos e familiares, mais uma edição do Cineconcerto. Portanto, observa-se que o

Cineconcerto ao se apresentar como um ambiente acolhedor, em que os sujeitos podem demonstrar seus sentimentos, afetividades e também celebrar junto aos seus amigos e familiares, propicia o livre pensar, a criatividade e a liberdade de expressão, favorecendo a apropriação da informação musical e dos dispositivos culturais presentes no Cineconcerto.

O questionário aplicado ao público do Cineconcerto evidenciou também que o maestro Carlos Prazeres atua como mediador cultural, ao buscar aproximar o público e dialogar de maneira compreensível com este. Entre os dados coletados, destaca-se que 95,4% dos respondentes afirmaram que a maneira que o espetáculo é regido contribui para a aproximação do público com a Orquestra e 87% concordaram que o modo como o Cineconcerto é apresentado ampliou ou modificou a sua visão sobre a música clássica e o trabalho da OSBA, conforme a fala da Respondente A. Esses dados confirmam a afirmação anterior que o ambiente acolhedor do Cineconcerto favorece para apropriação da informação musical e dos demais dispositivos culturais apresentados neste espetáculo.

A interação do maestro com o público além de nos fazer compreender melhor o espetáculo e o universo da música clássica, nos passa uma mensagem de acolhimento ao demonstrar essa preocupação em aproximar a música erudita daqueles que por razões socioculturais não costumam apreciá-la (Respondente A).

Durante o Cineconcerto existe um conjunto de dispositivos culturais que são mediados de maneira estratégica, envolvendo e convidando o público a (re)conhecer junto aos instrumentistas e maestro a relevância de tais

dispositivos. A música clássica, produzida em determinado espaço sociocultural e tempo histórico, é o primeiro elemento a ser mediado, sua sonoridade e a maneira como é interpretada possuem e permitem a construção de sentidos por parte dos sujeitos. Informações sobre o compositor da obra musical, tais como: sua formação sociocultural, suas ideologias e crenças, o tempo histórico que pertencia, são algumas informações musicais que os sujeitos que participam do Cineconcerto têm acesso e podem ampliar sua formação como sujeito cultural, que possui suas crenças e valores, mas também (re)conhece e dialoga com as demais manifestações culturais. Outro dispositivo cultural é o instrumento musical – criado por um determinado profissional e utilizado de maneira singular por um(a) instrumentista, esses são apresentados durante o espetáculo – que em sua unidade integra um conjunto diverso de categorias, exercendo um papel melódico ou harmônico, com alturas, intensidades, durações e timbre próprios. Assim, esses dispositivos compõem o espetáculo e são carregados de valores culturais que se relacionam ao saber de cada sujeito, ampliando suas percepções de mundo.

Além das informações sobre os dispositivos citados anteriormente, o Cineconcerto inova ao apresentar os instrumentistas fantasiados, permitindo ao público realizar associações com obras cinematográficas e bibliográficas. Dessa maneira, podemos afirmar que existe uma diversidade de informações que são apresentadas de maneira lúdica e prazerosa, favorecendo a apropriação de informações artísticas. Destaca-se que a atuação do maestro, em sua mediação cultural e na disseminação de informações musicais,

poderia ser subsidiada pelo bibliotecário, como mediador da informação, que com base no conceito de Almeida Júnior (2015) poderia atuar nesse cenário de maneira consciente favorecendo o acesso, o uso e a apropriação de informações.

Vale destacar que apenas 8,3% dos respondentes disseram ter domínio sobre os aspectos teóricos da música, o que nos leva a inferir sobre a importância da mediação da informação nesse contexto, que poderia ter a contribuição do bibliotecário, visto que esse profissional auxiliaria a mediação cultural já realizada no Cineconcerto pelo maestro Carlos Prazeres e que é constatada quando 88% dos respondentes confirmam que a interferência do Maestro contribuiu para a compreensão do espetáculo e 85,2% deles gostam quando o maestro dialoga com a plateia, como afirma os Respondentes C e D.

A forma como maestro se aproxima do seu público faz com que o espetáculo se torne algo mais dinâmico e instrutivo. Ao mesmo tempo que escuto o concerto também aprendo coisas sobre composição, sobre a obra que eles estão apresentando e me sinto parte do conjunto e consigo entender melhor a dinâmica da obra, o que é lindo já que não entendo nada de música, só sinto a melodia (Respondente C).

Acho lindo a maneira como o maestro compartilha seus conhecimentos sobre música clássica sem soar pedante ou impertinente. As interações do maestro com a plateia são orgânicas e fazem eu me sentir parte do espetáculo, ao invés de ter a sensação de que eu 'não deveria nem estar ali, linda'. O que é muito importante pra quem não se encontra num lugar de ~erudição~ (Respondente D).

A pesquisa constatou que o maestro Carlos Prazeres atua de maneira consciente como agente de mediação da informação musical como também na mediação cultural realizada durante o espetáculo Cineconcerto e tem contribuído para despertar o gosto do público pela música clássica e os aproximar da Orquestra. Pode-se retomar a discussão anteriormente apresentada para enfatizar que a mediação da informação, como também a mediação cultural, durante o Cineconcerto, alcança de maneira evidente duas das dimensões defendidas por Gomes (2014), a dimensão dialógica e a estética, pois tanto a interação e a comunicação entre os sujeitos são realizadas e fortalecidas quanto o sentimento de prazer e de pertencimento. A informação quando apropriada, passa a fazer sentido para o ouvinte, o sentimento de pertencer àquele espaço se consolida, possibilitando novas interações com ele.

Com o intuito de identificar se o Cineconcerto motivou o sujeito a frequentar outros espetáculos da OSBA, destaca-se as falas dos Respondentes F e I:

O Cineconcerto foi a porta de entrada para os demais espetáculos da OSBA. Tanto neste projeto quanto nas outras apresentações as informações passadas pelo Maestro Carlos Prazeres contribuem bastante para aguçar a curiosidade sobre as músicas executadas e seus compositores (Respondente F).

A partir da fala do Respondente F, foi evidenciado que o Cineconcerto favorece o acesso à novas informações e permite que o sujeito tenha um olhar consciente sobre suas necessidades informacionais e sua relação com a informação, evidenciando que existe uma alteração no comportamento

informativa dos participantes a partir da atuação do agente mediador, neste caso, o maestro. Destaca-se que, tanto na fala do Respondente F quanto do Respondente I, para além das informações que os sujeitos têm acesso no Cineconcerto, a mediação do maestro também auxilia a participação em eventos, ambientes e o uso de outros dispositivos de informação musical, pois o sujeito passa a identificar suas necessidades e a partir dessa compreensão busca novos repertórios informativos.

Depois do Cineconcerto passei a ir aos outros concertos da OSBA, ato que antes não fazia. Virou um dos meus programas favoritos. Tenho notado também que passei a ouvir música clássica em casa, especialmente para tentar relembrar as músicas que ouvi nos concertos (Respondente I).

Além do Respondente I, que citou ter passado a ouvir música clássica em casa, 67,6% dos respondentes afirmaram que já buscaram assistir, ler ou pesquisar algo sobre as obras apresentadas no Cineconcerto. Esse dado indica que ao participar do concerto o sujeito se apropria da informação ao mesmo tempo que gera conflitos e novas necessidades informativas, conforme defendido por Almeida Júnior (2015).

O processo dialógico, o ambiente acolhedor e a interação com o contexto sociocultural são os pilares para que ocorra uma mediação efetivamente consciente e transformadora. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015; GOMES, 2014). A música é uma das expressões artísticas que dissemina informações, portanto, ratificamos que os bibliotecários podem contribuir com o desenvolvimento e transformação

social considerando a mediação além das paredes da biblioteca e além do objeto livro. O âmbito cultural é um campo fervilhante de informação e temos conhecimento para contribuir e trocar com esse espaço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações artísticas são bens culturais e fontes de informação que possibilitam a formação e/ou ampliação do senso crítico e intelectual dos sujeitos que passam a ter prazer em apreciá-las ao mesmo tempo que se reconhecem nos vestígios que estas manifestam. A mediação cultural é uma ação que promove a aproximação, a compreensão e a apropriação dos bens culturais pelos sujeitos, os quais podem ser participantes ativos da ação que os tornará protagonistas. Para tanto, o agente mediador deve atuar de maneira consciente, a partir da dialogia e da negociação para estabelecer uma ambiência em que os sujeitos se sintam pertencentes e encontre neste espaço um lugar de fala.

Evidencia-se por meio desta pesquisa a percepção do público sobre a OSBA, em que foi identificado que a maior parte dos respondentes passou a frequentar outros concertos da Orquestra após assistir a um espetáculo do Cineconcerto, que tem contribuído para despertar o gosto do público pela música clássica. Observa-se que a OSBA tem atuado com uma programação atrativa que atende a diferentes perfis de público e, sobretudo, tem se dedicado a ressignificar a sua imagem, ao produzir concertos que contemplam os clássicos de maneira jovial, reconhecendo o comportamento e anseios do público da atualidade.

Vale destacar a atuação do maestro Carlos Prazeres como agente mediador que tem se dedicado de maneira significativa para construir e estreitar a relação do público com os músicos integrantes da OSBA; como também tem apresentado uma postura inovadora como maestro, a qual tem atraído o público por sua maneira descontraída de se expressar, que difere da imagem construída de um regente de orquestra; e ainda tem contribuído para que o público da OSBA se aproprie da informação musical. Neste contexto, é importante frisar a atuação de um bibliotecário para subsidiar o planejamento e a realização dos espetáculos da OSBA, *o qual contribuirá de maneira efetiva, posto que, os dispositivos culturais ao ser mediados conscientemente potencializam a transformação dos sujeitos. Portanto, reforçamos a relevância da atuação dos bibliotecários em distintos ambientes.*

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: Abecin, 2015. p. 9-32.
- ALVES, M. **Como escrever teses e monografias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- COELHO, J. T. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- COTTA, A. G. Fundamentos para uma arquivologia musical. *In*: COTTA, A. G.; BLANCO, P. S. (org.). **Arquivologia e patrimônio musical**. Salvador: EDUFBA, 2006.

DAMATTA, R. Você tem cultura? **Jornal da Embratel**, Rio de Janeiro, p. [1-4], 1981.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>. Acesso em: 12 ago. 2020.

LIMA, C. B.; PERROTTI, E. O Bibliotecário como mediador cultural. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]** Marília: UNESP, 2017. p. 1-20. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/496/1207. Acesso em: 15 ago. 2020.

ORQUESTRA SINFÔNICA DA BAHIA – OSBA. **História**. Salvador, [2019]. Disponível em: <https://www.osba.art.br/historia>. Acesso em: 14 ago. 2020.

SANTOS, V.; CANDELORO, R. J. **Trabalhos acadêmicos: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas**. Porto Alegre: AGE, 2006.

SILVA, B. D.; SANTOS NETO, J. A. Práticas de mediação cultural nas bibliotecas públicas municipais de Londrina/PR. **Biblionline**, João Pessoa, n. 2, v. 13, p. 30-43, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/16140>. Acesso em: 08 abr. 2020.

TEATRO CASTRO ALVES – TCA. **Osba: história**. Salvador, [2019]. Disponível em: <http://www.tca.ba.gov.br/osba/histo>. Acesso em: 14 ago. 2020.

CAPÍTULO 4

O CONCEITO DE MEDIADOR E MEDIAÇÃO PARA UMA REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES: ANÁLISE DA OBRA LEAMOS JUNTOS

Gisele Ap. Ribeiro Sanches

Claudio Marcondes de Castro Filho

1 INTRODUÇÃO

As publicações voltadas para a formação de leitores são uma importante ferramenta no desenvolvimento de competências em uma sociedade na qual a comunicação escrita possui um papel muito marcante na forma de se conhecer o mundo, o que exige de cada indivíduo o desenvolvimento da capacidade de entender a realidade conceitual orientadora de toda a organização social.

A atividade de leitura é um processo mediado, complexo e multifacetado. Por ser assim considerada, na maioria das vezes, está atrelada à educação formal; o ambiente escolar é visto, desse modo, como a porta de entrada para o mundo da leitura e da escrita.

Dessa maneira, a leitura é concebida como um processo de codificação e decodificação de sinais gráficos, cuja efetivação bem-sucedida é a aquisição do código linguístico, que permite o acesso direto aos elementos culturais. Essa

atividade é, portanto, imprescindível para a concepção de um sujeito autônomo, ou seja, apto a se apropriar da informação.

Como um processo cultural e social mediado, a atividade de leitura necessita de um conjunto de ações coordenadas e convergentes que possibilitem sua realização. Assim, reconhecemos como instâncias de realização dessas ações a família, a escola e a biblioteca escolar, ou seja, todo espaço que possibilite trocas simbólicas, promovendo a circulação de conhecimento. No exercício fundamental de incentivo e fortalecimento desse processo, essas instituições são os principais mediadores de leitura.

Assumindo a responsabilidade mútua dessas instâncias, iniciativas de fomento à leitura que integram esses três segmentos têm-se materializado em política pública em muitos países. Um exemplo disso são Centros de Recurso para o Aprendizado – Biblioteca CRA. Essas bibliotecas fazem parte de um programa do Ministério da Educação chileno que tem por objetivo apoiar as atividades educativas no ambiente escolar, visando à melhoria da qualidade da educação. A perspectiva de atuação desse programa é fomentar um sistema educativo de qualidade, inclusivo, moderno, no qual a educação não seja somente transmissão de conhecimento, mas um processo formador de pessoas.

Uma linha de atuação, no fomento à leitura, dessa política pública são publicações que oferecem suporte para as atividades e propostas do programa. Entre muitos outros, o livro *Leamos Juntos: orientaciones para fomentar la lectura en familia* (CHILE, 2009) tem por objetivo oferecer orientações para a família do estudante, pertencente ao quadro

educacional chileno, sobre como proceder para o estímulo da leitura. O manual propõe atividades e promove a reflexão sobre o tema com textos que abordam a família como protagonista na formação do gosto pela leitura, isto é, um mediador.

Estudar essa temática de mediação e de mediador é relevante tanto no domínio da Ciência da Informação como no âmbito da Educação. Temos autores de destaque no assunto em ambas as áreas de estudo por se tratar de conteúdo comum, respeitando sua especificidade e abordagem.

Na Educação, as concepções de mediação e mediador, entre muitas outras linhas teóricas, estão ligadas ao processo de alfabetização, quando se pensa na aquisição da leitura e da escrita. Esse mediador geralmente é o professor que faz o processo de inter-relação entre os conteúdos escolares e o estudante. Autores como Magda Soares, Ezequiel Theodoro da Silva e Paulo Freire, para citar alguns, oferecem subsídios a respeito da leitura, do letramento e seus processos mediadores, para que possamos observar uma publicação de uma política pública e verificar seu potencial mediador.

No espaço escolar, a biblioteca também é um lugar de mediação. Autores como Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, Claudio Marcondes de Castro Filho e Bernadete Campello, cada um em sua área de estudo específica, como Mediação da Informação e Biblioteca Escolar, trazem contribuições para entender as políticas públicas para livro, leitura e biblioteca escolar, de modo a fortalecer o trabalho biblioteconômico como mediador e protagonista.

A partir desse entendimento, o objetivo deste trabalho é verificar se os conceitos de mediação e mediador aparecem em partes do documento *Leamos Juntos*, produzido pela equipe do Centro de Recurso para o Aprendizado – Biblioteca CRA. Para tanto, destacamos as menções a esses termos no documento, bem como a disposição das imagens e divisão de seções do texto, conforme disposto na primeira parte do material, organizado em artigos. A segunda parte do livro traz orientações e atividades de leitura para serem desenvolvidas pela família. Entendemos que o foco de nosso trabalho é procurar orientações formadoras de conceitos, e não a prática do desenvolvimento da atividade de leitura.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: a segunda seção descreverá brevemente a estrutura e o funcionamento das Bibliotecas CRA; a terceira seção apresentará e discutirá dois artigos da obra *Leamos Juntos* e, por fim, seguem as considerações finais.

2 CENTRO DE RECURSOS PARA O APRENDIZADO: LINHAS DE ATUAÇÃO

Após o fim da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990) e a subsequente abertura democrática no Chile, muitas áreas de responsabilidade governamental necessitavam de uma remodelação em sua forma de planejamento e execução. A educação chilena precisava de uma proposta de reestruturação que estivesse de acordo com os valores daquele momento do país. Assim, foi elaborado o Programa de Bibliotecas Escolares Centro de Recursos para o Aprendizado – CRA.

Esse projeto teve início no ano de 1994, com o programa de *Mejoramiento de la Calidad y Equidad de la Educación (MECE)*. O MECE (CHILE, 1994) abrange todas as questões referentes à estruturação da educação chilena, incluindo as bibliotecas escolares como um setor a ser investido. Nesse documento, as bibliotecas são denominadas de salas de leitura; somente após alguns anos da sua implantação passaram a ser chamadas de CRA. Em seu momento atual, podemos verificar que o objetivo das bibliotecas CRA é o de centralizar, em um mesmo espaço, materiais bibliográficos e audiovisuais para o desenvolvimento das atividades de ensino, formação e recreação (CHILE, 2011).

Como forma de promover o processo de ensino-aprendizagem, as bibliotecas CRA são vinculadas à Unidade de Currículo e Avaliação do Ministério da Educação chileno, o que promove uma interligação entre as atividades de ensino com a biblioteca e mostra que elas podem caminhar juntas, visando ao desenvolvimento dos estudantes. O programa tem como missão “fomentar o interesse pela informação, leitura e conhecimento, através de espaços criativos de encontro e aprendizado para a comunidade escolar” (CHILE, 2019a, tradução nossa).

Um marco na estruturação das Bibliotecas Escolares CRA foi a publicação, em 2011, dos *Estándares para Bibliotecas Escolares CRA*. Esse Documento instituiu parâmetros de organização e desempenho para as bibliotecas, com o estabelecimento de ensino, o número de estudantes e a faixa etária atendida.

De acordo com dados do ano de 2018⁶, o programa Bibliotecas CRA possui uma cobertura educacional de 93,82% na educação básica (1.969.818 estudantes) e 93,49% na educação média (767.814 estudantes) em todo território chileno, diferentemente dos 7,6% dos estabelecimentos de ensino que, nos anos 80, continham bibliotecas. Possui uma equipe multidisciplinar, da qual fazem parte bibliotecários, que se responsabiliza pela coordenação nacional do programa, o desenvolvimento de coleções e a potencialização do uso dos materiais entregues às bibliotecas. Essa equipe está ligada ao Ministério da Educação (Mineduc) e atua na gestão e organização das atividades que serão nelas desenvolvidas. Nas bibliotecas situadas nas escolas, não fica claro, nos documentos oficiais disponíveis, se os profissionais que desenvolvem as atividades são bibliotecários.

O Chile é subdividido geograficamente em 16 regiões, 54 províncias e 346 comunas. A distribuição geográfica de bibliotecas escolares CRA segue essa forma de organização espacial, formando uma rede de bibliotecas. Essa rede possui uma organização hierarquizada com relação à gestão dos CRA, dividindo-se em 15 encarregados regionais e 37 encarregados provinciais⁷, que fazem uma ligação entre o Mineduc e as bibliotecas. A figura desses encarregados desempenha um papel importante na estrutura organizacional por desenvolver as ações propostas pela coordenação nacional, bem como

⁶ Disponível em: http://www.bibliotecas-cra.cl/cobertura_cra. Acesso em: 29 jul. 2020.

⁷ Disponível em: http://www.bibliotecas-cra.cl/regionales_provinciales. Acesso em: 29 jul. 2020.

oferecer uma devolutiva dos problemas, dificuldades e dos êxitos das atividades.

Por se tratar de uma política pública com mais de 25 anos de existência, algumas linhas de atuação se firmaram ao longo do tempo. Uma delas é o fomento ao leitor, com o *Programa Lector BiblioCRA: lecciones para usar la biblioteca CRA*, que abrange do Pre-Kinder e Kinder⁸ até o 4º Médio. Esse programa

[...] fornece um vasto material pedagógico para incentivar e integrar o CRA ao currículo. As lições são projetadas para desenvolver progressivamente o gosto pelas habilidades de leitura e informação, bem como a autonomia dos usuários da biblioteca do CRA (CHILE, 2019b, tradução nossa).

Também compõem esse programa as seções: “Libros recomendados”, que apresenta indicações de leitura de acordo com o momento escolar do estudante; “Iniciativas de lectura”, que oferece para *download* o guia de mediação da leitura *Qué cuento contamos...libros infantiles y actividades para todos 2018*, com 50 títulos recomendados para crianças de 0 a 11 anos; “Padres y apoderados”, destinada a indicações de leitura para pais e responsáveis pelos estudantes.

⁸ Estrutura Educacional no Chile: Primeiro Nível de Transição (Pre-Kinder): 4 anos; Segundo Nível de Transição (Kinder): 5 anos; Primeiro ano Básico. Idade mínima: 6 anos; Educação Média Científico-Humanista, Técnico Profissional e Artística. Idade máxima: 16 anos; Educação Especial: não há idade mínima para o ingresso, somente é necessário um laudo atestando o déficit. Idade máxima: 26 anos. Disponível em: <https://www.ayudameduc.cl/ficha/requisitos-de-edades-para-ingresar-al-sistema-escolar>. Acesso em: 29 jul. 2020.

Esse programa formaliza as ações desenvolvidas pela Biblioteca Escolar CRA e assegura que estejam em consonância com os conteúdos desenvolvidos em sala de aula, uma proposta articulada enfocando a leitura, habilidades informacionais e autonomia dos estudantes.

Na esteira dessa proposta está o projeto *Leo Primero*⁹, que oferece formação continuada para docentes e chefes de Unidade Técnico-Pedagógica das séries iniciais. O objetivo é disponibilizar elementos para trabalhar as questões relacionadas à leitura e à escrita, a partir de um processo reflexivo das ações desenvolvidas. Também proporciona material pedagógico para dar suporte à formulação e desenvolvimento das atividades de leitura e escrita em sala de aula.

Outro recurso que oferece material pedagógico e de literatura é a Biblioteca Digital Escolar¹⁰. Nela, os estudantes, docentes, diretores e funcionários têm acesso, por meio de um login e senha, a 6.000 títulos. Essa plataforma digital tem como objetivo oferecer uma diversidade de títulos, incentivar a busca por informação e conhecimento em ambiente digital.

Em relação à gestão do acervo e procedimentos técnicos, as Bibliotecas Escolares CRAs utilizam o software Abies 2.0, um sistema de gerenciamento de materiais bibliográficos fornecido de forma gratuita pelo Ministério da Educação, Cultura e Desporto da Espanha. Não foi possível verificar com exatidão o funcionamento do sistema, pois não

⁹ Plano de Leitura anual desenvolvido pelo Ministério da Educação Chileno.

¹⁰ Disponível em: <https://bdescolar.mineduc.cl/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

possuímos acesso a ele, mas foi possível acessar os manuais de utilização. Esses manuais orientam a respeito da importação dos registros e da elaboração de um inventário do acervo, da forma de realizar a atualização do catálogo e verificar a compatibilidade entre computadores, do modo de proceder no processamento técnico dos livros, enfim, um guia de catalogação.

3 OS CONCEITOS DE MEDIADOR E MEDIAÇÃO EM LEAMOS JUNTOS

O livro *Leamos Juntos: orientaciones para fomentar la lectura em familia* é de responsabilidade do setor de Avaliação e Currículo, vinculado ao Ministério da Educação chileno. Foi publicado no ano de 2009, possui 170 páginas com ilustrações de exemplar qualidade gráfica e está dividido em quatro seções, subdivididas em artigos que tratam da leitura em família, além de uma seção com atividades e sugestões de leitura.

Os artigos são os seguintes, de acordo com o sumário da publicação: Apresentação; História: hora do sol, horas da lua; A família: primeiro protagonista no prazer da leitura; Leitura em casa: abordagens e experiências; Família, leitura e desenvolvimento emocional, de Neva Milicic e Alejandra Rivera; E como estamos indo em casa? por Constanza Mekis; Escola e família: Looks conflitantes, de Mariano Coronas Cabrero; Uma escola comprometida com a leitura, pela Amelia Lynch School of Lyon; Depoimentos de famílias beneficiadas pela Pasta Literária do DIBAM; Como incorporar famílias: atividades e sugestões; Carta aos pais, mães e responsáveis;

Aproximando o CRA das famílias; Atividades; Seleção de livros para ler em família; Referências; Bibliografia; Websites; Alguns dados dos autores.

Optamos por utilizar, neste trabalho, a pesquisa documental. De acordo com teóricos da área de metodologia científica, a característica que define esse tipo de pesquisa é o fato de que “[...] a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (MARCONI; LAKATOS, 2016, p. 157).

Em toda a publicação, são utilizadas imagens que auxiliam no entendimento do conteúdo apresentado, como fotos e desenhos que ilustram a relação entre escola, família e estudante. Na capa e contracapa (Figura 1), já é possível identificar o modo como a leitura é descrita em todo o texto. A figura apresenta crianças e adultos compartilhando livros. A leitura é feita em conjunto, como o título do livro sugere; é possível verificar, nas figuras distribuídas ao longo do livro, crianças e adultos com o livro nas mãos sugerindo a ideia de que a condução da atividade de leitura é feita por ambos.

Figura 1: Capa do Livro *Leamos Juntos*



Fonte: Mineduc (2009).

O principal objetivo do livro é ser utilizado como ferramenta para fomentar o comprometimento da família com o processo educativo dos filhos, em relação ao desenvolvimento da prática de leitura. Para alcançar essa finalidade, oferece orientações em forma de atividades e sugestões de livros para toda a família. A partir dessa afirmativa, buscamos as considerações de Nunes (2019, p. 4), que aborda a mediação como processo interdependente. A autora considera que “[...] a mediação se faz presente como um processo que se realiza a partir da inter-relação entre os sujeitos e que pressupõe entre eles uma mudança que contribua para a melhoria da condição de ambos.”

Essa concepção da autora é corroborada pela forma como a mediação da leitura é apresentada no livro. Logo em seu início, é atribuída à relação familiar a responsabilidade de passar adiante essa herança cultural que é a atividade da leitura.

O artigo de abertura, cujo título é “Tempo de sol, horas de lua¹¹”, tem o propósito de uma apresentação. O texto narra a história de Vicente, um menino que resolve guardar em frascos horas de sol e horas de lua, para que seu pai e sua mãe tivessem tempo disponível para ficar com ele. O que nos chamou atenção, nesse início de apresentação, foi o trecho: “Para Vicente, não havia nada melhor no mundo do que andar com o pai e sentir que sua mão forte o levou a atravessar a rua” (CHILE, 2009, p. 14, tradução nossa). Nesse caso, a mão do pai pode ser entendida como a responsabilidade dos pais na

¹¹ Tradução nossa.

condução da trajetória educacional dos filhos e, mais propriamente, na participação na prática de leitura.

Somos dependentes dos outros na construção de nosso conhecimento. O mundo nos é dado – sempre parcialmente – a partir dos outros, na relação com os outros. Vale a pena dizer: a partir da compreensão, do entendimento que o outro faz do mundo. Ele determina a forma, os aspectos, os limites de cada fenômeno. [...] Em suma: nosso conhecimento se constrói mediado e, da mesma forma, somos mediadores na construção do conhecimento dos outros (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 11).

Nesse sentido, concebemos mediação como um processo encadeado de ações e operações de interferência, feitas por um mediador, na busca por resultados. No caso da leitura, o mediador tem a atribuição de formular atividades, assim como criar espaços e situações que despertem ou reforcem o interesse de seu público-alvo, com a finalidade de promover a prática de leitura.

Mais adiante, ainda na apresentação, o texto afirma que a equipe CRA de cada escola ou liceu possui duas missões, ou seja, duas atribuições que necessitam de especial atenção, como podemos verificar no trecho a seguir:

Por um lado, corrigir as deficiências de crianças cujas famílias não conseguiram se tornar mediadores eficazes da leitura. Por outro lado, haverá a missão de influenciar essa situação, convidando os pais e responsáveis a se integrarem no processo de desenvolvimento da leitura de seus filhos e filhas. Esse segundo objetivo é um grande desafio que precisa do

comprometimento e perseverança da equipe do CRA (CHILE, 2009, p. 15, tradução nossa).

Em outro artigo, o texto destaca o papel de mediadores entre a comunidade escolar e a família, por entender que a prática de leitura é um processo que deve ter a participação de todos. Vejamos o que diz o texto:

No planejamento do trabalho da equipe do CRA, é necessário incorporar algumas atividades que serão estratégicas ao aproximar as famílias dos alunos do desenvolvimento de um gosto pela leitura. A equipe do CRA de cada escola e ensino médio deve ser um mediador eficiente para convencer as famílias sobre o importante papel que desempenham nesse processo (CHILE, 2009, p. 111, tradução nossa).

As Bibliotecas Escolares CRA propõem-se a uma atividade de mediação, pois fazem a ligação entre pais, estudantes e escola, em um processo de integração para o desenvolvimento da prática de leitura. Também gostaríamos de ressaltar o segundo objetivo, o qual explicita a preocupação com o compromisso e constância da equipe. Essa preocupação é justificada pela necessidade de se criar vínculos, como pode ser verificado na Figura 2.

Figura 2: A família: primeira protagonista no prazer da leitura



Fonte: Mineduc (2009).

Em se tratando de escolas com estudantes de 0 a 16 anos, com uma equipe constante, a possibilidade de estabelecer um relacionamento de confiança e afetividade é maior, favorecendo o ambiente para o fomento à leitura.

Na publicação, a atividade de mediação feita pela equipe das Bibliotecas Escolares CRAs inclui a participação de bibliotecários. Podemos afirmar, desse modo, que há o processo de mediação da informação, definida a seguir:

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando à apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25).

O livro *Leamos Juntos*, especificamente, pode ser incluído na mediação implícita da informação porque primeiro é formulado e, depois, é compartilhado com o usuário. Nesse caso, o livro é um dispositivo de comunicação utilizado como meio para difundir o discurso educacional. A esse respeito, Pieruccini (2007, p. 5) comenta que “os dispositivos, enfim, não apenas expressam como também definem, por meio dos discursos implícitos em sua configuração, modos de relação entre os sujeitos e o universo simbólico (documentos, registros, informações, conhecimento) que guardam.”

A publicação não é um simples artefato que contém palavras ou imagens. É necessário considerar, na mediação, a questão estética do material, pois a forma com que o conteúdo é apresentado pode determinar a recepção da mensagem, sua adesão ou não. Quanto à disposição do conteúdo, Charaudeau (2012) destaca a relevância de se estudar as formas de construção e operação das mídias no processo informacional, voltado para informação como fato, pensando no campo da análise do discurso, mas contribui ao dar indicações de como um material compõe o processo de mediação ao transmitir uma ideia.

O dispositivo é um componente do contrato de comunicação sem o qual não há interpretação possível das mensagens, [...] ele compreende um ou vários tipos de *materiais* e se constitui como suporte com o auxílio de uma *tecnologia*. É no material que se informa, toma corpo e se manifesta, de maneira codificada, o sistema signifiante: a oralidade, a escrituralidade, a gestualidade, a iconicidade. No estudo do dispositivo, pode-se incluir a natureza da textura

desse material: a vibração da voz, o pigmento das cores, a tipografia etc (CHARAUDEAU, 2012, p. 105, grifo do autor).

Notamos, na citação do autor, um destaque ao material físico, o documento, como chamamos na Ciência da Informação. Contudo, no que diz respeito à mediação, estamos tratando da circulação da informação contida nele; a forma como a informação está disposta pode, conforme entendemos, influenciar sua recepção. Na perspectiva de Gomes (2014), a estética da informação importa na construção de sentido quando pensamos na ordem gráfica do material. Dentro dessa abordagem, de dispositivos geradores de sentidos, a autora compreende a mediação como:

[...] uma ação semiótica, dependente das diversas linguagens, e que para alcançar sucesso é também dependente da consciência de seus agentes de que todos os envolvidos na ação mediadora são interlocutores, portanto, também protagonistas do processo (GOMES, 2014, p. 51).

Nunes (2019), quando discute a questão de mediação editorial da informação, no contexto das revistas científicas, pensando no impacto que a estética da informação pode produzir sobre seu leitor, destaca o uso da linguagem na atividade mediadora influenciando o processo de comunicação. A autora agrega conceitos da área de estética para compreender melhor o alcance que essa temática pode ter. As considerações da autora também podem ser aplicadas no caso do livro analisado neste estudo, uma vez que percebemos a preocupação, por parte dos responsáveis pela elaboração do material, em oferecer uma excelente qualidade gráfica, mostrando a importância da questão estética.

Em se tratando do contexto educacional, podemos dizer que o texto está amplamente ligado ao processo ensino-aprendizagem por meio da atividade mediadora, em razão de oferecer orientações e conduzir ações dentro do estabelecimento escolar bem como encorajar atividades de leitura em família.

No entanto, a responsabilidade no desenvolvimento da prática de leitura não é somente dos pais. Consideramos a escola um agente muito importante – para não dizer imprescindível – no processo de aquisição do código linguístico, com o compromisso de desenvolver a habilidade leitora; tanto os pais quanto a escola são responsáveis pela promoção da leitura junto aos filhos e estudantes. O livro corrobora esse pensamento:

A escola desempenha um papel inevitável na consolidação e criação de bons leitores. No entanto, para o sucesso a longo prazo da promoção da leitura, são necessárias estratégias que favoreçam o prazer da leitura desde tenra idade, graças a um trabalho conjunto da família e da escola (CHILE, 2009, p. 14, tradução nossa).

A partir dessa constatação, temos a casa e a família como um primeiro espaço possível para que a leitura seja aprendida e compartilhada. Podemos afirmar que a formação de leitores é fortalecida pela existência de livros no espaço familiar. O texto de Constanza Mekis¹², “E como estamos indo

¹² Constanza Mekis é uma bibliotecária chilena que, por muitos anos, foi coordenadora nacional das Bibliotecas CRAs. Tem um papel muito importante na sociedade educacional do Chile por sua atuação junto ao

em casa?”, aborda exatamente essa perspectiva ao discutir como a prática de leitura era feita em sua casa na infância e como ela é realizada em sua família atualmente. A autora apresenta a relação entre família e leitura, na qual os laços afetivos determinaram sua construção como leitora e mediadora de leitura. Sua prática de leitura foi principalmente influenciada pelo avô e pelo pai, como mostra o seguinte trecho:

O que dizer sobre meu avô e sua biblioteca? Era uma boa biblioteca, com inúmeros livros que me pareciam maravilhosos. [...] tenho muita consciência de que, quando cumprimentei meu avô, em cada abraço percebi que sempre tinha uma caderneta na carteira da jaqueta. Você carrega seu livro de bolso? Ele disse claramente que você sempre deve levar um livro com você (MEKIS, 2009, p. 44, tradução nossa).

Na citação acima, a autora afirma a alta qualidade e quantidade dos livros que compunham a biblioteca do avô, bem como a lembrança afetuosa de que o avô tinha o livro como um companheiro que sempre carregava consigo. A respeito da influência do pai, a autora acrescenta:

Eu sempre lembro do meu pai com um livro na mesa de cabeceira. Sempre leio o livro de moda em inglês, o best-seller do momento e, a propósito, tive a última edição da revista Times, além de revistas esportivas nacionais, como

governo na garantia de que a leitura seja um direito para todos, por meio do desenvolvimento de políticas públicas.

Estadio e a consagrada revista argentina El Graphic (MEKIS, 2009, p. 45, tradução nossa).

No decorrer do artigo, a admiração de Mekis pelo avô e pelo pai fica clara, reforçando a importância que eles tiveram na sua construção como leitora. Não só uma leitora de livros, mas uma leitora interessada em informação, uma vez que o pai também compartilhava os jornais que lia. Mais adiante, Mekis reflete a respeito do seu papel como influenciadora em sua família. Ela diz: “Qual é o exemplo que eu dou como mãe? Quais têm sido minhas principais preocupações de leitura? Minha maneira especial de ser mãe é agir como uma mãe bibliotecária.” (MEKIS, 2009, p. 49).

Figura 3: E como estamos indo em casa?



Fonte: Mineduc (2009).

Como se trata de uma mãe bibliotecária, a perspectiva que ela tem da leitura é diferente da concepção que seu pai e seu avô tinham. A autora relata algumas ações que realiza com seus filhos com o objetivo de aproximá-los dos livros, como

visitas a bibliotecas, feiras e livrarias, investigações sobre obras e autores, o “café da manhã leitor”. Entre essas atividades, ela narra um jantar temático para celebrar o aniversário de Edgar Allan Poe.

Mekis conclui que todas essas vivências a transformaram no que ela é hoje. Segundo a autora, “O ambiente em que vivemos afeta quem somos. Sem a infância que tive, os exemplos que segui, dificilmente teria sido bibliotecária e, mais importante, mãe bibliotecária.” (MEKIS, 2009, p. 57).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assunto está longe de ser esgotado, devido à extensão da obra, o que dificulta uma abordagem minuciosa nessas poucas páginas. No artigo analisado, foi possível verificar a presença dos conceitos de mediador de leitura e mediador da informação. Não há, entretanto, uma formalidade em definir esses conceitos por ser um texto dirigido aos pais e responsáveis, não possuindo um caráter acadêmico, mas, sim, formador, já que o objetivo é fornecer ao público-alvo orientações e reflexões. Conseguimos identificá-los devido ao conhecimento prévio do processo de mediação de informação e mediação de leitura.

Assim, averiguamos que o entendimento do que se trata um mediador está diluído em toda a publicação, principalmente quando ressalta a importância da participação da família no processo de construção do leitor. Além disso, constatamos que as Bibliotecas Escolares CRAs são consideradas tanto mediadores de leitura quanto mediadores

da informação. Essa afirmação é possível pela preocupação, claramente expressa no texto analisado, com a qualificação dos profissionais ligados ao CRA, bem como pela atenção na organização do acervo, resultando em atividades que visam à formação de leitores.

Por fim, gostaríamos de ressaltar ainda que, no texto, o conceito de interferência está intrinsecamente ligado à construção do leitor, deixando de lado a concepção de neutralidade. Essa interferência, como explicita a obra, deve ser feita com afeto, e o exemplo dado pelos pais, responsáveis e professores é uma das maneiras mais eficazes de ser um mediador.

A temática de Mediação da Informação e Mediação da Leitura traz consigo uma gama vasta de novos problemas a serem pesquisados. Podemos citar alguns exemplos como a participação de bibliotecários na formulação de projetos de leitura, bem como a participação de bibliotecários em políticas públicas de livro, leitura e biblioteca. Outro tema que pode ser pesquisado é como o processo de mediação de leitura literária feita pela família influencia na formação do leitor. Enfim, há uma possibilidade muito grande de temas que podem ser examinados mais cuidadosamente por pesquisadores tanto da Ciência da Informação quando da área de Educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A. SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CHILE. Ministerio de Educación. Unidad de Currículum y Evaluación. Bibliotecas Escolares CRA. **Estándares para Bibliotecas Escolares CRA**. 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecas-cra.cl/sites/default/files/publicaciones/estandarescra.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

CHILE. Ministerio de Educación. Unidad de Currículum y Evaluación. Bibliotecas Escolares CRA. **Misión**. 2019a. Disponível em: <http://www.bibliotecas-cra.cl/mision-cra>. Acesso em: 29 jul. 2020.

CHILE. Ministerio de Educación. Unidad de Currículum y Evaluación. Bibliotecas Escolares CRA. **Collections Leamos Juntos**: orientaciones para fomentar la lectura em família. 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mineduc.cl/handle/20.500.12365/541>. Acesso em: 29 jul. 2020.

CHILE. Ministerio de Educación. **Programa de Mejoramiento de la Calidad y Equidad de la Educación (MECE)**. Santiago: Mineduc, 1994.

CHILE. Ministerio de Educación. Unidad de Currículum y Evaluación. **Bibliotecas Escolares CRA**. Fomento lector. PK a 4° básico. Selección, Bibliotecas, libros, lecturas y lectores. 2019b. Disponível em: http://www.bibliotecas-cra.cl/PK_4basico. Acesso em: 22 jul. 2020.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MEKIS, C. ¿Y cómo andamos por casa? *In: Leamos Juntos: orientaciones para fomentar la lectura em família*. Santiago, Chile: Equipo Bibliotecas Escolares CRA, Ministerio de Educación, 2009.

NUNES, M. S. C. Mediação editorial e dimensão estética em revistas científicas da Ciência da Informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20.*, 2019, Florianópolis, SC, **Anais** [...] Florianópolis, SC: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1449/957>. Acesso em: 13 jan. 2020.

PIERUCCINI, I. Ordem informacional dialógica: mediação como apropriação da informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8.*, 2007, Salvador, BA. **Anais** [...] Salvador, BA: UFBA, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT3--159.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

CAPÍTULO 5

**MEDIAÇÃO COM LIVROS DE IMAGEM E A
DIMENSÃO ESTÉTICA DA COMPETÊNCIA EM
INFORMAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO
AMBIENTAL**

Ana Paula Pereira

Ana Maria Mendes Miranda

Adriana Rosecler Alcará

1 INTRODUÇÃO

A informação assume papel cada vez mais relevante na sociedade por meios informacionais diversos como a internet, as mídias sociais e o ciberespaço. Nesse contexto, a informação também se torna fator relevante no desenvolvimento de uma sociedade capaz de preservar e conservar seus recursos naturais, reconhecendo os aspectos econômicos, sociais, políticos, ecológicos e éticos relacionados à questão ambiental.

A educação ambiental tem desenvolvido gradualmente a função transformadora na responsabilização coletiva dos sujeitos acerca do meio ambiente, com o objetivo de promover um desenvolvimento humano mais sustentável (JACOBI, 2003). Cabe destacar que a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) expõe no seu Art. 2º que a “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma

articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.”

Pondera-se que a educação ambiental não é apenas um aspecto relevante ao processo educacional formal, mas está relacionada ao desenvolvimento dos sujeitos em todos os níveis de sua formação. Para Jacobi (2003) a questão ambiental implica a necessidade de se ampliarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito de acesso à informação e a uma educação ambiental integradora, tal como incrementar os meios informacionais e o acesso a ele, e o desenvolvimento de conteúdos educacionais pelo poder público que possam contribuir para alterar o quadro atual de degradação socioambiental. O autor considera que tais medidas tratam de construir uma consciência ambiental que possibilite a população participar em um nível mais amplo dos processos decisórios como uma maneira de fortalecer a coletivização no controle e fiscalização dos agentes que degradam o meio ambiente.

Desta forma, reflete-se sobre a importância do bibliotecário mediador nesse processo de educação ambiental. O papel do mediador é “[...] facilitar o encontro entre o leitor e o texto” de modo que propicie a “[...] formação e o amadurecimento do leitor.” (BORTOLIN, 2001, p. [16]). Entende-se que a mediação além de promover o incentivo à leitura e à literatura, pode contribuir tanto para a educação ambiental, quanto para a dimensão estética da competência em informação.

A competência em informação pode ser entendida como um conjunto de habilidades, conhecimentos e atitudes no trato

com a informação. Em resumo, refere-se ao saber buscar, usar, compartilhar, avaliar e se apropriar da informação, de forma crítica e reflexiva. É importante ressaltar que a competência em informação é constituída por diferentes dimensões (técnica, estética, política e ética), conforme proposto por Vitorino e Piantola (2011). Entretanto, neste estudo o foco centra-se na dimensão estética, de modo que a ênfase não estará diretamente voltada à competência em informação, mas sim no quanto as habilidades do mediador da leitura com livros de imagens podem promover a dimensão estética da competência em informação dos leitores por meio do exercício da imaginação, criatividade e reflexão que podem impactar positivamente na educação ambiental.

O livro de imagem é um tipo de narrativa visual em que o leitor vai tecendo o texto a partir das ilustrações. Ao abordar temas como os problemas e questões ambientais ele pode contribuir e promover a educação ambiental de forma lúdica, criativa e imaginativa, conseqüentemente, desenvolvendo a dimensão estética da competência em informação.

Nesse sentido, a questão que norteia este estudo está centrada na seguinte pergunta: Como a mediação da leitura com livros de imagem pode contribuir para o desenvolvimento da dimensão estética da competência em informação e educação ambiental? Para tal, tem-se como objetivo refletir sobre a mediação da leitura com livros de imagem para a promoção da educação ambiental, por meio da criatividade e reflexão do leitor e do mediador. Utiliza-se a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e caráter descritivo, com levantamento e análise de algumas produções

disponibilizadas no Google Acadêmico e em acervos pessoais. Como dito, o intuito deste estudo é evidenciar que o mediador pode se apropriar dos livros de imagem que abordam problemas e questões ambientais para desenvolver a dimensão estética da competência em informação e, conseqüentemente, a educação ambiental.

2 A MEDIAÇÃO DA LEITURA E A DIMENSÃO ESTÉTICA DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Segundo Almeida Júnior e Santos (2019, p. 109) a competência em informação e a mediação “[...] são processos que fomentam a emancipação: o sujeito toma suas decisões com mais embasamento e confiança já que compreende, com criticidade, as conjecturas culturais, atividades econômicas, políticas, econômicas e educativas do seu entorno.” Nesse sentido, Passos (2015, p. 61) explica que estes conceitos são “[...] primordiais quando se trata de requisitos para a formação básica/inicial e a formação contínua dos indivíduos, capacitando-os para a compreensão, interpretação e construção daquilo que leem, de modo que adquiram uma autonomia cidadã [...]”. Assim, tanto a mediação quanto a competência em informação propiciam a formação e o aprendizado dos indivíduos que precisam compreender, interpretar e atribuir sentido a partir da leitura.

Compreende-se, nesse sentido, que a competência em informação se inclui também como processo de mediação, visto que se constitui de ações que visam desenvolver nos sujeitos o senso crítico em relação à informação. Tendo isso em vista, reflete-se que tanto a mediação, como a

competência em informação se apresentam como ações de interferência realizadas por mediadores no processo de ensino e aprendizagem em uma biblioteca. Desta forma, o mediador interfere ao promover maneiras dos aprendizes mobilizarem seus conhecimentos, habilidades e atitudes para compreensão e ação sobre a realidade (BELLUZZO; SANTOS; ALMEIDA JÚNIOR, 2014).

Esses mesmos autores destacam que a mediação e o desenvolvimento de habilidades para busca e uso da informação possibilitam uma:

[...] interação, entre mediador e mediado e que ativam e potencializam a construção do conhecimento pelos mediados. São processos que modificam, alteram e transformam os estímulos (ação de interferência) do mediado, proporcionando-lhe uma postura ativa, crítica, reflexiva e independente frente à pesquisa de informações para a satisfação de necessidades informacionais (BELLUZZO; SANTOS; ALMEIDA JÚNIOR, 2014, p. 68).

Cabe ainda salientar o argumento de Almeida Júnior e Santos (2019) de que o uso crítico da informação presume que os bibliotecários realizem ações de interferência críticas com a finalidade de promover a investigação, a reflexão e debates acerca das necessidades de informação dos sujeitos. Desta forma, aproxima-se a competência em informação da mediação, como ações críticas e de interferência, que necessitam da articulação dos saberes e operações cognitivas, desde aspectos mais simples, até operações mais complexas como as análises, sínteses, analogias e generalizações sobre o

universo informacional, e conseqüentemente sobre a própria realidade.

Com essa perspectiva, ambas desenvolvem o uso crítico e reflexivo que os sujeitos fazem da informação. Nesse sentido, os autores reforçam que as ações críticas de interferência, isto é, a competência em informação e a mediação, devem “[...] impulsionar uma postura investigativa e reflexiva sobre a satisfação das necessidades de informação, proporcionando ao sujeito questionamentos que permeiam desde o reconhecimento de sua necessidade até o uso da informação.” (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS, 2019, p. 105).

No que diz respeito à mediação com livro de imagem, além dos aspectos já mencionados relativos à mediação da informação, a ação do mediador precisa potencializar a criatividade e a imaginação do leitor e isso promoverá a dimensão estética da competência em informação.

Na concepção de Orelo e Vitorino (2012, p. 48) a dimensão estética “[...] é a dimensão que proporciona o desenvolvimento da sensibilidade humana, da criatividade e do pensamento crítico e reflexivo” de modo que seu desenvolvimento instiga:

[...] o desejo pelo aprendizado contínuo, priorizando nesse conjunto os elementos essencialmente humanos, como a sensibilidade, a cognição, a criatividade, a imaginação, o pensamento crítico, a autorreflexão. Portanto, entende-se que desenvolver a Dimensão Estética da Competência proporciona aos indivíduos uma relação de solidariedade em que a criatividade e a sensibilidade podem transformar-se em ação e

responsabilidade social (ORELO; VITORINO, 2012, p. 53).

Vitorino e Piantola (2011, p. 104) ao justificar a existência de uma dimensão estética na competência em informação se referem à experiência interior do indivíduo ao lidar com a informação, que é única e individual. Segundo elas, “Ao imaginarmos ou criarmos relações mentais em resposta a uma informação, trazemos à consciência algo de nós mesmos, algo do fundo de nossa vida psíquica, imprimindo-lhe características pessoais, não verificáveis nem necessariamente compartilhadas pelos demais indivíduos em sociedade.”

Com intenção de refletir sobre a relação entre a dimensão estética e a leitura de livro de imagens, Pereira e Alcará (2019, p. 131) complementam que “A dimensão estética da competência em informação está associada a contemplação do belo e da arte e se aprimora com a leitura de narrativas que despertam habilidades e aprendizados, dentre as quais: montar um quebra-cabeça narrativo, desvendar enigmas e solucionar problemas.”, podem ser alguns exemplos. Nesse sentido, as autoras ainda enfatizam que, com o livro de imagem, o leitor se sensibiliza com as cores, o enredo e os personagens e isso tende a instigar o pensamento, a imaginação e a reflexão.

Na mediação com livros de imagem mais do que apresentar respostas, o mediador precisa conduzir o leitor sem impor a sua leitura, sendo necessário que instigue o leitor a pensar e questionar a narrativa. E, nesse processo, a imaginação e a criatividade, inerentes à dimensão estética da

competência em informação, se tornam pano de fundo para as ações do mediador e apropriações do leitor.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento de habilidades operacionais, cognitivas, comunicacionais e atitudinais voltadas à reflexão e questionamento sobre questões ambientais pode contribuir com a educação ambiental na formação de sujeitos mais conscientes. Assim como contribuir para as habilidades e dimensão estética da competência em informação. Isso porque, para Belluzzo, Santos e Almeida Júnior (2014) a competência em informação é considerada a internalização, construção ou potencialização destas habilidades atitudinais, operacionais, cognitivas e comunicacionais, que tornam os sujeitos capazes de identificar e suprir suas próprias necessidades informacionais de forma rápida e consciente e que podem auxiliar em uma atuação crítica e reflexiva frente ao mundo.

Portanto, o desenvolvimento da competência em informação com foco na dimensão estética colabora com a formação de sujeitos mais hábeis a lidar com a informação ambiental e melhor preparados para buscar e utilizar informações em prol da preservação e conservação dos recursos ambientais disponíveis. Consequentemente, contribuirá para a mediação da leitura, em especial realizada com livros de imagem.

Costa e Santos Neto (2019, p. 200, grifo nosso) salientam que “[...] o leitor em formação **precisa sentir-se motivado** para assim conhecer melhor o ambiente da leitura. Para que isso aconteça, a leitura não pode ser uma imposição, pois a obrigatoriedade dela pode ocasionar no desinteresse

por parte da criança.” Mas como motivar o leitor? Narrativas de imagem ao explorar e dar liberdade para a imaginação do leitor instigam a leitura criativa e prazerosa. Nesse aspecto,

a competência em informação auxilia a Mediação no processo de ensino e de aprendizagem dos indivíduos, para que estes desenvolvam habilidades, tanto para o manejo de ferramentas e suportes informacionais, quanto para recuperar, compreender e interpretar a informação disponível, favorecendo a apropriação de significados culturais e o desenvolvimento de uma aprendizagem autônoma, preparando e orientando os indivíduos, dando-lhes garantia de acesso às fontes de informação e estímulo ao trabalho intelectual, levando-os à autonomia para a geração de conhecimento (PASSOS, 2015, p. 129).

Ambas impulsionam o pensamento autônomo, crítico em relação à leitura que se estende para realidade em narrativas que abordam o desmatamento e corte ilegal de árvores, queimadas em florestas, poluição (do ar, de rios e do solo), tráfico de animais, caça predatória, aquecimento global, descarte irregular de lixo, entre outros (SÓ GEOGRAFIA, [200?]). Para tanto, algumas habilidades serão requeridas ao mediador, dentre as quais destacam-se as indicadas por Rasteli e Cavalcante (2013, p. 169-175) no contexto da biblioteca pública, mas que também podem ser aplicadas em ações com foco na educação ambiental.

- ser leitor ativo;
- conhecer as teorias da leitura;

- valorizar as narrativas orais;
- viabilizar o acesso à informação em seus diferentes suportes;
- desenvolver a *advocacy* em biblioteca pública;
- conhecer as políticas públicas para o livro e a leitura;
- estar atento às multiplicidades culturais;
- estabelecer relações afetivas com o leitor;
- trabalhar em equipe;
- estabelecer parcerias;
- ter competências aplicadas às TIC;
- conhecer e utilizar as ferramentas WEB 2.0;
- buscar a educação continuada.

Ao realizar tais ações o mediador também está formando habilidades para a competência em informação que vão muito além do saber buscar, usar e compartilhar uma informação, mas compreendem o saber pensar, saber agir, saber apropriar-se e saber ensinar. Tal como “Na mediação da leitura literária, [em que o mediador] trabalha com a aproximação do leitor ao texto, para tanto [...] precisa se constituir como leitor crítico, para sugerir, opinar e motivar os alunos leitores.” (PASSOS, 2015, p. 178).

Complementarmente Farias (2016, p. 117) explica que ao desenvolver “[...] um conjunto de conhecimentos e habilidades, o bibliotecário pode se sentir cada vez mais preparado para exercer sua cidadania e estimular [os leitores] a também exercê-la, ao acessar e usar informações que necessitam, promovendo ações em benefício próprio e da

comunidade.”, tal como as reflexões sobre os problemas ambientais. Nesse sentido, Rasteli e Cavalcante (2013, p. 168-169) defendem que:

como mediadores de leitura, os bibliotecários devem buscar o aprendizado contínuo e a melhoria de suas qualificações e competências, envolvendo-se e colaborando com a crescente demanda evidenciada nos diversos segmentos da sociedade, a exemplo da escola e da biblioteca pública.

Seja na escola ou na biblioteca pública, o bibliotecário é “[...] agente socializador da informação, contribuindo no processo de aprendizagem dos indivíduos através das mais diversas formas de leitura, como também em suas práticas, ajudando o leitor a atingir um nível maior de complexidade no processo de ler/escrever e de produzir sentidos.” (RASTELI; CAVALCANTE, 2013, p. 169).

Bortolin (2001, p. [34]) ressalta que “[...] cabe ao mediador competente facultar aos leitores uma pluralidade de experiências, para que ele perceba a leitura não apenas como aprendizagem escolar, mas ainda como elemento de lazer e satisfação [...]”. Enfatiza-se, novamente aqui, que o livro de imagem pode propiciar uma experiência plural ao associar o texto visual à ideia do autor de modo criativo, inventivo e sensível, tendo a dimensão estética da competência em informação como um apoio.

Costa e Santos Neto (2019, p. 197) explicam que quando uma criança ouve histórias e se relaciona com elas “[...] poderá desenvolver sua capacidade crítica e buscar pela autonomia neste processo de leitura, até que se torne um

leitor ativo.” Nesse sentido, os autores salientam que o bibliotecário mediador da leitura, além de formar o leitor:

[...] ajuda a criar condições para que o indivíduo se sinta capaz de compreender as ações do meio em que vive. É um cooperador na construção do leitor, mas para que de fato o sujeito em formação alcance sua autonomia, ele necessita compreender também que é responsável tanto quanto o mediador para que sua formação de fato se concretize (COSTA; SANTOS NETO, 2019, p. 199).

Entende-se que na leitura do livro de imagem, leitor e mediador pensam, refletem, imaginam e criam histórias, atribuindo sentido e significados. Com isso eles impulsionam a dimensão estética da competência em informação ao articular simultaneamente sensibilidade, criatividade, experiências pessoais e imaginação.

3 LIVROS DE IMAGEM PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para apresentar os aspectos relacionados ao livro de imagem sobre educação ambiental, se faz necessário apresentar os conceitos que permeiam essa relação entre literatura e esse campo de estudos. Nesse sentido, cabe pontuar que a educação ambiental segundo Guimarães (2004, p. 30) “[...] objetiva promover ambientes educativos de mobilização dos processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais.” A figura 1, a seguir foi extraída do livro de imagem *A floresta é nossa casa*, de autoria de Cornavaca e Wolff (2019). De modo criativo e lúdico, a narrativa conduz mediadores e leitores além da apropriação e produção de sentido, a pensar e refletir sobre os povos

indígenas que protegem a biodiversidade e o tráfico de animais silvestres da região amazônica.

Figura 1: Tráfico de animais silvestres



Fonte: Cornavaca e Wolff (2019, p. 10-11).

Quanto ao desenvolvimento da educação ambiental, considera-se que tal temática é uma nova dimensão da educação e, portanto, deve se dar de forma holística, abordar aspectos diversos sobre a questão ambiental, relacionar aspectos interdisciplinares, vinculando-os a temas ambientais, povos nativos, questões econômicas, contextos locais e globais. Em complemento, pontua-se que a educação ambiental envolve uma série de atores do processo educativo, potencializando os diversos conhecimentos adquiridos pelo aprendiz, envolvendo profissionais e pesquisadores. Desse modo, a educação ambiental deve contemplar as relações entre o meio natural e o social, considerando o papel dos diversos atores envolvidos neste processo e as formas de organizações sociais que potencializam o alcance de ações

alternativas para a sustentabilidade socioambiental (JACOBI, 2003).

Guimarães (2016) concebe que a educação ambiental e as políticas públicas para tal já têm sido desenvolvidas, entretanto, é necessário que essas iniciativas sejam acompanhadas de um aprofundamento crítico de forma a se efetivar uma prática social que possibilite a compreensão e superação da crise socioambiental. Refletindo acerca da fala de Guimarães (2016), pondera-se sobre a relevância do desenvolvimento de ações promovidas por bibliotecários que auxiliem no enfrentamento da crise ambiental e que deem aos sujeitos dispositivos para refletir sobre problemas de cunho ecológico e social que envolvam o meio ambiente. Nesse aspecto, pontua-se que a mediação da leitura literária pode se apresentar como ferramenta de conscientização e sensibilização da sociedade ao olhar para questões ambientais.

No livro de imagem, também conhecido como livro sem texto ou narrativa visual,

[...] é o leitor que transforma o enredo da história em palavras, fazendo o entrecruzamento da linguagem verbal com a linguagem visual, seguindo o caminho inverso do que se faz no processo de ilustração habitual, narrando o que as imagens sugerem. Por conseguinte, nesse tipo de livro, são as palavras que “ilustram” a imagem (RODRIGUES, 2019, p. 72).

Trata-se de uma leitura diferente da habitual em que a imagem ilustra a palavra, ou seja, a ilustração é protagonista da narrativa, sendo que a mediação da leitura “[...] pode ser uma alternativa que venha reforçar o lado criativo da leitura,

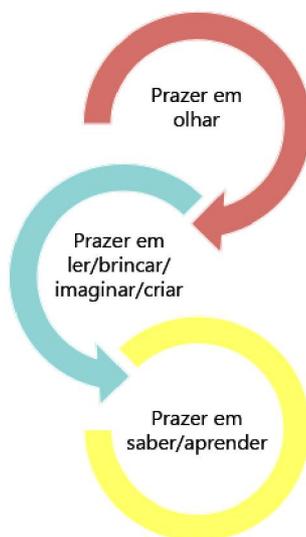
proporcionando às crianças a vivência de diferentes experiências que melhorariam sua qualidade de vida.” (COSTA; SANTOS NETO, 2019, p. 209). Entende-se que dependendo da temática abordada o leitor pode de modo lúdico compreender a realidade e o mundo que o cerca. Entretanto, alguns mediadores encontram dificuldades, visto que muitas vezes:

É transgressor conceber uma obra aberta, onde várias leituras possam se relacionar. É transgressor propor uma narrativa somente por elementos visuais. E é transgressor considerar que o livro sem texto, aparentemente um objeto lúdico, também oferece uma narrativa literária para diferentes leitores, sejam eles crianças ou adultos (CASTANHA, 2008, p. 148).

O uso do livro de imagem na mediação da leitura requer um mediador atento, curioso e ousado no sentido de questionar e ensinar o leitor a pensar sobre questões ambientais, por exemplo. Nunes e Evalte (2015, p. 2925) enfatizam que a responsabilidade dos adultos está em “[...] despertar o interesse na criança para que ela se reconheça nas histórias, tenha seu posicionamento e, principalmente, crie seus próprios questionamentos” e, conseqüentemente, com isso desenvolva a dimensão estética da competência em informação. É preciso enfatizar que durante a mediação o “[...] mediador e criança leem e falam, estabelecendo uma conversa singular onde a criança é convidada a utilizar suas próprias palavras para contar a história.” (WOLFF, 2019).

Na figura 2, a seguir, pode-se notar que o livro de imagem desperta o prazer desde o olhar, permeando o ato de ler e de saber.

Figura 2: Livro de imagem e as ações do leitor e do mediador



Fonte: Resultado da pesquisa (2020).

No entender de Nunes, Evalte e Pillar (2018, p. 64) no livro de imagem “[...] a experiência de olhar possibilita além do desenvolvimento sensível diante dos elementos visuais, também o exercício criativo de brincar de criar possíveis sentidos [...]” com a ilustração. Assim, leitor e mediador podem vivenciar esta experiência de modo prazeroso e lúdico, conforme vão lendo, conhecendo e aprendendo.

Wolff (2019) explica que apesar dos livros de imagem serem concebidos como apropriados “[...] apenas para crianças muito pequenas, [eles] representam uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento de várias habilidades leitoras, mesmo em crianças mais velhas e já alfabetizadas [...]” incluindo o desenvolvimento de habilidades do mediador.

[...] é importante que o mediador da leitura esteja preparado para acompanhar e responder

a dúvidas e questionamentos que ajudem a criança a fazer as conexões necessárias, ampliando sua capacidade de entendimento da história e encorajando-as a contar a história, ao invés de apenas ouvir um adulto lendo (WOLFF, 2019).

Vale destacar que “Possibilitar à criança um olhar mais atento sobre os objetos de sentido com os quais interage (os livros, por exemplo) e sobre o seu cotidiano, daria a ela a chance de expressar suas ideias, de dar uma significação ao que ela está observando.” (NUNES; EVALTE, 2015, p. 2925), compreender a realidade e agir sobre ela. Existem muitos livros de imagem que abordam questões ambientais e que podem ser utilizados na mediação. No quadro 1, a seguir, apresenta-se alguns títulos que resgatam e problematizam tais questões, levando o leitor à reflexão e despertando-o a proteger, preservar, conservar e respeitar a natureza. O levantamento dos livros listados no quadro 1 foi feito base em acervo pessoal.

Quadro 1: Alguns livros de imagem para trabalhar a educação ambiental

Título	Autor	Ano	Editora	Tema central/transversal
A árvore	Sandrine Thommen	2013	FTD	Desmatamento/preservação ambiental
A floresta é nossa casa	Adalberto Cornavaca / Adriana Dellamagna Wolff	2019	Storylab	Tráfico de animais silvestres da região amazônica/ povos indígenas protegendo a biodiversidade

A garrafa	Patrícia Auerbach	2018	Brinque-Book	Reciclagem/ brinquedos recicladados
Arapuca	Daniel Cabral	2009	Positivo	Pássaros confinados/ catador de papel
Brinquedos	André Neves	2009	Mundo Mirim	Depósito de lixo a céu aberto
Catador de palavras	Regina Rennó	2011	Paulus	Catador de papel/ reciclagem
Corre, curumim	Laerte Silvino	2015	DCL	Desmatamento/ povos indígenas protegendo a biodiversidade
Lá é aqui	Rogério Borges	2008	Positivo	Eu-Universo (micro e macro)
Mas será que nasceria a macieira?	Alê Abreu/ Priscilla Kellen	2010	FTD	Transformação do ambiente/ crescimento urbano
O camelo, o burro e a água	Merli	2010	Melhoramento s	Uso irracional (desperdício)/ consumo consciente da água
O criador	Semíramis Paterno	1995	Lê	Destruição dos ecossistemas
O último broto	Rogério Borges	1993	Moderna	Desmatamento
Pedro pet plástico	Eduardo Albini	2011	Formato	Reciclagem/ brinquedos recicladados
Polar	Lee Mi Jung	2015	Cereja Editorial	Cárcere de animais

Por todos os bichos	Dave Santana	2017	Global Editora	Cárcere de animais em zoológicos
Que planeta é esse?	Regina Coeli Rennó	1997	FTD	Poluição do ar/ reflorestamento
Quem mexeu na minha floresta	Adalberto Cornavaca	2014	Paulus	Povos indígenas protegendo a biodiversidade/ Desmatamento/ poluição nas florestas
Resgate animal	Patrick George	2016	Carochinha	Uso de pele de animais
Sai da lama jacaré	Graça Lima	2014	Global Editora	Uso de pele de animais
Sem fim	Marilda Castanha	2016	Positivo	Desmatamento
Totem	Márcia Széliga	2013	Cortez Editora	Lendas indígenas

Fonte: Resultado da pesquisa (2020).

Com tais narrativas, o mediador pode explorar e instigar o leitor a refletir sobre diversos problemas ambientais causados pela ação humana. Entretanto, mais do que permitir ao mediador a sua exploração sobre a temática, os livros de imagem permitem a criança desenvolver concepções pessoais, interpretativas e criativas. Assim, a utilização de conhecimentos prévios acerca do tema ambiental, somado aos processos de criar e interpretar desenvolvido pela própria criança, tornam a mediação do livro de imagem processo potencializador das reflexões sobre as questões ambientais e da dimensão estética da competência em informação. Portanto, relevantes no

desenvolvimento da educação ambiental por parte dos bibliotecários.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos livros de imagem o mediador pode promover a criatividade e a imaginação do leitor (e dele próprio), sendo que as concepções imagéticas e imaginativas possibilitadas pelos livros de imagem são propícias aos processos de mediação e aprendizagem. Desta forma, refletese que em relação ao desenvolvimento da educação ambiental, os livros de imagens apresentados neste estudo podem ser potencializadores das reflexões em torno de aspectos como a sustentabilidade e a proteção ambiental.

Cabe ainda reforçar sobre a dimensão estética da competência em informação, para a qual a mediação apresenta-se como fator relevante no desenvolvimento de pensamentos criativos. Isso colabora com o desenvolvimento de habilidades e potencializa ações criativas, imaginativas, inventivas, engenhosas e inovadoras, que são essenciais para o trato com a informação, o belo e a arte e para efetivação do desenvolvimento de novos conhecimentos ou para atendimento das necessidades informacionais dos sujeitos.

Considera-se que a mediação e a competência em informação são interferências críticas no processo de formação dos sujeitos e, conseqüentemente, auxiliam no desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e atitudes para a formação de indivíduos mais críticos, criativos e reflexivos acerca dos problemas da sociedade. Nesse contexto, a mediação de livros de imagem que reflita sobre as questões

socioambientais torna-se ainda mais relevante no desenvolvimento de habilidades e atitudes que subsidiem os sujeitos em suas ações, nos diferentes ambientes em que vivem e atuam.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; SANTOS, C. A. Mediação, informação, competência em informação e criticidade. *In*: FARIAS, G. B.; FARIAS, M. G. G. (org.). **Competência e Mediação da Informação**: percepções dialógicas entre ambientes abertos e científicos. São Paulo: Abecin, 2019. p. 96-111.

BELLUZZO, R. C. B.; SANTOS, C. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 60-77, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19995>. Acesso em: 28 fev. 2020.

BORTOLIN, S. **A leitura literária nas bibliotecas Monteiro Lobato de São Paulo e Salvador**. 2001. 233f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2001. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/bortolin_s_me_mar.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 28 fev. 2020.

CASTANHA, M. A linguagem visual no livro sem texto. *In*: OLIVEIRA, I. (org.). **O que é qualidade em ilustração no livro infantil e juvenil**: com a palavra o ilustrador. São Paulo: DCL, 2008.

COSTA, A. C. C.; SANTOS NETO, J. A. O bibliotecário escolar e a mediação da leitura com livro de imagem. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 194-212, jan. 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1164>. Acesso em: 24 fev. 2020.

FARIAS, M. G. G. Mediação e competência em informação: proposições para a construção de um perfil de bibliotecário protagonista. **INCID: revista de ciência da informação e documentação**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 106-125, set. 2015/fev. 2016. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/17840/1/2015_art_mggfarias.pdf. Acesso em: 23 fev. 2020.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental crítica. *In*: IDENTIDADES da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 25-34, 2004.

GUIMARÃES, M. Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual. **Revista Margens Interdisciplinar**, Abaetetuba, v. 7, n. 9, p. 11-22, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2767>. Acesso em: 15 ago. 2020.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-206, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2020.

NUNES, M. F.; EVALTE, T. T. Livro-brinquedo e livro de imagem: a literatura infantil como objeto de leitura da imagem no contexto escolar. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS - ANPAD, 24., 2015, Santa Maria. **Anais [...]**. Santa Maria: 2015. Disponível em:

http://anpap.org.br/anais/2015/simposios/s5/tatiana_evalte_marilia_nunes.pdf. Acesso em: 25 fev. 2020.

NUNES, M. F. N.; EVALTE, T. T.; PILLAR, A. D. Texto literário infantil: produção de sentido a partir do olhar, do brincar e do ler. **Revista GEARTE**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 59-75, jan./abr. 2018. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/187935/001082704.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 fev. 2020.

ORELO, E. R. M.; VITORINO, E. V. Competência Informacional: um olhar para a Dimensão Estética. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 41-56, out./dez. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/pci/v17n4/04.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

PASSOS, R. **A presença da competência em informação no Plano Nacional do Livro e da Leitura**: aspectos sobre mediação da leitura e formação de mediadores. 2015. 237 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2015. Disponível em:

http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/254035/1/Passos_Rosemary_D.pdf. Acesso em: 23 fev. 2020.

PEREIRA, A. P.; ALCARÁ, A. R. A dimensão estética da competência em informação e a leitura do livro de imagem.

InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação,
Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 130-146, mar./ago. 2019.

Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/151961/153407>. Acesso em: 20 mar. 2020.

RASTELI, A.; CAVALCANTE, L. E. A competência em informação e o bibliotecário mediador da leitura em biblioteca pública.

Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 157-179, jan./abr. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n36p157/24518>. Acesso em: 23 fev. 2020.

RODRIGUES, S. F. **Vivências Interartes:** encontros afetivos entre arte e literatura no Ensino Fundamental. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2019. Disponível em:

http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4661/1/LD_PPGEN_M_Rodrigues%2c_Sirlene_Felisberto_2019.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

SÓ GEOGRAFIA. **Problemas ambientais.** Virtuoso Tecnologia da Informação, 2007-2020. Disponível em: <http://www.sogeografia.com.br/Conteudos/GeografiaFisica/Brasil/problemas.php>. Acesso em: 27 fev. 2020.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da competência informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 99-110, jan./abr. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ci/v40n1/a08v40n1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

WOLFF, A. D. **A Importância dos Livros de Imagens na Formação do Jovem Leitor**. 2019. Disponível em: <https://www.inclutopia.com.br/l/a-importancia-dos-livros-de-imagens-na-formacao-do-jovem-leitor/>. Acesso em: 25 fev. 2020.

APÊNDICE A - Referências dos livros de imagem mencionados no quadro 1

- ABREU, A.; KELLEN, P. **Mas será que nasceria a macieira?** São Paulo: FTD, 2010.
- ALBINI, E. **Pedro pet plástico.** São Paulo: Formato, 2011.
- AUERBACH, P. **A garrafa.** São Paulo: Brinque-Book, 2018.
- BORGES, R. **Lá é aqui.** Curitiba: Positivo, 2008.
- BORGES, R. **O último broto.** São Paulo: Moderna, 1993.
- CABRAL, D. **Arapuca.** Curitiba: Positivo, 2009.
- CASTANHA, M. **Sem fim.** Curitiba: Positivo, 2016.
- CORNAVACA, A.; WOLFF, A. D. **A floresta é nossa casa.** São Paulo: Storylab, 2019.
- CORNAVACA, A. **Quem mexeu na minha floresta?** São Paulo: Paulus, 2014.
- GEORGE, P. **Resgate animal.** São Paulo: Carochinha, 2016.
- JUNG, L. M. **Polar.** São Paulo: Cereja Editorial, 2015.
- LIMA, G. **Sai da lama jacaré.** São Paulo: Global Editora, 2014.
- MERLI. **O camelo, o burro e a água.** São Paulo: Melhoramentos, 2010.
- NEVES, A. **Brinquedos.** São Paulo: Mundo Mirim, 2009.
- PATERNÓ, S. **O criador.** Belo Horizonte: Editora Lê, 1995.
- RENNÓ, R. C. **Catador de palavras.** São Paulo: Paulus, 2011.
- RENNÓ, R. C. **Que planeta é esse?** São Paulo: FTD, 1997.
- SANTANA, D. **Por todos os bichos.** São Paulo: Global Editora, 2017.
- SILVINO, L. **Corre, curumim!** São Paulo: DCL, 2015.
- SZÉLIGA, M. **Totem.** São Paulo: Cortez Editora, 2013.
- THOMMEN, S. **A árvore.** São Paulo: FTD, 2013.

CAPÍTULO 6

A PNLE FRENTE AO DOCUMENTO ‘DIRETRIZES PARA FORMULAR POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DO LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS’: ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

Everton da Silva Camillo

Claudio Marcondes de Castro Filho

Bruna Daniele de Oliveira Silva

1 INTRODUÇÃO

No começo de 2020, Camillo (2020) introduziu como resultado de sua pesquisa de mestrado à área de Ciência da Informação (CI) o documento *Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030*. De forma resumida, essas diretrizes estão organizadas em eixos e são compostas por objetivos e metas a serem implementadas. As Diretrizes têm como objetivo geral auxiliar governos em níveis local, estadual e federal a formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas capazes de assegurar os princípios de educação de qualidade do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Cerca de dois anos antes da publicação do resultado da pesquisa do autor, o governo brasileiro publicou em meados de 2018 a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), que é um

instrumento político para implementar, efetivar e garantir a promoção do livro, leitura, literatura, escrita e bibliotecas em âmbito nacional.

A PNLE nasceu como um Projeto de Lei do Senado (PLS), redigido pela Senadora Fátima Bezerra, do Partido dos Trabalhadores (PT) do estado do Rio Grande do Norte (RN). A parlamentar acredita que a leitura possibilita a mobilidade e o desenvolvimento social pleno, e apresenta como justificativa à criação da PNLE o discurso de emancipação, quando destaca que “Com leitura são formados cidadãos mais críticos, autônomos e mais bem qualificados; são construídas organizações e instituições [...] mais eficientes, eficazes, inovadoras e responsáveis.” (BRASIL, 2018b).

Em vista da potencialidade desse discurso, a PNLE, hoje Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, foi instituída como uma estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a literatura, a escrita e as bibliotecas de acesso público no Brasil. É uma lei que será implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em parceria com a sociedade civil e instituições privadas do país (BRASIL, 2018a).

Diante desse contexto, percebe-se que a publicação da PNLE antecede a criação das *Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030*, pois a primeira foi publicada ainda em 2018 e a segunda, cerca de dois anos depois, no início de 2020.

Em visto disso, o problema da pesquisa pode ser traduzido por meio da seguinte questão: a PNLE atende

integralmente aos objetivos do documento *Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030*? As respostas obtidas para contestar ao problema da pesquisa permitirão que a hipótese da mesma seja confirmada ou refutada. Sendo assim, a hipótese é que a PNLE atende integralmente aos objetivos da Diretrizes.

Logo, objetivou-se compreender o quão aderente está a PNLE dos objetivos do documento *Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030*. Para tanto, algumas ações específicas foram elencadas, a saber:

- Elaborar categorias com base nas *Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030*;
- Categorizar os objetivos do Artigo 3º da PNLE;
- Calcular a distribuição do conteúdo categorizado;
- Representar a informação dos cálculos por meio de figuras.

Essa pesquisa é exploratória, qualitativa e descritiva. Além disso, é um estudo do tipo documental. Nele, optou-se pela Análise de Conteúdo (AC) como método de pesquisa e, deste, fez-se o uso da técnica de análise temática.

2 CORRENTES DE PENSAMENTO E CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas públicas é um termo que provocou inquietações e desencadeou diferentes pontos de vista em estudiosos ao longo das últimas décadas. Uma área de estudos circundada pelos diferentes observadores do fenômeno público, com narrativas e justificativas distintas, e de vieses racionalista, administrativo e sistêmico. Nesse campo de estudos, entende-se que tomar decisões é prever que impactos serão surtidos não apenas em um, mas nos diferentes âmbitos.

Erguido em meio a uma pluralidade de saberes, o fundamento das políticas públicas solidifica-se nas mais distintas áreas do conhecimento humano. Ele está nas Ciências Políticas, Economia, Sociologia, Administração Pública, Engenharia, Psicologia Social e Direito. É um campo de investigação que conta com nomes de destaque para a consolidação dessa importante área de pesquisa, e alguns dos principais nomes que dão base às escolas de pensamento na área são Harold Lasswell, Herbert Simon, Charles Lindblom e David Easton (SOUZA, 2006).

No que tange ao pensamento de Lasswell, o autor introduz no mundo, em 1936, a expressão *policy analysis*, conceito que surge como forma de conciliar o conhecimento científico com a produção empírica dos governos da época, a fim de promover um diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governos. Em 1951, Harold Lasswell e Daniel Lerner publicam uma importante obra, *The Policy Sciences*, que é um

manuscrito em que são apontados os métodos utilizados para analisar processos políticos que pudessem contribuir para a ação do governo na sociedade (RUA; ROMANINI, 2013).

Herbert Simon, outro pensador das políticas públicas, propõe o conceito de *rationality bounded*. Esse autor afirmava que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Ele via a racionalidade dos decisores políticos como algo limitado, devido a fatores como informação incompleta ou imperfeita, tempo previsto para a tomada de decisão, interesse desses decisores, dentre outros motivos. Simon também acreditava que essa mesma racionalidade poderia ser maximizada até um determinado ponto considerado satisfatório, caso houvesse a criação de estruturas que enquadrassem o comportamento dos atores das políticas públicas, pois só assim seria possível modelar comportamentos na direção dos resultados almejados. Tal empreendimento auxiliaria no impedimento da busca por interesses próprios dos *policy makers*, ou formuladores de políticas públicas (SOUZA, 2006).

O ano de 1959, contudo, foi marcado na vida de Charles Lindblom devido aos seus grandes questionamentos quanto ao racionalismo excessivo difundido por Lasswell e Simon. Na época, Lindblom estabeleceu como argumento que tamanha era a superficialidade da percepção das políticas públicas nas colocações de Lasswell e Simon, pois eram vistas sob pontos de vista unicamente administrativo e funcional. O que ocorreu na sequência foi a ação de Lindblom para introduzir outros elementos aos processos de formulação e análise de políticas públicas que o autor considerava importantes, como as

relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório. Assim, Lindblom concluiu que no processo decisório das políticas públicas não há começo nem fim. Trata-se de um processo latente e pulsante, em movência constante, e sob várias influências, que está preso a uma circunstância de “querer-*findar-se*”, embora nunca o faça (ESTEVES, 2018; SOUZA, 2006).

A escola de pensamento de David Easton defende que as políticas públicas devem atuar com sistematicidade. Sobre isso, Rua e Romanini (2013), elucidam que no ano de 1953 Easton propôs a aplicação da Teoria dos Sistemas para os estudos de políticas públicas, pois o mesmo acreditava que as primeiras eram conformadas numa relação de intersecção, entre a formulação, os resultados e o ambiente em que são criadas.

Souza (2006) apresenta a informação de que, para Easton, as políticas públicas recebem *inputs* dos partidos políticos, da mídia e dos grupos de interesse, e esses agentes influenciam os resultados e os efeitos dessas políticas quando das suas implementações na sociedade civil organizada.

Para Easton, segundo Esteves (2018, p. 19), “[...] as políticas públicas são uma teia de decisões que alocam valor [...]”. Isso é uma tecitura fenomênica. Morin (1996) concluiu que os fenômenos nocionais no tecido social, via de regra, compreendem as interligações, interdependências, coordenações, estruturas e organizações intelectualmente estabelecidas.

Para Serra (2003, p. 67), embora as políticas públicas, “[...] teoricamente, representem o resultado de muitas participações [...], na prática, expressam, principalmente, as intenções e as idéias dos grupos que detêm a hegemonia política e econômica [...]”.

Os atores políticos tentarão, quando possível, escolher políticas que otimizem o uso de seus ativos políticos, reduzam seus custos de transação e efetuem alterações desejadas no comportamento do cidadão de maneira eficiente (LOWI, 2009, p. 22, tradução nossa).

No meio social, as políticas públicas dizem respeito ao embate das ideias, com a pretensão de buscar condições para atender aos anseios, demandas e necessidades de grupos de interesse. Esteves (2018, p. 21) corrobora que “[...] o motivo de se implementar uma política pública é o de responder a uma adversidade ou necessidade coletiva significativa.”

Para Teixeira (2002, p. 3), “[...] as políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. [...] Visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente.”

Tietje (2018, p. 106, tradução nossa) considera que “Política pública é um termo frequentemente ouvido, mas infrequentemente definido.” e Souza (2006, p. 24) relembra que “Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública.”

Desse modo, fica evidente não haver consenso no meio científico quanto a precisão do termo “políticas públicas”. Na verdade, o que há são distintas correntes de pensamento que corroboram diferentes perspectivas de entendê-lo.

Para Souza (2003, p. 13), a política pública resume-se:

[...] como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente).

A concepção de Saraiva e Ferrarezi (2006, p. 29) é a de que a política pública é “[...] um fluxo [...], orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade.”

Para Lowi (2009, p. 21, tradução nossa), a “[...] política pública é feita quando alguma autoridade política influencia condutas por meio do uso de sanções positivas e negativas.”

Gaspari (2016, p. 22), por outro lado, sugere que a “[...] política pública é a intencionalidade de ação de governo.”, e que “[...] como política, vamos entender a arte de governar ou de decidir os conflitos que caracterizam os agrupamentos sociais [...]”, enquanto que “[...] como pública, vamos entender aquilo que pertence a um povo, algo relativo às coletividades [...]” (GASPARI, 2016, p. 19).

Frente às várias concepções, entende-se, portanto, que as políticas públicas são, pois, uma possibilidade de conferir respostas à sociedade, em vista dos problemas que os cidadãos

enfrentam em seus macro e micro ambientes para obter acesso pleno aos serviços das cidades, às condições mínimas de sobrevivência, à educação, cultura, saúde e renda compatível com o alto custo de vida na atual sociedade.

3 METODOLOGIA

De antemão, é válido tornar claro o porquê essa pesquisa é considerada exploratória. Assim o é devido ao anseio por querer compreender as relações existentes entre a PNLE e o documento *Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030*. Gil (2002, p. 41) entende que as pesquisas exploratórias “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.”

Estar familiarizado com o problema de pesquisa postulado – a PNLE atende integralmente ao documento *Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030?* – pode incidir num segundo olhar sobre a PNLE quanto ao seu compromisso de veicular princípios que norteiem o Brasil na consecução de educação de qualidade com sustentabilidade ao objetivar promover o livro, a leitura, a literatura, a escrita e as bibliotecas.

Em virtude da necessidade de obter respostas a essa questão-problema, analisou-se a seção de objetivos do documento PNLE, isto é, o Artigo 3º da Lei nº 13.696 de 2018. Desse modo, essa pesquisa se configura como documental.

Esse tipo de estudo tem o material em papel, ou ainda os documentos digitais, como profícua fonte de informação, cujo uso está isento de tratamento analítico prévio, opondo-se à pesquisa bibliográfica. Os documentos, como as legislações, são fontes primárias e documentais de informação (GIL, 1999).

Para a análise, elaborou-se categorias embasadas no documento *Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030*, a fim de que o conteúdo da PNLE pudesse se vincular às categorias do sistema. Nas Diretrizes, as categorias estão organizadas por eixos temáticos. Portanto, o Quadro 1, a seguir, representa essa organização.

Quadro 1: Eixos e suas respectivas categorias

EIXOS	CATEGORIAS
<i>EIXO A.</i> Aprendizagem, habilidades e competências das pessoas	<i>CATEGORIA 1.</i> Desenvolver a aprendizagem de formas relevante e eficaz. <i>CATEGORIA 2.</i> Desenvolver habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho.
<i>EIXO B.</i> Qualidade nos processos de ensino-aprendizagem e espaços de aprendizagem.	<i>CATEGORIA 3.</i> Garantir acesso a um desenvolvimento educativo de qualidade desde a primeira infância e educação pré-escolar. <i>CATEGORIA 4.</i> Assegurar educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres. <i>CATEGORIA 5.</i> Motivar a construção e melhora das instalações físicas para desenvolver a educação com equidade para todos.
<i>EIXO C.</i> Promoção do desenvolvimento	<i>CATEGORIA 6.</i> Eliminar a disparidade de gênero na educação, bem como incluir

equitativo das pessoas.	<p>das pessoas vulneráveis, com deficiência e povos indígenas.</p> <p><i>CATEGORIA 7.</i> Adquirir conhecimentos e habilidades para a cidadania global, sustentável e com garantia dos direitos humanos e valorização da diversidade cultural.</p>
<i>EIXO D.</i> Condições mínimas para o alcance de uma educação de qualidade.	<p><i>CATEGORIA 8.</i> Garantir o desenvolvimento da alfabetização e o conhecimento básico de matemática às pessoas.</p>
<i>EIXO E.</i> Formação profissional para fomentar a educação de qualidade.	<p><i>CATEGORIA 9.</i> Ampliar o acesso às bolsas de estudo e aos programas de formação profissional.</p> <p><i>CATEGORIA 10.</i> Aumentar o número de professores qualificados e formação de professores.</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Optou-se pelo método de pesquisa AC, pois este oportuniza a categorização do conteúdo a partir de técnicas consagradas na pesquisa científica em Ciências Sociais Aplicadas.

Para Bardin (2016, p. 44), o método AC é “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.” Para operacionalizá-lo, categorias podem ser criadas.

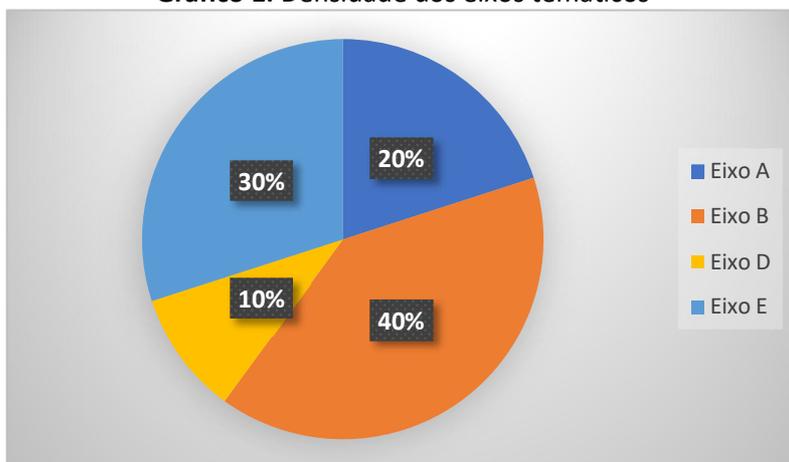
No Artigo 3º da PNLE há dez objetivos. Todos os objetivos da PNLE foram classificados de acordo com os indicadores que mais representavam seu conteúdo, com base no sistema de categorias. Desse modo, tem-se, ao todo, dez

unidades de registro, sobre as quais se fará inferências na seção por vir, denominada Resultados e Discussões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mediante a sistematização feita, algumas inferências podem iniciar a discussão. O Gráfico 1 inaugura o momento da análise ao apresentar a densidade dos eixos temáticos.

Gráfico 1: Densidade dos eixos temáticos



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

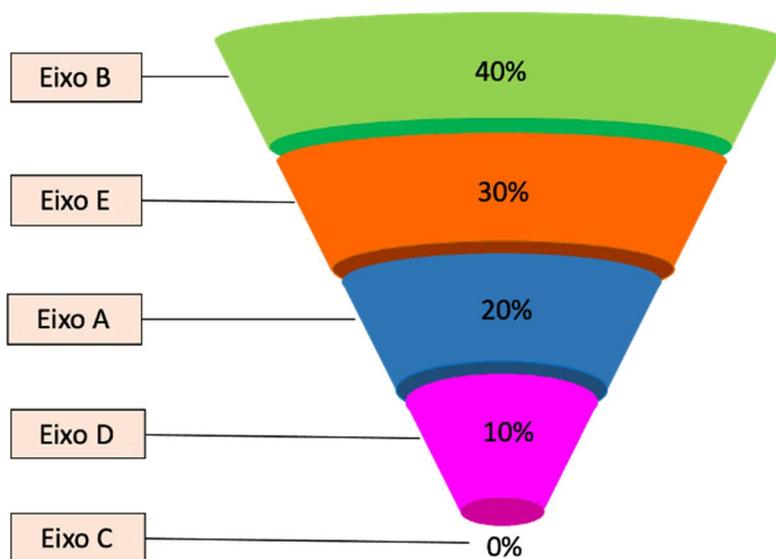
Compreende-se que o 'Eixo B', sobre 'Qualidade nos processos de ensino-aprendizagem e espaços de aprendizado', apresenta a maior densidade dentre os demais. Esse eixo, sozinho, corresponde a 40% do valor total. Em seguida, com 30%, há o 'Eixo E', que diz respeito à 'Formação profissional para fomentar a educação de qualidade', que corresponde a segunda colocação.

Em terceiro lugar há a densidade do 'Eixo A', sobre 'Aprendizagem, habilidades e competências das pessoas', que corresponde ao valor de 20%. E por último há os dados do 'Eixo

D', sobre 'Condições mínimas para o alcance de uma educação de qualidade', que abocanha cerca de 10% do valor total de densidade dos eixos. O 'Eixo C', de 'Promoção do desenvolvimento equitativo das pessoas', no entanto, foi o único que não obteve unidades de registro, e por isso seu valor percentual corresponde a 0.

A Figura 1 evidencia os dados supramencionados, que podem ser representados por meio de uma pirâmide invertida. Ela ilustra o nível de aderência da PNLE com as Diretrizes na perspectiva dos eixos.

Figura 1: Relação hierárquica dos eixos temáticos por porcentagem



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A Figura 1 expõe o movimento de prioridades temáticas da PNLE. Quando as unidades de registro da política pública foram posicionadas frente aos objetivos das Diretrizes, foi

percebido que a mesma tem intencionalidades temáticas marcantes. A primeira delas é a intenção de oferecer qualidade nos processos de ensino-aprendizagem e espaços de aprendizagem. Nesse sentido, de acordo com o documento do Brasil (2018a), a PNLE almeja:

[...] incentivar pesquisas, estudos e o estabelecimento de indicadores relativos ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas, com vistas a fomentar a produção de conhecimento e de estatísticas como instrumentos de avaliação e qualificação das políticas públicas do setor (BRASIL, 2018a).

Também se enquadra como ações nesse segmento:

[...] desenvolver a economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao fortalecimento da economia nacional, por meio de ações de incentivo ao mercado editorial e livreiro, às feiras de livros, aos eventos literários e à aquisição de acervos físicos e digitais para bibliotecas de acesso público (BRASIL, 2018a).

Outra ação é a de:

[...] fortalecer institucionalmente as bibliotecas de acesso público, com qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal, digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações (BRASIL, 2018a)

Além de “[...] incentivar a criação e a implantação de planos estaduais, distrital e municipais do livro e da leitura, em fortalecimento ao SNC” (BRASIL, 2018a).

A relevância dessas ações é destacada para a temática de oferecer qualidade nos processos de ensino-aprendizagem e espaços de aprendizagem. Estudos feitos na área do livro, leitura e bibliotecas carecem de iniciativas de mensuração em nível nacional. A produção de estatísticas nessa direção representa um instrumento de análise para que políticas públicas da mesma área sejam avaliadas e que outras ainda sejam criadas. Portanto, formular instrumentos para desenvolver, avaliar e expandir as habilidades de leitura de crianças, adolescentes, jovens, adultos e seniores compõe uma estratégia para se obter qualidade nos processos de ensino-aprendizagem em unidades de informação, educação e cultura. As bibliotecas são consideradas como tais.

Os espaços de ensino e aprendizagem também devem contar com os livros como recursos de informação. É devido a isso que a economia do livro deve ser fortalecida em nível nacional e envolver os livreiros, o mercado editorial, os eventos literários e a difusão da cultura literária nos suportes físico e digital. Além disso, a constituição da biblioteca como espaço público vai além da perspectiva simbólica.

Para que as bibliotecas efetivamente atendam ao público, elas devem contar com espaços e acervo qualificados, que atendam à comunidade da jurisdição a qual pertencem. O mobiliário, os equipamentos, a programação cultural, os serviços, os produtos, o incentivo à leitura, a capacitação profissional, os empréstimos e a digitalização do acervo também devem ser parte das prioridades de uma unidade de informação quando a intenção está em promover educação de qualidade. Desse modo, abre-se um caminho para que os

recursos de informação sejam destinados às bibliotecas a fim de que as demandas de informação dos usuários sejam atendidas, sem negligenciar aspectos de recursos físicos, humanos, financeiros, tecnológicos e de informação. Contudo, a implementação de ações dessa natureza na sociedade pode ser mais facilmente concluída mediante a existência de políticas públicas para a área do livro, leitura e bibliotecas e a garantia e fiscalização das mesmas.

A segunda intenção temática da PNLE é a formação profissional para fomentar a educação de qualidade. Para o documento de Brasil (2018a), a PNLE objetiva:

[...] promover a literatura, as humanidades e o fomento aos processos de criação, formação, pesquisa, difusão e intercâmbio literário e acadêmico em território nacional e no exterior, para autores e escritores, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas, entre outros mecanismos (BRASIL, 2018a).

Soma-se a isso o anseio de:

[...] fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais (BRASIL, 2018a),

e, não diferente, o de:

[...] promover a formação profissional no âmbito das cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura, por meio de ações de qualificação e capacitação sistemáticas e contínuas (BRASIL, 2018a).

A importância da formação profissional para fomentar a educação de qualidade pode ser percebida em alguns trechos da PNLE. Entende-se por meio dessa política pública que a promoção da literatura, das humanidades, a criação de cultura, bem como a pesquisa e a difusão do conhecimento, em âmbitos nacional e internacional, importam para que profissionais capacitados sejam formados e atuem na linha de frente da implementação de atividades amparadas nesse tipo de educação. Para isso, os profissionais podem contar até mesmo com bolsas de estudo, a fim de que se especializem no Brasil e no exterior. Esses profissionais são os professores, bibliotecários, agentes de educação, cultura e outros profissionais que possam somar para a busca de objetivos ligados à educação de qualidade. Assim, infere-se que a busca por essa educação requer a existência de profissionais preparados para os desafios de se promover a leitura e tornar as pessoas – crianças, adolescentes, jovens, adultos e seniores – leitoras efetivas, dos livros e da vida.

A última intencionalidade temática tem relação com a aprendizagem, habilidades e competências das pessoas, bem como haver condições mínimas para o alcance de uma educação de qualidade. Vão nesse sentido os discursos presentes no documento do Brasil (2018a). Os discursos mais ilustres para essas intencionalidades são:

[...] democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade (BRASIL, 2018a),

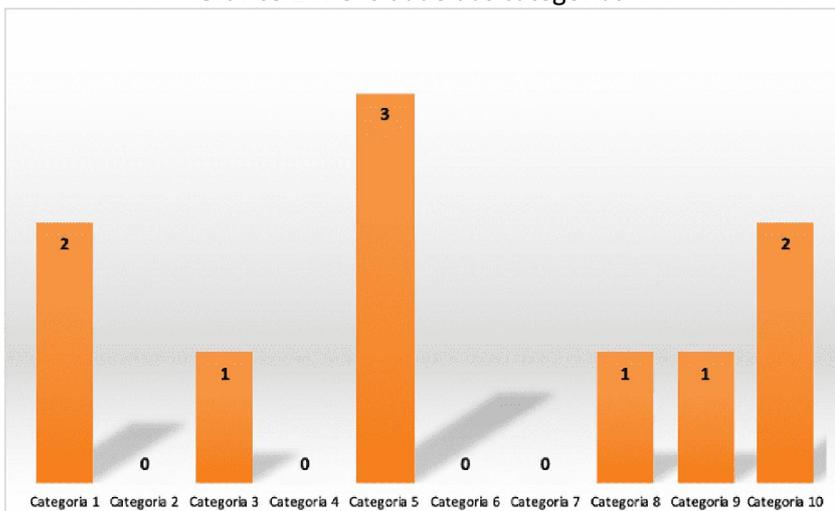
“[...] valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas.” (BRASIL, 2018a), e

[...] incentivar a expansão das capacidades de criação cultural e de compreensão leitora, por meio do fortalecimento de ações educativas e culturais focadas no desenvolvimento das competências de produção e interpretação de textos (BRASIL, 2018a).

A aprendizagem, habilidades e competências das pessoas podem ser asseguradas de algumas formas. Dentre elas está a democratização do acesso ao livro e a outros suportes à leitura. Além disso, a valorização da leitura, dos espaços de leitura e dos eventos que têm a finalidade de projetar a literatura e as bibliotecas também importam ao contexto exatamente porque incrementam os processos de aprendizagem e de desenvolvimento de habilidades e competências. E para que isso ocorra, as ações educativas e culturais podem subsidiar produções que oportunizem o uso da cultura e da leitura para criar e disseminar conteúdo cultural e educacional, situação estritamente relacionada às condições mínimas para o alcance da educação de qualidade.

Outros valores e mensurações tornam mais específicas as inferências sobre a relação da PNLE com os objetivos das Diretrizes. Assim, o Gráfico 2 apresenta as densidades por categoria.

Gráfico 2: Densidade das categorias



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De modo mais específico, a densidade das categorias revela especificidades acerca das unidades de registro presas ao sistema de categorias elaborado.

De imediato, a coluna da ‘Categoria 5’, no gráfico, a revela como a de maior proeminência neste. É a categoria de importância primária na análise.

A atividade de ‘Garantir acesso a um desenvolvimento educativo de qualidade desde a primeira infância e educação pré-escolar’ é indiciada como a categoria com o maior número de unidades de registro na análise, são 3. Além disso, essa categoria está atrelada ao ‘Eixo B’, o que denota uma coerência entre o resultado da análise dos eixos temáticos e o das categorias.

Outras duas colunas que têm resultados que se sobressaem são as colunas das categorias ‘1’ e ‘10’,

denominadas, respectivamente, como ‘Desenvolver a aprendizagem de formas relevante e eficaz’ e ‘Aumentar o número de professores qualificados e formação de professores’. A primeira corresponde ao ‘Eixo A’ e a segunda ao ‘Eixo E’. Elas, as categorias ‘1’ e ‘10’, denotam uma importância secundária na análise, em virtude de ambas se enquadrarem no gráfico como as de segundo maior valor.

As categorias entendidas como de importância terciária são as categorias ‘3’, ‘8’ e ‘9’. Cada uma resultou na vinculação de apenas uma unidade de registro cada. Os eixos aos quais elas se alinham são, ‘Garantir acesso a um desenvolvimento educativo de qualidade desde a primeira infância e educação pré-escolar’, do ‘Eixo B’, ‘Garantir o desenvolvimento da alfabetização e o conhecimento básico de matemática às pessoas’, do ‘Eixo D’, e ‘Ampliar o acesso às bolsas de estudo e aos programas de formação profissional’, ‘Eixo E’, nessa ordem.

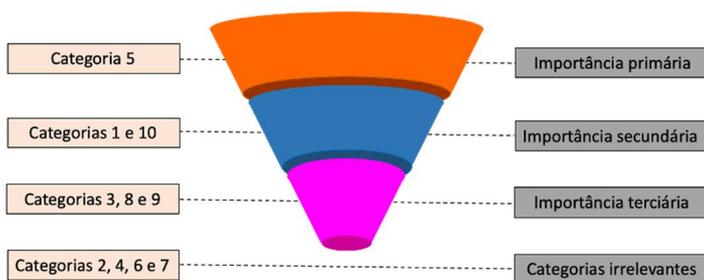
Por fim, um grande número de categorias não teve aderências de unidades de registro. São quatro categorias nessa condição, sendo estas as categorias ‘2’, ‘4’, ‘6’ e ‘7’. Elas são denominadas da seguinte forma, na devida ordem: ‘Desenvolver habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho’, correspondente ao ‘Eixo A’, ‘Assegurar educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres’, ligada ao ‘Eixo B’, ‘Eliminar a disparidade de gênero na educação, bem como incluir pessoas vulneráveis, com deficiência e povos indígenas’, referente ao ‘Eixo C’, e ‘Garantir o desenvolvimento da alfabetização e o

conhecimento básico de matemática às pessoas’, também relacionada ao ‘Eixo C’.

Na pesquisa, essas categorias foram consideradas como ‘irrelevantes’ em decorrência dos resultados da análise. Isso quer dizer que as categorias ‘2’, ‘4’, ‘6’ e ‘7’, por não terem registrado unidades de registro, revelam que a PNLE, ante às ‘Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030’, não objetivam desenvolver habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho, assegurar educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres, eliminar a disparidade de gênero na educação, bem como incluir pessoas vulneráveis, com deficiência e povos indígenas e garantir o desenvolvimento da alfabetização e o conhecimento básico de matemática às pessoas.

A Figura 2 ilustra os dados supracitados sobre a densidade das categorias e seu grau de importância.

Figura 2: Densidade das categorias e grau de importância



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A PNLE atende aos objetivos das Diretrizes de modos significativo, moderado e baixo. O nível significativo está voltado unicamente para a construção e melhora das

instalações físicas para desenvolver a educação com equidade para todos. Sobre a perspectiva de atendimento moderado, esta diz respeito a desenvolver a aprendizagem de formas relevante e eficaz, aumentar o número de professores qualificados, bem como formá-los.

De moderado, passa-se para o nível baixo de atendimento. Nesse segmento estão a garantia de desenvolvimento educativo de qualidade desde a primeira infância e educação pré-escolar, garantia de desenvolvimento da alfabetização e conhecimento básico de matemática e ampliação do acesso às bolsas de estudo e aos programas de formação profissional.

Contudo, algumas aderências da PNLE foram consideradas inexistentes durante a análise. Percebeu-se que objetivos como o desenvolvimento de habilidades e competências técnicas nas pessoas para alcançarem oportunidades de trabalho, a educação de níveis técnico, profissional e superior a adultos, a igualdade de gênero na educação, a inclusão de pessoas vulneráveis e povos indígenas e a valorização da diversidade cultural enquadraram-se nesse espectro.

A importância das categorias foi estipulada de acordo com os dados do Gráfico 2. O nível de importância das categorias acompanhou as variáveis do mesmo gráfico, isto é, quanto maior o número de variáveis deste, maior foi considerada a importância de uma categoria. Por isso a 'Categoria 5', sobre 'Motivar a construção e melhora das instalações físicas para desenvolver a educação com equidade para todos', foi entendida como a de importância primária.

Destaca-se que a importância de que se fala na Figura 2 diz respeito aos objetivos imediatos da PNLE para a sociedade. Desse modo, importa a essa política pública, primeiramente, motivar a construção e melhora das instalações físicas para desenvolver a educação com equidade para todos – ‘Categoria 5’ –, e depois, em segundo plano, desenvolver a aprendizagem de formas relevante e eficaz e aumentar o número de professores qualificados e formação de professores, que são as Categorias ‘1’ e ‘10’.

As Categorias ‘3’, ‘8’ e ‘9’ pertencem ao plano terciário da mesma figura. São categorias que se referem a garantir o acesso ao desenvolvimento educativo de qualidade desde a primeira infância e educação pré-escolar, garantir o desenvolvimento da alfabetização e o conhecimento básico de matemática às pessoas e ampliar o acesso às bolsas de estudo e aos programas de formação profissional. São essas as categorias demonstram os últimos valores compreendidos como importantes. As próximas categorias não foram entendidas como tal.

As Categorias ‘2’, ‘4’, ‘6’ e ‘7’ compõem o plano de categorias irrelevantes à PNLE. Elas se referem, respectivamente, aos seguintes objetivos: desenvolver habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho, assegurar a educação de níveis técnico, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres, eliminar a disparidade de gênero na educação, bem como incluir pessoas vulneráveis, com deficiência e povos indígenas, adquirir conhecimentos e habilidades para a cidadania global

sustentável e garantir os direitos humanos com valorização da diversidade cultural.

Portanto, fica evidenciado que nem todos os objetivos das Diretrizes são atendidos pela PNLE. Há objetivos que são relevantes e objetivos que não são considerados como tal. Mesmo dentre os relevantes, há alguns que se destacam mais que outros. Além disso, o número de categorias irrelevantes, ou objetivos irrelevantes, como isso poderia ser lido, é considerado alto quando comparado com o número de categorias que são efetivamente relevantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa, que foi atingido, consistiu em compreender o quão aderente está a PNLE dos objetivos do documento 'Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030'.

A pesquisa demonstrou que há muitas relações entre a PNLE e as Diretrizes, algumas em maior grau e outra em menor. No entanto, algumas relações não são evidenciáveis, que são aquelas que objetivam desenvolver habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho, assegurar educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres, eliminar a disparidade de gênero na educação, bem como incluir pessoas vulneráveis, com deficiência e povos indígenas, adquirir conhecimentos e habilidades para a cidadania global sustentável e garantir os direitos humanos com valorização da diversidade cultural. Na verdade, a mensagem que se sobressai é que a PNLE não atende a todos os objetivos

propostos pelas Diretrizes, e as relações existentes são discrepantes e assimétricas, em virtude de se serem percebidas em porcentuais consideravelmente divergentes. Assim, a hipótese da pesquisa foi refutada.

Pelas políticas públicas da área do livro, leitura e bibliotecas representarem oportunidades de ascensão social às pessoas, discussões científicas acerca da efetividade destas devem protagonizar novas pesquisas em Ciência da Informação. Dessa maneira, os novos estudos poderão contribuir para se pensar, formular e garantir ações sociais que incidam na mudança efetiva de comunidades, em especial as em maior estado de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018. **Institui a Política Nacional do Livro e Escrita**, 2018a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm. Acesso em: 04 fev. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Lei cria Política Nacional de Leitura e Escrita**, 2018b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/07/13/lei-cria-politica-%20nacional-de-leitura-e-escrita>. Acesso em: 04 fev. 2020.

CAMILLO, E. S. **Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas**: foco no ODS 4 da Agenda 2030. Orientador: Claudio Marcondes de Castro Filho. 2020. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual

Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/191535>. Acesso em: 05 fev. 2020.

ESTEVEES, R. F. **Políticas públicas para implementação tecnológica na educação escolar**. Orientador: José Luís Bizelli. 132 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’, São Paulo, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/157340/esteves_rf_dr_arafcl.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 18 fev. 2020.

GASPARI, E. Políticas públicas e intencionalidade. *In*: CHRISPINO, A. **Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LOWI, T. **Arenas of power**. Paradigm Publishers: Bolder, 2009.

MORIN, E. O sistema: paradigma ou/e teoria? *In*: MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 257-275.

RUA, M. G.; ROMANINI, R. **Para aprender políticas públicas**. Volume I: Conceitos e Teorias. Brasília: IGEPP, 2013. Disponível em: http://igep.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf. Acesso em: 18 fev. 2020.

SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

SERRA, E. D. Políticas de promoção da leitura. *In*: RIBEIRO, V. M. (org.). **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF 2001. São Paulo: Global, 2003. p. 65-85.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18743>. Acesso em: 18 fev. 2020.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 18 fev. 2020.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 18 fev. 2020.

TIETJE, L. Why bother teaching public policy analysis? **Journal for the Advancement of Educational Research International**, Daca, v. 12, n. 1, 2018. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?q=public+policy&id=EJ1209445>. Acesso em: 18 fev. 2020.

CAPÍTULO 7

REFLEXÕES SOBRE MEDIAÇÃO TRANSMIDIÁTICA

Rosemari Pereira dos Santos Alves

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

1 INTRODUÇÃO

O presente texto objetiva refletir sobre os conceitos de mediação da informação e transmídia, partindo de autores como Almeida Júnior (2015), Scolari (2009) e Jenkins (2009), com o intuito de levantar subsídios para a construção de um conceito de mediação transmidiática, a fim de não somente evidenciar a área de intersecção entre a Ciência da Informação (CI) e a Comunicação no que diz respeito a adaptações literárias audiovisuais, mas também de contribuir para o *corpus* científico da mediação da informação.

Mediação da informação, seguindo o conceito de Almeida Júnior (2015), é a intervenção no processo de apropriação da informação, certificando-se que a informação deixe de ser apenas um signo e passe a fazer sentido para quem a recebe. É, portanto, o compartilhamento da informação significativa, que leva o usuário a enriquecer seus conhecimentos. A informação mediada pode ser de qualquer natureza, inclusive a literária.

O termo “transmídia”, que une a expressão *mídia* com o prefixo *trans* que significa “além de”, pode ser usado tanto como substantivo quanto como adjetivo (TRANS, 2020). Mídia,

conforme Mittermayer (2013) é um termo derivado do inglês *media*, que por sua vez é a forma plural da expressão *medium*, cujo significado é *meio*. Assim, *mídia* significa, literalmente, *meios*. Nas narrativas transmidiáticas o texto é dividido em diversas mídias, cada uma contando uma parte da história, o que tem revelado ser uma tendência nas narrativas da segunda década do século XXI (o que pode ser constatado tanto na produção cinematográfica amadora quanto na profissional, tanto na de baixo quanto na de alto orçamento) e, provavelmente, continuará sendo nas décadas seguintes.

A pesquisa se justifica pela relevância de se estudar novas formas de produção textual e leitura, num mundo cada vez mais conectado, onde as pessoas passam horas do seu dia navegando nas mídias sociais. Trata-se de um estudo exploratório qualitativo, adotando-se a pesquisa bibliográfica como técnica de pesquisa. O artigo é dividido em três partes, fora a introdução e as considerações finais. A primeira parte do texto fará um breve resumo sobre mediação, narrativa e transmídia, a segunda explicará a metodologia e a terceira conterá as primeiras reflexões sobre o termo *mediação transmidiática*.

2 MEDIAÇÃO E TRANSMÍDIA

Nas palavras de Almeida Júnior (2015, p. 25), mediação da informação é:

[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando

a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

A ação de interferência é a intervenção do mediador na relação entre o sujeito informacional e informação. Mediador, descrito como profissional da informação no conceito é o sujeito responsável por explorar o universo informacional a fim de organizar, armazenar e preparar as informações para que possam ser recuperadas. Portanto, essa intervenção não é neutra, mas intencionada. Ela, inclusive, produz consequências e abrange tanto conhecimentos conscientes quanto inconscientes, envolvendo o contexto social, político, econômico e cultural em que ambas as partes, mediador e usuário, estão inseridos.

A informação, por sua vez, se concretiza apenas na relação entre usuário e suporte, se construindo e reconstruindo de maneira cíclica. Bortolin (2010) chama de “ato de apropriação” o processo pelo qual ela se concretiza. Antes disso, Almeida Júnior (2009) explica que, em vez de informação, o que se constata é uma protoinformação, que seria uma quase informação.

A mediação pode ser definida, também, como domínio das interações sociais e culturais entre categorias distintas. Essa é a perspectiva da antropologia, que a enquadra na classe dos processos de comunicação cultural (DUARTE, 2001). Este autor explica que o mediador fornece ao público os códigos necessários para que ele tenha acesso à cultura. Coelho (1999) defende que a mediação cultural é um conjunto de processos

que promovem a aproximação entre indivíduos e bens culturais.

A mediação da informação não é apenas um assunto incidental. Santos Neto (2019) relata que, para Almeida Júnior, ela é o objeto de estudo da Ciência da Informação, pois o paradigma atual, o pós-custodial, não mais se apresenta com um foco historicista, patrimonialista e tecnicista, mas sim informacional e científico. A dimensão cultural desse assunto permite reflexões muito interessantes, que aproximam a Ciência da Informação de outros campos, como a Literatura, por exemplo. Assim, promove-se estudos como o da construção do conceito de Mediação Oral da Literatura, por Bortolin (2010).

O que se pretende no presente texto é vincular a mediação com a narrativa transmídia, portanto é importante, primeiro, compreender o que é narrativa. A narrativa é uma ferramenta muito antiga, por meio da qual se transmite ideias e conhecimento. Há indícios de estudos da linguagem desde a Grécia Antiga, mas é apenas no século XIX, que os estudiosos comparam línguas, analisando suas correspondências, para se chegar a uma língua-mãe e no início do século XX, com a linguística, que a linguagem passa a ser considerada objeto de estudo (ORLANDI, 2007). No século XX um nome importante para a linguística é Ferdinand de Saussure, sua maior contribuição para a área diz respeito à divisão da linguagem entre língua e fala. A língua seria “sistema de signos” (SAUSSURE, 2006, p. 26), objeto de estudo da linguística propriamente dita. A fala, por sua vez, diria respeito ao ato de se expressar uma ideia, de se comunicar, usando a língua.

Tratando do signo linguístico, defendia que ele era “[...] a combinação do conceito e da imagem acústica [...]” (SAUSSURE, 2006, p. 81), entendendo-se por conceito a ideia que se tem de uma palavra, e, por imagem acústica, a impressão psíquica do som dessa palavra.

Culler (1997) aborda o conceito de narrativa argumentando que existe uma intuição, um conhecimento subconsciente, sobre como uma história é estruturada. Ele chama essa intuição de competência narrativa e explica que ela faz uma criança, que nunca estudou teoria literária, distinguir uma história com um final conclusivo de uma que acabou de repente. Para o autor, a teoria da narrativa é uma tentativa de tornar explícita essa competência, assim como a linguística seria uma tentativa de tornar explícita a competência de, subconscientemente, se compreender uma língua.

Para Ricoeur (1994), narrativa seria uma espécie de operação mimética de coisas do mundo. Mimese, termo que o autor emprestou da Poética de Aristóteles, é uma imitação criadora, que produz um saber. Monteiro Barbosa (2008) esclarece que, na teoria ricoeuriana, a mimese se divide em três partes: a do mundo concreto, com uma narrativa pré-construída, que inspira a construção poética (mimese I); a do mito, referido como *muthos* ou *mythos*, no qual os fatos ou ficções preexistentes são transformados em narrativa (mimese II); e a da recepção, na qual a história é narrada e lida. A narrativa é vista como uma operação mimética por ser uma atividade de representação simbólica do real cuja função estética trabalha, mesmo que indiretamente, dentro do

princípio do verossímil, obedecendo duas esferas: a primeira, de coesão interna, quando a obra faz sentido porque a organização de seus elementos internos faz sentido entre si; e a segunda, de coerência externa, quando a obra dialoga com a cultura e a sociedade e faz uso de um repertório compartilhado. Portanto, a verossimilhança se constrói no processo entre o polo da produção (coerência interna) e o da recepção (percepção da coerência externa).

Segundo Barthes (2008), a narrativa se sustenta pela “linguagem articulada, oral ou escrita, pela imagem, fixa ou móvel, pelo gesto ou pela mistura ordenada de todas estas substâncias”. Portanto, a narrativa não se resume a uma história contada em um livro ou por um contador de histórias fisicamente presente, mas se manifesta também em séries televisivas, em jogos de videogame e outros meios populares na atualidade.

Conforme Merino (2015), as teorias narratológicas contemporâneas contemplam textos produzidos com uma lógica funcional singular, que só é possível no atual ecossistema mediático. Enquanto as teorias narrativas clássicas tomavam como objeto de estudo um corpus que, apesar de muito vasto, era composto por obras tradicionais e, portanto, facilmente classificáveis e analisáveis pela narratologia, o objeto das narrativas contemporâneas ainda é indefinido e insiste em fugir do escopo das ferramentas da narratologia tradicional, requerendo o emprego e métodos ad hoc de análise literária. Essas narrativas integram texto e jogo, linearidade e multiplicidade, dispersando informações e instaurando caos. A narrativa seriada é um exemplo dessas

novas formas de narrar e já é feita na televisão há muito tempo. Ela é dividida em blocos, intercalada por comerciais. O que conecta os blocos são alguns “ganchos” que ajudam a situar o telespectador na história novamente (ZANETTI, 2013). As narrativas seriadas feitas para televisão contam com os intervalos e com o horário que são reproduzidas. Na internet a narrativa seriada tem uma mudança, já que o telespectador pode assistir o que quiser, a hora que quiser. Um exemplo são os serviços de streaming, como a Netflix onde os telespectadores assistem às séries emendando um episódio após o outro, sem intervalos.

Quando a mesma narrativa se desenrola em meios diferentes, de tal maneira que o pedaço da história contada em uma mídia está relacionado à parte apresentada em outra, configura-se um fenômeno denominado narrativa transmídia. Transmídia, conforme Gomes (2009) tem estado presente em diversos estudos na área da Comunicação. Trata-se de um conceito inicialmente empregado pela filmóloga Marsha Kinder para se referir a estratégias comerciais que instigam o público a percorrer por diversas plataformas midiáticas para saber mais sobre uma determinada obra audiovisual, geralmente um desenho animado. Kinder (1991) enxerga essas estratégias como supersistemas dotados de intertextualidade, com o propósito de colocar os consumidores em um jogo interativo.

Bonini (2011, p. 688) define mídia como “tecnologia de mediação da interação linguageira e, portanto, do gênero como unidade dessa interação”. Assim, a narrativa transmídia vai “além” de um único “meio” ou “tecnologia de mediação da

interação linguageira". De acordo com Scolari (2009), narrativa transmídia (ou "narrativa transmedia") pode ser definida como uma estrutura que se expande em linguagens e em mídias. Tradicionalmente, a narrativa se desenvolve em uma única mídia, seja ela um discurso oral ou um livro. Porém, é possível que a mesma história seja contada em suportes diferentes.

Um conceito que costuma ser confundido com o de transmídia é o de multimídia. Pretto (2013) relata que "multimídia" é a combinação de meios usados ao mesmo tempo ainda que produzidos isoladamente. Trata-se, porém, de uma reprodução da narrativa, evento que é denominado adaptação. Borges e Souza (2017) explicam que adaptação é o ato de transpor uma narrativa de um meio para o outro, tendo feito parte da história do cinema desde seus primórdios. Obras literárias de renome sempre foram alvo de releituras por cineastas, tendo suas histórias recontadas em encenações cinematográficas.

Conforme Jenkins (2009), a narrativa transmídia vai além da multimídia, pois ela não só pode ser adaptada para diferentes suportes, mas está fragmentada entre eles, fazendo com que cada mídia envolvida exerça uma função na história. Em vez da expressão "narrativa transmedia", Jenkins (2007) utiliza o termo "transmedia storytelling", que seria melhor traduzido como "contação de história transmídia". O autor explica que se trata de um processo no qual elementos integrais de uma ficção são dispersos, sistematicamente, ao longo de múltiplos canais. Apesar da dispersão, o resultado é uma experiência unificada e coordenada, de tal maneira que cada mídia faz sua própria contribuição para a narrativa.

Jenkins (2007) explica que as empresas têm se estruturado horizontalmente, espalhando seus interesses por diferentes indústrias midiáticas. Desse modo, elas optam por distribuir suas franquias para o maior número de suportes possível, de tal maneira que eles contribuam para a sinergia de seus produtos. Isso evidencia que, apesar do interesse estético provocado pela ideia de se ter uma narrativa que transcende um único suporte, um grande fator motivacional para a promoção da transmídia é, na verdade, o comercial.

Diferentemente das histórias contadas em uma única mídia, Jenkins (2007) explica que a narrativa transmídia costuma ser baseada não em personagens individuais, mas em mundos, com vários personagens e histórias, criando uma complexidade que leva fãs a discutir, teorizar e registrar o que sabem em enciclopédias virtuais, como as famosas "wikis", sites de edição colaborativa de verbetes enciclopédicos. Isso reforça o engajamento do leitor na obra, pois ele precisa se dedicar para compreender o universo da narrativa.

Muitas vezes, determinados personagens e eventos da narrativa são tão interessantes que motivam os fãs a imaginar como seria uma narrativa paralela, que se focasse neles. Nesse sentido, Figueiredo (2016) afirma que, por meio de uma abordagem transmidiática, é possível que uma narrativa principal seja suplementada por outras mídias, que servem como extensões dessa. Essa reverberação de conteúdo para meios secundários se dá devido à tendência de se criar personagens fortes e identificáveis, cuja existência acaba se tornando independente da história onde são inseridos.

Conforme uma narrativa vai se fragmentando e abrangendo mais mídias, fica cada vez mais fraca a ideia de uma mídia principal. Jenkins (2007) explica que uma obra transmidiática possui diversos "pontos de entrada" para públicos alvos diferentes. Enquanto alguns podem conhecer a narrativa pelo livro, outros podem ter seu primeiro contato no cinema ou em jogos eletrônicos. Isso exponencializa a complexidade da narrativa transmídia, visto que diferentes leitores acabam conhecendo partes diferentes da narrativa. É assim que, diferentemente de uma discussão literária na qual ambas as partes conhecem a mesma obra e debatem suas interpretações e impressões (por exemplo), em uma discussão sobre narrativas transmídia, as partes podem compartilhar experiências completamente diferentes e descobrir mais sobre o universo que estão explorando por meio de determinada mídia. Isso reforça ainda mais o caráter enciclopédico anteriormente mencionado.

Ademais, com esse último ponto, Jenkins (2007) argumenta que a transmídia é a estética perfeita para uma era de inteligência coletiva. Consultando a obra de Pierre Levy, o autor explica que os leitores de uma narrativa transmídia fazem parte de uma rede pela qual circula conhecimento, sendo possível que determinados indivíduos dessa sociedade interligada se especializem em partes especiais da obra, a fim de que os participantes desse microcosmo informacional possam depender da expertise de seus colegas para melhor aprender sobre o universo da narrativa e solucionar problemas, desvendar mistérios e especular sobre o que pode acontecer no futuro.

Jenkins (2010) elenca alguns princípios, ao refletir sobre aspectos não necessariamente narratológicos da transmídia, mas sobre outras dimensões do conceito, como a educacional. Esses princípios acabam ajudando a traçar uma ilustração mais concreta do que transmídia venha a ser. O autor, primeiro, fala sobre a dicotomia entre espalhabilidade e perfuração. Quanto mais “espalhável” (ou compartilhável) for o objeto transmidiático, menos “perfurável” ele será, no sentido de seu conteúdo ser superficial. Um conteúdo profundo acaba influenciando negativamente a espalhabilidade, visto que novos leitores podem se intimidar por ela. Outro princípio é o da dicotomia entre continuidade e multiplicidade. Enquanto algumas franquias transmidiáticas promovem uma coerência com um cânone (com uma versão legítima do universo da narrativa), outras rotineiramente permitem histórias alternativas, que podem contradizer fatos e eventos presentes em outras mídias.

A terceira dicotomia que Jenkins (2010) elenca em sua lista de princípios norteadores da narrativa transmídia é a que se instaura entre a imersão e a extratibilidade. Imersão é o fenômeno de se entrar no mundo da história, perdendo-se o vínculo com o mundo real devido ao elevado grau de concentração ao qual o leitor é induzido. A extratibilidade (capacidade de extração), por outro lado, constata-se sempre que o leitor se apropria de aspectos da narrativa para levar ao mundo real. A construção de mundo é um princípio que dita como, em vez de histórias específicas, a narrativa transmídia foca em universos, que podem ser expandidos conforme novas histórias sejam contadas em novas mídias. O princípio da

serialidade se refere ao fracionamento e dispersão da história, dividindo-a em capítulos que, por si só, são satisfatórios para o leitor. Por outro lado, o princípio da subjetividade está relacionado a ver o mesmo evento sob múltiplas perspectivas.

O último princípio é o da performance, que Jenkins (2010) discute como uma estrutura de atratores e ativadores sociais. Atratores sociais chamam a atenção da audiência, enquanto ativadores dão e ela algo para fazer. Gomes (2019) esclarece que a noção de atratores culturais foi emprestada de Lévy, manifestando-se na formação de comunidades de pessoas com interesses em comum, estabelecendo-se uma inteligência coletiva, enquanto a ideia de ativadores confere sentido a tais comunidades, promovendo atividades que criam formas significativas de participação.

Para se compreender a narrativa transmídia, é importante conhecer o conceito de convergência. Jenkins (2009, p. 3) define convergência como o “fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos”. Segundo este autor, “se os antigos consumidores eram previsíveis e ficavam onde mandavam que ficassem, os novos consumidores são migratórios, demonstrando uma declinante lealdade [...] a meios de comunicação” (JENKINS, 2009, p. 19). Jenkins (2011) explica que a cultura da convergência é um paradigma que entra em contraste com a antiga crença segundo a qual novas mídias tornariam obsoletos os suportes mais antigos. O livro não deixou de existir por causa do computador pessoal, mas passou por um processo de convergência, de tal maneira que ambos os suportes passam a estar interconectados.

Borges e Souza (2017) explicam a convergência por meio de uma metáfora biológica, com o conceito de "ecologia de mídias", de Marshall McLuhan. Os autores defendem que o surgimento de novas mídias no ambiente midiático induz as mídias já estabelecidas a se adaptarem ao novo cenário para que continuem existindo. Assim, ocorre uma midiamorfose, termo que descreve esse processo de adaptação e evolução midiática, ou seja, de convergência. O conceito também faz alusão a como novos meios se assemelham a meios já estabelecidos. Para que novos suportes sejam recebidos pelos usuários, é necessário que eles sejam comparáveis com suportes preexistentes a fim de que haja familiaridade por parte do público consumidor. O autor menciona, por exemplo, como a fotografia adotou a forma da pintura e o rádio buscou a estrutura de concertos musicais.

Essa convergência midiática, que reúne e engaja leitores em atividades típicas de uma inteligência coletiva, conforme Kinder (1991) evidencia um supersistema intertextual. Gambarato (2012) afirma que um sistema é determinado pelo conjunto dos seus componentes, formando uma estrutura interna, e pelo conjunto relacional entre os componentes e o ambiente, formando uma estrutura externa. Quando o ambiente em si é apresentado como um sistema, surge um supersistema. E os componentes conectados dentro deste, passam a ser subsistemas.

Assim, em conformidade com Gomes (2019), uma obra transmidiática pode ser vista como um supersistema, pois ela é um conjunto de relações entre os suportes e meios que contém a narrativa. A intertextualidade, segundo Kinder

(1991), pode ser horizontal, com textos primários (mídias principais) em sua estrutura interna, ou vertical, com eles na estrutura externa. Porém, no supersistema transmidiático, as fronteiras entre esses dois tipos de intertextualidade são dirimidas. Assim, torna-se difícil a compressão de qualquer subsistema (fragmento da narrativa em uma determinada mídia) sem que se analise o supersistema (o ambiente que liga cada uma dessas mídias).

A consequência interessante desse caráter suprassistêmico é que se aumentam os anteriormente mencionados pontos de entrada. Enquanto uma narrativa presente em suporte único (um livro, por exemplo) só pode ser lida por meio dele, os leitores de uma narrativa transmídia podem iniciar sua leitura por diferentes meios (alguns por livros, outros por uma série televisiva ou, ainda, outros por um jogo eletrônico). Essa intertextualidade, de acordo com José van Dijck (2016), destaca uma “cultura da conectividade”, que promove a importância das mídias online e estimula sua interação com as mídias tradicionais.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Foi realizado um estudo exploratório, com abordagem qualitativa, por meio de uma pesquisa bibliográfica. Conforme Gil (2008), o estudo exploratório tem como objetivo proporcionar familiaridade com o fenômeno estudado. A pesquisa bibliográfica, conforme Marconi e Lakatos (2003), é uma técnica de documentação indireta na qual os dados são extraídos de fontes secundárias, sejam elas escritas, audiovisuais, cartográficas ou outras.

O corpus da pesquisa bibliográfica incluiu, além de periódicos eletrônicos, livros e publicações independentes, o blog de Henry Jenkins, uma das autoridades mundiais na pesquisa sobre transmídia. Para se recuperar as fontes disponíveis online, foram usados termos de busca relacionados tanto à mediação quanto à transmídia, tanto em português como em inglês.

Entre os termos empregados nas buscas iniciais destacam-se: *mediação, mediação da informação, narrativa, narrativa transmídia, storytelling, transmedia, transmedia storytelling* e *transmídia*. Após a leitura do material recuperado, realizou-se novas buscas com termos incidentais como: *adaptação, apropriação, convergência, discurso, literary theory, literatura, mídia, mimese, redes sociais* e *suporte*.

Não foi realizado recorte temporal, visto que se pretendia encontrar o maior número de fontes possível a fim de se conhecer, especialmente no caso da transmídia, todos os assuntos passíveis de discussão dentro da temática. Apesar de diferentes repositórios terem sido visitados, a ferramenta de busca que auxiliou a maior parte da pesquisa foi o *Google Acadêmico* (ou *Google Scholar*).

Efetuuou-se leituras flutuantes sobre todo o material recuperado a fim de se identificar assuntos recorrentes e discussões que, mesmo não sendo recorrentes, revelassem ser interessantes para cumprir o objetivo da pesquisa. Como muitos dos textos recuperados sobre transmídia citam Jenkins, sem apresentar uma reflexão original que contribuísse para a presente pesquisa, não foi possível incluí-los no referencial. Quanto à mediação, por se adotar a definição de Almeida

Júnior, não foram discutidas outras definições, visto que isso desviaria o foco do trabalho.

4 PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE MEDIAÇÃO TRANSMIDIÁTICA

Para se tecer um conceito de mediação transmídia, primeiro é interessante explorar a relação entre mediação e narrativa, visto que, como fora explicado, é costumeiro se discutir sobre uma narrativa transmídia. Monteiro Barbosa (2008) relata uma ligação explícita entre esses dois conceitos na teoria ricoeuriana, que é detalhada na concepção da mimese II. A narrativa possui uma função mediadora, pois ela conjuga acontecimentos individuais (eventos retirados da mimese I) e a história como um todo, de tal maneira que a série de eventos se torna mais do que mera sucessão temporal, ganhando um sentido holístico. Ademais, para a formação desse todo a narrativa integra uma pluralidade de elementos heterogêneos, como agentes, intenções, circunstâncias etc.

Essa noção de mediação, que relaciona partes individuais para compor uma estrutura maior, que ultrapassa a soma das partes, ainda não corresponde ao conceito de Almeida Júnior (2015). Para Carvalho (2010), no entanto, essa mediação ocorre entre a mimese I e a mimese III, ou seja, a construção poética medeia o mundo ético da pré-narrativa e os leitores.

Corroborando com essa concepção, para Todorov (2008), a narrativa pode ser compreendida como um discurso, entre duas partes: narrador e leitor. Culler (1997) aponta que

a narrativa, mais que um objeto de estudo, surge diante de um impulso humano para contar e ouvir histórias. Pode-se, assim, argumentar que no ato da narrativa existe uma informação (a história) e uma necessidade informacional (o impulso do leitor para ouvir histórias). Portanto, o narrador desempenha o papel de mediador.

Assim, torna-se possível visualizar a relação entre narrativa e mediação. O contador de história realiza uma ação mimética para interferir no processo de recepção, pelo leitor, de determinados fatos ou ficções, transformando-os, por meio de uma operação holística, em uma narrativa estruturada que facilita a apropriação. Portanto, narração pode ser compreendida como uma forma de mediação.

Se a narrativa é uma forma de mediação, é possível pensar em uma mediação transmidiática, da mesma maneira que, conforme já foi discutido, existe uma narrativa transmídia. Se o autor fragmenta sua obra e a dispersa por diversos suportes, ele está atuando como um mediador, interferindo na relação entre o leitor e a história, em diversas mídias.

No entanto, essa ideia de mediação transmidiática não se restringe à literatura. Ao atender o usuário de uma biblioteca, pode-se imaginar o cenário no qual o profissional da informação supre as necessidades imediatas verbalmente, dentro do estabelecimento, e, indo além do meio verbal, ofereça informações adicionais por escrito.

Para ilustrar melhor esse cenário, se um estudante de uma biblioteca escolar está pesquisando determinado

assunto, o bibliotecário pode auxiliá-lo pessoalmente, explicando o que e onde pesquisar, bem como enviar, por e-mail, uma lista de referências eletrônicas para serem consultadas mais tarde. Nesse exemplo, parte da mediação foi realizada no meio verbal, parte no meio escrito. As informações presentes no e-mail (a lista de referências a serem consultadas) não fazem sentido por si só, mas são apenas um fragmento da atividade mediadora, que necessita da outra parte (a memória da interação pessoal na biblioteca) para se completar. Assim, a mediação foi realizada em duas mídias.

Isso demonstra que a mediação transmidiática não é algo novo, mas uma ação que sempre esteve presente em sociedades informacionais. Antes mesmo da revolução informacional, essa modalidade de mediação poderia ser constatada em diversas interações. Na escola, por exemplo, partes das informações podiam ser ministradas verbalmente, por meio de aulas expositivas, enquanto outra parte só se evidenciava por escrito, em listas de exercícios feitas no caderno do aluno.

Desse modo, pode-se definir embrionariamente a mediação transmidiática como uma ação de interferência no processo de apropriação da informação por mais de uma mídia, de tal maneira que as intervenções em cada mídia contenham apenas uma parte da solução para a necessidade informacional. Conter apenas uma parte significa que a interação entre profissional da informação e usuário em uma única mídia não é suficiente para que este encontre a informação que busca. Se mediador e mediado tivessem o mesmo diálogo, providenciando-se as mesmas orientações,

em diferentes mídias, tratar-se-ia de uma mediação multimidiática. Entretanto, sendo necessário que o usuário associe as informações dispersas ao longo das mídias, configura-se a mediação transmidiática.

Para que essa mediação ocorra é importante entender que o usuário nem sempre está disposto a engajar em discussões metafísicas para encontrar sua informação. É razoável esperar que ele possua necessidades práticas bem definidas e procura uma solução pragmática. Para tanto, ele busca, mesmo que inconscientemente, um mediador presente.

Essa presença, em conformidade com os ensinamentos de Zumthor (2010) é física no encontro pessoal que, no exemplo, acontece na biblioteca, porém parcialmente plena quando ocorre por meio de outras mídias. Ela pode, até mesmo, ser “próxima do zero”, quando o usuário lê instruções previamente escritas e disponibilizadas no espaço da biblioteca ou quando lê anotações feitas pelo próprio bibliotecário para auxiliar na busca.

Pode parecer desnecessário, ou até mesmo ineficiente, a ideia transmidiática de se fragmentar a mediação, porém cada meio possui um grau diferente de plenitude de presença. Em cada grau, é possível um tipo de interação, que pode ser mais propícia para otimizar a recepção de um determinado tipo de informação.

Navegar pelo espaço físico da biblioteca pode requerer uma presença física e com plenitude máxima, o que pode ser visualizado com o bibliotecário guiando o aluno pelas estantes.

Porém, no caso de o usuário estar fazendo uma pesquisa e meditando sobre o conteúdo das obras separadas para leitura, ao se deparar com o problema de identificar em qual obra está à informação que procura, sua necessidade informacional pode ser saciada com anotações, que vinculam temas a seções de cada livro levantado.

Se o usuário tiver que navegar pela biblioteca lendo instruções, sua experiência ao navegar pelo espaço será diferente (será mais difícil para o mediado encontrar o que busca). O mesmo pode ser dito se o bibliotecário estiver, fisicamente, presente para orientá-lo durante a pesquisa (caso no qual o mediador estará mais presente do que necessário, podendo, até mesmo, causar distrações). Portanto, necessidades informacionais de diferentes naturezas podem ser saciadas por diferentes mídias. Fragmentar a mediação é uma estratégia para otimizá-la. É essa experiência mediacional que se pretende propor como mediação transmidiática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mediação da informação é um tema relativamente novo em uma ciência consideravelmente nova. Dentro da história epistemológica da Ciência da Informação, ela se encontra como um conceito tão importante que pode ser enxergado como objeto de estudo da ciência.

Diante da presente reflexão, pode-se concluir que quando a mediação é o produto resultante de interações entre mediador e usuário em diversos meios, ocorre uma mediação “além” de uma mídia, ou seja, uma mediação transmidiática. Entende-se que não se trata de uma ideia nova, mas apenas

um termo, que empresta o conceito de transmídia da Comunicação e da Literatura, para equipar a Ciência da Informação com maior poder descritivo, para especificar que tipo de mediação está ocorrendo.

Ter uma categoria própria para a mediação transmidiática, dentro da taxonomia mediacional que está sendo construída pelos pesquisadores que estudam a mediação da informação, pode ser útil para pesquisas futuras, de cunho não exploratório, mas descritivo e, talvez, até mesmo explicativo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

Disponível em:

<https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170>.

Acesso em: 28 fev. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

BARTHES, R. Introdução à análise estrutural da narrativa. *In*: BARTHES, R.; GREIMAS, A. J.; BREMOND, C.; ECO, H.; GRITTI, J.; MORIN, V.; METZ, C.; TODOROV, T.; GENETTE, G. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BONINI, A. Mídia/suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 679-704, 2011. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982011000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 jan. 2020.

BORGES, A. M. X. H.; SOUZA, M. F. P. **Personagens e universos narrativos em adaptações e narrativas transmídia**: análise de A dança dos dragões e produtos derivados. 2017. 247f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/8021>. Acesso em: 25 jan. 2020.

BORTOLIN, S. **Mediação Oral da Literatura**: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando. 2010. 233f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103349>. Acesso em: 25 jan. 2020.

CARVALHO, C. A. A tríplice mimese de Paul Ricouer como fundamento para o processo de mediação jornalística. *In*: ENCONTRO DA COMPÓS, 19., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: PUC, 2010. Disponível em: http://compos.com.puc-rio.br/media/gt9_carlos_%20alberto_carvalho.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

COELHO, J. T. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 1999.

CULLER, J. **Literary theory**: a very short introduction. Oxford University Press: Oxford, 1997.

DIJCK, J. V. **La cultura de la conectividad**: una historia crítica de las redes sociales. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

FIGUEIREDO, C. A. P. Narrativa transmídia: modos de narrar e tipos de histórias. **Letras**, Santa Maria, v. 26, n. 53, p. 45-64, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/25079>. Acesso em: 25 fev. 2020.

GAMBARATO, R. R. Signs, systems and complexity of transmedia storytelling. **Estudos em Comunicação**, [S.l.], 12, 69-83, 2012. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/12/pdf/EC12-2012Dez-4.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, L. A. **A função mediadora das hashtags no processo de impeachment de Dilma Rousseff**: semiose e transmídia. 2019. 289f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-BBGHG6>. Acesso em: 16 fev. 2020.

JENKINS, H. **Transmedia storytelling 101**. Confessions of an Aca-Fan: the Official Weblog of Henry Jenkins, 22 mar. 2007. Disponível em:

http://henryjenkins.org/2007/03/transmedia_storytelling_101.html. Acesso em: 20 out. 2016.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Ed. Aleph, 2009.

JENKINS, H. **Transmedia education**: the 7 principles revisited. 2010. Disponível em: http://henryjenkins.org/blog/2010/06/transmedia_education_the_7_pri.html. Acesso em: 25 fev. 2020.

JENKINS, H. **Transmedia 202**: Further Reflections. Confessions of an Aca-Fan: the Official Weblog of Henry Jenkins, 1 ago. 2011. Disponível em: http://henryjenkins.org/2011/08/defining_transmedia_further.html. Acesso em: 20 ago. 2020.

KINDER, M. **Playing with Power in Movies, Television and Video games**: from muppet babies do teenage mutante ninja turtles. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1991.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MERINO, F. A. L. F. **Narrativa transmediáticas**: o lugar do cinema. 2015. 320f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2015. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/3954/1/Francisco%20Merino%20Narrativas%20Transmedi%C3%A1ticas%20o%20lugar%20do%20cinema.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2020.

MITTERMAYER, T. **Narrativas transmídia e as redes sociais digitais**. 2013. 102 f. TCC (Graduação em Tecnologia e Mídias

Digitais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MONTEIRO BARBOSA, R. **A Tríplice Concepção de Mimese de Paul Ricoeur e a Narrativa Jurídica**. 2008. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/rogerio_monteiro_barbosa-1.pdf. Acesso em: 26 jan. 2020.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 2007.

PRETTO, N. D. L. **Uma escola sem/com futuro**: educação e multimídia. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15033>. Acesso em: 26 jan. 2020.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

SANTOS NETO, J. A. **O estado da arte da mediação da informação**: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos. 2019. 460f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181525>. Acesso em: 25 fev. 2020.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo. Editora Cultrix, 2006.

SCOLARI, C. A. **Hipermediaciones**: elementos para una teoría de la comunicación digital interactiva. Barcelona, España, Editorial Gedisa, 2009.

TODOROV, T. As categorias da narrativa literária. *In*: BARTHES, R.; GREIMAS, A. J.; BREMOND, C.; ECO, H.; GRITTI, J.; MORIN,

V.; METZ, C.; TODOROV, T.; GENETTE, G. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TRANS. *In*: MERRIAM-WEBSTER. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/trans>. Acesso em: 26 jan. 2020.

ZANETTI, D. **Webséries**: narrativas seriadas em ambientes virtuais. 2013. GEMINIS. v. 4, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/articloe/view/128>. Acesso em: 5 ago. 2020.

ZUMTHOR, P. **Introdução à poesia oral**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CAPÍTULO 8

INTER-RELAÇÕES ENTRE A MEDIAÇÃO E O COMPARTILHAMENTO DA INFORMAÇÃO E A TEORIA DA TROCA SOCIAL NAS EMPRESAS DESENVOLVEDORAS DE SOFTWARE

Leonardo Pereira Pinheiro de Souza

João Arlindo dos Santos Neto

Cássia Regina Bassan de Moraes

1 INTRODUÇÃO

A informação tornou-se um elemento fundamental no contexto hodierno, visto seu valor agregado estar paulatinamente sobrepujando o dos bens físicos. Essa informação ajuda a solucionar problemas no trabalho, criar produtos e serviços e gerar estratégias competitivas, possibilitando ganhos de lucratividade. Ressalta-se que no contexto organizacional ocorre o compartilhamento de informação a todo momento, seja de maneira formal ou informal. Esse compartilhamento, afirmam Marchand, Kettinger e Rollins (2001), é relevante para possibilitar o trabalho colaborativo, melhoria constante de processos e produtos, influenciando na excelência do desempenho organizacional como um todo. Portanto, o foco do presente trabalho é a mediação da informação e sua inter-relação com

a Teoria da Troca Social (TTS) no cenário das empresas desenvolvedoras de software.

O software é elemento onipresente nos mais variados contextos, sobretudo, no âmbito organizacional, em que o uso intensivo de informação se tornou ainda mais imprescindível para a sobrevivência das empresas. Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Software ([ABES], 2019), o mercado brasileiro desse setor foi responsável pela injeção de 46.637 milhões de dólares americanos na economia em 2018. Evidencia-se que muitas das empresas mais rentáveis contemporaneamente atuam no setor de Tecnologia da Informação (TI).

O compartilhamento de informação e conhecimento nas equipes de desenvolvimento de software é fundamental para a criação de sistemas computacionais, envolvendo tanto a documentação formal de projetos, quanto a troca informal dessa informação e conhecimento por meio da socialização (SOUZA, 2019).

Evidencia-se que esse compartilhamento se refere a um processo similar ao que ocorre na mediação da informação. Almeida Júnior (2006; 2015) conceitua que a mediação da informação refere-se a um processo de interferência realizado por um profissional da informação, no contexto dos equipamentos informacionais (bibliotecas, arquivos, museus e afins), visando a apropriação efetiva dessa informação, para a satisfação de uma determinada necessidade informacional, ainda que temporariamente.

Sendo o compartilhamento de informação um ato voluntário, diferentemente do ato compulsório de relatar informação (DAVENPORT; PRUSAK, 1998), os mecanismos de motivação para o compartilhamento podem ser explicados pela TTS. Essa teoria, derivada da Economia, Psicologia, Sociologia e outros campos, explica os fatores que levam os sujeitos a partilharem benefícios entre si, sem a presença do fator monetário, visando o recebimento de uma reciprocidade, calculando riscos e recompensas de fazê-lo (DECKOP; CIRKA; ANDERSON, 2003).

Nesse contexto, apresenta-se o seguinte questionamento: de que maneira a mediação e o compartilhamento da informação se relacionam com a TTS no âmbito das empresas desenvolvedoras de software? Considerando que a mediação da informação se refere à ação de interferência em um determinado cenário informacional, este trabalho objetiva investigar as inter-relações entre os conceitos de mediação, compartilhamento de informação e TTS nas empresas desenvolvedoras de software.

Além da presente introdução, este texto é composto pelas seguintes seções: procedimentos metodológicos, revisão de literatura, com os resultados obtidos até o momento, discussão e considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho é de natureza básica, pois discute-se os conceitos e não se vislumbra sua aplicação. Tipologicamente é exploratório (VOLPATO, 2004), visto que busca compreender como tais conceitos se relacionam, e por

este motivo, adota como método a revisão de literatura não sistemática. Buscou-se na literatura científica subsídios teóricos que fossem ao encontro do objetivo proposto.

Os trabalhos utilizados foram recuperados das bases de dados *Web of Science Clarivate Analytics* (WoS) e *Library and Information Science Abstracts* (LISA), além de obras obtidas por meio da Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Os termos de busca utilizados, tanto em português como em inglês, foram: mediação da informação, compartilhamento de informação, engenharia de software e Teoria da Troca Social.

Mediante o exame da literatura apurou-se as convergências entres os temas acima referidos, elaborando-se um esquema teórico, na forma de representação visual, para explicar a influência da TTS na mediação e compartilhamento da informação e do conhecimento no contexto do desenvolvimento de software.

3 MEDIAÇÃO, COMPARTILHAMENTO DA INFORMAÇÃO E TEORIA DA TROCA SOCIAL

Pretende-se, na presente seção, evidenciar a inter-relação entre a mediação e o compartilhamento da informação com a TTS nas organizações. O conceito de mediação é amplo e, por conta de sua plasticidade (DAVALLON, 2007), requer cautela quanto ao seu uso. Tendo isso em vista, é fundamental que a adoção de uma vertente em relação a extensão do conceito de mediação (SANTOS NETO, 2019) seja adequada ao contexto em que se discute. Neste trabalho, discute-se a

mediação no âmbito das empresas desenvolvedoras de software sob a ótica da TTS.

Ressalta-se que, no presente trabalho, os sujeitos que atuam no contexto acima referido são considerados pelos autores, também, profissionais da informação. A afirmação se justifica porque, como afirma Souza (2019), desenvolvedores de software fazem uso intensivo de informação e conhecimento para elaborarem programas computacionais, que são produtos intelectuais intangíveis. Sendo assim, é possível relacionar o conceito de mediação da informação de Almeida Júnior (2006, 2015), ainda que este tenha sido proposto tendo em vista equipamentos informacionais ‘tradicionais’. Logo, reconhecendo-se a mediação como ação de interferência realizada em um processo, por um profissional da informação, no âmbito dos equipamentos informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2015), identifica-se similaridades com a mediação exercida pelos desenvolvedores de software.

Os profissionais acima referidos, ao projetar e desenvolver os softwares a serem utilizados por sujeitos (clientes), levam em conta diferentes necessidades e preferências, visando que seu uso seja efetivo e proveitoso. Neste caso, acredita-se que o emprego do termo “uso” esteja adequado, pois de fato usa-se os softwares. Por outro lado, os próprios desenvolvedores de software são, também, usuários das informações que utilizam para elaborar seus projetos, ao mesmo tempo mediando essas informações entre si, em suas equipes, e para os clientes.

A mediação da informação, além de se preocupar com o acesso à informação e com a satisfação das necessidades

informativos, visa, ainda, a apropriação da informação, ao invés de seu “uso”, puramente (ALMEIDA JÚNIOR, 2015). Sendo assim, quando se confronta a literatura científica sobre o compartilhamento da informação ao da mediação da informação, esta última mostra-se mais ampla, visto que o compartilhamento não se preocupa, historicamente, com a apropriação da informação. O compartilhamento é realizado pensando na difusão, no acesso, no alcance. No entanto, acredita-se que esta visão está se modificando.

A mediação da informação pode se dar tanto explícita, de modo direto e na presença (física ou remota) do potencial usuário da informação, quanto implícita, referindo-se a todo o trabalho de coleta, produção, organização, classificação e apresentação do recurso informacional, sem a presença do usuário (ALMEIDA JÚNIOR, 2006; 2015). Sendo que a informação dependente da compreensão do sujeito para ser caracterizada como tal, não precisando ter um caráter de materialidade, a mediação pode se dar mediante a oralidade, física ou virtualmente (BORTOLIN; SANTOS NETO, 2015).

Souza, Almeida Júnior e Moraes (2019) constataram que um processo semelhante à mediação implícita, sem a presença do usuário, ocorre quando o analista ou engenheiro de software elabora a documentação de projetos e a disponibiliza em um repositório, visando prover aos programadores o necessário para a execução de suas tarefas. Contudo, os referidos autores identificaram que, em virtude de essa documentação ser, geralmente, inconsistente ou defasada, esse processo não se mostra eficaz para a satisfação

das necessidades informacionais, necessitando os profissionais entrarem em contato direto com colegas e clientes.

Novamente, enfatiza-se que mesmo que o conceito de Almeida Júnior (2015) seja empregado para se referir aos equipamentos informacionais, e também aos profissionais da informação “tradicionais”, vislumbra-se a possibilidade de associação do referido conceito ao contexto das empresas desenvolvedoras de software, com seus programadores e desenvolvedores. Afinal, eles também interferem e lidam com uma informação em potencial, conforme vislumbra Almeida Júnior (2018, p. 6):

[...] nos equipamentos informacionais, não trabalhamos com a informação, visto que sua construção é um processo e sua existência depende do sujeito que a apropriará, mas como uma ‘quase-informação’, uma ‘informação-latente’, uma ‘possível informação’, uma ‘talvez-informação’.

Além disso, identifica-se a necessidade de distinguir os processos de mediação que ocorrem nesses equipamentos e os processos análogos, que ocorrem no cenário das organizações que desenvolvem software, e são executados por trabalhadores do conhecimento de outras áreas. Defende-se que o que distingue os dois processos (realizados pelos bibliotecários e pelos desenvolvedores de software, por exemplo) seria, principalmente, o fato de a mediação ser elemento essencial nos equipamentos informacionais, visto que, o objetivo último desses equipamentos informacionais seria a apropriação da informação pelos usuários (ALMEIDA JÚNIOR, 2015).

Entretanto, atividades análogas à mediação da informação, tanto implícita como explícita, também ocorrem em diversos tipos de organizações, especialmente entre os trabalhadores do conhecimento, como os desenvolvedores de software. Argumenta-se que esse tipo de mediação se distingue pelo fato de ser elemento imprescindível para possibilitar a consecução de outros processos e objetivos organizacionais. Contudo, apesar de haver processos de interferência sobre a informação, estes nem sempre são executados de modo meticuloso, por vezes não resultando na satisfação “plena” da necessidade informacional. Subentende-se que o compartilhamento da informação e o desenvolvimento de softwares se preocupam com o uso/consumo da informação e não necessariamente com sua apropriação.

É relevante frisar a existência de distintos fluxos informacionais no contexto organizacional, o que evidencia diferentes tipologias de informação. Para Valentim (2010), existe uma simbiose entre os fluxos formais, constituídos de informação registrada e oficializada, e os informais, constituídos pela informação não estruturada, pela oralidade e conhecimentos provenientes da experiência, ou tácitos, partilhados pela socialização. Ambos os fluxos são necessários à organização e se complementam mutuamente, sendo implícita ou explicitamente mediados.

No contexto organizacional, compartilhar informação é imprescindível para o trabalho em equipe, para a execução dos vários processos organizacionais e bom funcionamento geral da organização. Davenport e Prusak (1998) afirmam que o

conceito de compartilhamento envolve um ato voluntário de transmitir informação a outrem, que é distinto de relatar, ato compulsório que ocorre no contexto da hierarquia.

Marchand, Kettinger e Rollins (2001) afirmam que compartilhar informação é um comportamento-chave para a excelência do desempenho da empresa e suas equipes de trabalho. Para estes autores (2001) o compartilhamento é aliado da qualidade, sendo que a melhoria contínua de produtos, serviços e processos depende do compartilhamento franco de informações sobre erros e problemas. Quando o sujeito compartilha informação, ele contribui com o incremento do conhecimento pessoal dos demais e expande o arcabouço de conhecimentos e informações da organização como um todo.

Para Takeuchi e Nonaka (2008) é de suma relevância que o conhecimento pessoal, tácito, seja tornado explícito, ou codificado como informação, para que possa ser armazenado para uso futuro e difundido facilmente. Conforme Marchand, Kettinger e Rollins (2001) o compartilhamento requer certos pré-requisitos: que as partes envolvidas se conheçam; que partilhem os mesmos objetivos; que haja um vínculo de confiança; que haja uma linguagem comum; que os valores e contexto organizacional sejam favoráveis a esse compartilhamento. Sendo o compartilhamento um ato voluntário, mecanismos da TTS podem explicar as razões que o motivam.

3.1 Teoria da Troca Social no contexto organizacional

Embora existam várias perspectivas sobre a TTS, no contexto organizacional destaca-se a corrente que defende que o intercâmbio de benefícios não monetários, no contexto de relacionamentos de longo termo, se dá mediante o princípio do ganho do máximo de benefícios com o menor custo possível (HALL, 2003). Mais especificamente, essa teoria baseia-se no princípio de que:

A troca social é caracterizada por obrigações não especificadas em resposta a um tratamento favorável orientado a longo prazo, onde existe confiança entre as partes de que a reciprocidade ocorrerá (DECKOP; CIRKA; ANDERSSON, 2003, p. 102, tradução nossa).

Segundo Hall (2003), diferentes disciplinas têm colaborado para o desenvolvimento da TTS, tais como a Sociologia, Economia, Psicologia Comportamental e Antropologia, com enfoques diferentes em relação às estruturas de troca: trocas diretas entre dois sujeitos que mantém uma relação de dependência; trocas generalizadas, onde há mais de dois sujeitos envolvidos, com laços de interdependência recíprocos porém indiretos; trocas produtivas, nas quais os indivíduos colaboram mutuamente para obtenção de um benefício para ambos. Portanto, o compartilhamento está sujeito a diferentes variáveis, como as de ordem psicológica e comportamental.

Deckop, Cirka e Andersson (2003) afirmam que, em outra linha de pensamento, esses comportamentos podem ser motivados também por normas morais, que dão coesão aos

grupos sociais, evidenciado pelo fato de que a Regra Áurea do Cristianismo, de tratar o próximo como a si mesmo, está presente também em outros sistemas de crença, como o Confucionismo, o Hinduísmo, o Islamismo e o Budismo. Ademais, na concepção de Blau (1964 *apud* DECKOP; CIRKA; ANDERSSON, 2003), o hábito de auxiliar o próximo, no âmbito de grupos coesos, pode se dar por meio de reciprocidade indireta, ou seja, ao fazer um favor a um sujeito, não se espera necessariamente que este retribua, podendo ocorrer que alguma outra pessoa fará algo positivo para o prestador do favor, em algum momento. É um espírito comunitário, no qual todos se ajudam, indistintamente. Entretanto, Furtado (2009) afirma que uma relação em que a parte que oferece um benefício não recebe uma reciprocidade adequada, pode gerar desgaste emocional e descontinuidade no processo de partilha.

Hall (2001) menciona que a TTS contribui com a Ciência da Informação na explicação dos fatores motivadores para participação dos “mercados” de conhecimento organizacional, contextos informais de intercâmbio de conhecimento entre os colaboradores, que são: gozar da satisfação de pertencer a um grupo pujante em produzir e disseminar conhecimento; ter acesso à informação e conhecimento de outros membros; expectativa de ter pedidos de auxílio aos colegas respondidos mais facilmente ao compartilhar conhecimento; almejar crescimento na carreira mediante reconhecimento da empresa; ganhar reputação e status perante os colegas; satisfação altruísta em ajudar ao próximo e perceber os resultados positivos dessa ação.

Para Furtado (2009), a existência de uma rede de suporte social, um grupo de amigos ou colegas que se ajudam, é fator determinante para a TTS, sendo que o sujeito pode ajudar a outro tanto pelo que esse outro pode retribuir, ou simplesmente porque ele possui características que tornam atrativo relacionar-se com ele. Essas ideias são corroboradas por Pérez-Montoro-Gutiérrez (2008), que afirma que a reciprocidade e a reputação são os principais benefícios obtidos ao compartilhar conhecimento, e que a reputação funciona tanto como reforço positivo quanto negativo: o compartilhador é percebido como possuidor de saberes valiosos e como uma pessoa cooperadora; quem não compartilha conhecimentos cria uma má imagem de si na organização, como alguém egoísta.

Em relação ao aspecto do altruísmo, Furtado (2009) afirma que a existência de uma relação consistente entre as partes, na qual há uma identificação entre ambas, como uma amizade forte, pode resultar que seja sobrepujada a relação de custo-benefício, levando uma das partes a fazer 'sacrifícios' pela outra.

Portanto, evidencia-se que essas trocas, que ocorrem devido a um vínculo de obrigação social, amizade, são influenciadas por características do ambiente organizacional. A troca social é ainda mais intensa quando há a percepção de que a empresa preza pelo bem-estar dos colaboradores (FURTADO, 2009).

3.2 O contexto de trabalho das empresas de desenvolvimento de software e o fator informacional

As atividades de criação, adaptação e manutenção de softwares exigem o uso intensivo de informação. Por ser o software um sistema complexo, ele mescla intrincados aspectos tecnológicos, das linguagens de programação, e compreensão do contexto de trabalho do cliente, onde será implementado.

Para Baxter e Sommerville (2011) o software classifica-se como um sistema sociotécnico, ou seja, construído na intersecção entre pessoas, tecnologias e ambiente organizacional. Conforme estes autores (2011), a construção de software tem um carácter multidisciplinar e, por isso, profissionais de diversas especialidades envolvidos não devem executar suas tarefas de modo estanque, mas acompanhar todo o fluxo de trabalho, para desenvolvimento de um produto consistente, que atenda tanto às demandas tecnológicas, como humanísticas. Além do domínio de técnicas e ferramentas computacionais, é preciso entender fatores econômicos, legais, mercadológicos e afins, que servem de base para elaboração do programa computacional.

Os softwares são desenvolvidos mediante uma série de etapas denominadas 'processo de software'. Embora exista uma miríade de metodologias de gestão de projetos, todas têm em comum um cerne de atividades: análise de requisitos, na qual se elucidam as necessidades do cliente e se estabelecem as funcionalidades que deverão estar presentes no sistema; design, transformação do conhecimento de

negócios do cliente em esquemas para a construção do sistema; codificação, implementação dos esquemas já referidos como código de programação; testes, que verificam se o sistema atende ao que se propôs e se não há erros na sua execução; implantação do software junto ao cliente; manutenção, execução de reparos e adaptações para que o software continue funcional ao longo do tempo (CARRETEIRO *et al.*, 2016).

Informações necessárias à criação e implantação do software, também conhecidas como ‘regras de negócio’, são coletadas mediante entrevista e observação da rotina de trabalho do cliente, na etapa de análise de requisitos. Na etapa de construção do produto em si, são necessárias informações sobre sua estrutura interna, relações entre seus módulos e padrões de interação com o usuário, dentre outras. Este é o momento em que ocorre a elaboração de uma série de diagramas e afins, que visam explicar os elementos já mencionados de uma forma abstrata, para melhor compreensão. Conforme o software ‘envelhece’ é necessária a realização de manutenções, alterações e correções de erros, atividades para as quais a documentação anteriormente elaborada é imprescindível. Para Sommerville (2011), o software desenvolvido profissionalmente requer a satisfação de atributos de qualidade, ou não funcionais, que incluem a existência de uma documentação consistente, organização dos módulos internos ou programas, e código elaborado de modo compreensível.

No âmbito das empresas de software, a informação é compartilhada entre os sujeitos organizacionais em fluxos tanto

formais, documentados, como informais, via oralidade. Ela é tanto partilhada voluntariamente, quanto é relatada compulsoriamente, mediante as rotinas organizacionais.

Em uma organização, os indivíduos criam documentos, lidam com aplicativos herdados de software, e-mails e muitas outras ferramentas em que seu trabalho diário é documentado. Além disso, há uma troca informal ou formal de ideias com seus colegas para esclarecer dúvidas ou discutir determinados tópicos (CARRETEIRO *et al.*, 2016, p. 59, tradução nossa).

Entretanto, a necessidade de entregar projetos rapidamente, de disputar o mercado com competidores e acompanhar a evolução tecnológica, tem feito com que haja displicência com a documentação de projetos. “Na verdade, muitas empresas estão dispostas a trocar a qualidade e o compromisso com requisitos do software por uma implantação mais rápida do software de que necessitam” (SOMMERVILLE, 2011, p. 38). Essa situação determina uma intensificação dos fluxos informacionais informais, “Assim, minimiza-se a documentação, pois se utiliza mais a comunicação informal do que reuniões formais com documentos escritos” (SOMMERVILLE, 2011, p. 39). É preciso ressaltar que, conforme elucida Souza (2019), uma documentação de projetos inconsistente é um obstáculo para a manutenção do software, na medida em que dificulta a compreensão de sua estrutura e do funcionamento de seu código fonte.

Além da documentação formal, é comum os profissionais de software recorrerem a fóruns e tutoriais

online, tanto para aprenderem novas técnicas, linguagens e afins, quanto para se ajudarem mutuamente na resolução de problemas. Para Chatterjee, Kong e Pollock (2020) essas comunidades virtuais se assemelham às mídias sociais, com conteúdos criados coletivamente, repositórios públicos de códigos, fóruns de perguntas e respostas, bem como *chats*, em que os usuários podem entrar em contato com profissionais do mundo todo, para postar perguntas, respondê-las ou navegar em busca de soluções já respondidas.

Um exemplo desse tipo de site é o Stackoverflow, que reúne profissionais desenvolvedores de *software* de todo o mundo, recebendo milhões de visitas a cada mês, e se define como “[...] a maior comunidade *on-line* e a mais confiável para qualquer pessoa que codifique para aprender, compartilhar seus conhecimentos e construir sua carreira” (STACKOVERFLOW, 2020, tradução nossa). Além dos fóruns, como o apresentado acima, focados na interação via perguntas e respostas, há também os repositórios de código, que permitem a profissionais de regiões geograficamente distintas trabalharem colaborativamente no desenvolvimento de projetos de *software*, como o GitHub¹³.

Bao e Han (2019) concluem que um dos principais motivadores para participação dos sujeitos nessas comunidades é a percepção de autoeficácia, que significa que o indivíduo tem alto grau de confiança em sua competência e habilidades, o que o torna mais propenso a consumir o conteúdo informacional e mais confiante em colaborar com

¹³ Disponível em: <https://github.com/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

outros. Ainda de acordo com Bao e Han (2019), outro fator que motiva participação nessas comunidades é a expectativa de ganhar boa reputação e reconhecimento social, além de aumentar o próprio repertório de conhecimentos. Contudo, fatores como a familiaridade ou amizade com outros membros não têm impacto na motivação para colaborar nos fóruns *online*, visto que a interação entre os sujeitos é esporádica, mas a percepção de similaridade de tópicos de interesse entre os membros e percepção de competência dos mesmos influencia positivamente na participação nesse ambiente virtual (BAO; HAN, 2019). Portanto, a seção a seguir buscará sintetizar, discutir e esquematizar a relação entre a TTS, compartilhamento da informação e mediação da informação no contexto de desenvolvimento de softwares.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante as discussões já apresentadas, é preciso fazer uma síntese das diferentes perspectivas sobre a TTS e como seus mecanismos funcionam como motivadores do compartilhamento de informação e, possivelmente, também de sua mediação. Sustenta-se que as correntes teóricas anteriormente referidas podem ser classificadas de acordo com sua orientação para o egocentrismo ou para o altruísmo. As motivações egocêntricas seriam aquelas cuja finalidade última é apresentar algum benefício para o sujeito praticante da ação de compartilhamento ou mediação (HALL, 2001; PÉREZ-MONTORO-GUTIÉRREZ, 2008).

Contudo, pode haver ainda outros tipos de motivações para auxiliar colegas compartilhando informação e

conhecimento. Denominadas como motivações altruístas, são as originárias da empatia e da assimilação de valores morais/éticos, segundo os quais o fim último é prover ajuda. Estes últimos motivadores, destaca-se, são intrinsecamente subjetivos, fortemente dependentes da personalidade e visão de mundo do sujeito (DECKOP; CIRKA; ANDERSSON, 2003; FURTADO, 2009). Nesse contexto, a empatia é definida como:

[...] Habilidade de imaginar-se no lugar de outra pessoa. [...] Compreensão dos sentimentos, desejos, ideias e ações de outrem. [...] Qualquer ato de envolvimento emocional em relação a uma pessoa, a um grupo [...] (EMPATIA, 2020).

Desse modo, a partir da revisão teórica, elaborou-se o Quadro 1, que apresenta a sumarização de fatores egocêntricos e altruístas para o compartilhamento de informação e/ou sua mediação. É relevante ressaltar que no caso do compartilhamento ocorrido nos ambientes de fóruns virtuais, as motivações altruístas são menos prováveis, por não haver um conhecimento prévio e/ou identificação emocional entre os participantes.

Quadro 1: Motivadores do compartilhamento da informação segundo as correntes da TTS

Motivações egocêntricas	Motivações altruístas
<ul style="list-style-type: none"> ❖ Troca de favores ❖ Crescimento na carreira ❖ Cuidado com a reputação ❖ Prazer pessoal ❖ Reciprocidade indireta ❖ Divisão da carga de trabalho ❖ Pertencimento a um grupo prestigiado ❖ Resposta à satisfação de necessidades psicossociais e materiais ❖ Incremento do conhecimento pessoal 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Valores éticos/morais assimilados ❖ Espírito comunitário ❖ Laços afetivos ❖ Empatia

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Depreende-se do Quadro 1, que no âmbito da TTS diversas são as motivações para a mediação e o compartilhamento de informações em organizações. Vislumbra-se que tais motivações, egocêntricas ou altruístas, se deem por diversos motivos, como por exemplo: a cultura organizacional, o perfil dos colaboradores, a competitividade, entre outros.

Infere-se que o companheirismo e a amizade são fatores importantes para impulsionar os intercâmbios de informação e conhecimento nas empresas de software. Ademais, a cultura da organização pode influenciar bastante no nível de socialização entre os colaboradores. Souza (2019) apurou que em empresas de software que investem na criação de espaços físicos sem divisórias e permitem aos

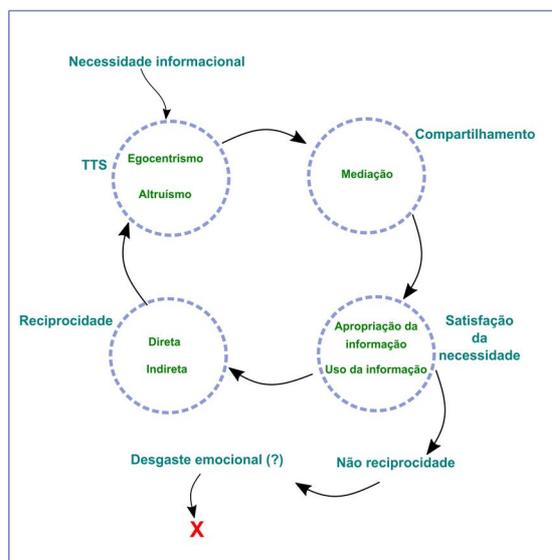
colaboradores tomarem tempo para interagirem durante seus intervalos, podem ter um incremento no intercâmbio de informações face a face. É exatamente por esse motivo que o padrão arquitetural *open plan office*, ou escritório em plano aberto, com espaços amplos e sem divisórias, se tornou padrão nas indústrias criativas e de tecnologia (DOUD, 2019). Portanto, a interação descontraída em base regular possibilita aos colaboradores se conhecerem melhor e descobrirem afinidades, o que gera confiança, aumentando a possibilidade de compartilhamento e/ou mediação da informação entre colegas (SOUZA; MORAES, 2018).

É importante investir em estratégias que aumentem a coesão e socialização entre profissionais de software, para evitar o isolacionismo. Visto que esses profissionais trabalham em uma atividade que exige concentração intensa e que as tarefas de programação requerem estar a maior parte do tempo atento à tela do computador, se não forem criadas políticas organizacionais de incentivo à interação interpessoal, o compartilhamento de informações e o próprio fluxo de trabalho podem ser prejudicados (SOUZA, 2019). Ressalta-se a relevância de se manter uma atmosfera amistosa entre os colaboradores, permitindo que os princípios da TTS, fortemente baseados nos relacionamentos humanos, possam agir em favor do compartilhamento e da mediação da informação.

Assim, efetuou-se a criação de uma representação visual que demonstra as etapas que ocorrem desde o surgimento da necessidade informacional, como consequência das atividades de trabalho, passando pelos princípios

motivadores da TTS, resultando na satisfação das necessidades informacionais, apropriação e/ou uso da informação, tendo a reciprocidade como fator de retroalimentação do ciclo, conforme a Figura 1.

Figura 1: Inter-relação entre TTS, mediação e compartilhamento da informação



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Na representação proposta, a reciprocidade tende a retroalimentar o ciclo de mediação e compartilhamento da informação, enquanto que a não reciprocidade pode, possivelmente, mas não obrigatoriamente, causar desgaste emocional no compartilhador, que se refreará de compartilhar/mediar informação novamente. Defende-se que na motivação egocêntrica, em que se espera uma contrapartida pela ação realizada, há mais alta probabilidade de desgaste emocional e quebra do ciclo.

Contudo, tendo em vista que as motivações altruístas têm como finalidade ajudar ao próximo, pode ser menos provável que uma não retribuição cause a quebra do ciclo. Entretanto, Furtado (2009) ressalta que mesmo em algumas situações motivadas pelo altruísmo, pode haver um desgaste emocional, se repetidas vezes os efeitos da ação do sujeito têm resultados negativos. Infere-se, portanto, os possíveis efeitos negativos de quando alguém, mesmo por impulsos altruístas, compartilha informação constantemente, mas raramente recebe qualquer contrapartida.

Conforme destaca Souza (2019), mesmo sendo o contexto dos desenvolvedores de software intrinsecamente tecnológico, seus hábitos de compartilhamento de informação ainda assim são influenciados por variáveis psicológicas, comportamentais e culturais, como em qualquer tipo de organização. Assim como concluem Souza, Almeida Júnior e Moraes (2019), no ambiente físico, interno da organização, existe uma preponderância da comunicação face a face e fluxos informais de comunicação, e estratégias de mediação oral da informação. Isto se dá tanto devido aos princípios das metodologias ágeis de desenvolvimento de software, quanto pela inconsistência da documentação de projetos. Contudo, o uso intensivo de fóruns de programação na internet, também apurado nesse contexto profissional (SOUZA, 2019), exige outras estratégias de mediação, por meio do documento e da palavra escrita, tanto com interação direta como indireta entre os usuários, onde os fatores do altruísmo, psicológicos e emocionais, são atenuados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho discutiu aspectos de convergência entre a mediação da informação, seu compartilhamento e a TTS, como motivadora desses processos. O enfoque foi discutir a relação dos profissionais de desenvolvimento de software com a informação e o conhecimento, enfatizando o papel fundamental do compartilhamento e da mediação para o trabalho em equipe, elaboração, manutenção e adaptação dos produtos.

Discutiu-se que a mediação da informação, embora tenha sido um conceito cunhado para os equipamentos informacionais tradicionais (bibliotecas, arquivos e museus), pode também ocorrer em outros âmbitos de trabalho intelectual, mediante o uso intensivo de informação e conhecimento. A mediação é, portanto, distinta do simples repassar informação, porque se preocupa em prover condições necessárias para que a informação possa ser de fato assimilada pelo receptor.

Embora a preocupação com a assimilação da informação seja central nos equipamentos informacionais tradicionais, ela pode encontrar uma série de barreiras no contexto empresarial. Nas empresas de software, particularmente, a inconsistência na documentação e a dificuldade de socialização podem prejudicar a mediação efetiva da informação. Assim, mostrou-se necessário compreender melhor como se dá e quais os motivadores da mediação nas empresas de software. Defende-se que apenas reconhecendo os fatores psicológicos e sociais subjacentes à

mediação, explicados pela TTS, é que se pode criar estratégias para aperfeiçoá-la nos contextos empresarias.

Por meio de uma abordagem teórica, utilizando-se uma revisão de literatura não sistemática, foi possível criar uma síntese dos mecanismos da TTS, referentes a comportamentos egocêntricos e altruístas, que impulsionam a troca de benefícios não monetários entre os sujeitos, no caso, a informação. Foi possível também a criação de um diagrama explicativo que ilustra o ciclo que vai desde o surgimento da necessidade informacional no contexto de trabalho, passando pela TTS como gatilho do processo de compartilhamento/motivação, a apropriação/uso da informação, tendo a reciprocidade como mecanismo de retroalimentação, e a não reciprocidade como possível elemento de interrupção do processo. Contudo, argumenta-se que ainda seria necessária uma pesquisa empírica para compreender o impacto da não reciprocidade do processo, especialmente quando a motivação para o compartilhamento/mediação é altruísta. Argumenta-se que, apesar de o presente trabalho ter sido desenvolvido considerando os profissionais de desenvolvimento de software, os resultados atingidos podem ser úteis para explicar a relação dos indivíduos com a informação e o conhecimento também em outros âmbitos laborais.

Como pesquisas futuras, aponta-se que é necessário compreender o quanto os desenvolvedores de software reconhecem que a informação é relevante para o seu trabalho e identificar *in loco* quais são as motivações que levam os sujeitos a compartilhar informação nas organizações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. *In: ENCUESTRO DE EDUCADORES E INVESTIGADORES EN BIBLIOTECOLOGIA, ARCHIVOLOGIA, CIÊNCIAS DE LA INFORMACIÓN Y DE LA DOCUMENTACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE (EDIBCIC)*, 7., 2006, Marília. **Anais** [...]. Marília: UNESP, 2006. Originalmente publicado em CD-ROM. Disponível em:

http://edicic.org/data/documents/Actas_VII_EDIBCIC.pdf.

Acesso em: 05 fev. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A protoinformação como base do fazer dos equipamentos informacionais. *In: ENCUESTRO DE LA ASOCIACIÓN DE EDUCACIÓN E INVESTIGACIÓN EM CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE (EDICIC)*, 11., 2018, Medellín. **Anais** [...]. Marília: UNESP, 2018. Disponível em:

http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/EDICIC_2018/EDICIC_2018/paper/viewFile/1702/1924. Acesso em: 05 jun. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE.

Mercado Brasileiro de Software. Disponível em:

<http://central.abessoftware.com.br/Content/UploadedFiles/Arquivos/Dados%202011/ABES->

[EstudoMercadoBrasileirodeSoftware2019.pdf](http://central.abessoftware.com.br/Content/UploadedFiles/Arquivos/Dados%202011/ABES-EstudoMercadoBrasileirodeSoftware2019.pdf). Acesso em: 01 fev. 2020.

BAO, Z.; HAN, Z. What drives users' participation in online social Q&A communities? An empirical study based on social cognitive theory. **Aslib Journal of Information Management**, Germany, v. 71, n. 5, p. 637-656, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/AJIM-01-2019-0002>. Acesso em: 07 fev. 2020.

BAXTER, G.; SOMMERVILLE, I. Socio-technical systems: From design methods to systems engineering. **Interacting with Computers**, Birmingham, v. 23, p. 4-14, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.intcom.2010.07.003>. Acesso em: 09 jun. 2020.

BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A. Mediação oral da informação: a visibilidade dos mediadores da Ciência da Informação. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 33-58.

CARRETEIRO, P. A.; VASCONCELOS, J. B.; BARÃO, J.; ROCHA, A. Knowledge Management Approach for Software Engineering Projects Development. *In*: ROCHA, A.; CORREIA, A. M.; ADELI, H.; REIS, L.P.; TEIXEIRA, M. M. (ed.). **New Advances in Information Systems and Technologies**. [S.l.]: Springer International Publishing Switzerland, 2016. p 59-68. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/295105792_A_Knowledge_Management_Approach_for_Software_Engineering_Projects_Development. Acesso em: 15 fev. 2020.

CHATTERJEE, P.; KONG, M.; POLLOCK, L. Finding help with programming errors: an exploratory study of novice software engineers' focus in stack overflow posts. **The Journal of Systems and Software**, Groningen, v. 159, 2020. Disponível

em: <https://doi.org/10.1016/j.jss.2019.110454>. Acesso em: 07 fev. 2020.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com**, Porto, n. 4, 2007. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/2100>. Acesso em: 05 fev. 2019.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DECKOP, J. R.; CIRKA, C. C.; ANDERSSON, L. M. Doing Unto Others: the reciprocity of helping behavior in organizations. **Journal of Business Ethics**, Virginia, USA, v. 47, p. 101–113, 2003. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1026060419167>. Acesso em: 04 fev. 2020.

DOUD, M. How to make an open plan office work at your company. **Forbes**, [S.l.: s.n.], 19 jul. 2019. Leadership. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/forbesagencycouncil/2019/07/19/how-to-make-an-open-plan-office-work-at-your-company/#5f0a84276f5f>. Acesso em: 22 abr. 2020.

EMPATIA. In: MICHAELIS: dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/empatia/>. Acesso em: 03 mar. 2020.

FURTADO, A. I. V. B. **Troca social e comportamentos de cidadania organizacional**: que relação? 2009. 45f. Dissertação (Mestrado integrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia

e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/866/1/18770_ulsd_dep.17743_Dissertacao_Ana_Barros_Furtado.pdf. Acesso em: 04 fev. 2020.

HALL, H. Input-friendliness: motivating knowledge sharing across intranets. **Journal of Information Science**, Aberystwyth, v. 27, n. 3, p. 139–146, 2001. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/016555150102700303?journalCode=jisb>. Acesso em: 09 fev. 2020.

HALL, H. Borrowed theory: applying exchange theories in information science research. **Library and Information Science Research**, Oklahoma, v. 25, n. 3, p. 287-306, 2003. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0740-8188\(03\)00031-8](https://doi.org/10.1016/S0740-8188(03)00031-8). Acesso em: 04 fev. 2020.

MARCHAND, D. A.; KETTINGER, W. J.; ROLLINS, J. D. **Information orientation: the link to business performance**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

PÉREZ-MONTORO-GUTIÉRREZ, M. **Gestión del conocimiento en las organizaciones: fundamentos, metodología y praxis**. Gijón (Asturias): Ediciones Trea, 2008.

SANTOS NETO, J. A. **O estado da arte da mediação da informação: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos**. 2019. 460p. Orientador: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília/SP, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181525>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SOMMERVILLE, I. **Engenharia de Software**. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

SOUZA, L. P. P. **O comportamento informacional dos desenvolvedores de software no contexto da cultura organizacional enfatizando o compartilhamento e reuso de informações**. 2019. 287 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília/SP, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/180877>. Acesso em: 14 ago. 2020.

SOUZA, L. P. P.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; MORAES, C. R. B. O papel dos fluxos informacionais e da mediação da informação no desenvolvimento de software. *In*: ENCONTRO DE PESQUISADORES, 20., 2019, Franca. **Anais [...]**. Franca: Uni-Facef, 2019. p. 850-924. Disponível em: http://eventos.unifacef.com.br/encpesq/2019/files/XXENCPE_SQ_E-BOOK_ANAIS.pdf. Acesso em: 05 fev. 2020.

SOUZA, L. P. P.; MORAES, C. R. B. Influência do clima organizacional para o compartilhamento de conhecimento tácito no desenvolvimento de software. *In*: ENCONTRO DE ESTUDO SOBRE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 8., 2018, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1WQTT6UhgGXQM5eNxleLljuCTfElwtzG7/view>. Acesso em: 10 jun. 2020.

STACKOVERFLOW. **Helping write the script of the future by serving developers and all technologists**. [S.l.]: Stack Exchange Inc., 2020. Disponível em: <https://stackoverflow.com/company>. Acesso em: 09 jun. 2020.

TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

VALENTIM, M. L. P. Ambientes e fluxos de informação. *In*: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Ambientes e fluxos de informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 13-22.

VOLPATO, G. L. **Ciência**: da filosofia à publicação. 4. ed. Botucatu: Tipomic, 2004.

CAPÍTULO 9

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA MEMÓRIA ORGANIZACIONAL

Juliana Cardoso dos Santos

João Arlindo dos Santos Neto

1 INTRODUÇÃO

A memória organizacional (MO) assim como a mediação da informação não são objetos de estudo exclusivos da área de Ciência da Informação (CI), pois possuem múltiplos significados, evidenciando seu caráter polissêmico. A MO é estudada nos campos da Administração, Gestão Empresarial, Relações Públicas e a mediação da informação se mostra mais presente nas áreas da Biblioteconomia, Comunicação, Tecnologia da Informação, dentre outras.

No âmbito da CI tanto o estudo da MO quanto o da mediação da informação assumem um viés interdisciplinar, isto é, integrador de saberes, uma vez que pressupõem a troca, cooperação, negociação e desconstrução, ou seja, o diálogo, com o intuito de articular saberes distintos, ampliando e potencializando o uso do conceito de memória e de mediação da informação.

Compreende-se que o indivíduo é ao mesmo tempo sujeito e objeto das relações de memória e mediação, podendo atuar de forma ativa ou passiva, pois como fenômenos sociais

e subjetivos, são processos e produtos de relações sociais, incorporados nos ambientes organizacionais.

Sendo assim, este texto é constituído de uma revisão de literatura não sistêmica de natureza qualitativa. Quanto aos seus objetivos, configura-se como descritivo exploratório (GIL, 2010; VOLPATO, 2004), pois visa aprofundar o conhecimento sobre as relações entre MO e mediação da informação tendo a finalidade de evidenciar a importância do mediador da informação na constituição e socialização da MO por meio da memória repertório e da memória repositório, componentes indispensáveis à estruturação da MO.

Inicialmente, é possível identificar na literatura alguns esforços em aproximar os conceitos de memória e mediação. No entanto, o que se identifica são discussões voltadas à constituição da memória social e coletiva e suas expressões no âmbito dos equipamentos informacionais, como bibliotecas públicas e comunitárias (SILVA; CAVALCANTE, 2018), a partir da oralidade, *storytelling* (BORTOLIN *et al.*, 2015; SOUSA; BRUFREM, 2018) e, também, no contexto dos arquivos (RIBEIRO; FROTA; GOMES, 2018). Quando se busca literatura sobre as temáticas no contexto organizacional, ainda são escassas as discussões.

Oliveira, Rodrigues e Castro (2017) ao investigarem a temática memória na produção científica brasileira entre 1972 e 2010, evidenciam que os estudos sobre MO constituem o aparecimento de novas relações e interfaces do tema memória na CI.

Ao estudar o papel do mediador no processo de inteligência competitiva, Santos, Santos Neto e Almeida Júnior (2015) evidenciam que é fundamental sua atuação no âmbito das organizações, pois a mediação vislumbra, além de outros aspectos, transformação e aprendizado. Tais elementos, do ponto de vista organizacional são imprescindíveis para o sucesso de uma organização. Assim, acredita-se que a mediação seja crucial também para que a MO seja constituída, socializada e útil.

Este ensaio não finda esforços em compreender a temática, mas realiza diálogos e proposições com base na literatura almejando reflexões e a melhor compreensão da mediação da informação e do papel do mediador na constituição e socialização da MO (TRIVIÑOS, 1987).

Sendo assim, o trabalho aborda além desta 'Introdução' que descreve o método proposto e o objetivo do estudo alguns conceitos de 'Mediação da Informação', evidenciando o papel do mediador na constituição, socialização e uso da MO, discute a temática 'Memória' e como subseção os termos 'Memória Repositório e Memória Repertório' perpassando brevemente pela Gestão Documental (GD), Gestão da Informação (GI) e Gestão do Conhecimento (GC) como ferramentas de socialização da memória repositório e da memória repertório no âmbito das organizações. Como resultados evidencia-se que o mediador potencializa distintas abordagens, principalmente, no que tange à criação de mecanismos de busca e socialização de informações de maneira ativa ou passiva, estabelecendo processos e

coordenando fluxos e, por último, apresenta-se algumas 'Considerações Finais' do estudo.

2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O termo mediação é discutido e empregado em diversos campos do conhecimento, sobretudo, no Direito, Comunicação, Serviço Social e Educação. Na CI e suas áreas correlatas, discute-se algumas extensões do conceito, como é caso da mediação da informação, mediação da leitura, mediação cultural, mediação pedagógica, mediação tecnológica, mediação da memória etc. Nesse sentido, Santos Neto (2019, p. 331, grifo nosso) destaca que tais extensões relacionam, entre outros elementos, “[...] a mediação com a informação social, a tecnologia, a comunicação, a sociedade, a responsabilidade social e a **memória** [...]”.

Sendo assim, a plasticidade em torno do conceito de mediação (DAVALLON, 2007) é corroborada por Nunes e Cavalcante (2017) ao enfatizarem que “Isto demonstra a pluralidade de abordagens existentes em torno do próprio conceito de mediação, possibilitando com que este possa ser operacionalizável numa diversidade de investigações.” O foco dessa seção é discorrer, ainda que de modo breve, sobre a mediação da informação.

A mediação da informação pressupõe interferência que pode acontecer por meio de um sujeito, objeto ou tecnologia. Nesse contexto, Braga (2012) infere que a mediação é um processo de interferência com intuito de melhorar/organizar as relações sociais e exige um diálogo constante. Nesse sentido, acrescenta-se ao exposto que a mediação além de

impulsionar as relações entre os sujeitos, altera uma determinada realidade.

Para Araújo (2012) a ideia de mediação reside no ‘colocar-se entre’, sendo intencional para que determinadas relações sejam estabelecidas transformando e/ou modificando estruturas. No entanto, pressupõe-se que muitas vezes a mediação se dá de modo involuntário, não intencional, não planejado; afinal, medeia-se e se é mediado a todo momento.

Na CI, é possível identificar alguns conceitos de mediação da informação. Segundo o conceito de Almeida Júnior (2009), a mediação da informação pressupõe uma interferência, podendo ser implícita (sem a presença física do sujeito) ou explícita (o sujeito é condição *sine qua non*), e nesse processo o conhecimento não é construído individualmente, mas sim na relação estabelecida entre sujeito e objeto. Ao reformular o referido conceito, Almeida Júnior (2015, p. 25) define que a mediação da informação é:

[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

Ainda que a definição seja direcionada aos equipamentos informacionais, é possível identificar proximidades com o contexto organizacional. Uma delas é

quando o referido autor enfatiza a satisfação momentânea e a geração de conflitos, como ações essenciais do processo de mediação, pois acredita-se que ao se atender uma necessidade, um interesse ou um desejo informacional, outros poderão surgir e esse ato é fundamental ao processo de MO que tem nas experiências dos sujeitos organizacionais ferramenta com potencial competitivo (SANTOS *et al.*, 2016). Outra relação possível se dá com a apropriação da informação, visto que a memória é algo que se constitui de forma intencional ou não, mas sempre mediada por algo ou por alguém.

A mediação, portanto, não ocorre de modo neutro ou imparcial, visto que é fruto da ação do próprio mediador. Nesse sentido, na recepção e apropriação da informação em diferentes contextos, é necessário aprofundar os conhecimentos durante a ação interpretativa de cada usuário, pois ela, informação, pode ser determinada pelas relações significativas e experiências anteriores de cada um (SANTOS *et al.*, 2016).

Nessa linha de pensamento, Oliveira (2014) ressalta que o processo de preservar a identidade organizacional através da memória (individual e coletiva) no contexto das empresas conta com a presença do bibliotecário, aqui entendido como mediador da informação. Segundo a referida autora, este papel tão importante no contexto organizacional demorou a contar com a participação do profissional da informação.

Tendo em vista que o foco deste trabalho é a inter-relação entre a mediação da informação e a MO, julga-se

fundamental que a mediação nesse contexto seja também realizada por um profissional da informação, assim como nos equipamentos informacionais. No cenário organizacional, por sua vez, o mediador interfere nos processos de constituição da memória que transitam entre lembranças e esquecimentos, na medida em que anima/impulsiona e medeia os fatos rememorados pelos sujeitos.

Ainda de acordo Santos *et al.* (2016, p. 482), ao relacionar mediação da informação a MO é possível citar alguns atributos inerentes ao mediador/animador da MO, segundo os autores as funções do mediador compreendem:

- Lidar com fluxos de informação formais e informais;
- Possibilitar condições favoráveis a explicitação do conhecimento tácito pelos sujeitos;
- Coletar dados em tempo real, analisá-los e sintetizá-los;
- Saber se comunicar de modo objetivo e simples;
- Ser empreendedor e criativo;
- Possuir visão macro e micro do sistema ao qual está envolto;
- Buscar atualização constante;
- Conhecer a organização e os colaboradores;
- Gerenciar equipe multidisciplinar;
- Potencializar a apropriação da informação dos sujeitos.

O mediador da informação no âmbito da MO lida com informações e conhecimentos e esses são explicitados de forma narrativa, escrita etc. Nesse contexto, acredita-se que a mediação da informação além de auxiliar na tomada de

decisões, de propiciar inter-relações para amenizar frustrações e conflitos, também, atua como elemento de comunicação, proporcionando diálogo para que uma determinada situação ou condição possa ser modificada/transformada (SANTOS *et al.*, 2016).

Na literatura foi possível identificar poucos relatos de experiência sobre a atuação do bibliotecário mediador nos cenários organizacionais, como é o caso da pesquisa de Oliveira (2014) que discorre sobre a participação e contribuição do bibliotecário no processo de GC e, conseqüentemente, na constituição e preservação da MO do Instituto de Tecnologia de Pernambuco/Recife. A autora relata que esse profissional coordena uma equipe de trabalho, gerindo e mediando os processos informacionais, organiza seminários para se discutir práticas de GC, produz e dissemina material científico. Com este exemplo, nota-se o papel e a relevância do profissional da informação como mediador e impulsionador da memória organizacional (MO).

Como o objetivo do texto é investigar a mediação voltada para a memória e suas implicações, discute-se na seção a seguir, de modo breve, os conceitos de memória, memória organizacional, memória repertório e memória repositório.

3 MEMÓRIA

A memória se reconstrói permanentemente e, no âmbito da CI, assume um viés integrador de saberes uma vez que, pressupõe mediações, ou seja, diálogo com intuito de articular saberes distintos, visto que o homem é sujeito e objeto da memória. O conceito de memória pode ser discutido

a partir de diferentes perspectivas: memória humana, memória artificial, memória social, memória coletiva, memória afetiva, memória biológica, memória psicológica, memória digital, memória virtual, memória RAM entre outros. No contexto das organizações, as extensões do conceito de memória que mais se discutem na literatura científica são MI e MO. Nesta comunicação, no entanto, o foco é a MO.

Para Nora (1993), a memória evolui constantemente e é dialética, pois existe entre contradições e contraposições que, por sua vez, a levam a outras memórias, sendo sempre um fenômeno atual, individualizado, coletivo e plural que emerge de um grupo e, conseqüentemente, está presente em contextos organizacionais. Como complemento ao exposto, Izquierdo (2002, p. 9) destaca que “[...] somos aquilo que recordamos”, e a memória transita entre a dualidade de lembrar e esquecer. Porém, parte-se do princípio de que não é possível comunicar algo que se desconheça e, nesse viés, acredita-se que a mediação da informação e do conhecimento alicerçam os processos de constituição da memória repertório e da memória repositório que são elementos fundamentais do processo de MO.

A memória está relacionada às experiências, individualidades e subjetividades construídas por meio de seleções, as quais se atribui sentido por meio do registro ou contexto. Sendo assim, deve ser considerada além de repositório, mas como repertório inesgotável à constituição da MO, pois são os sujeitos que compõem as organizações e são eles que criam e socializam as memórias consideradas ativos tangíveis e intangíveis desses ambientes.

A memória é considerada um dos instrumentos por meio do qual as ideias e as palavras podem ser reunidas, fugindo assim ao império do imediato, pois imprime as direções do tempo e propicia uma continuidade social. Sem ela, desapareceriam os elos sociais, assim como a própria noção de sociedade, as identidades individuais e coletivas, a possibilidade da construção de conhecimento, ou seja, pode ser considerada uma ferramenta de construção social (BERGSON, 2011).

Vitoriano (2013, p. 922) afirma que “[...] a memória de uma organização é a representação, ou o conjunto de representações, que o grupo faz do passado dessa organização, a partir dos elementos disponíveis para isso”. Sendo assim, acredita-se que a ideia de memória está sempre relacionada ao tempo e pressupõe construções, ligações e encadeamentos. Por ser resultado de um fator social, para Fontanelli (2005, p. 11):

Trabalhar com a memória de uma empresa é trabalhar com as memórias de cada um de seus integrantes que se reconhecem como tais e, assim, constroem as identidades individuais e a coletiva - imprescindíveis para o desenvolvimento da instituição.

Verifica-se, no entanto, que as organizações, ainda, possuem dificuldades de trabalhar a informação de forma ativa, cabendo ao mediador/animador da memória fomentar esse processo constante de reinterpretação, pois na MO a informação e o conhecimento podem perecer se não forem subsídio à tomada de decisão.

Nos estudos realizados por Santos (2019) a MO e a MI são consideradas duas faces de uma mesma moeda e considera-se o termo MI para ambientar a memória relacionada às questões de legitimidade, estando relacionada ao valor social do grupo, ao todo instituído que lida com subordinações, tendo muito a ver com relações de poder. E considera-se o termo MO para ambientar a memória às questões de eficiência e eficácia, relacionada a construir processos de gerenciamento ao longo do tempo, é a memória informação e conhecimento, aquela que está a serviço, é pragmática e atrelada a aplicações e processos.

De todo modo, entende-se que MI e MO se integram, ou seja, são duas faces de uma mesma moeda que se alicerçam na memória repertório e na memória repositório para sua constituição. Sendo assim é fundamental o papel do animador/mediador da memória no uso e reuso da memória repertório e da memória repositório como elementos de competitividade e legitimidade das organizações e instituições.

3.1 Memória Repositório e Memória Repertório

Sabe-se que o conhecimento é uma mistura espontânea de experiências, valores, contextos e *insight* vivenciados, que proporciona avaliar e incorporar novas experiências e que constrói a memória repertório, pois tem origem e aplica-se a quem o conhece. É uma abstração interior, de algo experimentado pelo indivíduo e de difícil explicitação (DAVENPORT; PRUSAK, 1998; SETZER, 1999).

Rezende, Pereira e Oliveira (2016, p. 78) enfatizam que a existência de ambientes (memória repertório) e artefatos

(memória repositório) são capazes de mobilizar os atores organizacionais de maneira que esses ativem seus excedentes cognitivos “[...] soma de tempo, energia e talento livres que usados de maneira colaborativa, permitem que indivíduos isolados se unam e reúnam para grandes realizações [...]”.

Sendo assim, mediar o uso da informação e do conhecimento com qualidade nos ambientes organizacionais aumentam o valor de tais ativos tangíveis e intangíveis, pois geram novas informações e conhecimentos, que quanto mais consumimos mais são produzimos.

A MO é composta por informações e conhecimentos baseados na sua memória individual e nas memórias coletivas criadas nesses ambientes. Segundo Menezes (2006, p.31),

Memória organizacional é o acervo de informações, conhecimentos e práticas, agregados e retidos pela organização ao longo de sua existência, utilizados para o suporte às suas atividades, seus processos decisórios e para a preservação do seu capital intelectual, potencializando a gestão do conhecimento.

Complementando Freire *et al.* (2012, p. 4) afirma que a MO “[...] se parece mais com uma rede de pessoas e artefatos que se interligam formando uma memória”, e “[...] pode ser entendida como informações guardadas que contam a história dos processos organizacionais que podem ser lembradas e utilizadas em futuras operações.” Reforçando que “A memória organizacional leva ao compartilhamento e reutilização do conhecimento da empresa, do conhecimento individual e das habilidades do saber fazer as tarefas da organização.” (FREIRE *et al.*, 2012, p. 4). Sendo assim, a MO se relaciona ao modo de

fazer as coisas e solucionar problemas, por meio da aprendizagem contínua e das informações e conhecimentos (tácitos e explícitos) armazenados nos repositórios e no repertório organizacional, mas vale lembrar que no âmbito da CI é um conceito que, ainda, está em consolidação.

Sendo assim é fundamental que o mediador da informação transite, e esteja apto a fomentar o uso e reuso da informação e do conhecimento, visto que segundo Santos (2019) a memória repositório e memória repertório são definidas como descrito no Quadro 1.

Quadro 1: Memória Repositório e Memória Repertório

Memória Repositório	Memória Repertório
“[...] memória materializada por meio de um suporte (físico ou digital), composta de informações e conhecimentos formais e explícitos passíveis de registro, preservação, estruturação e recuperação.”	“[...] memória baseada no uso de diferentes cognições, ou seja, mistura espontânea de experiências, <i>know-how</i> , valores, cultura, ambiência e <i>insights</i> . Se baseia no ato coletivo e nas relações sociais representando as informações e conhecimentos tácitos, informais e implícitos.”

Fonte: Elaborado a partir de Santos (2019, p. 65-67, grifo do autor).

Com base nessas definições infere-se que a memória repertório se baseia nas recontextualizações, agregação e adaptações, implícitos na memória repertório – composta pelo conhecimento informal, tácito, intangível que pode se alicerçar na GC para que possa ser subsídio de uma memória eficiente, eficaz e legitimada. A memória repositório, por sua vez, lida com informações e conhecimentos formais e explícitos,

passíveis de preservação, estruturação e recuperação, são materiais registrados e que podem ser armazenados.

Nesse contexto de otimização do acesso e uso da informação, é fundamental a atuação do mediador da informação pois o que se denomina nesta pesquisa de memória repositório – materializada por meio de um suporte, nada mais é do que as informações e conhecimentos formais construídos durante a trajetória da organização, fruto de processos cognitivos individuais e coletivos, explícitos e armazenados formalmente.

Os processos de aquisição, retenção e recuperação da informação estão diretamente ligados às fases da GD, uma vez que é fundamental ter como premissas as questões relacionadas à produção, utilização, conservação e destinação dos documentos, pois a MO lida também com informações e conhecimentos formais e explícitos, passíveis de preservação, estruturação e recuperação, são esses materiais registrados e, que podem ser ou estar armazenados em diversos suportes, que se atribui o nome de repositório/memória.

A GI se alicerça no conhecimento explícito, materializado em um suporte – memória repositório, ou seja, se alicerça em artefatos e transita entre o planejamento, execução e controle proporcionando maior eficácia aos processos de acesso, obtenção e uso da informação em ambientes organizacionais.

A MO é composta por informações e conhecimentos formais e informais, estruturados e estruturáveis, explícitos e implícitos, tangíveis e intangíveis. Sendo assim, a memória

repositório é alicerçada pelos processos de GD e GI, mas este conhecimento também precisa do processo de GC, visto que, a memória repertório se apresenta no ato coletivo, no agir socialmente, no saber como, nas relações de pertencimento, pois nunca se está só.

Destaca-se, ainda, que os problemas da MO que incluem, armazenamento, recuperação, entre outros elementos, só surgem se ela for socializada/mediada e se a organização for capaz de agir colaborativamente, e este se constitui em um dos desafios da MO (CONKLIN, 1997).

A informação e o conhecimento (formal e informal) são ativos organizacionais de grande valor, mas no contexto da memória oscilam entre o registro/formal que pode ser armazenado na memória repositório e a memória repertório que nem sempre possui registro, pois depende de contexto.

Para Conklin (1997) a memória se constitui de lembranças e esquecimentos, porém apenas lembrar acontecimentos não é o suficiente, é importante aplicar este conhecimento antigo, assim, nasce um dos desafios da memória humana que é recheada de significados, considerada uma rede de associações semânticas, que se reorganiza e realiza conexões. De fato, a MO eficaz é construída socialmente e a memória repertório é composta de acontecimentos, premissas, restrições, decisões, opiniões sendo alicerce da memória armazenada nos repositórios de memória.

Acredita-se que a MO precisa ser estruturada, atualizada, estimulada, gerenciada para estar acessível e ser

considerada estratégica, pois está envolta em complexidades e requer análise de experiências e de contextos (memória repertório) e materializadas em diversos suportes (memória repositório). Nessa perspectiva, o papel do mediador nessa complexidade que lhe é intrínseca é fundamental.

Nesse contexto a GC atua junto aos fluxos informais, frequentemente tácitos e a memória repertório lida com esse processo, uma vez que realiza interpretações e re-interpretações de fatos com o intuito de compreender, apreender e atribuir significado, ressaltando que a memória é constituída, a partir do coletivo organizacional (indivíduos e organização/instituição) que, por sua vez, geram diferenciais.

As organizações e instituições são complexas e os documentos, as informações e os conhecimentos são fundamentais, uma vez que todas as atividades são apoiadas nesses elementos. Dessa maneira, contar com o animador/mediador da informação nas relações de memória é fundamental.

Nesse contexto observa-se que a MO é compreendida como um processo contínuo, que possui sequência lógica e ademais é atitudinal, ou seja, está relacionada ao modo de se comportar, de agir ou reagir com resiliência a determinada ação ou situação. Como uma rede que pressupõe relações e inter-relações, composta por equipes multidisciplinares em que o mediador da MO potencializa distintas abordagens, principalmente, no que tange à criação de mecanismos de busca e socialização de informações de maneira ativa ou passiva, estabelecendo processos e coordenando fluxos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que o papel do animador/mediador no contexto da memória apresenta-se no ato coletivo, no agir socialmente, no saber como, nas relações de pertencimento.

Sendo assim, o papel do animador/mediador nesse contexto de memória reside no fomento de que a informação e o conhecimento sejam socializados em diferentes níveis organizacionais, apoiando a manutenção e a construção de novos conhecimentos (memória repositório e memória repertório), constituídas de atos coletivos, artefatos, experiências e relações sociais.

Evidenciou-se que a mediação se inter-relaciona com a memória, no que tange a memória repositório e a memória repertório, pois lida com fluxos formais e informais sendo repleta de cognições, automaticidade, conhecimentos preexistentes oriundos da mistura espontânea de experiências e valores construídos socialmente.

O objetivo previamente estabelecido de evidenciar a importância do mediador da informação na constituição e socialização da MO fica explícito à medida que esse profissional anima/impulsiona e medeia os fatos rememorados pelos sujeitos, dispostos por meio da memória repertório e da memória repositório.

Os resultados obtidos possibilitam afirmar que ainda é escassa a literatura sobre mediação organizacional e mediação da informação quando comparada às outras vertentes da memória (coletiva e social, por exemplo). No entanto,

considera que os achados contribuem para enriquecer o referencial teórico do campo científico da CI, tendo em vista que é uma temática que constitui não somente uma tendência nos estudos da memória e da informação, mas também uma necessidade no contexto organizacional do século XXI.

Propõe-se que pesquisas futuras sejam realizadas sobre as temáticas apresentadas nessa comunicação oral no intuito de potencializar o papel do mediador da informação como um sujeito fundamental na constituição, socialização e uso da MO. Dentre as possibilidades, pode-se indicar algumas, dentre elas: realizar uma pesquisa aplicada a longo prazo, a partir da pesquisa-ação, em um contexto organizacional que tenha um profissional da informação (arquivista ou bibliotecário) mediando informação e conhecimento nesse contexto; auscultar os colaboradores da organização com o intuito de se identificar e mensurar o quanto a figura do mediador interfere na constituição e preservação da MO - memória repertório e memória repositório; elencar possíveis conhecimentos e habilidades requeridas ao mediador da informação para atuar no contexto organizacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170>. Acesso em: 10 mar. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN Editora, 2015. p. 9-32.

ARAÚJO, C. A. Á. Mediação como conceito potencializador do diálogo entre a Ciência da Informação e os campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 13., 2012. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: ENANCIB, 2012. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3714/2837>. Acesso em: 04 mar. 2020.

BERGSON, H. **Memória e vida**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. 184p.

BORTOLIN, S.; CAVALCANTE, L. F. B.; SANTOS NETO, J. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Oralidade, mediação da informação e da literatura na escola. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 16., 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos** [...]. João Pessoa: ANCIB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3013/1047>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BRAGA, J. L. Circuito versus campos sociais. *In*: MATTOS, M. Â.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (org.). **Mediação & Mediatização**. Salvador: EDUFBA, Brasília: Compós, 2012. p. 31-52.

CONKLIN, J. **Designing organizational memory preserving intellectual assets in a knowledge economy**. 1997. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/243685143_Desig

[ning Organizational Memory Page 1 of 35 Designing Organizational Memory Preserving Intellectual Assets in a Knowledge Economy](#). Acesso em: 20 ago. 2020.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com**, Porto, n. 4, 2007. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2100>. Acesso em: 05 fev. 2020.

DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial: como organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

FONTANELLI, S. A. **Centro de memória e ciência da informação: uma interação necessária**. 2005. 105f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309607622_Centro_de_Memoria_e_Ciencia_da_Informacao_uma_interacao_necessaria. Acesso em: 18 mar. 2020.

FREIRE, P. S.; TOSTA, K. C. B. T.; HELOU FILHO, E. A.; SILVA, G. G. Memória organizacional e seu papel na gestão do conhecimento. **Revista de Ciência da Administração**, Florianópolis, v. 14, n. 33, p. 41-51, ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/25324>. Acesso em: 10 mar. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IZQUIERDO, I. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MENEZES, E. M. **Estruturação da memória organizacional de uma instituição em iminência de evasão de especialistas**: um estudo de caso da CONAB. 2006. 118f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/1476/1/Texto%20Completo.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

NUNES, J. V.; CAVALCANTE, L. E. Por uma *epistême* mediacional na ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 18., 2017, Marília, SP. **Anais eletrônicos [...]**. Londrina: ANCIB/PPGCI/UNESP, 2017. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/59112>. Acesso em: 05 fev. 2020.

OLIVEIRA, E. B.; RODRIGUES, G. M.; CASTRO, R. M. A memória na Ciência da Informação: uma análise da produção científica brasileira. *In*: OLIVEIRA, E. B.; RODRIGUES, G. M. (org.). **Memória: interfaces no campo da informação**. Brasília: UNB, 2017. p. 79-108.

OLIVEIRA, S. R. Memória institucional: lugar de (re)construção de uma memória coletiva? *In*: SOUTO, L. F. (org.). **Gestão da Informação e do Conhecimento: práticas e reflexões**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. p. 255-267.

REZENDE, J. F.; PEREIRA, R. D.; OLIVEIRA, D. A. Plataformas para gestão do conhecimento: estudo de caso sobre a ativação do valor de excedentes cognitivos por meio do desenvolvimento de um contexto capacitante virtual. **Perspectivas em Gestão e Conhecimento**, João Pessoa, v. 6,

n. 1, p. 72-88, jan./jul. 2016. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/26312/15474>. Acesso em: 20 fev. 2020.

RIBEIRO, A. C.; FROTA, M. G.; GOMES, P. Memória da repressão e a mediação da informação: o caso do arquivo aesi/ufmg. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 19., 2018, Londrina. **Anais eletrônicos** [...] Londrina: ANCIB, 2018. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/103933>. Acesso em: 19 mar. 2020.

SANTOS, J. C. **Memória organizacional**: o valor da informação como negócio/*commodity*. Orientadora: Marta Lígia Pomim Valentim. 2019. 223f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/183566/santos_jc_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 20 fev. 2020.

SANTOS, J. C.; SANTOS NETO, J. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Estudo de gerações: o papel do mediador da informação no processo de inteligência competitiva. *In*: VALENTIM, M. L. P.; OLIVEIRA, C. L.; MIRANDA, A. (org.). **Gestão da informação, comunicação e tecnologia**. Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Ciência da Informação, 2015, p. 169-186.

SANTOS, J. C.; SANTOS NETO, J. A.; MORO-CABERO, M. M.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. O papel do mediador da informação no processo de estruturação da Memória Organizacional. *In*: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (SECIN), 6., 2016. Londrina. **Anais eletrônicos** [...]. Londrina: SECIN, 2016 p.

472-486. Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2016/secin2016/paper/viewFile/253/224>. Acesso em: 05 mar. 2020.

SANTOS NETO, J. A. **O estado da arte da mediação da informação**: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos. Orientador: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior. 2019. 460p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2019. Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181525/santosneto_ja_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y.

Acesso em: 08 mar. 2020.

SETZER, V. W. Dado, informação, conhecimento e competência. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 0, n. 0, dez. 1999. Disponível em:

<https://www.ime.usp.br/~vwsetzer/dado-info.html>. Acesso em: 18 mar. 2020.

SILVA, A. P. C.; CAVALCANTE, L. E. Expressões da memória, cultura e mediação na biblioteca comunitária. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 19., 2018, Londrina. **Anais eletrônicos** [...] Londrina: ANCIB, 2018. Disponível em:

<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/103408>. Acesso em: 19 mar. 2020.

SOUSA, A. L. M.; BUFREM, L. S. Contar e ouvir no cariri cearense: memória, oralidade e os contadores de história. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 19., 2018, Londrina. **Anais eletrônicos** [...] Londrina: ANCIB, 2018. Disponível em:

<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/103602>. Acesso em: 19 mar. 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais** - a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

VITORIANO, M. C. C. P. Centros de memória empresarial: documentos de arquivo como artefatos da cultura organizacional. *In*: OLIVEIRA, L. M. V.; OLIVEIRA, I. C. B. (org.). **Preservação, acesso, difusão**: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI. Rio de Janeiro: AAB, 2013. p. 916-927.

VOLPATO, G. L. **Ciência**: da filosofia à publicação. 4. ed. Botucatu: Tipomic, 2004.

CAPÍTULO 10

ESTUDOS DE USUÁRIOS NOS PARADIGMAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Wilson Roberto Veronez Júnior

Tamara de Souza Brandão Guaraldo

Fábio Murakami

Edberto Ferneda

1 INTRODUÇÃO

Os estudos de usuários são uma subárea de estudos da Ciência da Informação cujo objetivo é a compreensão dos sujeitos com vistas ao conhecimento sobre ele e aprimoramento dos serviços e produtos ofertados pelas unidades de informação¹⁴. Desta maneira, é importante que o profissional da informação, seja ele o arquivista, bibliotecário ou museólogo esteja preparado para lidar com as novas demandas informacionais, tendo em vista as mudanças nos aspectos políticos, sociais, científicos, tecnológicos e culturais, isto é, são fatores preponderantes que contribuem no estabelecimento do aperfeiçoamento dos instrumentos de organização e representação do conhecimento, em novas práticas e metodologias, e nas políticas de estudos de usuários. Além disso, num cenário de mudanças e diversidade cultural

¹⁴ Entendemos por Unidades de Informação, os Arquivos, Bibliotecas, Centros de Informação e Documentação, e os Museus, sejam essas instituições em ambientes físicos ou digitais.

existentes em nossa sociedade, e que de certo modo influenciam no fazer prático do profissional da informação, resulta que o mesmo tenha que se adequar à nova realidade de seus usuários.

O usuário pode ser definido como o indivíduo que necessita de informação para desenvolver suas atividades, e nesta perspectiva, somos todos usuários, já que necessitamos informar-nos para conseguirmos desempenhar as tarefas que realizamos cotidianamente (SANZ CASADO, 1994).

Nessa perspectiva, para um maior esclarecimento acerca das possibilidades de se estudar o usuário e as suas necessidades e usos da informação, destacamos os três paradigmas da Ciência da Informação, segundo Rafael Capurro (2003): o físico, o cognitivo e o social. No cerne dos três paradigmas, o objetivo deste trabalho é discorrer sobre a trajetória da literatura dos estudos de usuários e as abordagens tradicional, alternativa e sociocultural nesses estudos, contemplando também uma discussão sobre o papel da mediação da informação. O trabalho também sugere a contribuição da mediação para a abordagem sociocultural, pois perpassa e valoriza características inerentes desta abordagem, como um maior espaço e autonomia do usuário.

Podemos considerar que o paradigma físico, está consonante com o modelo de trabalho da abordagem tradicional. Em decorrência da sua natureza técnica a informação é sistematizada de modo a esperar um comportamento passivo do usuário. Diferentemente deste comportamento é impossível não observar o aspecto complementar do paradigma cognitivo/social com a

abordagem alternativa e sociocultural, este complemento decorre da valorização de aspectos cognitivos e do entendimento do usuário imerso dentro do contexto.

A partir de um esquematismo, a organização do trabalho está constituída da seguinte forma: na primeira seção, será apresentada uma contextualização do trabalho. Na segunda seção, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados no presente trabalho. Na terceira seção, será realizada uma análise histórica da literatura dos estudos de usuários. Na quarta seção, de maneira teórica, apresentaremos os paradigmas científicos - físico, cognitivo e social- relativos aos estudos de usuários, a partir de três abordagens presentes no campo da Ciência da Informação - tradicional, alternativa e a sociocultural-, sendo esta última a principal abordagem deste trabalho. Na quinta seção, serão destacados os principais conceitos acerca da mediação da informação. E por fim, serão apresentadas as considerações finais desta pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia da pesquisa é de natureza qualitativa, utiliza-se a pesquisa bibliográfica para o levantamento, coleta e análise de artigos sobre a trajetória da literatura científica referente aos estudos de usuários em bases de dados, revistas e periódicos especializados no campo da Ciência da Informação.

Os procedimentos metodológicos foram desenvolvidos em três etapas; **a)** na primeira, foi realizado o levantamento bibliográfico na Base de Dados Referencial de Artigos de

Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), uma das bases de dados especializadas mais consultadas e prestigiadas no campo da Ciência da Informação, assim como foram realizadas buscas em periódicos, revistas e no Google Acadêmico, a coleta dos materiais foi realizada no período de outubro de 2019 a novembro de 2019, tendo como foco o assunto “Estudos de usuários”, “Paradigmas Científicos na Ciência da Informação”, “Abordagem Tradicional, Alternativa e Sociocultural” e “Mediação da Informação”; **b)** na segunda, foram analisados e selecionados os artigos que tinham maior proximidade e relevância para a execução e o desenvolvimento da presente pesquisa; **c)** na terceira etapa optamos pela escolha de dois artigos principais para aprofundar a discussão acerca do tema e servir de apoio teórico ao desenvolvimento do trabalho, além disso, separamos outros artigos para a fundamentação teórica da pesquisa, mas de uma maneira secundária.

Após a busca e pesquisa com a seleção dos artigos que apresentaram maior relevância, dividimos os resultados em dois blocos: no primeiro apresentamos uma análise cronológica dos estudos de usuários, tendo por base principalmente o artigo de Rodrigo Rabello (2013); no segundo discutimos e analisamos os paradigmas científicos na Ciência da Informação e estudos de usuários especialmente a partir de Gabrielle Tanus (2014), discutindo as abordagens da área e finalizando com a tendência sociocultural e o enfoque da mediação da informação.

3 UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA LITERATURA DOS ESTUDOS DE USUÁRIOS

A partir do final da década de 1940, com investigações continuadas sobre padrões de coleta de informação, fluxo de informação, necessidades e demandas de informação por pesquisadores, foi se sistematizando na área de Ciência da Informação os estudos de usuários (FIGUEIREDO, 1985).

Nesta seção apresentamos os principais aspectos históricos sobre a literatura dos estudos de usuários de acordo com os apontamentos de pesquisadores que se dedicaram a reunir e comentar pesquisas sobre a temática a partir de 1960.

Rabello (2013) propôs em seu artigo explorar “[...] a trajetória histórica e as interpretações sobre os conceitos de usuário e uso de informação, tomando, como referencial de apoio, às noções de sistema de informação e de agência dos sujeitos.” O referido autor categoriza a utilização da informação em três estágios primordiais, sendo o primeiro, mais estático, o segundo, mais ágil, e o terceiro, como um ciclo de ações (interação em um contexto de uso, produção e tomada de informação e conhecimento).

Os estudos de usuários abrangem pesquisas com o objetivo de investigar o que as pessoas precisam em matéria de informação e também para saber se as necessidades dos usuários de um centro de informação estão sendo atendidas de forma satisfatória. Estudos de usuários são vistos como canais de comunicação entre centros de informação e as comunidades e geralmente se dividem em dois tipos: um

voltado ao uso de um sistema/centro de informação, e outro voltado ao usuário ou a um grupo de usuários (FIGUEIREDO, 1994).

Os objetivos principais podem ser desde observar o uso feito de documentos, determinar os documentos que são solicitados, descobrir os hábitos dos usuários para buscar e obter informação, as formas de acesso aos documentos, entre outros (FIGUEIREDO, 1985; 1994).

Inicialmente os estudos de usuários se limitavam a uma análise da comunicação entre os cientistas e tecnólogos pelos mais diversos meios, tais como atesta a revisão realizada por Herbert Menzel no período de 1963 a 1965 (RABELLO, 2013). O foco dos estudos tinha como parâmetro somente à comunidade científica, entendendo que esta era a disseminadora da informação no contexto de um paradigma físico (RABELLO, 2013).

Entre os anos de 1965 e 1966, Saul Herner e Mary Herner ressaltam que os estudos desenvolvidos até então foram considerados insuficientes para o entendimento da classificação dos usuários (RABELLO, 2013). Nesse sentido, os autores "propuseram um modelo de processo de comunicação da informação através de diferentes meios que se inter-relacionam convertendo a mensagem em informação (RABELLO, 2013).

No quadro 1 abaixo, é possível visualizar que em seu início, se destacavam dois tipos de estudos de usuários, o básico e o aplicado:

Quadro 1: Classes de estudos de usuários propostas por Herner e Herner (1967)

Estudo básico (particular, específico)	Investiga a forma de criar o conhecimento ou o entendimento quanto à fonte de informação, ou seja, como o usuário atribuiu valor a um dado durante o processo avaliativo.
Estudo aplicado (geral)	Relacionado às operações de pesquisa, isto é, às tomadas de decisão a partir do estudo das formas pelas quais os dados poderão ser utilizados e da identificação de aspectos qualitativos quanto à transmissão das informações.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Rabello (2013, p. 156).

Paisley (1968) *apud* Rabello (2013) contribuiu com o estudo de Herner e apontou questões importantes a respeito da metodologia. Os estudos até então realizados ignoravam o contexto no qual as informações eram constituídas e não levavam em conta características específicas, que poderiam sofrer interferência social, política e econômica. Paisley propôs um aprimoramento da transferência da informação através da integração dos sistemas computacionais ao sistema social, político, econômico e cultural (RABELLO, 2013).

Na proposta de Paisley a seleção do canal de informação se dava de forma cognitiva, tendo como base dois grupos principais: sendo o primeiro grupo com projeto em comum, e o segundo grupo, com interesses disciplinares compartilhados. Dentro dessas categorias classificou-se o tipo de organização, podendo ser formal ou padronizado, e informal ou espontâneo (RABELLO, 2013).

As pesquisas de Allen (1969, p. 24 *apud* RABELLO, 2013), apontam uma quantidade insuficiente de estudos relacionados à necessidade e uso de informação, o autor considera essa escassez decorrente da má distribuição dos pesquisadores e da pequena quantidade de estudos relacionados ao uso da comunicação dentro da Ciência da Informação.

Já na década de 1970 Lipetz utiliza Paisley como base para estudos de classificação das necessidades e usos da informação por cientistas e tecnólogos, o autor constatou que as ferramentas metodológicas predominantes nas pesquisas eram as entrevistas, questionários e observações, e assim trabalhou na sistematização dos resultados propondo modelos para decodificar os resultados investigados (RABELLO, 2013).

Em 1971, Diana Craine estruturou a sua pesquisa em três partes, sendo a primeira dentro do âmbito das ciências básicas com foco na necessidade e utilização da informação, a segunda caracterizada pelo enquadramento dentro das tecnologias, e a terceira, relacionada à necessidade e ao uso da informação em uma perspectiva internacional (RABELLO, 2013).

A autora detectou uma relação entre a quantidade de publicações e o processo de desenvolvimento intelectual, sendo esta relação diretamente proporcional (RABELLO, 2013).

No ano de 1972, Nan Lin e William Garvey trabalharam analisando a relação entre usuários (esses identificados como pesquisadores) e arquitetos de sistemas de informação procurando definir o nível de importância do designer dentro

dos sistemas (RABELLO, 2013). Em 1972, John Martyn tentou estabelecer um quadro categórico de usuário “[...] defendeu a realização de estudos de usuários considerando um universo maior de participantes, bem como a necessidade de se estudar sistemas particulares.” (RABELLO, 2013).

Em 1978, Susan Crawford abordou “aspectos metodológicos sobre estudos de usuários e os diferentes usos, ou as distintas finalidades atribuídas à informação, pelo usuário.” A maior parte da literatura que Crawford estudou, era composta por pesquisas aplicadas: “estudos empíricos sobre comportamento, sob perspectivas interdisciplinares e considerando variáveis, como o relacionamento sociopolítico e interpessoal.” (RABELLO, 2013, p. 163).

No ano de 1986, Brenda Dervin e Michael Nilan desenvolveram um texto que se tornou referência para os Estudos de usuários, no qual analisaram mais de 300 artigos (1978-1986) buscando informações sobre estudos de necessidade e uso da informação. Os autores classificaram o sistema fazendo consideração dos novos serviços, dos sistemas flexíveis e a utilização dos recursos tecnológicos, tal consideração originou um novo modelo denominado paradigma alternativo, sendo o antigo considerado como paradigma tradicional (RABELLO, 2013).

Na década de 1990, Elizabeth Hewis concordou com o novo paradigma desenvolvido por Dervin e Nilan e destacou que esse estaria em processo de emergência. A autora observa uma mesclagem entre um modelo de desenho dos mecanismos, desenvolvimento dos sistemas de busca da informação e necessidades do usuário (RABELLO, 2013).

No ano de 2001, Pettigrew, Fidel e Bruce, com foco nos Estudos de usuários, analisaram a evolução do comportamento informacional a partir de três abordagens: cognitivista, social e multifacetada (RABELLO, 2013). Em 2006, Donald Case elencou as metateorias de maior relevância na área, com ênfase na transferência da informação, construtivismo e construcionismo (RABELLO, 2013).

Christina Courtright trabalhou no ano de 2007, na análise e comparação dos modelos já existentes de contexto e reconheceu que a noção de contexto, embora ainda pouco discutida, constitui um quadro referencial para o estudo do comportamento informacional. Analisou “[...] como o conceito tem sido abordado na pesquisa empírica nos estudos de necessidade, busca e uso de informação sob um paradigma centrado no usuário (*user-centered paradigm*).” (RABELLO, 2013).

As autoras Karen Fisher e Heidi Huijen, em 2009, comentam que os métodos que recentemente vem sendo aplicados provêm das Ciências Sociais, considerando método como equivalente a procedimentos, técnica ou instrumentos de pesquisa, como entrevistas, questionários, meta-análise etc. (RABELLO, 2013).

Em análise mais recente, Araújo (2010) comenta que na área de estudos de usuários o comportamento informacional tem certo valor explicativo, mas focalizam situações restritas, e que há novos paradigmas nos estudos de usuários que enfatizam a questão social e problematizam o valor da informação na sociedade, de como essa é histórica, cultural,

inserida em contexto econômico e político, sendo, portanto, socialmente construída, como apresentaremos a seguir.

4 OS PARADIGMAS CIENTÍFICOS E OS ESTUDOS DE USUÁRIOS

Nesta seção analisaremos os principais paradigmas científicos dominantes no campo da Ciência da Informação, isto é, o físico, cognitivo e o social. Como toda ciência avança de acordo com os seus modelos, primeiramente buscamos o entendimento dos paradigmas científicos presentes na Ciência da Informação, para que se possa constituir a sua ligação com os usuários e o uso da informação (MAIMONE; SILVEIRA, 2008).

Porém, antes de entrarmos no paradigma social propriamente dito, é necessário apresentarmos alguns conceitos acerca do conceito de paradigma¹⁵, que de acordo com uma definição especializada encontrada no *Dicionário Básico de Filosofia*, seria um modelo ou um exemplo de ciência (JAPIASSU; MARCONDES, 1989). O conceito de paradigma foi analisado e utilizado pelo filósofo da ciência Thomas Kuhn para explicar o processo de formação e revolução das teorias científicas, a fim de proporcionar modelos advindos de tradição coerentes da pesquisa científica. Nas palavras de Kuhn

¹⁵ **Paradigma:** Paradigm; fr. Paradigme; ai. Paradigma; it. Paradigma). Modelo ou exemplo. Platão empregou essa palavra no primeiro sentido (cf. Tim., 29 b. 48 e, etc), ao considerar como P. o mundo dos seres eternos, do qual o mundo sensível é imagem. Aristóteles utiliza esse termo no segundo significado (An. pr, II, 24, 68 b 38), sobre o que v. EXEMPLO (ABBAGNANO, 2007, p. 742).

(1989, p. 219), tecnicamente “um paradigma é aquilo que os membros de uma sociedade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma.” Nessa perspectiva, um determinado paradigma coordena, em primeiro lugar, não um objeto de investigação, mas uma comunidade de praticantes da ciência (KUHN, 1989).

Para Silva e Farias (2013), Kuhn é uma das maiores referências sobre paradigmas científicos, sendo ele um estudioso que provocou alterações no campo da ciência, considerado como exemplo para muitos pesquisadores, e por outro lado, não teve o merecido reconhecimento de outros.

De acordo com Ostermann (1996), sobre a ideia de paradigma, para o filósofo da ciência Thomas Kuhn, a ciência segue um modelo de evolução: uma sequência de procedimentos metodológicos de estágios de ciência normal, nos quais a comunidade de investigadores/cientistas adere a um paradigma, interrompidos por revoluções científicas (ciência extraordinária).

Em termos gerais, os paradigmas são considerados elementos essenciais na transição de uma teoria para outra, não que essa teoria pretenda anular a anterior, mas sim complementar, pois a todo o momento ela recorre ao paradigma anterior para ajustar um procedimento a fim de alcançar um objetivo e atingir um determinado resultado.

No entanto o nosso intuito não é analisar a predominância de um paradigma em relação a outro, tendo em vista que há complementaridades, mas que também, eles são estudados em determinados contextos e seguem a

evolução da Ciência da Informação. De acordo com a literatura científica, o campo da Ciência da Informação, na concepção de Rafael Capurro (2003), pode ser visto a partir de três diferentes paradigmas científicos, denominados de físico, cognitivo e social. Os referidos paradigmas serão analisados nas seções a seguir.

4.1 Paradigma Físico

O Paradigma Físico é apontado por alguns autores como uma das raízes da área de Ciência da Informação. Baseado numa epistemologia fisicista, tal paradigma é centrado em sistemas informatizados, onde o conceito de informação aproxima-se de um sentido estritamente técnico, uma informação mensurável que não necessariamente abarca significado semântico (ALMEIDA *et al.*, 2007). Ainda, nessa perspectiva, o paradigma físico tem uma forte influência, sobretudo com o desenvolvimento tecnológico, no intuito de aperfeiçoamento e na possibilidade de um gerenciamento de dados mais eficiente (ALMEIDA *et al.*, 2007).

Existem determinadas discussões que afirmam que o campo da Ciência da Informação nasce no contexto de um paradigma físico, nesse sentido, para Capurro, a CI é oriunda da Teoria Matemática da Comunicação de Shannon e Weaver (ARAÚJO, 2012). Esse foi um momento marcante para o estabelecimento da área como um campo científico, sobretudo, no que se refere a sua interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, como a Arquivologia, Biblioteconomia, Computação, Linguística, Lógica, Matemática, Museologia, entre outras que procuram dialogar

em aspectos teóricos, históricos e metodológicos com o campo da CI.

O recurso de recuperação da informação em máquinas foi um dos primeiros a serem utilizados pelos cientistas da informação, sendo em bases de dados, entre outras plataformas, e, também podemos acrescentar a automação como fator preponderante neste paradigma, tudo isso graças à explosão informacional ocorrida logo após o período da Segunda Guerra Mundial (CAPURRO, 2003).

Este paradigma concebe o usuário como sujeito passivo, um ator secundário encarado como mero utilizador dos sistemas de informação. O foco dos estudos de usuários realizados sob este paradigma é no aspecto quantitativo e o tipo de abordagem aplicada nas pesquisas pode ser definido como uma Abordagem Tradicional (TANUS, 2014).

4.2 Paradigma Cognitivo

No paradigma cognitivo, a informação é deslocada para a mente do usuário, destacando assim o conceito cognitivo de informação. O usuário torna-se sujeito ativo no uso e na busca da informação, e a utiliza para preencher um espaço na mente (TANUS, 2014). Para Araújo (2012), o paradigma cognitivo tem embasamento nos trabalhos do documentalista belga Paul Otlet, e que distingue a noção de conhecimento e os seus registros gráficos (conhecimento materializado e registrado em um suporte), isso se deu na década de 1970.

Silva e Castro (2016) entendem que o paradigma cognitivo visa distinguir entre o conhecimento e o seu registro em documentos. Nessa perspectiva, os autores supracitados

declaram que a informação está ligada aos seus suportes físicos, depois está voltada para a recuperação da informação, e por fim, ela mantém ligação ao conteúdo intelectual com os documentos (SILVA; CASTRO, 2016). Sobre este modelo, podemos dizer que:

O paradigma cognitivo corresponde a abordagem alternativa, em que a informação é considerada como um insumo dinâmico, em constante movimento, ou seja, a informação é caracterizada não como coisa, mas como processo, o que demonstra sua utilização para diferentes finalidades. Nesse aspecto, considera-se a informação como um constructo que viabiliza a produção de conhecimento, configurando-se diferentes fluxos e canais de informação (CAPURRO, 2003 *apud* SANTA ANNA, 2016, p. 120).

Com relação ao aspecto cognitivista da Ciência da Informação, podemos destacar que está voltado para a aquisição de dados, informação e conhecimento por parte dos usuários, sendo assim, para Bembem, Oliveira e Santos (2015, p. 190), “o enfoque desse paradigma é analisar as formas pelas quais os processos informativos transformam ou não os sujeitos.”

4.3 Paradigma Social

No paradigma social, a informação migra do usuário para um ponto de vista de construção social, o usuário se torna responsável por sua construção e interpretação. A interação se dá atrelada a contextos e diversos ambientes (culturais, políticos, econômicos e sociais) (TANUS, 2014). O Paradigma

Social evidencia a recuperação dos elementos subjetivos dos usuários para a definição do desenho dos sistemas de recuperação, considerando sua visão de mundo. A partir dessa concepção, a Ciência da Informação volta-se para um enfoque interpretativo, centrado no significado e no contexto social do usuário e do próprio sistema de recuperação da informação (ALMEIDA *et al.*, 2007).

Com base em Capurro (2003), Araújo (2010) entende que neste paradigma não havia uma manifestação muito clara acerca do campo de estudos de usuários. Contudo, atualmente, se compreende que os usuários estão inseridos na realidade apontada por este paradigma, e que envolve as múltiplas mediações as quais os mesmos estão sujeitos. Isto se deve ao fato das unidades de informações estarem mais disponíveis e acessíveis a determinados grupos, partindo de uma premissa de que a informação e o conhecimento são direitos fundamentais para a sobrevivência humana, assim como ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural de um determinado grupo social.

Devemos ressaltar que os paradigmas não devem ser tomados como modelos excludentes entre si, no entanto, precisamos lembrar que eles se complementam, ou seja, os estudos de usuários perpassam todos esses períodos e podem mesclar metodologias diversas. Nesse sentido, devemos ressaltar que nos paradigmas anteriores (físico e o cognitivo), os usuários não eram contemplados e nem eram considerados usuários diretos, ou seja, era difícil mensurar quais eram as necessidades daqueles usuários que estavam enquadrados no paradigma social, bem como na elaboração de instrumentos

específicos de organização e representação do conhecimento em unidades de informação.

4.4 Abordagem tradicional

Os paradigmas influenciaram os estudos de usuários, que podem ser estudados em três tipos de abordagens: tradicional, alternativa e sociocultural. Na abordagem tradicional, em estreita relação com o paradigma físico, os estudos desenvolvidos durante décadas demonstravam que não existia vínculo entre o usuário e a informação até o momento em que ela era acessada. “A informação era vista como um ente externo ao usuário, um elemento objetivo, existente *a priori*, da qual o usuário faz uso de acordo com sua necessidade.” (TANUS, 2014, p. 148). Nesse sentido, para Araújo (2010), nesta abordagem a informação tem um caráter objetivo, que independe do usuário que se correlaciona com ela, e tem como aspectos importantes a relevância, exatidão e a qualidade.

Neste cenário, o usuário era visto como passivo em relação ao uso da informação, está disponível de forma materializada, consolidando os conceitos de Buckland (1991), acerca de “informação-como-coisa” (TANUS, 2014, p. 149). A característica básica da abordagem tradicional se manifesta através da síntese da informação a processos físicos, rígidos e objetivos e inseridos dentro de um contexto fechado. A informação se encontra disponível, pronta para ser utilizada de acordo com os interesses dos usuários, possuindo assim um caráter estável e objetivo e assumindo um padrão muito bem definido (TANUS, 2014).

4.5 Abordagem alternativa

Foi no início da década de 1980 que surgiu a abordagem alternativa, marcada por uma mudança na compreensão dos usuários, e na qual se passou a considerar os aspectos cognitivos, gerando estudos de caráter qualitativo. Esta mudança influenciou nas metodologias de pesquisa que se distanciaram da lógica positivista. O usuário começa a ser considerado ativo no processo de busca e uso da informação, e especialmente na criação e construção de significados (TANUS, 2014).

Segundo Araújo (2010, p. 26) esta abordagem prioriza: “A informação é entendida como um recurso usado por um sujeito diante de uma situação de lacuna ou estado vazio de conhecimento.” Nessa perspectiva, podemos entender a informação como um fenômeno que contribui na redução da incerteza do indivíduo. Esta abordagem se relaciona ao paradigma cognitivo, no qual a informação deixa de ser compreendida como coisa, e passa a ser vista como processo, sendo útil a diversos fins.

Na concepção de Tanus (2014), a abordagem alternativa entende que o usuário é o centro do processo de uso e construção da informação, os aspectos físicos e sociais decorrentes do ambiente influenciam no modo como o indivíduo processa a informação. Neste novo modelo, o processo cognitivo apresenta uma atuação subjetiva da percepção do usuário em relação à informação diferentemente da abordagem tradicional, que considerava esta percepção como algo objetivo (TANUS, 2014).

Os estudos realizados sob este paradigma não possuem uma estrutura comum em seus resultados de pesquisa, pois os autores que mais se destacaram utilizaram modelos teóricos e metodologias diversas.

4.6 Abordagem sociocultural

No contexto da abordagem sociocultural, de acordo com Tanus (2014), os estudos de usuários passaram por inúmeras transformações no decorrer de sua formação, a princípio, pela abordagem no sentido tradicional ou positivista, que estava centrada no comportamento informacional.

A abordagem sociocultural comumente pode ser associada a uma abordagem crítica dos estudos de usuários, pois ao longo da história, essa proximidade tinha relação com o materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels, tendo como aspecto fundamental o ambiente histórico e a coletividade dos seres humanos (TANUS, 2014). Nessa perspectiva,

Sendo também com esse olhar que a abordagem sociocultural dos estudos de usuários irá trabalhar, de que a vida social é fruto de um produto e processo das condições sociais determinadas pelos contextos culturais em que cada sujeito desenvolve e desempenha seu papel, estabelecendo relações com o outro frente à dinâmica da sociedade. (TANUS, 2014, p. 157).

De acordo com Tanus (2014), na abordagem sociocultural, a ideia de informação é vista como uma construção social, que envolve a coletividade e o valor

relevante da informação, sob influências de aspectos históricos e socioculturais.

Em virtude da importância atribuída ao coletivo e a visão de que os usuários não são sujeitos nulos, e sim determinados pelas características sociodemográficas, nem estão inseridos em mundos isolados, mas em mundos construídos socialmente (ARAÚJO, 2010). Na concepção do autor, entendemos que o coletivo é um fator importante para que os usuários não sejam tratados como sujeitos nulos, isto é, aqueles sujeitos que não estão isolados, mas sim sujeitos que produzem e socializam o conhecimento.

Os pesquisadores que trabalham com a abordagem sociocultural adotam inúmeros aportes teóricos como base para os estudos de usuários, principalmente, aqueles que são provenientes das Ciências Sociais e Humanas (TANUS, 2014).

De modo geral, conforme apontam Ribas e Moura (2006), a abordagem sociocultural defende que a atividade humana é mediada, e que o desenvolvimento humano é analisado dentro das práticas culturais das comunidades/grupos. O ato de mediar é de extrema importância na disseminação do conhecimento entre um determinado grupo.

Nessa perspectiva, no contexto da Ciência da Informação, de acordo com Dal'Evedove e Fujita (2013, p. 33), "a compreensão da informação no contexto da orientação social vale-se dos processos socioculturais envolvidos, uma vez que o valor informativo está inserido em um domínio específico." De acordo com as autoras supracitadas, está

relacionada a um domínio, sendo que, o domínio tem a sua base estrutural e conceitual na análise de domínio que é uma abordagem de Birger Hjørland, e tem influência da teoria da atividade de Lev Vygotsky e Alexey Leontiev (NASCIMENTO, 2006).

Na abordagem sociocultural, os usuários têm autonomia para a construção e a mediação da informação e do conhecimento para a comunidade em que eles vivem e compartilham as suas experiências e cultura no cotidiano.

Em síntese, quanto a relação entre os paradigmas e as abordagens dos estudos de usuários na Ciência da Informação, vale ressaltar que tanto no paradigma físico quanto na abordagem tradicional, precisamos lembrar que o usuário não apresenta nenhuma autonomia no sentido de construção do conhecimento. Já em relação ao paradigma cognitivo e a abordagem alternativa, é interessante destacar que o usuário possui uma determinada autonomia, tendo em vista que ele é o sujeito que internaliza e interpreta a informação, sendo essa prática muito comum na produção de conhecimento em contextos organizacionais, e que esse conhecimento é utilizado como fundamento primordial para a tomada de decisão. Com referência ao paradigma social e a abordagem sociocultural - foco central deste trabalho- podemos compreender que o usuário é o sujeito principal na produção e representação do conhecimento, porém, devemos ressaltar que o conhecimento é construído individualmente por um sujeito, mas aprendido e socializado nas diversas interações que se estabelecem na vida cotidiana, sendo desse modo dependente do coletivo para sua elaboração, externalização,

disseminação e nova internalização por um sujeito, num processo conhecido como espiral do conhecimento. A espiral do conhecimento começa no nível individual e vai subindo, ampliando comunidades de interação, resultando em um incremento permanente (TAKEUCHI; NONAKA, 2008). Nesse sentido, entendemos que a mediação da informação é um elemento fundamental salutar no processo de construção do conhecimento e comunicação entre as unidades de informação e os seus usuários.

5 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A mediação compreende que os usuários, a informação, os mediadores e as unidades de informação estão em constante interação e que esta relação é dialeticamente construída a partir do contexto, da cultura, dos aspectos socioeconômicos e das constantes negociações que se estabelecem entre os sujeitos envolvidos no processo informacional. Por isso pode ser uma abordagem produtiva para os estudos de usuários do ponto de vista sociocultural. Nesse sentido, podemos compreender também que a mediação é realizada por meio da linguagem, e consequentemente ela é entendida e se manifesta através da representação, melhor dizendo, pelo signo, sendo este um potencializador para representar um determinado objeto, e que é estudado pela Semiótica, ou Ciência da Linguagem, seja ela verbal e não-verbal (SANTAELLA; NOTH, 2004).

Com relação à mediação da informação, em seus estudos, Rosário Santos, Duarte e Lima (2014) com base em Almeida Júnior, entendem que a mediação é uma prática que

tem por objetivo a intervenção e a satisfação da necessidade informacional de um indivíduo, além disso, as autoras entendem que o profissional da informação é o responsável por realizar essa interferência. No contexto sociocultural, é importante que os usuários sejam conhecedores de sua própria identidade cultural, crenças, costumes, valores morais e éticos, isso fará com que o profissional da informação possa realizar a mediação de maneira mais justa, pois isso possibilita que o arquivista, bibliotecário ou museólogo possa conhecer de modo mais profundo os usuários e as suas necessidades de informação.

Sobre a ideia de interferência no sentido de mediar, cumpre destacar que a informação é dotada de elementos em seu sentido filosófico, ideológico, sociológico, sociais, econômico, e principalmente no aspecto político e institucional (ALMEIDA JÚNIOR, 2009). Assim sendo, é necessário que o profissional da informação esteja atento a esses valores e aspectos fundamentais e que podem de certa maneira influenciar o processo de mediar a informação para os usuários.

O papel da mediação da informação não é só interferir, mas sim contribuir à construção do conhecimento, na concepção de Gomes (2008), o processo de construção do conhecimento se dá de uma maneira complexa, no qual é o momento em que os indivíduos interagem entre si, e também com as informações, em uma ordem, para que eles possam ter acesso ao conhecimento produzido e organizado por uma determinada comunidade. Nesta mesma linha de raciocínio, Takeuchi e Nonaka (2008) acreditam que o conhecimento é

criado apenas pelos indivíduos, todavia pode-se transformar em conhecimento coletivo para uma organização como um todo. Neste sentido, compreendemos que o conhecimento é produzido e mediado a partir de interações e mediações coletivas, e que, um determinado grupo social ou uma comunidade desenvolve seu conhecimento a partir da disseminação, mediação da informação e socialização do conhecimento.

Do mesmo modo, Almeida Júnior (2009) enfatiza o protagonismo do usuário na relação com a informação na perspectiva da mediação da informação:

A mediação da informação permite e exige concepção de informação que desloque o usuário da categoria de mero receptor, colocando-o como ator central do processo de apropriação. Dessa forma, defendemos que o usuário é quem determina a existência ou não da informação. A informação existe apenas no intervalo entre o contato da pessoa com o suporte e a apropriação da informação. Como premissa, entendemos a informação a partir da modificação, da mudança, da reorganização, da reestruturação, enfim, da transformação do conhecimento (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 97).

A autonomia do usuário é destacada na perspectiva da mediação da informação, que dialoga com a abordagem sociocultural dos estudos de usuários, ao compreender o papel essencial dos usuários na construção do conhecimento. Isto porque a mediação da informação é uma ação que não se dá antecipadamente, a mesma só acontece quando o usuário se apropria da informação, ou seja, quando o acervo documental

se transforma em informação para o usuário (ALMEIDA JÚNIOR, 2006).

Almeida Júnior (2006) ressalta ainda que a mediação pressupõe um diálogo, ainda que o usuário ou o seu perfil construído pelos estudos de usuários, não esteja presente fisicamente. O diálogo possibilita “dar a voz e palavra” ao usuário, permitindo-lhe explicitar suas necessidades e interesses (ALMEIDA JÚNIOR, 2006).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O profissional que realiza uma mediação constante de forma direta ou indireta, com os usuários, necessita conhecer aspectos dos estudos de usuários para bem exercer seu papel de mediador. Isso vai muito além de conhecer as unidades de informação, necessita de conhecimentos mais profundos e requer o conhecimento dos estudos de usuários para investigar as necessidades, usos da informação e também os costumes e o comportamento informacional.

Diante do exposto, procuramos apresentar uma linha evolutiva acerca da literatura dos estudos de usuários, a partir do levantamento feito pelos pesquisadores de cada época destacada. É importante lembrar que dos artigos selecionados, distinguimos principalmente os que tiveram como fundamentos os paradigmas científicos da Ciência da Informação, ou seja, que destacaram os paradigmas físico, cognitivo e o social, e também, as abordagens, tradicional, alternativa e a sociocultural.

A Ciência da Informação tem em vista sua tendência multidisciplinar, dos profissionais que atuam no estudo e desenvolvimento de metodologias ou ferramentas de uso da informação, também se preocupa com as pessoas que precisam, usam e interagem com a informação. Se inicialmente os estudos de usuários seguiam uma abordagem de um paradigma físico e tinham uma característica tradicional e mais voltada a estudos quantitativos, hoje a diversidade de estudos é maior, com uma ampla variedade de modelos sem o destaque para uma estrutura comum.

Quanto a possibilidades atuais, os estudos de usuários apresentam metodologias diversificadas e públicos igualmente diversos, nos quais as necessidades e usos variam amplamente. Um dos destaques que podemos ressaltar num âmbito sociocultural é a perspectiva dos estudos de mediação da informação, que enfatizam o papel da prática ou da ação, a ideia de servir de intermediário entre o sujeito e a informação, com ênfase nos aspectos sociais, culturais, econômicos e subjetivos desta relação. Para a mediação da informação, o usuário não é somente um receptor de informações, mas também um coprodutor da informação e de seu próprio conhecimento, pois, é quem determina se o conteúdo recebido é ou não informação, e, quando apropriada, essa informação poderá gerar novos conhecimentos (ALMEIDA JÚNIOR, 2006). Assim, a mediação da informação se apresenta como uma contribuição atual da abordagem sociocultural aos estudos de usuários, por colocar os usuários num papel central no processo informativo, pois sem sua efetiva participação, a

informação não é elaborada e o conhecimento não pode ser construído.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALMEIDA, D. P. R.; ANTONIO, D. M.; BOCCATO, V. R. C.; GONÇALVES, M. C.; RAMALHO, R. A. S. Paradigmas contemporâneos da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, Marília, v. 6, n. 1, p. 16-27, 2007. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/reic/article/view/745>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da Informação: ampliando o conceito de disseminação. *In*: ENCONTRO DE EDUCADORES E INVESTIGADORES EN BIBLIOTECOLOGIA, ARCHIVOLOGIA, CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN Y DE LA DOCUMENTACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE (EDIBCIC), 7., 2006. Marília. **Anais [...]** Marília: UNESP, 2006. (CD-ROM).

ARAÚJO, C. A. Á. Estudos de usuários conforme o paradigma social da ciência da informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 23-39, 2010. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6485>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ARAÚJO, C. A. Á. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/9896>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BEMBEM, A. H. C.; OLIVEIRA, H. P.; SANTOS, P. L. V. A. C. O paradigma social e o tempo do conhecimento interativo: perspectivas e desafios para a arquitetura da informação pervasiva. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 181-196, 2015. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2520>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CAPURRO, R. Epistemologia y ciencia de la informacion. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/542/CONFESP_Capurro.pdf?sequence=1. Acesso em: 12 ago. 2020.

DAL'EVEDOVE, P. R.; FUJITA, M. S. L. Estudo sociocultural da comunidade discursiva do tratamento temático da informação em bibliotecas universitárias. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 23-50, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n36p23>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FIGUEIREDO, N. M. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

FIGUEIREDO, N. M. Estudos de usuários como suporte planejamento e avaliação de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 27-35, 1985. Disponível em:
<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1438>. Acesso em: 24 jun. 2012.

GOMES, H. F. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, fev. 2008. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/3041>. Acesso em: 15 ago. 2020.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1989.

MAIMONE; G. D.; SILVEIRA, N. C. Os paradigmas e princípios científicos da Ciência da Informação propostos por Le-Coadic: aplicação no uso da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 38-47, jul./dez. 2008. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1996>. Acesso em: 15 ago. 2020.

NASCIMENTO, D. M. A abordagem sociocultural da informação. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 25-35, jul./dez. 2006. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/477>. Acesso em: 15 ago. 2020.

OSTERMANN, F. A epistemologia de Kuhn. **Caderno Catarinense de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 184-196, dez. 1996, 1996.

RABELLO, R. Leituras sobre usuário e uso de informação na Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 152-184., dez. 2013. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1735>. Acesso em: 15 ago. 2020.

RIBAS, A. F. P.; MOURA, M. L. S. Abordagem sociocultural: algumas vertentes e autores. **Psicologia em Estudo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 129-138, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722006000100015&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 ago. 2020.

SANTOS, R. R.; DUARTE, E. N.; LIMA, I. F. O papel do bibliotecário como mediador da informação no processo de inclusão social e digital. **RBBB - Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 36-53, 2014. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/279>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SANTA ANNA, J. A Ciência da Informação na sociedade multicultural à luz dos paradigmas de Capurro. *In*: ENCONTRO DE DIRETORES, 11.; ENCONTRO DE DOCENTES DE ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO MERCOSUL - EBCIM, 10., 2016, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 109-125. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/415372983/AnaisMercosur5-pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SANTAELLA, L.; NOTH, W. **Comunicação e semiótica**. [S.l]: Hacker, 2004.

SANZ CASADO, E. **Manual de estudos de usuários**. Madrid: Fundación Germán Sánchez; Pirámide, 1994.

SILVA, L. E. F.; CASTRO, J. L. Aspectos epistemológicos da Ciência da Informação: a transcendência da Teoria Crítica de Habermas e os paradigmas da Ciência da Informação. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufjr.br/index.php/rca/article/view/2736>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SILVA, J. L. C.; FARIAS, M. G. G. Reflexões teóricas sobre a construção paradigmática da Ciência da Informação: considerações acerca do (s) paradigma (s) cognitivo (s) e social. **Biblios**, Lima, v. 51, p. 42-56, 2013. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/60913>. Acesso em: 15 ago. 2020.

TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TANUS, G. F. S. C. Enlace entre os estudos de usuários e os paradigmas da ciência da informação: de usuário a sujeitos pós-modernos. **RBBB - Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 144-173, out. 2014. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/290>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CAPÍTULO 11

DISCURSO E ALTERIDADE NAS UNIVERSIDADES PRIVADAS DE ANGOLA: UM CASO DE UM INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO

Niembo Maria Daniel

Tamara de Souza Brandão Guaraldo

Marta Lígia Pomim Valentim

1 INTRODUÇÃO

As organizações incluem um conjunto de meios materiais, financeiros e humanos que visam a satisfação dos seus interesses, contudo, de igual forma, para a satisfação da sociedade. Destacando o papel das pessoas, não sendo vistas simplesmente como um instrumento de trabalho, mas indivíduos que possuem sentimentos, seres plenos que carregam questões pessoais que podem afetar sua produtividade. Sendo assim, as organizações sejam elas públicas ou privadas, de caráter financeiro ou não, pequena, média ou grande, estão constituídas por pessoas revestidas de especificidades/diferenças no modo de falar, entender, vestir, estrangeiros ou não, mulheres e homens etc., significando que a diversidade é parte inerente ao mundo do trabalho, pois esse se insere na sociedade. Nesse sentido, as instituições devem aprender a lidar com as diferenças, criando regulamentos que incentivem o respeito pelo próximo e a criação de ambientes que reúnam as pessoas a refletir e debater as diferenças. O olhar

ao próximo como a nós mesmos, considerando as diferenças é alteridade. Dentro das instituições carecem discussões sobre alteridade, humanização, discurso e comunicação. O objetivo deste trabalho é o de compreender o discurso sobre a alteridade das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas de Angola. O problema se refere em saber como as IES privadas de Angola trabalham as questões de alteridade nos seus discursos olhando o capital intelectual de uma maneira mais humana para proporcionar uma comunicação mais fluida. Quanto aos procedimentos metodológicos este trabalho apresenta natureza qualitativa, cuja revisão de literatura foi realizada em bases de dados locais, bem como em jornais, resoluções institucionais e governamentais de Angola. Em relação aos procedimentos técnicos, realizou-se a análise de um caso referente ao ensino superior de Angola, de modo documental e discursivo, tendo por corpus da pesquisa um portal de uma instituição de ensino superior de Angola e anuários estatísticos. A pesquisa documental, segundo Gil (2010) é efetuada a partir de material que, ainda, não recebeu tratamento analítico ou que possa ser reelaborado de acordo com os objetivos em estudo, tais como os que aqui são explorados.

2 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Atualmente, as instituições são vistas como organizações que visam seus interesses próprios, ou seja, ignoram uma postura de alteridade na prática, com discursos mais formais (documentos) e, como consequência a comunicação não flui como deveria, e os resultados não são preconizados de maneira desejada. Entendemos que no ambiente organizacional, espaço em que as relações devem ser

alicerçadas pelo respeito ao outro, independentemente da função que exerça, do cargo, posição funcional e hierárquica, questões de raça/etnia, propiciam certa fluência no que se refere a comunicação e alcance dos objetivos da organização.

A comunicação e as organizações são problematizadas pela confluência de dois eixos: o discurso e a alteridade (SCHWABB, 2013). As organizações se constituem por definição, em formas institucionais que são estruturas e sedimentadas de poder. Os significados e os discursos sobre as quais elas são construídas não surgem espontaneamente; eles são o produto das configurações de poder e interesses específicos (MUMBY, 2013). O mesmo autor ressalta a importância dos estudos organizacionais críticos e os define “[...] como um esforço sistemático em explorar, criticar e se dedicar às relações entre poder, discurso e organização no contexto da distribuição desigual de recursos discursivos, políticos e materiais.” (MUMBY, 2013, p. 29).

2.1 Discurso

O discurso usado nas instituições deve merecer atenção no que tange a questão humana, proporcionando assim, uma melhor comunicação interna. “Os discursos institucionais tendo em conta a sua estabilidade é hoje um assunto que merece atenção. Não basta ser, é preciso parecer.” (SCHWABB, 2013, p. 1). Este autor evidencia que, ao se falar de cotejar mensagens institucionais/organizacionais é preciso pensar em termos de lugar discursivo, construído e operado por diferentes sujeitos e agentes, estes vinculados a uma série de outros lugares que

inevitavelmente fazem parte do imaginário e do conjunto de afetações empíricas que condicionam as práticas discursivas.

A comunicação pode ser vista como um campo guiado por um princípio da relação e entendemos que discursos e imaginários institucionais são espaços de mediação e de intervenção para debater identidade e diferença, sujeitos e a possibilidade do encontro (MARCOS, 2008 *apud* SCHWABB, 2013).

Ao observar a linha francesa de pensamento sobre 'Análise do Discurso', Foucault (1996 *apud* SCHWABB, 2013) define o discurso como um espaço em que o saber e poder se articulam; quem fala, fala de algum lugar, baseado em um direito reconhecido. E, dada a existência desse lugar, a produção do discurso poderá ser controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que visam, mesmo que de modo legitimado, ou pelo menos socialmente aceito, determinar aquilo que pode ser dito.

Orlandi (2001) afirma que aquilo que se diz está direcionado ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz e em relação a outros discursos. A compreensão procura a explicitação de processos de significação presentes no texto e possibilita que se possa escutar outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles existem. Portanto, a Análise do Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos e como ele está investindo na significância para e por sujeitos. Esta compreensão por sua vez, implica em explicar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam o sujeito e o sentido, produzindo novas interpretações e práticas de leitura (ORLANDI, 2009).

Ferreira (2005 *apud* SCHWABB, 2013) defende que o lugar de onde fala o sujeito determina as relações de força do discurso, e acrescenta que não há discurso que não se relacione com outros. “O discurso sempre inclui o outro, a começar por aquilo que genericamente tomamos como interlocutor/leitor imaginado até chegar à relação de lugares (sociais, discursivos) que interferem no processo.” (SCHWABB, 2013, p. 115).

Assim, muitos discursos organizacionais sobre alteridade podem servir de estratégias para as organizações alcançarem a competitividade e, que na verdade, podem não possuir nenhum caráter de humanização:

Fala-se em “inclusão social” e em “respeito à diversidade” como estratégia competitiva. Ou seja, o proceder empresarial em favor de práticas inclusivas em relação à admissibilidade de negros e de pessoas com deficiências etc. é defendido porque isso resultaria em vantagem competitiva [...]. Seria uma forma de manter e/ou conquistar novos clientes, dada a reputação favorável transmitida, inclusive, pelos próprios funcionários “incluídos”. Portanto, o que motivaria o respeito à diversidade é fundamentalmente a vantagem que ela traz em relação ao desempenho econômico e não pelo valor e necessidade da pessoa humana, do ponto de vista da ética cívica ou da coletividade (LEMONS; SALVATORI, 2019, p. 40).

Entendemos que o discurso dentro das instituições quando bem conduzido, considerando a vertente humana, traduz-se na melhoria da comunicação. Kunsch (2013) sustenta três dimensões da comunicação nas organizações:

- Dimensão instrumental: caracterizada como a mais presente e predominante nas organizações, tem a ver

com a transmissão de informações, viabilizando todo processo que visa o pleno funcionamento da organização. É também vista como dimensão funcional e técnica.

- Dimensão estratégica: semelhante a anterior, tem relação com a estratégia da organização, nas quais se incluem o planejamento, gestão, objetivos, missão, visão e seus valores. Significa que é um fator que agrega valor à organização e aos negócios.
- Dimensão humana: entendida como a mais importante, contudo, a mais ignorada, pois quando se aborda questões relacionadas ao humanismo na comunicação suscita inquietações. Trata-se da dimensão que premia a comunicação humana e outras perspectivas que conduzem o ato comunicativo no interior das organizações. Pois ao pensar na comunicação, existem as pessoas, portanto, o ser humano não vive sem se comunicar e, por outro lado, o ambiente organizacional é socialmente vivenciado pelas pessoas que nele convivem, sem, no entanto, serem sufocados pelo excesso de comunicação técnica focada somente nos interesses dos proprietários.

Nas IES tanto públicas quanto privadas, o que predomina é a dimensão instrumental e estratégica, contudo a humana aparece, ainda que limitada e, principalmente, em formatos documentais. Esta realidade é predominante na realidade das instituições de Angola.

2.2 Alteridade

Falar de alteridade se refere a olhar para o outro como a nós mesmos, respeitando as suas diferenças e aceitá-las enaltecendo suas qualidades. Nessa perspectiva, e sabendo que as organizações são constituídas por pessoas e, estas por sua vez precisam socializar, acreditamos que este tema deveria fazer

parte das políticas das instituições para evitarmos questões de discriminação, desrespeito, preconceito, racismo, exclusão social etc. Todos os dias, em quase todas as organizações, as pessoas vivenciam uma violência simbólica defendida por Bourdieu (2003, p. 7-8) como uma “[...] violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento”. Essa violência acontece não porque os colegas de trabalho sejam desagradáveis nas suas relações, mas principalmente pela maneira como as instituições criam sistemas de diferenciação que constroem e posicionam as pessoas interna ou externamente, se são dignas ou não, valiosas ou sem valor (MUMBY, 2013).

A comunicação organizacional deve ser entendida de maneira ampla e abrangente, tendo em conta o modo que ela se processa dentro das organizações em todos os aspectos sociais, político e econômico. Assim, é importante que a comunicação seja inserida nos processos simbólicos e com foco nos significados dos agentes envolvidos, dos relacionamentos interpessoais e grupais, valorizando as práticas comunicativas cotidianas e interações nas suas diversas formas. A comunicação acontece e se processa em todos os tipos de instituições e organizações: públicas ou privadas (KUNSCH, 2013). Nesse sentido, pode-se afirmar que o sujeito social é um sujeito informacional, que se articula e se desenvolve socialmente pela construção da informação que se detém e pelo acesso, uso e comunicação que faz das mesmas. Para tanto, é

importante destacar o papel da mediação, pois esta intervém em todo processo comunicativo e social, tendo em conta a relação entre os sujeitos informacionais, um tema desenvolvido no ponto a seguir.

2.3 Mediação da Informação

A informação mediada nas organizações pode ser de forma escrita ou oral, e ela vai envolver sempre relações entre seres humanos para que se propicie a construção de conhecimento.

A mediação da informação não possui conceito consensual, apesar de muito citada na literatura especializada da área de Ciência da Informação. “Como em muitos casos os textos sobre o tema – ou que, de alguma maneira, o abordam – consideram seu conceito intuitivamente assimilado, apreendido e compreendido.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.91 *apud* GARCIA; ALMEIDA JÚNIOR; VALENTIM, 2011, p. 352-353)

Almeida Júnior (2015) estudioso do tema ‘mediação da informação’ afirma que o profissional da informação medeia a necessidade informacional do usuário e a informação deste usuário. Pois este é responsável por planejar, organizar, armazenar de maneira a selecionar o necessário para ser útil ao usuário, pois muita informação não é informação. No momento em que é preparada/produzida a informação o mediador a tem na forma implícita, já no ato da apropriação e do uso dela, o usuário a tem na forma explícita criando outras possibilidades para a construção de conhecimento. Esse processo de mediação possibilita uma inter-relação entre o conhecimento e informação, gerando novo conhecimento,

pois a mediação da informação tem um importante papel nesta relação, uma vez que interfere no processo. O profissional da informação é um dos responsáveis pelo trabalho com a informação em organizações de todos os tipos, portanto, precisa estar consciente da importância da mediação (GARCIA; ALMEIDA JÚNIOR; VALENTIM, 2011).

Uma informação implícita é denominada por Almeida Júnior (2015) de 'protoinformação'. É nesse processo que consideramos ser ativo o papel das instituições de ensino superior, tornando-se as promotoras da formação do indivíduo, por meio das informações oferecidas e que posteriormente podem se tornar conhecimentos úteis para a sociedade. A sociedade espera delas, cada vez mais, novas ideias para o seu desenvolvimento. A mediação implícita ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários. Esses espaços são: a seleção, o armazenamento e o processamento da informação. Por outro lado, na mediação explícita há a presença inevitável do usuário, seja física ou não, isto é, nos acessos à distância em que não há interferência do profissional da informação de forma concreta ou física (ALMEIDA JÚNIOR, 2015). A mediação da informação, portanto, pode ser compreendida como:

Toda a ação de interferência- realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e

novas necessidades informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25).

Santaella e Notth (*apud* BORTOLIN; SANTOS NETO, 2015, p. 35) afirmam que a mediação “[...] é definida como qualquer processo no qual dois elementos são colocados em articulação através da intervenção de um terceiro.” Estes autores concordam com Almeida Júnior (2015) salientando que só existe a mediação com interferência de um terceiro, seja para articular, mediar ou conciliar. Esse terceiro denominado por Davallon (2007) como terceiro elemento pode ser um sujeito, um objeto, um dispositivo, uma imagem, uma expressão, um som. E se aplicado ao contexto das IES, como elas podem mediar a informação para que seja possível esta geração de conhecimento? Uma possibilidade nesta linha pode ser que: “[...] através do conhecimento por elas construído, essas instituições elaboram e reelaboram ações para a sociedade. É por meio da mediação da informação que o conhecimento pode ser mediado dentro e fora das universidades, entre seu público especializado e para a sociedade” (GARCIA; ALMEIDA JÚNIOR; VALENTIM, 2011, p. 352).

2.4 Instituições de Ensino Superior Privadas de Angola

Relativamente sobre a instalação da infraestrutura voltada ao ensino superior em Angola, Liberato (2014) evidencia que até o início da Década de 1960, o País não dispunha de nenhuma IES em seu território, apenas dois anos depois, tendo início nas cidades de Luanda e Huambo, colônia portuguesa. Contudo, a primeira universidade pública no País foi implantada

em 1975, denominada “Agostinho Neto” e a primeira instituição de ensino privado se refere a Universidade Católica, em 1992.

O setor privado veio auxiliar e amenizar a demanda dos angolanos na formação superior para corresponderem aos desafios do próprio País. O ensino superior em Angola conta atualmente com mais de uma centena de cursos de graduação, em instituições de ensino superior que funcionam em 18 (dezoito) cidades de Angola. Conta, ainda, com mais de 10 (dez) cursos de Mestrado e 2 (dois) cursos de Doutorado (CARVALHO, 2012). Até 2011, Angola contava com 38 (trinta e oito) IES das quais 16 (dezesesseis) estatais e 22 (vinte e duas) instituições privadas (CARVALHO, 2012).

Em 2016, o País dispunha de 64 (sessenta e quatro) instituições de ensino superior, das quais 24 (vinte e quatro) públicas e 40 (quarenta) privadas (ANUÁRIO, 2016). Quanto ao ano de 2017 trabalhou-se com 65 (sessenta e cinco) instituições de ensino superior, sendo 24 (vinte e quatro) públicas e 41 (quarenta e uma) privadas. Nesse contexto, existem 4 (quatro) escolas superiores públicas, 43 (quarenta e três) instituições superiores, destas 12 (doze) públicas e 31 (trinta e uma) privadas, e 18 (dezoito) universidades, destas 8 (oito) públicas e 10 (dez) privadas (ANUÁRIO, 2017).

Os dados mais atuais referem-se ao ano de 2018 com 72 (setenta e duas) instituições de ensino superior, sendo 25 (vinte e cinco) públicas e 47 (quarenta e sete) privadas. Nesse contexto, existem 1 (uma) academia, 4 (quatro) escolas superiores públicas, 49 (quarenta e nove) institutos superiores, destas 12 (doze) públicas e 37 (trinta e sete) privadas, e 18 (dezoito) universidades, destas 8 (oito) públicas e 10 (dez)

privadas (ANUÁRIO, 2018). Portanto, há um crescimento notório das IES e de suas tipologias (Quadro 1).

Quadro 1: Definições de IES

Escolas Superiores Politécnicas	São instituições de ensino superior, que ministram cursos em duas ou três áreas do saber, conducentes à formação de especialistas e à obtenção dos graus acadêmicos de bacharelato e licenciatura e modelo Bietápico ¹⁶ .
Escolas Superiores Técnicas	São instituições de ensino superior, que ministram cursos numa única área do saber, conducentes à formação de especialistas e à obtenção dos graus acadêmicos de bacharelato e licenciatura e modelo Bietápico.
Universidades	São instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático de temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; um terço do corpo docente em regime de tempo integral.
Institutos Superiores Politécnicos	São instituições de ensino superior, que ministram em duas ou três áreas do saber conducentes à formação de especialistas e à obtenção dos graus acadêmicos de bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento.

Fonte: Anuário (2018).

¹⁶ Curso oferecido pelas IES organizado em duas fases: a primeira ao grau de bacharel e a segunda ao grau de licenciado.

Apresentam-se as tabelas referentes ao panorama nacional do ensino superior referentes aos anos de 2016 a 2018:

Tabela 1: Tipo e natureza das IES - 2016.

Tipo de IES	Pública	Privada	Total
Escola Superior	4	-	4
Instituto Superior	12	30	42
Universidade	8	10	18
Total	24	40	64

Fonte: Anuário (2016, p.17).

Tabela 2: Tipo e natureza das IES - 2017.

Tipo de IES	Pública	Privada	Total
Escola Superior	4	-	4
Instituto Superior	12	30	42
Universidade	11	8	19
Total	26	38	65

Fonte: Anuário (2017, p.17).

Tabela 3: Tipo e natureza das IES - 2018.

Tipo de IES	Pública	Privada	Total
Academia	1	-	1
Escola Superior	4	-	4
Instituto Superior	12	37	49
Universidade	10	8	18
Total	27	45	72

Fonte: Anuário (2018, p.16).

Conforme demonstradas nas Tabelas 1, 2 e 3, a quantidade de instituições de ensino superior no país ocorreu de modo crescente, isto é, de 2016 a 2017, houve um aumento de 1 (uma) IES em um intervalo de um ano. Destaca-se que este número cresceu significativamente no ano seguinte (2018) com mais 6 (seis) instituições.

A universidade se constitui em um espaço real para gerar conhecimentos inovadores e, para tanto, é primordial que

desenvolva uma cultura organizacional que incentive a construção do conhecimento, ou seja, é primordial a efetivação de seus docentes e sua qualificação (DANIEL; VALENTIM, 2019).

Carvalho (2012) realizou um estudo sobre a evolução do ensino superior em Angola, cujos resultados possibilitaram inferir que as instituições privadas apresentam resultados piores que as instituições públicas, cujos aspectos estão relacionados à falta de docentes capacitados em nível de pós-graduação. Nessa perspectiva, a produtividade nessas IES é prejudicada, pois seu capital humano é pouco qualificado e incapaz de corresponder aos desafios do País. Isso se soma ao fato de que há pouca oferta de trabalho nas IES existentes em Angola e uma precarização das condições impostas aos que nela atuam. Há uma desvalorização no que tange a mediação da informação e da comunicação que torna o homem mais humano, assim, criticam-se as instituições governamentais que criam leis para abrandar situações do gênero e que ficam somente em documentos, mas pouco se fiscaliza as ações das IES privadas. Como consequência os discursos são inadequados e se desconsidera o lado humano e as diferenças dos funcionários, o que pode não facilitar a fluência na comunicação.

O governo deveria exercer papel de catalisador e fiscalizador em quaisquer organizações implantadas em seu território a partir do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, que é o organismo ministerial auxiliar da Presidência da República. Existe em Angola dentro das funcionalidades deste Ministério, explanado no Decreto Presidencial nº 26/18, a estrutura orgânica que contempla em

seu Artigo 20 a direção nacional de ciência e investigação científica, que visa promover a investigação científica fundamentalmente aplicada e experimental. De tal modo que lhe cabe criar condições e, por sua vez, a competência de supervisionar toda a ação das IES, salvaguardada no Decreto nº 26/18, no Artigo 1º: “Promove o desenvolvimento, qualidade, modernização e excelência do ensino e procede a avaliação interna e externa das instituições; concebe os instrumentos jurídicos da execução do ensino e da investigação científica” (ANGOLA, 2018).

Desse modo, em Angola especificando o setor do ensino há uma certa responsabilidade em formar capitais humanos capazes de corresponder aos desafios do País. Nesse sentido, Silva e Valentim (2008) afirmam que a participação do Estado de maneira mais efetiva contribui na boa preparação das universidades para melhor atenderem as necessidades/demandas das organizações. Quando as organizações estão bem atendidas, a sociedade se desenvolve e conseqüentemente o País. No caso específico de Angola, o ministério que intermedeia as universidades dentro de suas competências, tem toda autoridade de criar condições para melhorar o ensino no País, agindo como fomentador na geração de conhecimento a partir das pesquisas. Alinhar o ensino à pesquisa percebe-se como algo crucial e que na ideia de FREIRE (1996), significa: “É preciso, sobretudo, [...], que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir

conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.” (FREIRE, 1996, p. 13).

Quanto ao discurso desenvolvido na realidade das IES privadas de Angola, destacamos, para esse estudo a análise de caso de um instituto superior politécnico de Angola, a partir de um *corpus* documental: textos e documentos disponibilizados em seu portal na Internet e consulta aos anuários estatísticos de ensino superior de Angola.

2.5 Caso de um Instituto Superior Politécnico de Angola

Uma instituição de ensino superior privada, de acordo com o Ministério que tutela as instituições de ensino superior em Angola, é “[...] aquela que é promovida por iniciativas de pessoas coletivas de direito privado, que garantem integralmente o seu desenvolvimento e asseguram o seu funcionamento.” (ANUÁRIO, 2018, p. 207). Para compreendermos o discurso e identificar se estes são feitos tendo em conta a alteridade para a mediação e fluidez da comunicação, realizamos uma consulta ao portal de um instituto superior politécnico de natureza privada. A partir dos documentos institucionais publicados e disponíveis no site da instituição, identificamos alguns elementos que norteiam a atuação e a conduta desta instituição, e que denominam os elementos da cultura organizacional (FREITAS, 1991 *apud* DIAS, 2012, p. 95) (Quadro 2).

Quadro 2: Elementos culturais da IES

Elementos	Definição
Valores	Afirmar-se, cada vez mais, como um centro de excelência acadêmica, no cenário regional, nacional e internacional, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida.
Crenças e pressupostos	Caráter religioso
Ritos, rituais e cerimônias	Eventos acadêmicos, palestras, comemorações especiais, reuniões, comemorações religiosas etc.
Heróis	Profeta, o fundador da Igreja
Normas (burocracia)	Leis, regulamentos, decretos, proibições (vestimenta, não comer no local de trabalho, fumar ou consumir bebidas alcoólicas, cumprimento do horário, plano de aulas, fofoca etc.).
Comunicação	Documentos, e-mails, microfone, hierarquizada etc.
Tabus	Proibições, estacionamento exclusivo para os líderes

Fonte: Elaboração própria (2020).

Apesar de os elementos culturais estarem voltados a um tipo de organização mais conservadora, o instituto superior privado escolhido para análise tem se apresentado documentalmente, como mediador na geração de conhecimento, com foco no desenvolvimento social e econômico, pois tem por finalidade formar profissionais da mais alta qualificação, gerar e difundir conhecimentos, preservar e divulgar os valores artísticos e culturais, constituindo-se em instituição estratégica para o desenvolvimento do País. Relativamente aos elementos apresentados no Quadro 2, entendemos que esta instituição de ensino superior possui uma

característica religiosa, verificamos que conseqüentemente os discursos, como podemos notar de certa forma, tendem a ser voltados a uma vertente mais conservadora.

Este aspecto até certo ponto, apresenta algumas vantagens, mas também algumas desvantagens. Consideramos vantagens a questão da conservação da cultura mais voltada para comportamento cívico e moral como, por exemplo, o respeito pelos mais velhos (docentes, funcionários e gestores), um elemento cultural bastante a ver no seio da sociedade angolana. Cruz (2011) em sua tese referenciou os resultados de um questionário aplicado aos jovens angolanos, relativo aos valores compreendidos como relevantes ao nível social, em que a obediência e respeito em particular aos mais velhos obtiveram o maior destaque. Em relação às desvantagens, evidencia-se a não separação da igreja da instituição de ensino, o que pode impactar negativamente na mediação da informação dificultando a comunicação, na forma de tratamento do líder e subordinados. Como Pêcheux (2010) afirmou, os discursos aqui acarretam sempre a questão institucional e, neste caso, religiosa ou política se percebe na aplicação de leis ou regulamentos da instituição, no qual a questão da alteridade é de certa forma ignorada.

Sendo assim, podemos afirmar que sendo uma organização, sabe-se que é composta por pessoas diferentes que possuem as suas crenças e valores (crenças religiosas) que, por sua vez, podem se chocar com as crenças daquela religião, suscitando em conflitos e barreiras na comunicação. Outra desvantagem, um problema comum neste tipo de organização conservadora, tem a ver com o que Foucault defende sobre o

discurso como poder, ou seja, nem todos podem falar e muito menos sobre tudo se pode falar, logo, existe um controle na fala e só é valorizado e autenticado o discurso de quem tem poder. Por exemplo, de um diretor, chefe de departamento etc. Portanto, para uma instituição que atua em um mercado competitivo, no contexto da denominada Sociedade da Informação, em que o conhecimento inovador é um diferencial, a forma de atuação mais conservadora não seria a melhor opção.

Mumby (2010) destaca o relacionamento interpessoal por conta da cultura das organizações, uma vez que este contribui para a falta de resultados. O autor defende que diariamente, em quase todas as organizações, as pessoas vivenciam uma violência simbólica (sentido de Bourdieu), pelo fato de as instituições criarem sistemas de diferenciação que constroem e posicionam as pessoas interna ou externamente, dignas ou não, valiosas ou sem valor, conforme mencionado anteriormente.

Retomando as definições de Kunsch (2013) sobre as três formas de dimensão dos discursos praticados nas organizações, aparecem tanto em IES públicas quanto privadas, no entanto, constata-se a predominância das dimensões: instrumental e estratégica; a dimensão humana existe, embora não de forma tão visível como as duas acima. No caso de Angola, em instituições privadas em que prevalece o interesse financeiro, em algumas a dimensão humana é mais visível em documentos e muito pouco na oralidade ou no desenvolvimento das atividades cotidianas, e entendemos que esta parte deve ser

trabalhada, portanto, se pretende manter uma relação saudável e, posteriormente, se alcançar os objetivos da organização.

Na linha do pensamento francês, com base em Pêcheux (2010) o discurso é visto como uma mediação entre a linguagem, as pessoas e a sociedade, logo se entende que nele está subjacente a informação. Por este fato, o discurso serve para comunicar e vai envolver o que é dito e o que não é dito. Sobre a mediação, Almeida Júnior (2015) defende que ela só existe com a presença do sujeito (usuário) que determina o que é ou não informação, tanto de forma implícita ou explícita gerando o conhecimento. No caso de uma IES de raiz religiosa, a questão cultural é muito forte e vai determinar o significado da informação nas relações entre os sujeitos dentro da estrutura organizacional e, por conseguinte, pode dificultar a comunicação, pois a barreira cultural é difícil de mudar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo compreender a alteridade e o discurso dentro de uma instituição do ensino superior privada de Angola. Nesse intuito, procuramos saber teoricamente como as organizações trabalham as questões de alteridade e, como são os seus discursos, considerando a humanização para que a comunicação seja uma realidade internamente. As organizações saudáveis, considerando a qualidade de vida do trabalhador e se preocupam de forma responsável com as consequências de sua comunicação, certamente são as mais criativas, produtivas e admiradas por seus públicos (KUNSCH, 2013).

Na realidade das IES privadas de Angola, o discurso desenvolvido que premia a comunicação entre as pessoas, está mais voltado para a dimensão técnica, pois o objetivo tem sido mais instrumental, com o estabelecimento por meio da divulgação de informações que visam estabelecer normas e procedimentos de comportamento e ação. Assim, certos discursos podem ser considerados inadequados àquele lugar ou contexto, evidenciando o caso da IES privada de cariz religioso que mostrou, por meio de seus documentos, a presença de elementos culturais de caráter religioso, o que pode elevar barreiras na comunicação entre pessoas de diferentes matrizes religiosas e comportamentos.

Nessa perspectiva, o respeito ao outro e à diversidade pode ser prejudicado. Empresas, órgãos públicos, escritórios e todos os ambientes de trabalho são locais em que as pessoas têm origens e histórias de vida diferentes. Em Angola, existem diversas religiões que fazem parte da cultura do país e são, muitas vezes, discriminadas pela falta de conhecimento. Acreditamos na amenização desta situação de um lado, com a intervenção positiva do Estado nas IES de Angola e, por outro lado, na criação de estratégias por parte das universidades de maneira a considerarem seus funcionários de uma maneira mais humana para que a comunicação flua, a mediação da informação aconteça e o respeito às diferenças e ao outro se constitua em uma realidade. Pois, entendemos que deste modo, o País alcançará o desenvolvimento que almeja.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-34.

ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 26/18, de 1 de fevereiro. Publicado no Diário da República I Série, nº 15. 2018.

ANGOLA. Ministério de Ensino Superior. Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística. **Anuário estatístico de ensino superior**. 3. ed. Luanda: Ministério do Ensino Superior Ciência, Tecnologia e Inovação, 2016.260p.

ANGOLA. Ministério de Ensino Superior. Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística. **Anuário estatístico de ensino superior**. 4. ed. Luanda: Ministério do Ensino Superior Ciência, Tecnologia e Inovação, 2017.266p.

ANGOLA. Ministério de Ensino Superior. Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística. **Anuário estatístico de ensino superior**. 5. ed. Luanda: Ministério do Ensino Superior Ciência, Tecnologia e Inovação, 2018.216p.

BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A. Mediação oral da informação: a visibilidade dos mediadores da ciência da informação. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p.33-58.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CARVALHO, P. Evolução e crescimento do ensino superior em Angola. **Revista Angolana de Sociologia**, Luanda, n. 9, p. 51-58, dez. 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ras/422?lang=en>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CRUZ, E. C. **Ser jovem em Angola**: valores e identidade(s) dos estudantes universitários angolanos. 2011. 319f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/4361>. Acesso em: 15 ago. 2020.

DANIEL, N. M.; VALENTIM, M. L. P. Percepções dos docentes que atuam no ensino superior privado de Angola sobre a investigação científica. In: CARVALHO NETO, S.; SMITH, M. S. J. (org.). In: ENCONTRO DE PESQUISADORES: CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 20., 2019. **Anais [...]** Franca (SP): Uni-FACEF, 2019. 1285p.; p.1076-1087. Disponível em: http://eventos.unifacsf.com.br/encpesq/2019/files/XXENCPEQ_E-BOOK_ANAIS.pdf. Acesso em: 19 mar. 2020.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com**: Revista de Ciência da Informação e Comunicação do CETAC, Porto, n. 4, 2007. Disponível em: http://prisma.cetac.up.pt/A_mediacao_a_comunicacao_em_processo.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

DIAS, R. **Cultura organizacional**. 3. ed. Campinas (SP): Alíneas, 2012. 148p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, C. L. S.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; VALENTIM, M. L. P. O papel da mediação da informação nas universidades. **Revista EDICIC**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 351-359, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/115176>. Acesso em: 1 ago.2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KUNSCH, M. M. K. A dimensão humana da comunicação organizacional. *In*: OLIVEIRA, I.; MARCHIORI, M. (org.). **Comunicação, discurso, organizações**. São Caetano do Sul (SP): Difusão, 2013. p.40-60.

LEMOS, E.; SALVATORI, P. **Comunicação, diversidades e organizações**: pensamento e ação. São Paulo: ABRAPCORP, 2019.

LIBERATO, E. Avanços e retrocessos da educação em Angola. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 59, p. 1003-1031, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n59/10.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

MUMBY, D. K. Reflexões críticas sobre comunicação e humanização nas organizações. *In*: OLIVEIRA, I.; MARCHIORI, M. (org.). **Comunicação, discurso, organizações**. São Caetano do Sul (SP): Difusão, 2013. p. 20-39.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 3.ed. Campinas (SP): Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 8.ed. Campinas (SP): Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas (SP): Editora UNICAMP, 2010. p. 59-158.

SCHWABB, R. Organizações, discurso e alteridade: reencontrar a comunicação (org.). **Comunicação, discurso, organizações**. São Caetano do Sul (SP): Difusão, 2013. p. 109-122.

SILVA, L. D.; VALENTIM, M. L. P. A interação universidade-empresa como insumo para o processo de inteligência competitiva organizacional. *In*: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. 272p.

CAPÍTULO 12

O TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO COMO MEDIAÇÃO: BREVES INCURSÕES TEÓRICAS

Lais Pereira de Oliveira

Daniel Martínez-Ávila

1 INTRODUÇÃO

A organização da informação (OI) é o meio primordial para que se concretize sua busca, recuperação e utilização. Busca-se com a OI, uma estruturação concreta das informações (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETO, 2014) com vistas à sua recuperação posterior. Acessar o conhecimento contido na informação é, portanto, objetivo da OI (BRÄSCHER; CAFÉ, 2010).

O acesso à informação depende, pois, de adequadas ações para sua organização e tratamento (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETO, 2014), que, em certa medida, a conectam com quem irá utilizá-las. Ao representar informação o profissional estabelece, pois, um diálogo indireto com o usuário (VARELA; BARBOSA; FARIAS, 2014), a partir dos atributos criados e, ainda, de si próprio com as informações objeto de representação e o conjunto de materiais de apoio ao trato de conteúdo.

Dessa forma, concretiza-se uma aproximação do trato informacional com a mediação da informação. Afinal, trata-se de um cenário no qual o bibliotecário mediador cria ferramentas facilitadoras do acesso aos acervos (FACHIN, 2013) e, também, estabelece intermediações com os estoques informacionais a

serem representados e os instrumentos documentários que serão empregados em tal propósito.

No que concerne ao tratamento temático da informação (TTI), prática do profissional da informação (JESUS; MOREIRA, 2018) que envolve determinar e especificar assunto (BRÄSCHER; GUIMARÃES, 2018), essa aproximação da mediação torna-se ainda mais evidente. Sobretudo porque a mediação está presente em todos os fazeres do bibliotecário (ALMEIDA JÚNIOR, 2009), inclusive naqueles de natureza organizativa.

Ademais, as representações de assunto, constituídas para substituição do teor completo do item informacional, atuam como núcleo caracterizante intermediário entre usuário e sistema de informação. Antes de se acessarem as informações, portanto, os atributos temáticos construídos e interpostos pelo bibliotecário é que serão manipulados. Essa interposição é, por sua vez, resultado do intermédio das informações e do instrumental de trabalho desse profissional.

Inclusive, torna-se primordial um ato reflexivo por parte do profissional sobre sua interferência direta no acesso e também no uso dos conjuntos informacionais. Nessa via, Pereira e Silva (2019) sugerem estudos sobre mediação para aprimoramento das práticas de organização e tratamento da informação. Já Farias, Almeida e Martínez-Ávila (2015) tratam da mediação enquanto elemento necessário à compreensão dos processos de representação. Redigolo e Silva (2017), por sua vez, discorrem sobre o TTI propriamente dito e a mediação.

Na mesma direção, com vistas a ampliar os aspectos de aproximação, a presente pesquisa busca analisar o tratamento

temático da informação como mediação, a partir da teorização sobre ambos os conceitos. Auxilia, pois, na problemática delimitação do TTI, que acaba, boa parte das vezes, sendo enxergado somente a partir de seu caráter técnico-laboral e de forma dissociada das demais atividades documentárias, congregadas às etapas de entrada e saída do ciclo da informação.

A pesquisa, descritiva e de natureza qualitativa, emprega revisão de literatura em tratamento temático da informação e mediação da informação. Foram coletados artigos de periódicos, capítulos de livro e trabalhos apresentados em eventos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, versados nos temas supracitados. Diante da leitura pormenorizada de cada produção científica, estabeleceram-se reflexões e inferências para fundamentar a aproximação do TTI e da mediação.

O estudo pode lançar contribuições teóricas ao campo da Ciência da Informação, na medida em que aproxima dois temas basilares no âmbito do ciclo informacional, concernentes, no caso do TTI, à etapa de processamento e, no caso da mediação, à etapa de saída – às quais são comumente associados, mas, às quais não se restringem. Vislumbra-se, ainda, contribuição prática, na medida em que a ênfase sobre a intersecção tratamento temático e mediação da informação pode aclarar pontos específicos dessa ação técnico-intelectual organizativa de acervos.

2 TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO

O tratamento temático da informação se caracteriza como um conjunto de instrumentos, processos e produtos (OLIVEIRA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2019) que se voltam à dimensão de conteúdo dos documentos, buscando explicitá-la e, assim, viabilizar a busca e recuperação por assunto. TTI é uma denominação impulsionada a partir da década de 1970 (GUIMARÃES, 2008). Advém, contudo, desde Foskett e sua abordagem temática da informação.

Pode-se explicar o desenvolvimento do tratamento temático sob influência de uma vertente teórico-filosófica de divisão do conhecimento e também, da necessidade prática de organização documental (GUIMARÃES, 2009). Pauta-se, portanto, sobre o desenrolar histórico de ordenação das ciências e saberes e sobre o ato sistemático de organizar para achar.

O tratamento temático encontra abrigo acadêmico e espaço de interlocução na organização do conhecimento (GUIMARÃES, 2008). Também se vincula, em seu universo prático, com a organização da informação, sobre a qual se firma junto com a dimensão descritiva de trato informacional.

Considerando o tratamento temático enquanto parte das atividades do tratamento da informação (FUJITA, 2013), assim como suas especificidades no seio da OI, fato é que este tem buscado sua consolidação (OLIVEIRA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2019), já que ainda demanda a sistematização de suas teorias e práticas (PANDO, 2018). Inclusive porque “[...] o TTI engloba

mais do que processos” (OLIVEIRA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2019, p. 89).

Há, ainda, variações terminológicas nos componentes do tratamento temático, em função de distintas correntes teóricas que nele se materializaram (OLIVEIRA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2019). Conceitualmente, porém, o TTI é o cerne do trato de assunto, junto ao qual se constituem atividades específicas, com aporte de ferramentas documentárias próprias, visando gerar atributos de conteúdo.

A descrição do assunto, emanado dos estoques informacionais, “[...] é realizada pelos processos de classificação, indexação e resumo ou condensação documental” (CAFÉ; SALES, 2010, p. 118). Forma-se assim, o trato temático. De forma complementar, o trato descritivo compõe a outra dimensão da organização da informação, corporificada no processo de catalogação.

Ainda que as dimensões descritiva e temática sejam aproximadas, dificultando muitas vezes sua dissociação, tem-se o tratamento temático como um eixo próprio. Nele, consubstancia-se um aspecto analítico pontual sobre o teor dos itens, com vistas a evidenciá-lo. Nessa medida, Rodrigues e Cervantes (2015, p. 37-38) esclarecem que o TTI:

[...] identifica, processa e disponibiliza o conteúdo do documento. Isso porque o acúmulo de campos de conhecimento e a interdisciplinaridade vêm promovendo o surgimento de documentos com conteúdos mais complexos e, por causa disso, menciona-se sobre a necessidade do profissional que lida com o tratamento da informação dominar

técnicas para organização de informações, procurando torná-las acessíveis aos usuários.

Nesse ponto, uma dinâmica específica é demandada no trato temático, exigindo do profissional a capacidade equânime de representar e dar visibilidade aos assuntos, ao mesmo tempo concorrendo para a viabilidade de sua manipulação pelo usuário da informação. Ainda assim, modelos de mundo, entendimentos e concepções particulares do bibliotecário circundam essa ação. Além da subjetividade do trato temático (DAL'EVEDOVE; FUJITA, 2013), deve-se ressaltar que este se reveste de complexidade por se voltar a aspectos intrínsecos do documento (GUIMARÃES, 2005).

O foco da organização dos conteúdos não está, afinal, em estocar e centralizar, mas sim, em acessar a informação (SOUSA, 2013). Em sua concepção, portanto, o bibliotecário precisa se interpor entre a realidade representada e a que advirá desta, na forma das ações de busca e recuperação.

3 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Historicamente, a mediação surge no final da Idade Média e início da Idade Moderna, com teor pragmático, ganhando espaço a partir da Revolução Científica, no século XIX e, especificamente na Ciência da Informação, no final do século XX e início do século XXI (MACEDO; SILVA, 2015). O termo mediação tem, inclusive, se consolidado de forma gradativa (CARVALHO; NASCIMENTO; BEZERRA, 2018) nesse âmbito.

Outrossim, mediação é um construto social (SILVA, 2015) e também um processo de ordem cultural (FARIAS; ALMEIDA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2015). No contexto da Ciência da

Informação, a discussão sobre mediação tem adquirido um espaço expressivo (MACEDO; SILVA, 2015). Em seu âmbito, mediar engloba permitir que o usuário alcance a informação. Para tanto, pressupõe uma linguagem comum entre usuário e bibliotecário para tornar possível a interação entre ambos (ALMEIDA; FARIAS, 2019).

Considerando que a informação se tornou elemento de valor na sociedade da informação (SANTOS; DUARTE; LIMA, 2014), é essencial primar por sua circulação, como forma de viabilizar o acesso àqueles que dela necessitam. Dessa forma, na mediação da informação, o profissional precisa utilizar-se da técnica, promovendo espaços de apropriação da informação (SANCHES; RIO, 2010).

Boa parte das vezes a mediação tem seu sentido associado à ideia de ponte (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETO, 2014), sendo o profissional da informação o responsável por esse ato de facilitar a partida e a chegada da informação (BRITO; VITORINO, 2017). Nessa analogia, o bibliotecário seria, então, a ponte a conduzir o usuário à informação que necessita (CARVALHO; NASCIMENTO; BEZERRA, 2018), sobretudo porque a Biblioteconomia ordena, relaciona e estrutura o conhecimento (SHERA, 1977), dando vazão ao mesmo.

Almeida Júnior (2009) considera a imagem da ponte como inapropriada, por aludir a algo estático. Dessa forma, essa associação da mediação com a noção de ponte transfigura-se, com o tempo, para uma ação mais incisiva pelo profissional. Esta, associada à noção de filtro, tendo o bibliotecário o papel de selecionador (ARAÚJO, 2014).

Almeida e Farias (2019, p. 39) consideram que “[...] a mediação do bibliotecário vai atuar ofertando os meios necessários de acesso e uso da informação”. Nessa via, torna-se possível afirmar que a mediação se constitui pela interação informação/bibliotecário/usuário (SANCHES; RIO, 2010). O mediador da informação, agente responsável pelo processo de mediar, atua como elo porque intervêm na busca e recuperação da informação (FACHIN, 2013).

Dessa forma, na condição de mediador, o bibliotecário deve se qualificar (BARBOZA; ALMEIDA JÚNIOR, 2017), tanto no macroprocesso de tratamento temático, em si, quanto naqueles que integram a entrada e a saída da cadeia documental e com os quais o TTI estabelece interlocução, na forma de intermediador, a saber: a produção e o uso da informação. Entende-se que, dessa forma, o profissional amplifica sua compreensão do ciclo documentário como um todo e das dimensões envolvidas desde a ocasião em que os estoques informacionais entram, até o momento em que são tratados e, finalmente, saem do sistema de informação. Destarte, também se faz necessário seu aperfeiçoamento sobre a dinâmica da comunicação científica e da ascensão do conhecimento e, os estudos de usuário, atrelados respectivamente às ações de produção e de uso da informação.

O mediador se torna um facilitador (FACHIN, 2013), na medida em que promove meios para a consulta da informação. A própria mediação surge no contexto de atendimento ao público (BARBOZA; ALMEIDA JÚNIOR, 2017), mas “[...] não está restrita apenas às atividades relacionadas diretamente ao público atendido” (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2007, p. 6).

No que diz respeito à mediação da informação, contudo, caracteriza-se como uma concepção recente (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS, 2019), sendo o termo em si, ainda polissêmico (FARIAS; ALMEIDA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2015). De modo geral, a mediação configura-se como um processo histórico-social, não dissociado de seu entorno (ALMEIDA JÚNIOR, 2009).

A mediação pode ser considerada uma das tendências de abordagem contemporânea em Biblioteconomia (ARAÚJO, 2014). Afinal, as bibliotecas são, por si só, instâncias de mediação (SILVEIRA; MOURA, 2016). Apesar de ser mais facilmente percebida nos serviços de ordem fim das bibliotecas (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETO, 2014), fato é que a mediação também se apresenta no eixo de tratamento informacional.

4 TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO COMO MEDIAÇÃO

A informação, por si só, trilha variados fluxos em sua administração e distribuição (BARRETO, 2010). O desempenho das funções organizativas sobre a mesma tem, também, muitas possibilidades de ação, considerando sua forma e seu conteúdo.

Atividades de organização e tratamento da informação são próprias do bibliotecário (MATA; GERLIN, 2018), mas, de toda forma, desafiadoras. Especialmente se considerada a função de recuperação a elas atrelada, que muito exige do profissional.

Ademais, diante da grande quantidade de informações, não se consegue recuperar tudo o que foi produzido (SANTOS; DUARTE; LIMA, 2014). Esse cenário reforça a importância de

um apurado trato informacional, especialmente em termos do conteúdo dos documentos, pela via do tratamento temático, que é uma ação intermediária na cadeia documental (GUIMARÃES; SALES; GRÁCIO, 2012), conforme anteriormente mencionado.

A coleta (entrada), o tratamento (processamento) e o acesso às informações (saída), refletem o processo completo de um sistema de recuperação da informação (MACULAN, 2014), além de caracterizar a dita cadeia documental ou mesmo, o ciclo informacional supracitado. Logo, tem-se o TTI como uma instância da segunda fase, posto que sua ação é analítico-organizativa, integrando a produção e o uso da informação e, portanto, os dois extremos da cadeia. Guimarães (2008), dentro de tal perspectiva, explica que o tratamento temático tem natureza mediadora. Estabelece-se, então, como elo documentário.

Assim, enquanto função ponte (GUIMARÃES, 2008), delimitadora do conteúdo, o tratamento temático une a produção e o uso da informação (GUIMARÃES; FERREIRA; FREITAS, 2011). Ao mesmo tempo, torna viável a conexão entre autor e usuário (GUIMARÃES, 2001), na medida em que intermedeia o que é expresso nos itens de informação e sua manipulação e uso por terceiros.

O tratamento temático ocupa espaço nuclear na própria Ciência da Informação. Engendra uma sólida ponte para acesso ao conteúdo informacional (GUIMARÃES, 2008). Além disso, necessariamente “[...] a apropriação da informação revela um ritual de interação entre sujeito e determinada estrutura de informação” (BARRETO, 2010, p. 13). Essa, por sua vez, será alcançada se devidamente

representada, considerando os assuntos que aborda. Uma meticulosa análise dos conteúdos, afinal, é que propiciará uma adequada armazenagem dos itens de informação (ARAÚJO JÚNIOR, 2007).

Outrossim, ao tratar tematicamente a informação estabelecem-se as condições para que a busca e a recuperação da informação aconteçam a contento ou, pelo menos, de forma mais localizada, facultando ao usuário perscrutar os registros temáticos criados pelo bibliotecário e, assim, dimensionar sua necessidade informacional. O ritual do usuário com a informação, acima mencionado, é então, potencializado.

A análise do profissional do TTI é para tornar evidente os atributos temáticos (OLIVEIRA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2019). Nessa ação, o bibliotecário atua, necessariamente, como intermediador e também comunicador da informação (SANTOS; DUARTE; LIMA, 2014). Afinal, ao tratar tematicamente as informações, cria representações demonstrativas do item representado, que se transformam em verdadeiros elos para alcançar seu conteúdo, comunicando, pois, sobre essas características do assunto.

A comunicação é, aliás, um elemento fundamental na mediação (BRITO; VITORINO, 2017). Inclusive porque a mediação informacional corresponde, entre outras coisas, à prática de transferência da informação para uso, concretizando, assim, um processo comunicativo (SANTA ANNA; CAMPOS, 2016). É preciso lembrar que a própria “[...] unidade do texto não está em sua origem, mas em seu destino” (BARRETO, 2010, p. 12), concorrendo para que a mediação perpassasse todas as

atividades biblioteconômicas (PEREIRA; SILVA, 2019), na medida em que é preciso selecionar, tratar e disseminar a informação.

Há que se atentar que o contexto de representação e organização do conhecimento se constitui a partir de processos interpretativos e também, de ordem mediadora (FARIAS; ALMEIDA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2015). O elo bibliotecário-informação e informação-usuário reitera esses laços do trato informacional com a mediação, desde o momento em que o profissional estabelece contato com os estoques de informação até a ocasião em que os difunde na forma de registros representativos.

Diante disso, Almeida Júnior e Santos Neto (2014) explicitam que a mediação está presente no serviço de referência, em atividades culturais e também no processamento técnico. De forma complementar, Almeida Júnior e Bortolin (2007, p. 6-7) consideram que a mediação:

[...] está presente, de maneira não explicitada, na seleção, na escolha dos materiais que farão parte do acervo da biblioteca, em todo o trabalho de processamento técnico, nas atividades de desenvolvimento de coleções e, também, no serviço de referência e informação.

A prática da mediação perpassa, pois, pelas atividades técnicas de organização e, também, por aquelas de cunho pedagógico de apropriação da informação (PEREIRA; SILVA, 2019). Estende-se, assim, para os diversos segmentos de trabalho na biblioteca (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS, 2019).

Outrossim, há uma mediação que se passa nos sistemas organizativos e informativos representativos das coleções

(VARELA; BARBOSA; FARIAS, 2014). Ademais, “[...] os serviços de organização e tratamento da informação e sua disponibilização nos acervos já constitui um processo de interferência do profissional, logo, consolida-se a prática da mediação” (SANTA ANNA; CAMPOS, 2016, p. 70).

A própria mediação, aliás, “[...] requer atividades que visem a organização do conhecimento, isto é, que consigam abranger aspectos éticos e socioculturais para o tratamento e a socialização do conhecimento” (FARIAS; ALMEIDA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2015, p. 631). Isso faz com que essa relação TTI e mediação seja, portanto, de ordem mútua.

Assim, a mediação permeia o ciclo informacional como um todo. Tem, de fato, se articulado com diversas instâncias da Ciência da Informação (MACEDO; SILVA, 2015). A mediação contribui, até mesmo, para diálogos interdisciplinares (SILVA; NUNES; CAVALCANTE, 2018).

Fato é que “[...] a mediação do bibliotecário deve estar direcionada para o tratamento e divulgação das informações a fim de disponibilizar aos usuários os recursos necessários para a construção do conhecimento” (ALMEIDA; FARIAS, 2019, p. 40). Essa ação intermediadora demanda, pois, adequados meios de representação que promovam o acesso aos estoques informacionais.

Nessa via, é primordial que o bibliotecário se empenhe na classificação, na indexação e na elaboração de resumos, enquanto processos do tratamento temático (OLIVEIRA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2019), considerando o elemento resultante de cada processo, mas também, como ele será percebido na

busca junto ao sistema de recuperação da informação. Até porque os atributos do trato temático constituem a identidade de um item informacional.

Torna-se necessário, com isso, que o profissional que representa a informação aprenda métodos sociológicos, antropológicos e linguísticos, a partir dos quais possa propiciar uma mediação mais integrada (FARIAS; ALMEIDA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2015). A ação de trato temático precisa, pois, ser refletida de ponderações sobre seu real efeito em uma dada comunidade de usuários.

Contudo, mais do que a âmbito processual, a mediação também pode ser enxergada na forma dos produtos do tratamento temático. Resumos e índices, por exemplo, são instrumentos facilitadores criados pelo mediador (FACHIN, 2013). Por meio deles o usuário se define pelo uso da informação, assim como refina sua busca e direciona a pesquisa para outros itens. A ação intermediadora, mais uma vez, se faz presente.

Aliás, se a mediação é instrumento de transformação dos sujeitos (FARIAS; ALMEIDA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2015), ao ser relacionada com o trato temático o que se evidencia é seu caráter de transformação da informação. Este é tornado possível por um rol analítico-intelectual de processos técnicos, do qual derivam representações de assunto na forma de produtos específicos, como dito acima. Nesses se concretiza a mediação junto ao usuário.

De certa maneira, a mediação se liga a ações implícitas e explícitas desenvolvidas em prol do usuário (ALMEIDA

JÚNIOR; SANTOS NETO, 2014). Segundo destaque de Macedo e Silva (2015, p. 72):

[...] toda prática de mediação da informação se dá na compreensão lógico-estratégica da construção da informação por meio de uma atividade mediacional que aproxime processos de informação implícitos ou técnicos (organização, representação, armazenamento) a processos explícitos (acesso, recuperação, apreensão e apropriação).

Em atividades meio, como o processamento da informação, atua uma mediação implícita (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2007), sem a presença física dos usuários (ALMEIDA JÚNIOR, 2009). No caso do tratamento temático tem-se, então, uma mediação dessa ordem (REDIGOLO; SILVA, 2017), por ser esta, atividade mediadora do ciclo informacional. A mediação potencializa até mesmo a recuperação e concretiza, com isso, o objetivo dos estoques informacionais (FACHIN, 2013).

Mediar é, afinal, uma ação de interferência (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS, 2019; ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETO, 2014; CARVALHO; NASCIMENTO; BEZERRA, 2018). E ao descrever o assunto de um item o bibliotecário interfere na informação nele contida, tornando-a recuperável a partir de seu teor. Nas palavras de Fachin (2013) o mediador intercede na busca e localização informação.

Assim sendo, os produtos resultantes do TTI corporificam o ato mediador da mesma forma que os processos, posto que interferem na informação buscada, isto é, no resultado que será expresso ao usuário junto à interface do sistema de recuperação da informação. A mediação está,

então, até mesmo em um sistema de representação (FARIAS; ALMEIDA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2015).

Mas, em certa medida, a mediação no trato temático é também para o bibliotecário. Os instrumentos que emprega na função de representar conteúdo medeiam a linguagem que o profissional traz da análise de assunto e, assim, propiciam sua corporificação documentária, em uma linguagem controlada. Dessa forma, “[...] uma classificação é resultado da mediação, assim como o tesouro. Não são simples ferramentas ou produtos da organização do conhecimento, mas emanam da práxis social de mediação” (FARIAS; ALMEIDA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2015, p. 632).

Nesse âmbito, deve-se ressaltar que o profissional trata a informação muito influenciado pelos seus próprios modelos de mundo. Traz, portanto, “[...] todo seu referencial de conhecimento, crenças, ética, linguagens, o que influencia a ação de mediar no processo de representação do conhecimento” (FARIAS; ALMEIDA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2015, p. 631-632). Mas ao mesmo tempo, é também ele, um sujeito mediado que interpela a informação que representa e com ela se coaduna.

Desse modo, tratamento temático e mediação da informação podem dialogar em diversas frentes, considerando os instrumentos, mas também, os processos e os produtos do TTI. Sobretudo considerando a transição da mediação, de ação de difusão, para uma configuração dentro do caráter dialógico da biblioteca (ARAÚJO, 2014), essencialmente a partir de um mediador que compreenda os múltiplos contextos (FARIAS;

ALMEIDA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2015) e, que trate tematicamente a informação ciente do peso dessa sua realização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo analisar o tratamento temático da informação como mediação, a partir da teorização sobre ambos os conceitos. Constatou-se, por meio da revisão de literatura, que TTI e mediação da informação possuem pontos de aproximação. Esse elo se apresenta na relação do usuário com os processos e produtos do trato temático, mas também, no intermédio do profissional com a informação e os instrumentos que emprega em sua representação.

Considera-se, pois, que tratamento temático e mediação da informação atrelam-se sobretudo, em torno dos instrumentos, processos e produtos do TTI. Ao mesmo tempo, reforçam a conexão informação-bibliotecário-usuário. Essa interrelação precisa, pois, ser ampliada teoricamente. Isso para possibilitar sua compreensão comum e, ainda, refletir na ação profissional consciente sobre a representação do teor da informação.

Estudos futuros podem explorar o aspecto da mediação no trato temático pela investigação de profissionais em seu cotidiano de representação, como forma de explicitar meios pelos quais a ação de mediar se estabelece, efetivamente, nesse entorno prático-laboral. Outra possibilidade é constatar, junto aos cursos de graduação em Biblioteconomia, como a mediação é trabalhada nas disciplinas do universo temático de tratamento informacional. Desse modo, as bases aplicadas e formativas estarão contribuindo para as de ordem teórica, nesse universo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M.; FARIAS, G. B. Competência e mediação da informação no processo de educação do usuário – concepção bibliotecária. *In*: FARIAS, G. B.; FARIAS, M. G. G. (org.).

Competência e mediação da informação: percepções dialógicas entre ambientes abertos e científicos. São Paulo: ABECIN, 2019. p. 38-49. E-book. Disponível em: http://abecin.org.br/e-books/competencia_mediacao/E-Book_Competencia_e_Mediacao_da_Informacao.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; BORTOLIN, S. Mediação da informação e da leitura. *In*: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2., 2007. **Anais** [...] Londrina: UEL, 2007. Disponível em:

http://eprints.rclis.org/13269/1/MEDIA%C3%87%C3%83O_DA_INFORMA%C3%87%C3%83O_E_DA_LEITURA.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; SANTOS, C. A. Mediação, informação, competência em informação e criticidade. *In*: FARIAS, G. B.;

FARIAS, M. G. G. (org.). **Competência e mediação da informação**: percepções dialógicas entre ambientes abertos e científicos. São Paulo: ABECIN, 2019. p. 96-111. E-book.

Disponível em: http://abecin.org.br/e-books/competencia_mediacao/E-

[Book Competencia e Mediacao da Informacao.pdf](#). Acesso em: 20 ago. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; SANTOS NETO, J. A. Mediação da informação e a organização do conhecimento: interrelações. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 98-116, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716/0>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ARAÚJO, C. A. Á. **Arquivologia, Biblioteconomia Museologia e Ciência da Informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos; São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO), 2014.

ARAÚJO JÚNIOR, R. H. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

BARBOZA, E. L.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A mediação da informação nas discussões sobre os fluxos informacionais. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 55-73, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/33235>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BARRETO, A. A. Palavras, palavras deslocadas para um significado. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 11-26, jan./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/176>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? *In*: LARA, M. L. G.; SMIT, J. W. (org.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no**

Brasil. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/USP, 2010. p. 87-103.

BRÄSCHER, M.; GUIMARÃES, J. A. C. Tratamento temático da informação (TTI): influência dos paradigmas físico, cognitivo e social em artigos de revisão de literatura no período de 1966-1995. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 241-258, nov. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4347>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRITO, T. R.; VITORINO, E. V. O bibliotecário e a mediação da informação no contexto das bibliotecas universitárias. **Páginas a&b**, Porto, s. 3, n. 8, p. 12-22, 2017. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/3332>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CAFÉ, L. M. A.; SALES, R. Organização da informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. *In*: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (org.). **Passeios pelo bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento**. Brasília: IBICT, 2010. p. 115-129.

CARVALHO, A. C. G.; NASCIMENTO, M. G. S.; BEZERRA, M. G. A mediação da informação na narrativa oral e na história de vida: proposições dialogais. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 461-482, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651516>. Acesso em: 11 ago. 2020.

DAL'EVEDOVE, P. R.; FUJITA, M. S. L. Estudo sociocultural da comunidade discursiva do tratamento temático da informação em bibliotecas universitárias. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**,

Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 23-50, jan./abr. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n36p23>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FACHIN, J. Mediação da informação na sociedade do conhecimento. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 27, n. 1, p. 25-41, jan./jun. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/3096/2390>.

Acesso em: 05 ago. 2020.

FARIAS, M. C. Q. S.; ALMEIDA, C. C.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. A mediação no domínio da organização do conhecimento. *In*: GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, V. (org.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015. p. 630-642.

FUJITA, M. S. L. A importância teórica e prática da indexação na fundamentação científica da organização e representação do conhecimento. *In*: DODEBEI, V.; GUIMARÃES, J. A. C. (org.).

Complexidade e organização do conhecimento: desafios do nosso século. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília: FUNDEPE, 2013. p. 147-159.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 77-99, jan./jun. 2008. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/940>.

Acesso em: 20 ago. 2020.

GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação: catalogação de assunto, indexação e

análise documenta. **Ibersid**, Zaragoza, v. 3, p. 105-117, 2009.

Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/353432/mod_resource/content/1/GUIMARAES.pdf. Acesso em: 23 ago. 2020.

GUIMARÃES, J. A. C. O resumo como instrumento para a divulgação e a pesquisa científica. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, n. 1, p. 3-16, jan./abr. 2005.

GUIMARÃES, J. A. C. Perspectivas de ensino e pesquisa em organização do conhecimento em cursos de Biblioteconomia: uma reflexão. *In*: CARRARA, K. (org.). **Educação, Universidade e Pesquisa**. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 61-72.

GUIMARÃES, J. A. C.; FERREIRA, G. M.; FREITAS, M. F. M. Correntes teóricas do tratamento temático da informação: uma análise de domínio da presença da *catalogação de assunto* e da *indexação* nos congressos de ISKO-Espanha. *In*: PÉREZ PAIS, C.; GONZÁLEZ BONOME, M. Á. (eds.). **20 años del Capítulo Español de ISKO: actas del X Congreso ISKO-Espanha**. Ferrol: Universidade da Coruña, 2011. p. 181-194.

GUIMARÃES, J. A. C.; SALES, R.; GRÁCIO, M. C. C. A dimensão interdisciplinar da análise documental nos contextos brasileiro e espanhol no âmbito da organização do conhecimento. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 6, dez. 2012.

JESUS, S. A. S.; MOREIRA, W. Contribuições teóricas da terminologia nos sistemas e processos de organização do conhecimento. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16907>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MACEDO, N. O.; SILVA, J. L. C. Mediação no campo da Ciência da Informação. **Folha de Rosto**: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Cariri, v. 1, n. 1, p. 64-74, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/7>. Acesso em: 26 ago. 2020.

MACULAN, B. C. M. S. **Taxonomia facetada e navegacional**: um mecanismo de recuperação. Curitiba: Appris, 2014.

MATA, M. L.; GERLIN, M. N. M. Reflexões sobre ensino de Biblioteconomia: ênfase curricular na função educacional do serviço de referência e da competência em informação. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 32, n. 1, p. 31-52, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/7431>. Acesso em: 18 ago. 2020.

OLIVEIRA, L. P.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Tratamento temático da informação: análise sobre abordagens e enfoques em artigos científicos da área de Ciência da Informação. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 83-100, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/42654>. Acesso em: 14 ago. 2020.

PANDO, D. A. **Epistemologia da organização da informação**: uma análise de sua cientificidade no contexto brasileiro. 2018. 463 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153395>. Acesso em: 14 ago. 2020.

PEREIRA, N. M. A.; SILVA, J. L. C. Entre concepções e aplicações: a mediação da informação no âmbito da biblioteca universitária. *In*: FARIAS, G. B.; FARIAS, M. G. G. (org.).

Competência e mediação da informação: percepções dialógicas entre ambientes abertos e científicos. São Paulo: ABECIN, 2019. p. 70-94. E-book. Disponível em:

http://abecin.org.br/e-books/competencia_mediacao/E-Book_Competencia_e_Mediacao_da_Informacao.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

REDIGOLO, F. M.; SILVA, M. V. A representação temática como mediadora implícita da informação em bibliotecas universitárias. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 49-69, ago. 2017. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/14307>. Acesso em: 17 ago. 2020.

RODRIGUES, M. R.; CERVANTES, B. M. N. Análise de assunto e mapas conceituais: semelhanças nos processos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 35-56, out./dez. 2015. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362015000400035&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 18 ago. 2020.

SANCHES, G. A. R.; RIO, S. F. Mediação da informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez. 2010. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42323>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SANTA ANNA, J.; CAMPOS, S. O. C. Mediação da informação em arquivos: a necessidade de consolidação da prática do

serviço de referência. **Biblionline**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 68-83, 2016. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/28257>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SANTOS, R. R.; DUARTE, E. N.; LIMA, I. F. O papel do bibliotecário como mediador da informação no processo de inclusão social e digital. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 36-53, jan./jun. 2014. Disponível em:
<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/279>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SHERA, J. Epistemologia social, semântica geral e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

SILVA, J. L. C. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 93-108, mar./ago. 2015. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89731>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SILVA, F. S.; NUNES, J. V.; CAVALCANTE, L. E. O conceito de mediação na Ciência da Informação brasileira: uma análise a partir da BRAPCI. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**, Marília, v. 12, n. 2, p. 33-42, 2018. Disponível em:
<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/7779>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SILVEIRA, F. J. N.; MOURA, M. A. Biblioteca, memória institucional e acesso aberto à informação: apontamentos teóricos e experiências desenvolvidas pela Universidade

Federal de Minas Gerais. *In*: RIBEIRO, A. C. M. L.; FERREIRA, P. C. G. (org.). **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2016. p. 197-222.

SOUSA, B. P. Representação temática da informação documentária e sua contextualização em biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 132-146, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/249>. Acesso em: 12 ago. 2020.

VARELA, A. V.; BARBOSA, M. L. A.; FARIAS, M. G. G. Mediação em múltiplas abordagens. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 138-170, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19998>. Acesso em: 08 ago. 2020.

CAPÍTULO 13

A FOLKSONOMIA COMO RECURSO DE DESIGN E CURADORIA NA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM AMBIENTES DIGITAIS

Gabriela de Oliveira Souza

Maria José Vicentini Jorente

1 INTRODUÇÃO

Com o surgimento da Internet, verificou-se um aumento exponencial da quantidade de informações registradas, o chamado *boom* informacional (SILVA; SAMPAIO, 2017). Como consequência, a quantidade de objetos digitais aumenta a cada dia (SANTOS, 2016), e esse crescimento traz consigo a necessidade de organização da informação na Web - ou de Curadoria Digital – termo que congrega conceitos e ações desenhadas para “[...] preservar e agregar valor aos dados de pesquisa digital ao longo de seu ciclo de vida.” (DIGITAL CURATION CENTRE, 2004).

A Web 2.0, também chamada de Web social ou Web colaborativa, representou novos desafios e, do mesmo modo, novas possibilidades para a Curadoria Digital (CD), entendida no sentido destacado, uma vez que, segundo O’Reilly (2005), a Web 2.0 permite a participação do internauta e uma de suas principais características é o compartilhamento de informações.

Quando O'Reilly descreveu a Web 2.0 como fenômeno emergente, o principal destaque na mudança do conceito dos ambientes da Web 1.0 para a 2.0 foi o do aspecto participativo, que possibilita o entendimento da WWW como plataforma para o conhecimento. Na plataforma diluem-se as fronteiras entre criadores, mediadores e receptores da informação. O conceito de usuário receptor nesse universo em que a Web é plataforma deve ser reformulado, pois nela, o internauta pode passar a ter uma participação ativa, embora essa participação possa trazer problemas e controvérsias como a contemporaneidade tem demonstrado. É o caso dos ruídos na recuperação da informação provocados pela polissemia no uso da linguagem natural, nos variados ambientes em que esse recurso é utilizado. Porém, esse novo conceito - que enxerga a plataforma como um lugar da "sabedoria das massas" (O'REILLY, 2005) articulada, certamente, por profissionais da informação em um design participativo previsto nas ações de Curadoria Digital - pode trazer benefícios às instituições culturais, às bibliotecas, arquivos e museus.

Nesse sentido, Brayner (2016b) aponta que a Web 2.0 apresenta recursos tecnológicos que possibilitam diversas formas de interação e a consequente modificação da apresentação da informação nas interfaces de interação: ou seja, do Design da Informação previamente criado nos ambientes digitais por parte dos próprios internautas. Nesse contexto, a Web 2.0 permite uma maior proximidade entre o internauta e os ambientes digitais da informação e, por meio de processos variados de verificação dos registros das interações, ainda é possível saber como as pessoas

classificariam determinado objeto informacional e como buscariam por ele em uma plataforma digital.

Nesse contexto, a Curadoria Digital pode ser considerada como uma ferramenta para garantir o acesso e proporcionar, juntamente com o Design da Informação, uma proximidade entre os internautas e os ambientes digitais da informação.

Brayner (2016b) afirma que o curador digital é responsável pelo desenvolvimento de metodologias que possam facilitar o tratamento e a preservação de dados. Em tal cenário, ainda pode-se pensar o profissional da informação como um designer que atua ligando as instituições culturais das bibliotecas, arquivos e museus às pessoas que acessam os seus ambientes em que estão representadas digitalmente.

Destaca-se, nesse contexto, a Folksonomia, que garante maior proximidade com uma diversidade de internautas, e pode ser utilizada pelos profissionais da Ciência da Informação (CI) no Design da Informação (DI) dos ambientes visando a Curadoria Digital (CD), garantindo, segundo Brayner (2016b), a democracia da informação.

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo apontar a Folksonomia como uma possível ferramenta a ser utilizada na Mediação da Informação. Para tanto, busca entender as formas de organização, compartilhamento e de recuperação de conteúdos na Web 2.0, por meio de uma revisão de literatura e da análise da Folksonomia sob a perspectiva do DI na CD na página da British Library na plataforma Flickr.

A metodologia utilizada neste estudo é teórica exploratória, com base na revisão de literatura sobre a temática proposta. A princípio foi realizado um levantamento bibliográfico em bases de dados de maior destaque na área da Ciência da Informação – Brapci¹⁷, Periódicos Capes¹⁸, Scopus¹⁹ e Web of Science²⁰. Foram buscados materiais em inglês e português publicados nos últimos vinte anos. Para a seleção do material bibliográfico foram utilizados dois critérios, análise do título e do resumo, ambos de acordo com as temáticas mais relevantes para o estudo proposto. Em seguida foi realizada a leitura e análise do material selecionado, no qual após a realização de uma leitura crítica, foram identificados os tópicos mais relevantes para o estudo em cada texto. Por fim, foi elaborado um referencial teórico baseado na bibliografia estudada. Para a análise do Flickr foram considerados os principais elementos presentes na plataforma e a literatura científica já publicada sobre ela, além de textos explicativos produzidos pelos próprios desenvolvedores do Flickr.

2 CURADORIA DIGITAL

O termo Curadoria, segundo Longair (2015), refere-se ao termo *Curare*, do latim, que significa “cuidado para”, e o termo Curador vem de *Curator Bonorum*, figura do Direito Romano que em 435 a.C. denominava o indivíduo responsável

¹⁷ <http://www.brapci.inf.br/>.

¹⁸ <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

¹⁹ <https://www.scopus.com/home.uri>

²⁰ <http://www.webofknowledge.com/>

pelo patrimônio de um devedor enquanto seu caso passava por análise no tribunal (RAMOS, 2012).

Entre os anos de 1980 e 1990 o termo “Curadoria de Dados” passa a ser utilizado para o tratamento de dados científicos (LEE; TIBO, 2011), e a partir de 2003 a curadoria passa a ser estudada na Ciência da Informação e na Ciência da Computação, e com o aumento no volume de dados digitais, passa a ser utilizado o termo Curadoria Digital, entretanto, houve maior disseminação do termo apenas em 2010.

A Curadoria Digital compreende os processos necessários para a preservação de dados digitais ao longo de todo seu ciclo de vida, garantindo uma boa gestão desses dados e proporcionando o acesso (DIGITAL CURATION CENTRE, 2004). Yamaoka (2012) define Curadoria Digital como manutenção e adição de valor a informações digitais para uso corrente e futuro. A CD também pode ser considerada como um conjunto de práticas que incluem avaliação, gestão, preservação e agregação de valor aos dados digitais ao longo de seu ciclo de vida, com o objetivo de salvaguardar os objetos digitais para facilitar o acesso e o reuso dos dados. O retorno do processo de CD é o compartilhamento de dados, tornando-os disponíveis para a extração de novos conhecimentos (YAMAOKA, 2012).

3 DESIGN DA INFORMAÇÃO

Segundo Portugal (2013), o Design da Informação é uma área relacionada ao Design Gráfico, que apresenta como princípio básico o aperfeiçoamento da obtenção de

informações por meio dos sistemas de comunicação analógicos e digitais.

O termo Design vem da inserção da terminologia romana na língua inglesa, no latim *designare*, e surge na Inglaterra no século XVIII, nomeando atividades relacionadas à produção de objetos na Revolução Industrial. Mais tarde, em 1940, o Design da Informação foi pensado enquanto disciplina por Ladislav Sutnar, tendo como base a prevalência da funcionalidade sobre a estética (JORENTE, 2014).

Segundo Rogers, Sharp e Preece (2013), a experiência dos usuários é de extrema importância para o Design, já que se deve sempre levar em conta como pessoas reais utilizam determinado produto, no caso, um produto de informação, e nesse contexto, as autoras afirmam que não se pode projetar uma experiência, mas sim para uma experiência, criando características de Design para ela. Ainda segundo as mesmas autoras, o objetivo do Design da Informação (ou Design de Interação) é desenvolver produtos – no caso, produtos de informação – que sejam utilizáveis, ou seja, que sejam eficientes, eficazes, fáceis de utilizar e que possam garantir aos indivíduos uma experiência agradável.

4 FOLKSONOMIA

O termo Folksonomia foi criado por Thomas Vander Wal em 24 de julho de 2004 para designar o resultado da classificação ou da categorização de objetos informacionais de forma colaborativa na Web. O termo é a junção das palavras *folk* (povo, pessoas) e *taxonomy* (taxonomia). Nesse processo, o internauta classifica o objeto por meio de uma etiqueta, e

por meio desta etiqueta é possível recuperar o objeto informacional posteriormente. E segundo o autor

A Folksonomia é o resultado da marcação livre e pessoal de informações e objetos (qualquer coisa com uma URL) para a própria recuperação. A marcação é feita em um ambiente social (geralmente compartilhado e aberto a outras pessoas). A Folksonomia é criada a partir do ato de marcar pela pessoa que consome as informações (WAL, 2007, tradução nossa).

Pode-se dizer que a Folksonomia é uma forma de indexação realizada em linguagem natural e de forma livre pelos internautas (PORTAL DO BIBLIOTECÁRIO, 2015). É ainda uma forma de classificação colaborativa na Web feita em linguagem natural. Ela ocorre no contexto da Web 2.0, tendo a colaboração e o compartilhamento de informações como suas principais características.

A Folksonomia, segundo Wal (2007), seria um tipo de classificação “*bottom-up*”, ou seja, de baixo para cima, dos internautas para os profissionais da informação, o que facilita a recuperação da informação, pois dessa forma pode-se saber como as pessoas classificariam determinado objeto informacional e, conseqüentemente, como o procurariam. É um processo em que um indivíduo classifica um objeto informacional, por meio de uma etiqueta (*tag*), e depois esse objeto pode ser recuperado com maior facilidade pelo indivíduo.

Para Wal (2007), uma Folksonomia possui três princípios: a etiqueta, um objeto marcado por uma etiqueta e a identidade, e segundo ele “*folksonomy is tagging that*

works”, ou seja, para Thomas Vander Wal, a Folksonomia é a etiquetagem, ou tagueamento, que funciona.

O’Reilly apresenta a Folksonomia como uma categorização colaborativa de sites na Web feita por meio das etiquetas, que ele define como palavras chaves escolhidas de forma livre pelos internautas. Dessa forma, ela permite associações múltiplas em um mesmo objeto, assim como ocorre no cérebro humano, ao invés de utilizar categorias rígidas, o que resulta em um processo de recuperação natural oriunda da atividade do próprio internauta (O’REILLY, 2005).

Segundo Assis e Moura (2013), os ambientes informacionais nos quais ocorre a Folksonomia nos permitem observar a transformação do internauta de um sujeito informacional passivo, ou seja, um indivíduo apenas consumidor de informações, para um sujeito informacional ativo, que além que consumir informações também as produz e compartilha, gerando um fluxo informacional dinâmico. Dessa forma, pode-se dizer que a Folksonomia está inserida no contexto da Web 2.0, já que, ainda segundo as mesmas autoras, esse sujeito informacional (o internauta em ambientes em que ocorre a Folksonomia) é:

um sujeito social que manifesta a sua subjetividade através do estabelecimento de identidades e percursos informacionais na web. Ele é visto como um sujeito social pragmático, uma vez que constrói suas relações pela via da linguagem e do compartilhamento de significados (ASSIS; MOURA, 2013, p. 86).

A aplicabilidade da Folksonomia se estende a diversos objetos informacionais, sendo utilizada em diferentes ambientes digitais, como por exemplo o Flickr.

4.1 Folksonomia no Flickr

O Flickr é uma plataforma Web 2.0 de compartilhamento de imagens que pode ser utilizada gratuitamente por qualquer internauta. Foi criado em 2002 por Caterina Fake e Stewart Butterfield, e nele a representação de imagens é feita por meio de etiquetas que são adicionadas às imagens pelos próprios internautas (GONÇALVES; ASSIS, 2016).

As imagens disponíveis no Flickr podem ser visualizadas por qualquer indivíduo que esteja utilizando a Internet. É uma plataforma que permite uma visualização clara do funcionamento da Folksonomia.

Pode-se adicionar até setenta e cinco etiquetas a uma imagem, além das que são adicionadas pelo próprio Flickr, que possui um sistema de reconhecimento de imagens que analisa o conteúdo da imagem e determina algumas etiquetas para que, a princípio, a imagem seja facilmente recuperada.

O Flickr é uma plataforma gratuita e qualquer pessoa pode visualizar as imagens presentes nela, entretanto apenas indivíduos cadastrados podem adicionar imagens e etiquetas. Para realizar o cadastro na plataforma é necessária uma conta de e-mail e uma senha, e todas as imagens adicionadas pelo internauta passam a ser públicas.

Vale ressaltar que o internauta também pode optar por uma conta paga, denominada FlickrPRO; contudo as principais finalidades do Flickr não se alteram. Além disso, a conta FlickrPRO proporciona maior espaço de armazenamento, que se torna ilimitado. O portal está disponível em dez idiomas, sendo um deles o português, além de apresentar, no menu inferior, ligações (*links*) que direcionam o internauta para outras redes sociais, como o Tumblr, o Facebook e o Twitter.

Para representar graficamente a folksonomia utiliza-se frequentemente a nuvem de etiquetas - ou *tag cloud* -, que destaca as etiquetas mais utilizadas, apontando as preferências de determinada comunidade de internautas (BRANDT, 2010). A figura a seguir apresenta uma nuvem de etiquetas da imagem presente na página da British Library no Flickr, intitulada “*Image taken from page 388 of 'Life & Finding of Dr. Livingstone. Containing the original letters written by H. M. Stanley'.*”.

Figura 1: Nuvem de etiquetas no Flickr



Fonte: Flickr (2019).

De acordo com os desenvolvedores do Flickr:

Tags são palavras-chave que facilitam a localização de fotos na busca do Flickr. As tags que você adicionar serão exibidas em cinza-escuro. Os robôs do Flickr tentarão ajudar acrescentando algumas tags para você; estas aparecerão com apenas um contorno cinza (FLICKR, [s.d.]).

Ou seja, há uma diferenciação entre as etiquetas adicionadas pelo sistema do Flickr e aquelas adicionadas pelo internauta. Nesse contexto, as etiquetas funcionam como palavras chave que indicam o conteúdo de uma imagem, e a partir delas pode-se encontrar a imagem desejada de forma mais eficiente.

A British Library, por exemplo, realiza a Curadoria e a seleção de diversos documentos de seu acervo para que sejam disponibilizados na Web. Uma das formas encontradas pela instituição para disponibilizar o acervo e ainda conseguir a participação dos internautas foi por meio do Flickr. Ilustrações, mapas, entre outros documentos do acervo foram digitalizados e disponibilizados aleatoriamente no Flickr, onde estão organizadas em álbuns de acordo com o tipo de imagem.

Nesse contexto, os internautas podem classificar as imagens adicionando etiquetas a elas, e essa classificação seria utilizada pela British Library. Dessa forma, a prática de CD desenvolvida na British Library no Flickr por meio da Folksonomia mostrou-se eficiente no que toca a colaboração entre os internautas e a biblioteca, já que as imagens disponíveis são digitalizações dos documentos do acervo da

própria biblioteca, permitindo que os internautas classifiquem esses documentos.

5 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E FOLKSONOMIA

Arruda e Oliveira (2017) afirmam que a prática da Mediação da Informação é realizada em bibliotecas desde a Antiguidade, ainda que, a princípio, o foco principal fosse a preservação e a guarda dos documentos presentes nos acervos destas unidades de informação.

O termo mediação antes de ser utilizado na Ciência da Informação era empregado predominantemente na área jurídica, e atualmente é utilizado na Biblioteconomia como um conjunto de ações elaboradas para propiciar o encontro entre o sujeito informacional e a informação (ARRUDA; OLIVEIRA, 2017).

Farias e Cerveira (2019) apontam que, atualmente, com o desenvolvimento das TIC, há a necessidade de reflexão acerca do processo de Mediação da Informação, tanto com relação aos indivíduos que utilizam a informação quanto com relação aos profissionais da informação, tendo em vista que deve-se considerar as necessidades e a disponibilidade de tecnologias para ambas as partes.

Ainda de acordo com as autoras, o *boom* informacional trouxe uma nova perspectiva, na qual o sujeito informacional passa a ser o elemento fundamental para os serviços de informação de forma geral, já que além do surgimento dos novos suportes da informação, surgiram, além disso, novas

formas de uso e conseqüentemente, de mediação da informação (FARIAS; CERVEIRA, 2019).

Farias e Cerveira (2019) afirmam que as unidades de informação são responsáveis pela memória coletiva de determinada comunidade, facilitando o acesso à informação e instruindo as pessoas a utilizarem a informação da melhor forma possível. Nesse contexto, as autoras afirmam que a Mediação da Informação está presente na linguagem, em um conjunto de representações e símbolos comuns a uma coletividade.

De acordo com Arruda e Oliveira (2017), a Mediação da Informação se dá através da língua, da comunicação e das instituições. A língua propicia o estabelecimento de relações e representações. Já a comunicação apresenta as estratégias desenvolvidas dentro do contexto social, enquanto as instituições, por sua vez, se utilizam das estratégias da comunicação para a realização de suas atividades.

Os mesmos autores ainda discorrem acerca da mediação cultural, que tem como objetivo aproximar determinado público de objetos culturais, por meio de uma interface comum (seja ela digital ou não), com o intuito de permitir que este público se aproprie das diversas manifestações culturais; sendo o mediador, nesse sentido, o indivíduo que atua como intermediário entre o sujeito informacional e a informação (ARRUDA; OLIVEIRA, 2017).

Atualmente, no campo da Ciência da Informação (CI), a Mediação da Informação é compreendida como um conjunto de ações para atendimento aos indivíduos que frequentam as

unidades de informação, predominantemente realizadas pelos Serviços de Referência (ARRUDA; OLIVEIRA, 2017). No entanto, os mesmos autores ainda apontam que a Mediação da Informação não deve, necessariamente, ser considerada como algo estático, uma vez que o conhecimento é construído por meio da interação entre as informações e as pessoas.

Nesse contexto, a Folksonomia pode ser considerada como uma ferramenta para a Mediação da Informação, já que pode aproximar o internauta do profissional da informação, além de proporcionar a construção coletiva do conhecimento. Ela pode ser compreendida como uma forma de organização e recuperação da informação, e sua aplicabilidade se estende a diversos ambientes informacionais digitais, por proporcionar uma recuperação da informação eficiente e permitir uma classificação coletiva em linguagem natural (ASSIS; MOURA, 2013). A Folksonomia permite a interação entre as pessoas e os profissionais da informação, uma vez que participam da classificação de objetos informacionais, o que para Brayner (2016a) faria parte da democracia da informação.

A participação do usuário no esquadrinhamento e descrição de documentos enriquece, não apenas, a relação da sociedade com as instituições culturais, como otimiza o acesso a essas mesmas fontes, já que elementos imperceptíveis ao arquivista e ao bibliotecário serão contemplados. Para mim, é, neste aspecto, que reside o famoso conceito de democracia da informação que tem sido erroneamente entendido somente dentro do âmbito de acesso livre e irrestrito a conteúdos armazenados em nossos acervos. A questão de democracia informacional se estende ao modo como uma

informação é interpretada e descrita: a todos se dá uma voz, e estas vozes vão começar a criar comunidades a partir de interesses comuns (BRAYNER, 2016a, p. 12).

Nesse sentido, a Folksonomia contribui diretamente para a democracia informacional, na medida em que permite participação direta do sujeito informacional, o que é de grande utilidade para a Mediação da Informação, que está da mesma forma, diretamente inserida no contexto da democracia informacional.

A Folksonomia está inserida no contexto pós-custodial, que diz respeito não apenas a guarda e preservação da informação, mas também sua disseminação e compartilhamento. Arruda e Oliveira (2017) apontam que a Mediação da Informação pode ocorrer na forma custodial ou pós-custodial, sendo que a mediação custodial pode ser entendida como estática e tecnicista. Já em sua forma pós-custodial, a Mediação da Informação pode ocorrer com o intermédio das TIC, além disso, o sujeito informacional já não é mais visto como um ser passivo, ou seja, apenas consumidor de conteúdos, ele é, ademais, um produtor de informações. O profissional da informação deve, nesse sentido, se atentar ao grande volume de informações e objetos informacionais existentes na contemporaneidade, a fim de atender as necessidades dos indivíduos de forma eficiente.

A Web 2.0 também apresenta, nesse contexto, uma função mediadora, pois está entre o internauta e um grande volume de informações, e diante dessa situação, cabe a atuação da Curadoria Digital (CD) e do Design da Informação

(DI). Conforme afirmam Arruda e Oliveira (2017), com o advento da Web os serviços de informação se multiplicaram e se tornaram complexos, o que acarreta a necessidade de um novo tipo de Mediação da Informação, mais ampla e colaborativa, como a experiência da British Library no Flickr, por exemplo, e como afirmam os autores:

A digitalização de obras originalmente em suporte de papel tem aumentado consideravelmente, o que, em princípio, deve ser considerado positivo, pois democratiza a informação, uma vez que muito mais pessoas podem ter acesso gratuitamente às obras digitalizadas, nas próprias salas de leitura das bibliotecas públicas que oferecem o serviço de Internet a seus usuários (ARRUDA; OLIVEIRA, 2017, p. 228).

Os autores ainda apontam que o profissional da informação deve respeitar a autonomia e a subjetividade do sujeito informacional, pois a Mediação da Informação é um serviço complexo que influencia outros serviços e processos.

6 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da ação de CD na página British Library no Flickr foi possível observar a participação ativa dos internautas, de forma que eles passam a participar de processos que antes eram realizados apenas pelos profissionais da informação.

É possível concluir que a Folksonomia, a Curadoria Digital e o Design da Informação podem ser utilizados em conjunto para garantir o acesso à informação e a participação

ativa dos indivíduos. Percebe-se sugerir que há a necessidade de maior participação dos indivíduos nos processos técnicos de tratamento da informação, de forma que o Design da Informação e a Curadoria Digital possam ser utilizados para garantir que a informação seja utilizada da melhor forma possível.

A Mediação da Informação também pode ser realizada em meio digital, e segundo Farias e Cerveira (2019) as plataformas Web podem ser consideradas como facilitadoras da Mediação da Informação, se utilizadas adequadamente. Nesse sentido, que Curadoria Digital (CD) e o Design da Informação (DI) podem garantir um melhor aproveitamento dos recursos digitais para a Mediação da Informação, uma vez que os dois, em conjunto, permitem que as plataformas digitais sejam utilizadas de forma eficiente e eficaz pelos internautas, garantindo que a informação seja preservada a longo prazo, utilizada por um grande número de internautas e compreendida por eles.

Por fim, conclui-se que a Folksonomia pode ser utilizada como uma ferramenta pela Mediação da Informação, por seu caráter colaborativo e *bottom-up*, além de se tratar de uma categorização em linguagem natural, que aproxima o sujeito informacional e o profissional da informação.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. I. M.; OLIVEIRA, H. V. Um olhar sobre a evolução do conceito de mediação na Ciência da Informação. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília/DF, v. 10, n. 1, p.218-232, 1 jan. 2017. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.26512/rici.v10.n1.2017.2523>. Acesso em: 02 abr. 2020.

ASSIS, J.; MOURA, M. A. Folksonomia: a linguagem das tags. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p.85-106, jan. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n36p85/24523>. Acesso em: 02 abr. 2018.

BRANDT, M.; MEDEIROS, M. B. B. Folksonomia: esquema de representação do conhecimento? **TransInformação**, Campinas, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v22n2/a02v22n2.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

BRAYNER, A. A. Entrevista com Aquiles Alencar Brayner.

Acervo, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 9-15, jul./dez. 2016a.

Entrevista concedida a Dilma Cabral, Cláudia Lacombe Rocha e Rosely Rondinelli. Disponível em:

<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/725>. Acesso em: 08 ago. 2020.

BRAYNER, A. A. UK Web Archive programme: a brief history of opportunities and challenges. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 318-333, 31 maio 2016b. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.20396/rdbci.v14i2.8645982>. Acesso em: 15 ago. 2020.

DIGITAL CURATION CENTRE. **What is digital curation?** 2004.

Disponível em: <http://www.dcc.ac.uk/digital-curation/what-digital-curation>. Acesso em: 05 dez. 2020.

FARIAS, D. S.; CERVEIRA, E. Mediação da informação através de plataformas digitais: prática nas bibliotecas arquivos e museus da área metropolitana do porto. **Páginas A&b: Arquivos & Bibliotecas**, Porto, v. 3, n. esp, p.15-26, 2019. Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21747/21836671/pagespa2>. Acesso em: 17 ago. 2020.

GONÇALVES, J. L. C. S.; ASSIS, J. A indexação social enquanto prática de representação colaborativa da informação imagética: a construção da memória na plataforma Flickr. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.34-51, jul. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufjr.br/index.php/rca/article/view/34>. Acesso em: 17 ago. 2020.

JORENTE, M. J. V. Design da informação, linguagens convergentes e complexidade na rede social e ambiente digital do Facebook. **Informação & Tecnologia**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 116-129, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/16354>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LEE, C. A.; TIBBO, H. Where's the Archivist in Digital Curation? Exploring the Possibilities through a Matrix of Knowledge and Skills. **Archivaria**, Ottawa, v. 72, p.123-168, 2011. Disponível em: <https://ils.unc.edu/callee/p123-lee.pd>. Acesso em: 5 ago. 2020.

LONGAIR, S. Cultures of Curating: The Limits of Authority. **Museum History Journal**, Christchurch, New Zealand, v. 8, n. 1, p.1-7, jan. 2015. Informa UK Limited. DOI: <http://dx.doi.org/10.1179/1936981614z.00000000043>. Acesso em: 02 abr. 2020.

O'REILLY, T. **What Is Web 2.0**: Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software. 2005. Disponível em: <http://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html?page=1>. Acesso em: 10 jan. 2020.

PORTAL DO BIBLIOTECÁRIO. Folksonomia: uma introdução. 2015. Disponível em: <http://portaldobibliotecario.com/tecnologia/folksonomia-umaintroducao/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

PORTUGAL, C. **Design, Educação e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013. Disponível em: <http://www.design-educacao-tecnologia.com/index.html>. Acesso em: 08 maio 2020.

RAMOS, D. O. Anotações para a compreensão da atividade do “Curador de Informação Digital”. *In*: CORRÊA, E. S. (org.). **Curadoria digital e o campo da comunicação**. São Paulo: Eca/Usf, 2012. p. 11-21.

ROGERS, Y.; SHARP, H.; PREECE, J. **Design de Interação**: além da interação humano computador. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 585 p.

SANTOS, T. N. C. Curadoria digital e preservação digital: cruzamentos conceituais. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 14, n. 3, p. 450-464, 30 set. 2016. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20396/rdbci.v14i3.8646336>. Acesso em: 08 maio 2020.

SILVA, E. B. F.; SAMPAIO, D. A. O boom informacional: a tecnologia e a gênese da Ciência da Informação. **Bibliocanto**, Natal, v. 3, n. 2, p. 3-16, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/12349>.

Acesso em: 15 ago. 2020.

WAL, T. V. **Folksonomy**. 2007. Disponível em:

<http://www.vanderwal.net/folksonomy.html>. Acesso em: 03

jan. 2020.

YAMAOKA, E. J. Ontologia para mapeamento da dependência tecnológica de objetos digitais no contexto da curadoria e preservação digital. **Atoz: novas práticas em informação e conhecimento**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 65-78, 21 nov. 2012.

Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41313>. Acesso em:

08 maio 2020.

CAPÍTULO 14

A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA WEB: UM OLHAR SUBJETIVO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Daniela Francescutti Martins Hott

Lais Pereira de Oliveira

1 INTRODUÇÃO

Uma das teorias delimitadoras da Ciência da Informação (CI) toma por referência as palavras de Borko (1968), que considera como seu objeto de estudo a informação e a ela incute o teor de disciplina que investiga as propriedades, comportamentos, fluxo e meios de processamento da informação, para que se obtenha o máximo de conteúdo por meio de sua representação. Ao representar, estabelecem-se os meios para manuseio assertivo da informação, a partir de atributos descritivos e temáticos que lhe caracterizam e evidenciam.

As áreas de representação e recuperação da informação são, aliás, os campos da Ciência da Informação que mais fortemente buscaram estabelecer laços com a Biblioteconomia – aquela ligada a instrumentos de descrição e classificação bibliográficas. Bibliotecários também atuam, pois, na descrição da informação, visando recuperá-la posteriormente (CARVALHO; LUCAS; GONÇALVES, 2009).

As pesquisas em torno da representação da informação passaram, nos últimos anos, por uma grande revitalização. Sobretudo com o incremento das tecnologias digitais e as novas possibilidades em termos de descrição, classificação e organização da informação sob o prisma colaborativo e, a construção de sistemas de classificação a partir de uma perspectiva sociocultural.

Inclusive para compor um elo de acesso ao item informacional, tangível por todos, sem exclusões. Podemos assim dizer que as representações sociais nos guiam na forma de nomear, apoiar e definir em conjunto diversos aspectos de nosso “dia a dia”, seja na forma de interpretá-los, decifrá-los e instituí-los ou até de tomarmos uma atitude a respeito a ponto de defendê-la. Esse é um dos motivos das representações sociais serem tão relevantes na vida cotidiana da sociedade (JODELET, 2002).

É importante estabelecer que a produção, o armazenamento, o compartilhamento e a recuperação da informação representam características essenciais a qualquer ambiente informacional, apesar do desafio representado pela multiplicidade de formatos e suportes de um mesmo recurso informacional (DUMER; SOUSA; ALBUQUERQUE, 2019). No que diz respeito ao acesso à informação, ele próprio ainda é tema de discussão, ainda mais se ampliarmos a concepção do acesso à compreensão da informação acessada e/ou recuperada.

Assim sendo, o acesso por si só não é suficiente, haja vista que aceder à informação, *per si*, só ocorre com uma representação fidedigna e esta também precisa ser efetiva na *web*. Como pontuam Torres e Alves (2002, p. 83): “[...] o espaço

digital, criado pelas tecnologias de informação e comunicação, traz para o atendimento às distintas formas de interação das pessoas com a informação, respeitando as suas [...] limitações.”

A inclusão digital pressupõe a possibilidade de produção e difusão do conhecimento e o acesso às ferramentas digitais para todos os cidadãos. Todavia, este indicativo ainda não é a realidade para muitas pessoas conforme consta no relatório do Banco Mundial: *Dividendos Digitais* (2016). Importante ressaltar que a exclusão social intensifica a exclusão digital, que por sua vez, aprofunda a exclusão socioeconômica e à informação. O acesso à informação é, assim, o insumo mais importante para a construção do conhecimento e para a formação de uma sociedade inclusiva.

Diante de tais questões, neste estudo propomo-nos a analisar a representação da informação e sua resignificação no universo de uma parcela da comunidade surda – que se comunica somente em Libras [sinalizada]. Discute-se informação do ponto de vista das estruturas mentais dos usuários com deficiência que também necessitam, buscam e usam a informação, ainda que as estruturas de armazenamento e difusão não sejam, boa parte das vezes, devidamente planejadas e arquitetadas para atender às suas particularidades.

A premissa central é que, se devidamente representado, o conjunto informacional cumprirá melhor com seu papel mediador no alcance do usuário – seja ele com ou sem deficiência – na promoção da inclusão informacional. A investigação incide, pois, sobre a problemática relativa à dinâmica de representação e acesso à informação no ambiente digital, para fins de utilização pela pessoas com deficiência.

Neste estudo, interpreta-se como conjunto informacional o total de informações disponibilizado no ambiente *web* em diversos formatos e dispersos em vários portais que, por meio da adoção de padrões e de diretrizes de arquitetura de conteúdo e de linguagem, procura disponibilizar uma interface gráfica de forma acessível para todos os perfis de cidadãos.

Tendo como arcabouço teórico o viés da representação da informação, priorizam-se os autores Dahlberg (1978), Bourdieu (1996), Foucault (1999), Koselleck (2006) e Simmel (1998), entrelaçando-os com os aspectos de ressignificação para os usuários retratados em dois filmes de relevo: O Milagre de Anne Sullivan (2000) e Família Bélier (2014). Metodologicamente, tem-se pesquisa teórica e exploratória. Aplica revisão de literatura nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, com teor analítico sobre os vídeos supramencionados.

Vislumbra-se contribuição teórica do estudo para o conhecimento produzido sobre representação e acesso à informação, no contexto digital. Além do que pode auxiliar na prática profissional em organização e representação informacional, a partir do teor mediador de tais ações e do necessário ato reflexivo em seu entorno.

2 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E O AMBIENTE WEB

O entorno tecnológico traz a premissa de acesso facilitado e livre aos estoques informacionais. Ao mesmo tempo, há uma cultura de valorização do conhecimento, da

tecnologia, da inovação, da criatividade e da mobilidade, pautadas na ideia de que a conectividade promove o acesso à informação (PALETTA; MOREIRO GONZÁLEZ, 2020). De fato:

Este mar infinito de informações trouxe consigo a possibilidade da conectividade contínua, da horizontalização das relações sociais, da interatividade instantânea, da desintermediação, da hibridização de saberes e práticas, da mobilidade e do compartilhamento das ações comunicacionais (PASSARELLI; GOMES, 2020, p. 254).

Tem-se um cenário no qual “os repositórios de informações que são produzidos no desempenho das inúmeras atividades humanas vêm migrando para o ambiente *on-line*, cada vez mais em formatos digitais, acessíveis através de redes e sistemas de computadores” (SOUZA, 2006, p. 162). Com efeito, os conteúdos apresentados em meio digital têm o potencial de democratizar o acesso à informação.

Contudo, acessar informação não se trata de algo simples que possa ser resolvido apenas com a disponibilidade de conexão à internet. Uma estrutura organizativa precisa ser cuidadosamente planejada e executada no meio digital, para esse fim. Dessa forma, o profissional da informação tem na *web* um novo meio de trabalho (PICKLER, 2007).

Há que se atentar, porém, que a temática da organização da informação na *web* é recente na própria Ciência da Informação (CICON; LUNARDELLI, 2012). E, ainda que esforços pró-acessibilidade no espaço digital sejam vistos em iniciativas como a W3C (TORRES; MAZZONI; ALVES, 2002), outras

discussões nesse âmbito são fundamentais, especialmente considerando a diversidade de usuários.

Outrossim, “a sobrecarga de informação condiciona a concepção de sistemas eficientes para possibilitar ao usuário percorrer esses ambientes em conformidade com as suas necessidades informacionais” (LEITE; SOUSA, 2013, p. 141). Nesse ínterim, ganha espaço a organização da informação, subárea da Ciência da Informação, especialmente no âmbito desse importante espaço informacional que é a internet (CICON; LUNARDELLI, 2012).

É importante lembrar que a representação informacional no ambiente digital contempla, inclusive, conjuntos em formato textual tradicional. Dumer, Sousa e Albuquerque (2019, p. 40) explicitam, nesse sentido, que “até mesmo a informação que insiste em manter o seu conteúdo completo apenas em suportes físicos ou apenas em formato impresso, necessita ser representada em sistemas de informação digitais disponíveis em websites”.

Fato é que os sistemas de organização do conhecimento evoluíram de forma considerável desde que surgiu a Internet (CARVALHO; LUCAS; GONÇALVES, 2010). Em alguma medida, a ação mediadora do ato de organizar e representar assume novas características. O usuário passa a ser, também, sujeito dessa atividade. Interfere, portanto, no modo como a informação será enxergada e chegará aos demais usuários.

Entretanto, a representação da informação, que torna o acesso viável, configura uma substituição e, nessa medida, pode resultar, por si só, em perdas que inviabilizam a

encontrabilidade futura do conjunto representado. Aspecto esse que vai depender do que se prioriza nesse ensejo, levando em conta, sobretudo, os ambientes digitais de informação.

Deve-se ressaltar que “existe um importante trabalho de organização e representação da informação que é feito nos bastidores dos sistemas digitais e que passa muitas vezes despercebido pelos usuários que utilizam a interface dos sistemas de busca.” (DUMER; SOUSA; ALBUQUERQUE, 2019, p. 40-41). Ainda assim, essa atividade precisa ser constantemente revisitada, a fim de incorrer em uma execução mais plena e democrática.

Ademais, é preciso dar atenção para o trato informacional na *web*, fomentando a busca e recuperação aos usuários (MIRANDA, 2015), sejam eles hábeis no manuseio das estruturas digitais em sua forma tradicional, ou mesmo com dificuldades de navegação e orientação nas mesmas. Afinal, o acesso à informação é o maior obstáculo às pessoas com deficiência (TORRES; MAZZONI; ALVES, 2002), de forma que os registros informacionais criados podem ser facilitadores, ou não, nessa questão.

Além disso, representar informação é uma ação subjetiva, ainda que desenvolvida por um profissional, seja ele bibliotecário ou arquivista. “A subjetividade, nesse ponto, apresenta-se essencialmente pelo fato de serem indivíduos a tratar a informação mediante constituição de representações.” (MARTINES; OLIVEIRA; SABBAG, 2019, p. 11). Ademais, a representação da informação pressupõe a análise de assunto e a atribuição de conceitos (NOVELLINO, 1996). Entre uma e outra fase, distorções podem ocorrer.

Há que se atentar, também, para os diversos públicos, pois muitas vezes não são considerados na arquitetura de informação *web* e na configuração representativa dos conteúdos, assim como não se aborda a questão das barreiras de acessibilidade que impedem ou dificultam o acesso de pessoas com algum tipo de limitação física, cognitiva ou sensorial, ou daqueles que utilizam o computador de maneiras alternativas. Afinal, se a informação precisa essencialmente ser acessada e utilizada, todos os sujeitos devem ter essa mesma viabilidade.

Outro ponto relevante é que, tanto recuperação quanto divulgação são objetivos da representação na *web* (DUMER; SOUSA; ALBUQUERQUE, 2019). Ainda que paralelamente à criação de espaços digitais surjam ferramentas e sistemas de recuperação, é preciso pensar até que ponto o acesso tem sido possibilitado a todos, em tais ambientes.

2.1 Aportes legais no acesso à informação

Ao avançar no que se refere às políticas brasileiras, a Constituição Federal de 1988 consagrou o direito fundamental de acesso à informação por meio do Art. 5º, inciso XXXIII, visto atualmente como imprescindível para a concretização do Estado efetivamente democrático. Esse ponto foi finalmente implementado por meio da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), apesar das diversas previsões isoladas nesses 23 anos.

A LAI preconiza, entre outras coisas, que é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação; que a publicidade é o preceito geral e o sigilo a exceção; que a

informação deve ser franqueada de forma ágil, transparente, clara e de fácil compreensão; e que a gestão da informação deve ser transparente e propiciar o amplo acesso.

No Brasil, no que se refere aos normativos, os avanços foram mais representativos a partir do século XXI, com a promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada como Emenda Constitucional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 2008. Sobretudo o artigo 21, que versa sobre o acesso à informação, no qual os Estados-Partes deverão fornecer, prontamente e sem custo adicional, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência.

Com relação à questão de acesso e acessibilidade em ambiente *web*, Hott e Rodrigues (2019) sistematizaram um interessante quadro apontando a legislação brasileira no período de 1988 à 2019, nesse âmbito:

Quadro 1: Acesso e Acessibilidade na Legislação Brasileira (1988-2019)

Legislação	Referências ao acesso e acessibilidade
BRASIL. Constituição Federal da República de 1988.	<p>Art. 5º, incisos XIV e XXXIII: é assegurado a todos o acesso à informação [...]; todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, [...].</p> <p>Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.</p> <p>Art. 37, § 3º, item II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre</p>

	atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII. Art. 216, § 2º - cabem à administração pública [...] a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta [...].
BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade nos sistemas de comunicação para as pessoas com deficiência.
BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade digital para pessoas com deficiência.
BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação, LAI.	Exige a criação do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC dotado de condições físicas apropriadas para atender ao público e disponibilização de informações na internet de forma a garantir a acessibilidade de conteúdo.
BRASIL. Decreto nº 7.724, de 2012.	Exige acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.
BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, LBI.	Art.9º, incisos II, V e VIII - A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário: em todas instituições e serviços de atendimento ao público; acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis; e tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada. Art. 42, incisos I, II e III - A pessoa com deficiência tem direito à cultura, [...] garantido o acesso: bens culturais; programas de televisão, cinema, teatro

	<p>e outras atividades culturais [...] em formato acessível.</p> <p>Art. 63. É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos [...] por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações, conforme as melhores práticas e diretrizes adotadas internacionalmente.</p> <p>Art. 68. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive publicações da administração pública acessíveis [...] garantir o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação. § 2º Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser acessados por softwares leitores de telas ou outras que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille.</p> <p>Art. 80. Devem ser oferecidos todos os recursos de tecnologia assistiva disponíveis para que a pessoa com deficiência tenha garantido o acesso à justiça [...] Parágrafo único. A pessoa com deficiência tem garantido o acesso ao conteúdo de todos os atos processuais.</p> <p>Art. 103. O art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar “IX - deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação”.</p>
BRASIL. Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016.	Art. 4º Os dados serão disponibilizados em formato aberto, amplamente acessível e utilizável por pessoas e máquinas, assegurados os direitos à segurança e privacidade.

BRASIL. Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.	Art. 2º – II - dado acessível ao público - gerado ou acumulado pelo Governo que não esteja sob sigilo ou sob restrição de acesso.
--	---

Fonte: Hott e Rodrigues (2019).

O Quadro 1 reforça o fato de que o Brasil possui um extenso arcabouço legal que envolve os ambientes *web* assim como ferramentas digitais. O acesso ao conteúdo em âmbito digital é premissa em mais de uma legislação, inclusive.

Falta, talvez, uma maior percepção das organizações, dos produtos e serviços informacionais, de que existe um público diferenciado que também é cidadão, representado naqueles que ainda permanecem à margem, entre eles, as pessoas com deficiência. E, ao observar as leis e os decretos, fica claro que as instituições de todos os tipos já deveriam ter se adequado desde 2005, até mesmo provendo suas equipes de capacitação especializada para atender este público, sobretudo, na prestação de serviços.

No item revisão conceitual apresentamos as reflexões de Dahlberg (1978), Bourdieu (1996), Foucault (1999), Kosselleck (2006) e Simmel (1998) entrelaçando-as com dois filmes: “O Milagre de Anne Sullivan” (2002, EUA), que retrata os métodos pedagógicos da incansável professora Anne Sullivan, contratada durante a infância da sufragista americana surda-cega Helen Keller; e “Família Bélier” (2014, França), que retrata a vida de uma adolescente ouvinte no dia a dia de sua família, pais e irmão surdos e que se comunicam por meio da língua de sinais.

2.2 Aporte conceitual

Bourdieu, um dos críticos mordazes dos mecanismos de desigualdade social, embora seja um autor contemporâneo é, também, considerado um clássico. Seu livro “A Economia das Trocas Simbólicas” enfatiza que a sociedade é vista como um espaço onde se encontram e se chocam relações de força geradas pelas significações e simbolizações, conforme retratado abaixo:

O fato que as lutas pela identidade tenham como móvel principal a imposição de percepções [...] e a oficialização, ato tipicamente mágico (o que não quer dizer desprovido de eficácia) através do qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, reprimido, torna-se visível, manifesto, tanto para os outros grupos como para si mesmo, atestando sua existência enquanto grupo conhecido e reconhecido, e afirmando sua pretensão à institucionalização (BOURDIEU, 1996, p. 111-112).

Um exemplo claro é o caso da luta das pessoas com deficiência. Afinal, as diretivas legais sobre acesso à informação estão postas; contudo, muito ainda há que ser trabalhado para que se tenha clareza de quem está sendo contemplado e quem não está.

Ademais, até que ponto o acesso a conteúdos digitais é possibilitado de forma igualitária a todos? A arquitetura informacional nesses ambientes é pensada, por exemplo, para quem não enxerga ou não ouve? Aplicamos palavras desde que fomos capazes de pensar e falar, para designar nossos objetos (DAHLBERG, 1978). Contudo, há que se atentar se tal emprego,

no ato representativo informacional, é pleno, sobretudo no ambiente digital.

Há que se atentar, pois, que “a representação de uma informação passa pela definição de um conjunto de elementos básicos e de regras para a conjunção desses elementos.” (FURGERI, 2006, p. 28). Desse modo, a informação representada em um ambiente *web* precisa estar acessível e manipulável por todas as pessoas, considerando aspectos de sua descrição que dinamizem os meios para sua leitura e compreensão.

Foucault (1999) é adepto de teorias que discutem a dialética entre o poder e o conhecimento, apontando como os dois juntos são usados como uma forma de controle social de forma (im)parcial das instituições sociais oficiais. No entanto, em sua obra “As palavras e as coisas”, ele demonstra a dificuldade que temos no estabelecimento de relações entre palavras e imagens. Isto podemos depreender, sobretudo, no capítulo “As meninas”. Em vez de falar de Diego Velázquez e de seu autorretrato, da infanta Margarida e de sua corte, do rei Filipe IV e de sua esposa, Foucault descreve a cena do quadro com substantivos comuns: o pintor, a infanta, o soberano.

Nessa medida, o que é representar, de fato? Será que representar tem que ter muitos detalhes ou poucos detalhes? Tem que ser algo minucioso ou genérico? Ou será que depende do ponto de vista do leitor (do interlocutor)?

A ação representativa é deliberada sumamente a partir de quem representa. Talvez seja preciso enxergar melhor quem acessa o que é representado, como forma de garantir uma mediação mais assertiva nesse ponto, dentro do que é

esperado. Isso sem esquecer que a fixação do conhecimento foi através da linguagem (DAHLBERG, 1978) e é por ela que precisamos regular o ato de representação da informação, expressando seu conteúdo do modo mais fidedigno possível, com formatos e arranjos acessíveis e manipuláveis por todos.

Menciona-se aqui o filme “Família Bélier” na passagem em que a filha ouvinte está em uma audição musical [ela deseja fazer parte do coro da escola] e seus pais e irmão surdos estão na plateia participando da prova dela e, de repente ela percebe que sua família é surda e canta junto também em Libras. A representação da música que sai de sua boca é representada em Libras, oportunizando uma maior integração de sua família ao momento de audição, dando mais fidedignidade ao conjunto da obra.

Para Simmel (1998) o conceito é compreendido como nossa relação com aqueles objetos os quais nos cultivamos, porque eles próprios são espíritos objetivados naquelas formas. Koselleck (2006) fala da relação entre as palavras e as coisas, entre espírito e vida, entre consciência e existência, linguagem e mundo. Dahlberg (1978) expressa que a linguagem constitui a capacidade do homem designar os objetos que o circundam assim como de comunicar-se com os seus semelhantes.

Depreendendo das leituras acima, tem-se que o significado das palavras e dos termos, está envolto em culturas de uma pessoa, de uma família, de um grupo, e ainda de uma sociedade. No entanto, estas estão sempre em constante mudança, conforme depreendemos da história dos conceitos de Koselleck (2006), que demonstra como uma determinada palavra tem sido associada a diferentes significados. Na

polissemia dos conceitos, assim como em sua representação, se fidedigna ou não, há que considerar o nível de conhecimento e de compreensão do outro, compreensão esta atrelada a história de vida de cada pessoa.

Nesse sentido, resgatando o filme “O Milagre de Anne Sullivan”, em sua passagem final, tem-se a professora Anne Sullivan tentando demonstrar à sua aluna surdacega, Helen Keller, a importância dela começar a associar as coisas. Como ensinar a linguagem? Se a pessoa não sabe o significado das palavras como é que ela vai saber o que você está falando? E “milagrosamente” a mente da aluna Helen Keller começa a compreender o mundo e as coisas à sua volta, ou seja, começa a formar uma linguagem, uma interlocução com todos. São os sentidos de Helen que estão desabilitados, mas não sua mente, por isto é possível sim ensinar a Linguagem a um surdocego.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou analisar a representação da informação e sua ressignificação no universo de uma parcela da comunidade surda – que se comunica somente em Libras [sinalizada]. Considerou as obras de Dahlberg (1978), Bourdieu (1996), Foucault (1999), Koselleck (2006) e Simmel (1998), entrelaçando-as com os aspectos de ressignificação para os usuários retratados em dois filmes de relevo representativos da comunidade surda: “O Milagre de Anne Sullivan” (2000) e “Família Bélier” (2014).

As pessoas com deficiência são cidadãos que estudam, trabalham e querem fazer parte da sociedade e a tecnologia deve ser um facilitador e não um complicador. Os objetos e

ambientes veiculados na Internet devem se adequar a certos padrões para permitir que tanto os controles de navegação quanto o conteúdo sejam compatíveis com a ampla variedade de dispositivos de acesso à *web*. De fato, o mundo virtual é uma porta aberta para todos, mas para que isso se efetive devem ser adotadas algumas recomendações e/ou diretrizes de acessibilidade para tornar o conteúdo da *web* acessível a todos.

Relevante destacar que, no Brasil, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, há aproximadamente 45 milhões de pessoas que apresentam pelo menos uma das deficiências e, esse número representa quase um quarto de nossa população. Não se trata, portanto, de uma população pequena. É, ao contrário, bastante representativa.

Neste contexto, o principal documento internacional de recomendações de acessibilidade é o WCAG 2.0 – Web Content Accessibility Guidelines, ou Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web. No Brasil, tem-se o eMAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – institucionalizado em 2007 – que contém as recomendações de acessibilidade a serem seguidas nos sítios e portais do governo brasileiro.

Assim, quebrar barreiras nos ambientes virtuais, tornando uma página acessível, é permitir que diferentes tipos de pessoas, com deficiência ou não, possam chegar aos conteúdos e compreendê-los com autonomia.

Estudos futuros podem avançar em uma investigação aplicada, junto às pessoas com deficiência, no sentido de estabelecer constatações sobre o acesso informacional junto a tal público. Do mesmo modo, outras incursões teóricas,

estabelecendo recortes normativos e legais são fundamentais, por representarem um caminho para reiterar questões postas mas ainda não plenamente executadas em prol da disseminação e do acesso à informação para todos.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Dividendos Digitais**: Relatório sobre o desenvolvimento mundial. 2016. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/788831468179643665/pdf/102724-WDR-WDR2016Overview-PORTUGUESE-WebResBox-394840B-OUO-9.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.

BOURDIEU, P. A força da representação. *In*: BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 107-116.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. 5. ed. Brasília, DF: Ed. Câmara, 2015. 51p.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências (Lei de Acesso à Informação). Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 25 ago. 2020.

CARVALHO, L. S.; LUCAS, E. R. O.; GONÇALVES, L. H.
Organização da informação para recuperação em redes de produção e colaboração na *web*. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 71-86, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/698>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CICON, C. R.; LUNARDELLI, R. S. A. A organização da informação em ambiente *web*: um estudo do portal do Procon-PR. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 1, n. 1/2, p. 132-151, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/14592>. Acesso em: 15 jan. 2020.

DAHLBERG, I. Teoria do Conceito. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115>. Acesso em: 20 jan. 2020.

DUMER, L.; SOUSA, M. R. F.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C.
Estruturas de representação da informação e seu apoio à arquitetura da informação na *web*: um olhar sobre vocabulários controlados, tesouros e metadados. **Enc. Bibli**, Florianópolis, v. 24, n. 54, p. 38-51, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019v24n54p38>. Acesso em 15 ago. 2020.

FOUCAULT, M. As Meninas. *In*: FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 3-23.

FURGERI, S. **Representação de informação e conhecimento**: estudo das diferentes abordagens entre a Ciência da Informação e a Ciência da Computação. 2006. 161 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.

Disponível em: http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/2/TDE-2007-03-13T081320Z-1281/Publico/Sergio%20Furgeri.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

HELEN KELLER - água, água, água - o milagre de Anne Sullivan (The Miracle Worker, Estados Unidos, 2000). 2017. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Laura Conceicao. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1wSoWJarZJU>. Acesso em: 10 jan. 2020.

HOTT, D. F. M.; RODRIGUES, G. M. Os direitos de acesso e de acessibilidade dos cidadãos: uma análise preliminar na legislação arquivística brasileira. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 82-103, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/47384/29081> . Acesso em: 15 jan. 2020.

KOSELLECK, R. História dos conceitos e história social. *In*: KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, p. 97-118.

LEITE, J. S. G.; SOUSA, M. R. F. Tratamento e organização da informação em ambientes *web* da Copa 2014. **Biblionline**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 141-153, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/17145>. Acesso em: 10 dez. 2019.

LOUANE EMERA – Je Vole - A Família Bélier - Legendado Português (La Famille Bélier, França, 2014). 2014. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Marcelo Alvarenga. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7eE-54iV8Q0> . Acesso em: 12 jan. 2020.

MARTINES, A. R.; OLIVEIRA, L. P.; SABBAG, D. M. A. Subjetividade, conceito e representação da informação. *In*: BARROS, T. H. B.; TOGNOLI, N. B. (orgs.). **Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas**. Belém: Ed. da UFPA, 2019. p. 11-18. Disponível em: <http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2019/09/LIVRO-ISKO-BRASIL-EDIÇÃO-BELÉM.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2020.

MIRANDA, M. L. Organização e representação do conhecimento: fundamentos teórico-metodológicos na busca e recuperação da informação em ambientes virtuais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. **Anais [...]**. Marília: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, 2006. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiencancib/paper/viewFile/2433/1564>. Acesso em: 10 dez. 2019.

NOVELLINO, M. S. F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1603>. Acesso em: 10 dez. 2019.

PALETTA, F. C.; MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. A informação e o entorno digital: competências e habilidades do profissional da informação. **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 327-338, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/29558>. Acesso em: 10 fev. 2020.

PASSARELLI, B.; GOMES, A. C. F. Transliteracias: a terceira onda informacional nas humanidades digitais. **RICI: Revista**

Ibero-Americana de Ciência da Informação, Brasília, v. 13, n. 1, p. 253-275, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/29527>. Acesso em: 10 fev. 2020.

PICKLER, M. E. V. Web semântica: ontologias como ferramentas de representação do conhecimento. **Perspect. Ciênc. Inf. (On line)**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 65-83, jan./abr. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362007000100006&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 10 dez. 2019.

SANTOS, A. C. O conceito e a tragédia da cultura, de Georg Simmel. **Crítica Cultural**, Palhoça-SC, v. 9, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/critica-cultural/0901/090112.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SIMMEL, G. O conceito e a tragédia da cultura. *In*: SOUZA, J.; OELZE, B. **Simmel e a modernidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p. 79-108.

SOUZA, R. R. Sistemas de recuperação de informações e mecanismos de busca na *web*: panorama atual e tendências. **Perspect. Ciênc. Inf. (Online)**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 161-173, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/320>. Acesso em: 10 nov. 2019.

TORRES, E. F.; MAZZONI, A. A.; ALVES, J. B. M. A acessibilidade à informação no espaço digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 83-91, set./dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100->

[19652002000300009&script=sci_abstract&tlng=pt](#). Acesso em:
10 dez. 2019

CAPÍTULO 15

**A TEMÁTICA MEDIAÇÃO NOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
NA ÁREA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO
BRASIL²¹**

João Arlindo dos Santos Neto
Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados obtidos na tese de doutorado do primeiro autor em que um dos objetivos foi mapear as instituições de ensino e pesquisa que lidam com a temática em suas disciplinas.

Uma hipótese é a de que talvez a falta de ou o pouco conhecimento a respeito da teoria e dos conceitos de mediação da informação, se dá justamente pela ausência de conteúdos nos cursos que formam profissionais da informação.

Acredita-se que um ponto influenciador na sazonalidade das temáticas que são publicadas nos anais de evento e nas publicações periódicas, seja o aparecimento deles

²¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

nas instituições e centros de pesquisa, bem como nos programas de Pós-Graduação e suas áreas de concentração e linhas de pesquisa. Presume-se que conforme determinados conteúdos vão sendo discutidos e aprofundados nesses espaços, o interesse tanto dos professores/pesquisadores quanto dos estudantes em pesquisar e publicar sobre o tema aumentam. Notadamente, no contexto da pós-graduação há uma liberdade em se propor disciplinas a cada semestre, diferentemente da graduação, que segue uma matriz curricular e as modificações estão sujeitas a diversos fatores: tempo mínimo para alteração do currículo, aprovação pelo colegiado e conselho departamental, câmara de graduação, pró-reitoria de graduação etc. No entanto, essa discussão não constitui o foco deste trabalho.

Realiza-se um levantamento e discussão de como essas temáticas são abordadas nas escolas que ofertam os cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Gestão da Informação e Museologia e, também, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação e áreas afins no Brasil. Os fenômenos e a problemática foram identificados a partir de evidências e da experiência dos autores: ser responsável por ministrar a disciplina de mediação na graduação e pós-graduação e, observar que no cenário nacional poucos eram os colegas que também a ministravam.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: a presente introdução; os procedimentos metodológicos; a apresentação e discussão dos resultados; e, as considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De natureza básica, o trabalho não vislumbra aplicação prática, nem resulta em um produto ou tecnologia (VOLPATO, 2004). De tipologia exploratória, se dá em uma área sobre a qual há pouco conhecimento sistematizado (GIL, 2008), no caso, a mediação inserida nos cursos de graduação e pós-graduação na área de CI no Brasil.

Emprega o método da pesquisa documental, em que os “[...] objetivos ou hipóteses podem ser verificados através da análise de documentos bibliográficos ou não-bibliográficos, requerendo metodologia (coleta, organização, análise de dados) compatíveis com os mesmos.” (WITTER, 1990, p. 22). Utiliza-se a abordagem mista, isto é, quali-quantitativa, pois foram analisados tanto os aspectos numéricos e mais objetivos quanto os mais conceituais e subjetivos; além de que, “A articulação da pesquisa qualitativa e quantitativa é importante, porquanto elas devem ser complementares e não excludentes.” (VALENTIM, 2005, p. 19).

Quanto ao *corpus* documental, os documentos analisados foram: as páginas dos Cursos de Graduação e suas matrizes curriculares e/ou os projetos políticos pedagógicos; e as páginas dos Programas de Pós-Graduação e suas disciplinas.

Os Cursos de Graduação selecionados foram os mesmos analisados por Santos Neto e Almeida Júnior (2016): 77 cursos de graduação de 48 escolas de diferentes regiões do Brasil. Quando aos Programas, foram considerados tanto aqueles recuperados pela Plataforma Sucupira quanto os indicados pela Associação Nacional da Pesquisa em Ciência da

Informação (ANCIB), totalizando 29 Programas de 22 Instituições. Destes números, quatro Áreas de concentração dos Programas analisados inserem a mediação/mediações em seus nomes:

- a) Informação e **Mediações** Sociais e Tecnológicas para o Conhecimento (PPGCI/UFRJ/IBITC);
- b) Informação, **Mediações** e Cultura (PPGCI/UFMG);
- c) Representação e **Mediação** da Informação e do Conhecimento (PPGCI/UFC); e,
- d) Organização, **Mediação** e Circulação da Informação (PPG/MPGI/USP).

Quanto as Linhas de pesquisa, 11 possuem como centro das investigações a mediação, sendo elas:

- a) Comunicação e **Mediação** da Informação (PPGCINF/UNB);
- b) Fluxos e **Mediações** Sócio-técnicas da Informação (PPGCI/UFF);
- c) Gestão, **Mediação** e Uso da Informação (PPGCI/UNESP);
- d) Informação e **Mediações** nas Práticas Sociais (PPGCOM/USP);
- e) Informação, Comunicação e **Mediações** em Saúde (PPGICS/ICICT/FIOCRUZ);
- f) **Mediação** cultural (PPG/MPGI/USP);
- g) **Mediação** e Gestão da Informação e do Conhecimento (PPGCI/UFC);

- h) **Mediação** e Uso da Informação (PPGCI/UFPA);
- i) **Mediações** e Representações Culturais e Políticas (PPGCOM/UFRGS);
- j) Organização, Representação e **Mediação** da Informação e do Conhecimento (PPGCI/UFSC); e,
- k) Produção, Circulação e **Mediação** da informação (PPGCI/UFBA).

Observa-se que entre as Áreas de concentração e Linhas de pesquisa que evidenciam em seu nome o termo “mediação”, há uma predominância em relação a mediação da informação (e do conhecimento), seguida pela mediação cultural e social. A seguir, apresenta-se os resultados obtidos.

3 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta como a mediação se faz presente nas matrizes curriculares e disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação nas CI e áreas afins, dando ênfase para suas ementas.

3.1 Mediação da informação nos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil

Ao pesquisar como os currículos do curso de Biblioteconomia de IES brasileiras inserem a mediação da informação no ensino e formação dos profissionais da informação, Moraes (2012) investigou os projetos políticos pedagógicos da UFPA, UFSC, UNB, USP e UFC e não encontrou uma área curricular que explicitava as questões voltadas a

mediação. Deste modo, a referida autora não buscou disciplinas específicas que contemplassem a mediação. No entanto, a mediação se insere nas áreas²² de maneira indireta, como por exemplo vinculada as áreas de Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia; Organização e Tratamento da Informação; e, Recursos e Serviços de Informação.

Nesta nova coleta, foram selecionadas apenas as disciplinas que possuem o termo “mediação” em seu título ou ementa.

Quadro 1: IES e cursos de graduação que ofertam a disciplina na temática da mediação

1) Faculdades Integradas Coração de Jesus – FAINC
Curso: Biblioteconomia
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Disseminação e <u>Mediação</u> da Informação ➤ Ementa: Não localizada ➤ Período: Não localizado
2) Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESP/FABCI
Curso: Biblioteconomia e Ciência da Informação
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Projetos Culturais ➤ Ementa: Cultura(s) e poder. Cultura(s) no espaço urbano e midiático - zonas de conflito, negociação e possibilidades. Diversidade cultural e Multiculturalismos. A função cultural da biblioteca e do bibliotecário. Política pública da cultura. <u>Mediação</u> e Ação Cultural. Análise de projetos culturais. Etapas técnicas e teóricas de projetos culturais. ➤ Período: 4º semestre
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: <u>Mediação</u> da Informação, da Leitura e do Aprendizado ➤ Ementa: Conceito de <u>mediação</u>. Promoção da leitura e do aprendizado. <u>Mediação</u> à leitura e à informação. O papel

²² Refere-se às áreas curriculares propostas pela Abecin.

<p>social da biblioteca. Biblioteca e cidadania. Desenvolvimento de competências informacionais.</p> <p>➤ Período: 6º semestre (obrigatória)</p>
<p>3) Universidade de São Paulo – USP – Campus Ribeirão Preto</p>
<p>Curso: Ciências da Informação e da Documentação e Biblioteconomia</p>
<p>➤ Disciplina: <u>Mediação</u> e Recepção da Informação</p> <p>➤ Ementa: Não localizada.</p> <p>➤ Período: 5º período (obrigatória)</p>
<p>➤ Disciplina: <u>Mediação</u> Cultural: Organização de Acervos e Produtos</p> <p>➤ Ementa: Não localizada.</p> <p>➤ Período: 3º período (optativa)</p>
<p>➤ Disciplina: Representações Sociais e <u>Mediações</u> Culturais da Informação</p> <p>➤ Ementa: Não localizada.</p> <p>➤ Período: 6º período (optativa)</p>
<p>4) Universidade Estadual de Londrina – UEL</p>
<p>Curso: Biblioteconomia</p>
<p>➤ Disciplina: <u>Mediação</u> da Informação e do Conhecimento</p> <p>➤ Ementa: Conceitos de <u>mediação</u> da informação na Ciência da Informação. O mediador e suas ações colaborativas na construção do conhecimento dos usuários em diversificados ambientes.</p> <p>➤ Período: 4º ano (obrigatória)</p>
<p>5) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Marília</p>
<p>Curso: Arquivologia</p>
<p>➤ <u>Mediação</u> cultural e da informação</p> <p>➤ Ementa: Cultura, animação e ação cultural. <u>Mediação</u> cultural e <u>mediação</u> da informação. O profissional da informação e o processo de <u>mediação</u> cultural e da informação. Equipamentos culturais e informacionais e sua relação com a sociedade.</p> <p>➤ Período: optativa</p>

Curso: Biblioteconomia
<ul style="list-style-type: none"> ➤ <u>Mediação</u> cultural e da informação ➤ Ementa: Cultura, animação e ação cultural. <u>Mediação</u> cultural e <u>mediação</u> da informação. O profissional da informação e o processo de <u>mediação</u> cultural e da informação. Equipamentos culturais e informacionais e sua relação com a ➤ Período: optativa
6) Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Curso: Biblioteconomia
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fontes e Disseminação da Informação 2 ➤ Ementa: Analisa e avalia as fontes de informação especializadas nas áreas de ciência, tecnologia e empresarial. Discute os sistemas e as redes de recuperação de informação especializada. Discute a problemática da disseminação e <u>mediação</u> da informação em outros ambientes informacionais. Examina os métodos de avaliação de serviços e de produtos de informação. ➤ Período: 6º período
7) Universidade Federal de Goiás – UFG
Curso: Biblioteconomia
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Serviços, produtos e <u>mediação</u> da informação ➤ Ementa: Serviços e produtos de informação: natureza, conceitos, características e tipologias. Gestão de serviços e produtos de informação. Serviços digitais de informação e sua <u>mediação</u>. Marketing de serviços e produtos de informação. ➤ Período: 8º semestre (obrigatória)
8) Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Curso: Biblioteconomia
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: <u>Mediação</u> da Informação e Relações Étnico raciais ➤ Ementa: Dinâmica das relações étnico raciais, identidade e afro descendência no Brasil, e os processos e <u>mediações</u> da informação e da cultura. ➤ Período: Não localizado (eletiva)

9) Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Curso: Arquivologia
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: <u>Mediação</u> cultural em arquivos ➤ Ementa: Funções arquivísticas e os direitos culturais. Patrimônio cultural e patrimônio documental. Democratização e democracia cultural em arquivos. Arquivo como lugar de produção cultural. ➤ Período: 7º período (obrigatória)
10) Universidade Federal do Pará – UFPA
Curso: Biblioteconomia
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: <u>Mediação</u> e Uso da Informação ➤ Ementa: Serviço de referência e <u>mediação</u> da informação em diferentes tipos de Biblioteca. Os conceitos de usabilidade e acessibilidade no contexto do uso de informação. Aspectos psicológicos relacionados ao uso de informação em meio analógico e eletrônico. Promoção do uso de serviços de informação. O impacto tecnológico nos processos de recuperação da informação. Critérios de avaliação de fontes de informação na Internet. Orientação à pesquisa em bibliotecas e serviços de informação. Treinamento de usuários de serviços de informação. Serviços de extensão bibliotecária. As leis da Biblioteconomia. ➤ Período: 5º semestre (obrigatória)
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Prática em <u>Mediação</u> da Informação ➤ Ementa: Elaboração e implantação de projetos de serviços disseminação da informação; Aplicação de técnicas de Marketing na promoção de serviço de informação; Prática de apoio e orientação ao usuário e à pesquisa em Bibliotecas ou em serviços de Informação inclusive os eletrônicos. Elaboração e implantação de projetos ou participação em equipes de treinamento de usuários de bibliotecas e serviços de informação. ➤ Período: 6º semestre (obrigatória)
11) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Curso: Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação

- Disciplina: Mediação de Leitura
- Ementa: Introdução ao universo literário e da mediação. Relação leitor e o livro - importância da narrativa no desenvolvimento do indivíduo. Mediação de leitura e o papel do mediador - situações que envolvem a atividade de mediação de leitura. Lei do Voluntariado. Voluntariado - como identificá-lo.
- Período: 6º semestre (optativa)

Fonte: Santos Neto (2019, p. 304-306).

Ao atualizar os dados a partir do levantamento realizado em 2016, identificou-se que algumas disciplinas deixaram de ser obrigatórias, umas foram extintas do currículo e outras foram criadas para serem incorporadas as novas matrizes curriculares. Até 2016 eram 12 disciplinas ofertadas por oito escolas, nesta nova coleta em 2018 o número subiu para 16 disciplinas ofertadas por 11 escolas. Deste total, cinco são optativas, uma é eletiva, sete são obrigatórias e três não puderam ser identificadas. Deste número, duas disciplinas são do curso de Arquivologia e 14 são de Biblioteconomia. De acordo com o levantamento, nenhum curso de Ciência da Informação ou Museologia indicou alguma disciplina sobre mediação. Ao contrapor os dados com aqueles encontrados por Martins (2010) constatou-se que a UFSC não oferta mais a disciplina de mediação. No entanto, identificou-se que a USP e UFPA incluíram a mediação em suas disciplinas e, portanto, modifica o cenário exposto por Moraes (2012), quando estas IES não ofereciam a mediação como área de ensino. Todavia, Moraes (2012) também havia sinalizado a existência de duas disciplinas sobre mediação na UFPA.

As disciplinas identificadas têm como foco a mediação da informação, da cultura e da leitura. Quando o termo não

está explicitado em seu título, vinculam-se as ementas das disciplinas de fontes e recursos da informação e projetos culturais. Nunes (2015) aponta que, em alguns casos, os conteúdos voltados para mediação da informação são alocados na disciplina “serviços de informação e referência”. Quanto ao período de oferta, a maioria delas é oferecida no 3º ou 4º ano do curso. Essas disciplinas são de escolas que estão localizadas nas regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste. Portanto, constatou-se que a preocupação quanto a mediação da informação tem se espalhado pelo País, não ficando concentrada na região onde se iniciaram as discussões.

Foi possível concluir que a disciplina ainda não é ofertada em todas as escolas da área de CI do Brasil. Moraes (2012) também identificou a baixa presença da mediação nos projetos políticos pedagógicos dos cursos de Biblioteconomia e questiona o motivo pelo qual a temática é pouco tratada sendo que constitui o fazer principal dos bibliotecários.

Quanto a isso, Milanesi (2002, p. 15) já havia alertado sobre a necessidade em se inserir o campo da mediação no âmbito dos cursos de graduação que formam profissionais da informação. Ao especificar a relação de mediação entre a informação e o âmbito escolar, por exemplo, afirma que “Essa é uma área abandonada, ainda que fundamental e de importância estratégica para o desenvolvimento da sociedade.” Assim como Moraes (2012), também se constatou nesta pesquisa que alguns currículos priorizam as áreas “duras” da Biblioteconomia e CI, como as disciplinas de organização e representação da informação e conhecimento ou as de tecnologia e gestão da informação.

Ao analisar se a formação dos profissionais da informação brasileiros é direcionada para a mediação, Nunes (2015, p. 162) constatou que “[...] 57% responderam que tiveram disciplinas voltadas para mediação, mesmo que, em alguns casos, a nomenclatura da disciplina não fizesse menção ao termo ‘Mediação’ em seu título.”

Destaca-se que do ponto de vista acadêmico-institucional, foi da UEL o pioneirismo em considerar a Mediação da Informação como disciplina no curso de graduação em Biblioteconomia e, também, na pós-graduação *lato sensu*. Na graduação foi proposta pelo Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior em 1996, implantada na matriz em 1997 e ofertada em 2000 (SANTOS NETO; ALMEIDA JÚNIOR, 2015). Inicialmente, a referida disciplina apresentava a seguinte ementa “O profissional da informação e a mediação entre a informação e o cliente.” (MÜLLER, 1998, p. 191). Ao analisar o seu conteúdo programático, constata-se que já em sua primeira oferta, a disciplina abordou além da relação entre o profissional da informação e o cliente, também as possíveis implicações no processo da mediação, bem como sua relação com a tecnologia.

Identifica-se na referida ementa a presença de três elementos básicos da mediação da informação: profissional, informação e cliente. No entanto, por ser “embrionária”, a ementa é muito genérica e não especificava a abrangência da temática. Talvez, isto se deva também ao fato de que o próprio termo mediação ainda era pouco discutido no final da década de 90 e poucas eram as implicações sobre ele. Observa-se que o uso do termo “cliente” e não outra nomenclatura na ementa

talvez tenha se dado pela antiga divisão que existia no curso de Biblioteconomia da UEL, sendo duas frentes: Informação e Sociedade; e, Informação e Gerência. Na época, a disciplina de mediação foi criada para ser ofertada somente nesta segunda frente do curso, mais ligada a gestão e, portanto, o uso do termo “cliente” pareceu mais adequado. De acordo com Almeida Júnior (2006, p. 266),

Como as discussões e estudos para a implantação do currículo de 1997 ocorreram durante os anos de 1995 e 1996, a idéia que defendi a época – e que propunha a criação da disciplina – ainda era embrionária e se voltava tão somente para ações relacionadas à informação científica e tecnológica.

Após leitura interpretativa e categorização dos textos das ementas, reformulou-se a ideia exposta por Santos Neto e Almeida Júnior (2016) e apresenta-se uma análise mais aprofundada, a partir de múltiplos discursos:

a) Caráter teórico: conceitos e teorias de mediação, mediação da informação, da leitura e da cultura; representações sociais, memória e imaginário; processos de mediação e suas possíveis problemáticas em outros ambientes informacionais, além das bibliotecas, arquivos e museus.

b) Caráter cultural: diversidade cultural; políticas públicas; projetos culturais; ação cultural; equipamentos culturais; direitos culturais; patrimônio cultural; democracia cultural; produção cultural; relações étnico raciais; identidade; afro descendência; multiculturalismo.

c) Caráter funcionalista: serviços e produtos de informação; natureza, conceitos, características e tipologias; promoção; disseminação; extensão; marketing; gestão; avaliação.

d) Caráter pragmático: analisar e avaliar fontes e recursos de informação; desenvolvimento da competência em informação; orientar os usuários na pesquisa; treinamento e capacitação de usuários.

e) Caráter político social: o papel do bibliotecário e da biblioteca frente a cidadania; conflitos; negociação; desenvolvimento do indivíduo; ética; construção de conhecimento; políticas públicas.

f) Caráter lúdico: mediação da leitura e do livro; promoção da leitura; leitor; papel do mediador.

Compreende-se que as dimensões da mediação da informação apresentadas por Gomes (2014, 2016, 2017) se fazem presentes nas ementas das disciplinas. Em alguns casos constata-se mais a dimensão *formativa*, voltada para o papel do mediador e da biblioteca frente a comunidade. Ao mesmo tempo que a dimensão *ética* também é mais identificada, visto que se foca na prescrição de procedimentos (saber fazer) e no papel ético social do profissional da informação. As dimensões *dialógica* e *política*, por sua vez, e ainda que não menos importantes, foram pouco evidenciadas nas ementas especificamente, exceto quando se usa os termos conflito e negociação.

Sendo assim, o discurso sobre mediação nas diferentes disciplinas enfatiza basicamente seis grandes eixos: conceitos

e teorias de mediação; cultura; serviços e produtos de informação; fontes e recursos de informação; papel social; e, leitura. A seguir, são apresentadas as disciplinas sobre mediação no âmbito da Pós-Graduação em CI e áreas correlatas no Brasil.

2.2 Mediação da informação nos currículos dos cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação e áreas afins no Brasil

Localizou-se a relação das ofertas de disciplinas nos últimos seis anos (2013-2018), disponíveis nos sites dos Programas no período da coleta (dez./2018 a jan./2019) e, foram selecionadas somente aquelas disciplinas que apresentam o termo “mediação” em seu título ou ementa. Deste modo, os resultados são apresentados no quadro a seguir:

Quadro 2: IES e cursos de pós-graduação que ofertam a disciplina na temática da mediação

1) PPGCI/UFRJ/IBICT
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Informação e redes sociotécnicas ➤ Ementa: Abordagem sócio-antropológica da informação: perspectivas teórico-conceituais do estudo das redes sociais. Redes sociais e informação. Redes sociais na web e <u>mediações</u> de saberes. O modo de funcionamento e as alterações textuais no espaço digital/virtual: arquitexto, formas narrativas e <u>mediações</u> documentárias. Dispositivos de informação e comunicação na web. ➤ Categoria: Não localizada.
2) PPGCOM/USP
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Comunicação no Mundo do Trabalho: Recepção e <u>Mediações</u>

➤ Ementa/Conteúdo: I - Atividade de trabalho e os dilemas do mundo do trabalho 1. Meio sócio-técnico, trabalho e organização social; 2. A centralidade do trabalho na sociedade contemporânea; 3. As transformações no mundo do trabalho: produção linear, produção flexível; 4. Atividade de trabalho e subjetividade; 5. A comunicação no mundo do trabalho. II – Função comunicativa da Linguagem verbal e o indivíduo/social 6. Cultura, comunicação e linguagem; 7. A linguagem, o sujeito como indivíduo/social e a arena das lutas sociais; 8. Enunciação, Dialogismo e Polifonia; 9. Análise de Discurso e Atividade Linguageira. III -Atividade de comunicação e de trabalho e as teorias da comunicação: abordagens teóricas e metodológicas 10. As Teorias da Comunicação e os paradigmas clássicos; 11. Comunicação e a crítica à ação comunicativa; 12. A Comunicação entre as mídias e as mediações sociais; 13. Comunicação e as mediações do mundo do trabalho; 14. Comunicação, novas mídias e mudança social; 15. Atividade de comunicação e de trabalho: perspectiva teórico-metodológica.

➤ Categoria: Não localizada.

➤ Disciplina: Mediações e Miatizações do Consumo

➤ Ementa/Conteúdo: 1. Mediações Culturais e mediação do Consumo; 2. Miatização: conceito e tradições de estudos; 3. Consumo midiático e Consumo miatizado: da ideia de dispositivo aos dispositivos midiáticos; 4. Identificações, alteridades e consumo; 5. Produção de sentido no sistema publicitário: perspectiva semiótica francesa; 6. Produção de sentido no sistema publicitário: perspectiva da Análise de discurso Francesa; 7. Produção de sentido no sistema publicitário: perspectiva da semiose em Peirce; 8. Teorias da Recepção; 9. Produção de sentido sobre o sistema publicitário: perspectiva Análise crítica do discurso aplicada à recepção publicitária e das práticas sociais de consumo; 12. Produção de sentido na recepção publicitária e nas práticas de consumo; 13. Práticas de consumo e a transferência de significados da produção bens ao consumo individual: os vínculos de sentidos; 14. Leituras sobre a

<p>formação cultural brasileira: <u>mediações</u> e midiatizações dos sistemas publicitário e de consumo; 15. Perspectivas para identificação de vínculos de sentidos entre ações do sistema publicitário e as práticas de consumo sugeridas e as práticas de consumo efetivas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Categoria: Não localizada.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Interfaces sociais da comunicação e suas <u>mediações</u> contemporâneas: número e algoritmo. ➤ Ementa: Não localizada. ➤ Categoria: Não localizada.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Práxis Educomunicativa, da <u>Mediação</u> Tecnológica na Educação ➤ à Narrativa Transmidiática ➤ Ementa: Não localizada ➤ Categoria: Não localizada.
<p>3) PPGCI/UFMG</p>
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Informação, <u>Mediação</u> Cultural e Identidades na (pós) modernidade ➤ Ementa: Perspectivas antropológicas e filosóficas acerca do conceito de cultura; multiculturalismo e estudos culturais; hibridismo cultural e pós-colonialismo; dimensões histórico-políticas da cultura; a questão da identidade e da <u>mediação</u> cultural na (pós)modernidade; a informação como elemento instituinte da cultura e da realidade social; dinâmicas culturais e práticas informacionais na (pós)modernidade; <u>mediação</u> da informação e aprendizagem sensível da cultura. ➤ Categoria: Optativa
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Estudos Avançados em Informação, <u>Mediações</u> e Cultura ➤ Ementa: A disciplina propõe-se a definir as temáticas relevantes para a área de Ciência de Informação, tendo como escopo as discussões que relacionam as interlocuções entre informação, <u>mediações</u> e cultura em sua inserção nos contextos nacional e internacional e em face das problemáticas presentes na sociedade contemporânea. ➤ Categoria: Obrigatória.

- Disciplina: Documento e Mediação da Informação
 - Ementa: Mediação da informação (ou mediação documentária) como o conjunto das ações que formam camadas de significação sobre objetos-documento, produzidas como mensagens a um certo público. O documento como resultado das ações de mediação da informação que se realizam concretamente por meio dos procedimentos de seleção, representação, ordenação, exposições, serviços etc. Construção histórica do conceito de documento no contexto da Referências, biblioteconomia, documentação e ciência da informação, observando aproximações conceituais com a arquivologia e a museologia. Discussão contemporânea sobre o conceito de documento e a mediação propriamente documentária.
 - Categoria: Optativa.
-
- Disciplina: Linguagem, Documento e Mediação: estudos em organização da informação
 - Ementa: Explora a função documentária como elemento caracterizador da ciência da informação, no contexto das problemáticas contemporâneas das ações de promoção do acesso à informação e de seu uso qualificado. Discute o papel da linguagem na fundamentação e nas operações da Organização da Informação. Trata da pesquisa sobre estudos de linguagem aplicados à prática documentária e os avanços relativos aos aspectos pragmáticos da Organização da Informação. Explora as funções e os conceitos básicos que sustentam os processos documentários, distinguindo aspectos essenciais e contingenciais, e evidenciando o caráter intelectual das operações. Discute a visão mecanicista e universalista ainda presente na pesquisa e no ensino e a adoção da normatividade e princípios subjacentes como referenciais teóricos. Trata da anterioridade dos estudos sobre documento, bases de dados e linguagens documentárias, ressaltando o acúmulo teórico e metodológico que permite reconhecer a organização da informação como subárea de conhecimento da ciência da informação.

<ul style="list-style-type: none"> ➤ Categoria: Optativa.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: <u>Mediação</u> e Apropriação da Informação ➤ Ementa: As problemáticas das <u>mediações</u> na ciência da informação. As diversas dimensões da <u>mediação</u>: <u>mediação</u> cultural e ação cultural, <u>mediação</u> da informação, <u>mediação</u> documentária, <u>mediação</u> educativa e ação educativa, <u>mediação</u> social, <u>mediação</u> tecnológica, <u>mediação</u> como processo semiótico. <u>Mediação</u> nos serviços de referência tradicionais e virtuais. Apropriação da informação. ➤ Categoria: Optativa.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Memória, patrimônio e informação (disciplina nuclear) ➤ Ementa: Transformações históricas e as diferentes perspectivas conceituais que abordam a relação entre informação, memória e patrimônio. Correntes de pensamento presentes no campo: memória social, cultural e os estudos de patrimônio, a tradição da mnemônica, as relações entre memória, narrativa e teoria crítica, os dispositivos de representação e de <u>mediação</u> e seus processos de institucionalização em sociedade. Relações entre passado/presente e a comodificação da nostalgia. Políticas de patrimônio e de rememoração/ esquecimento. Impacto das tecnologias digitais e as relações de poder no contexto da sociedade do espetáculo e das redes sociais em meio digital. Dinâmicas nos contextos institucionais de bibliotecas, arquivos e museus ou em espaços não institucionalizados. A construção da alteridade e da subjetividade na produção do conhecimento a partir da informação e da memória social. ➤ Categoria: Optativa.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Informação e memória social ➤ Ementa: A informação e a memória como fenômenos sociais. A fundação dos campos de estudos em informação e memória social. A constituição da informação e da memória social enquanto objetos de estudos no contexto das ciências humanas e da ciência da informação. Principais abordagens teóricas e metodológicas das pesquisas em

informação e memória social. Informação, memória e seus processos de institucionalização social. Dispositivos de representação e de mediação da informação e da memória social. Instituições e lugares de informação e memória (arquivos, bibliotecas e museus). Informação, memória e relações de poder. A construção da alteridade e da subjetividade na produção do conhecimento a partir da informação e da memória social.

- Categoria: Optativa.

4) PPGCINF/UNB

➤ Disciplina: Tópicos Especiais em Comunicação e Mediação da Informação

➤ Ementa: Estudo e discussão de problemas relacionados à comunicação e mediação da informação, tais como: (i) penetração dos canais para divulgação de conhecimento técnico e (ou) científico, (ii) sistemas de registro e transferência de dados bibliográficos e acesso à conteúdos, (iii) relações entre a informação e o desenvolvimento da sociedade sob aspectos diversos (socioeconômico, científico, técnico e cultural); (iv) a informação como fator de desenvolvimento; (v) métodos e técnicas específicos para o planejamento e gestão de sistemas de informação e documentação; (vi) Princípios e metodologias para a avaliação de unidades de informação, e (ou) outros.

- Categoria: Optativa.

➤ Disciplina: Seminários em Comunicação e Mediação da Informação

➤ Ementa: Disciplina de conteúdo não específico relacionado à linha de pesquisa Comunicação da Informação, cujo objetivo é permitir a discussão dos temas relacionados à linha, especialmente dos temas de pesquisa e interesses específicos dos alunos.

- Categoria: Optativa.

➤ Disciplina: Fundamentos em Comunicação e Mediação da Informação

➤ Ementa: Comunicação e Mediação da Informação em diferentes contextos e Modelos teórico conceituais da

<p>comunicação e <u>mediação</u> da informação. Aspectos relacionados aos ambientes tradicional e eletrônico dos processos de comunicação e <u>mediação</u> da informação.</p> <p>➤ Categoria: Obrigatória.</p>
<p>5) PPGMS/UNIRIO</p>
<p>➤ Disciplina: Memória Social e Instituição</p> <p>➤ Ementa: Memória social e processos de institucionalização. Relações de poder e saber como práticas sociais e institucionais. Identidade e Instituição. Construção, <u>mediação</u> e representação da memória: corpo e arquivo. Estruturas da memória: virtualidade, historicidade. Materiais da memória coletiva e da história: documentos e monumentos. As instituições-memória: arquivos, bibliotecas, museus.</p> <p>➤ Categoria: Não localizada.</p>
<p>➤ Disciplina: Memória e Linguagem</p> <p>➤ Ementa: Relação entre linguagem e construção da memória. A linguagem como elemento fundamental do estabelecimento de elos de agregação identitária e constituidor da memória. A produção de sentidos e sua <u>mediação</u>. Os atores sociais e suas linguagens. O conceito de discurso e as práticas discursivas. As marcas discursivas evidenciadoras de estratégias de produção de sentido e de identidade. As escolhas lingüístico-discursivas que emanam das relações de poder e as que ajudam a manter ou a construir novas relações.</p> <p>➤ Categoria: Não localizada.</p>
<p>6) PPGCI/UNESP</p>
<p>➤ Disciplina: <u>Mediação</u> da Informação</p> <p>➤ Ementa: O profissional da informação e a mediação entre a informação e o usuário/leitor e entre a informação e a sociedade. Mediações e suas práticas cotidianas. Disseminação, transferência, distribuição, acesso, demanda, necessidade e interesse da informação. A recepção da informação. Apropriação da informação. Canais de acesso às informações em um mundo globalizado.</p>

<p>A Mediação como foco de ação do fazer do profissional da informação. A mediação da informação e a leitura informacional.</p> <p>➤ Categoria: Optativa.</p>
<p>➤ Disciplina: Métodos de Pesquisa Aplicados à Gestão, <u>Mediação</u> e Uso da Informação</p> <p>➤ Ementa: Métodos e técnicas de pesquisa científica aplicados à gestão, mediação e uso da informação.</p> <p>➤ Categoria: Optativa.</p>
<p>➤ Disciplina: Aspectos Semióticos dos Processos Informacionais</p> <p>➤ Ementa: Define o objeto e o campo da Semiótica. Analisa as diferenças entre os sistemas sógnicos. Introduz e examina os principais argumentos da Filosofia e Semiótica de Peirce. Relaciona os aspectos convergentes entre a Semiótica de extração peirceana e a Ciência da Informação, bem como seus avanços recentes. Discute os fundamentos semióticos dos processos informacionais de representação, <u>mediação</u> e apropriação da informação.</p> <p>➤ Categoria: Optativa.</p>
<p>➤ Disciplina: Políticas Públicas de Leitura e Biblioteca Escolar</p> <p>➤ Ementa: Abordagem histórica e cultural da unidade de informação educacional. Políticas Públicas e a Biblioteca Escolar. Política Educacional e a Relação com a Biblioteca Escolar. Tecnologia de Informação e Comunicação no Contexto da Biblioteca Escolar. Concepção, Organização de Recursos, Serviços e Produtos de Informação no Ambiente Escolar. Política Educacional e a Biblioteca Escolar. Biblioteca Escolar na Contemporaneidade. Leitura e Formação de Leitores. <u>Mediação</u> da Leitura.</p> <p>➤ Categoria: Optativa.</p>
<p>7) PPGCI/UFBA</p>
<p>➤ Disciplina: <u>Mediação</u>, Cognição e Multirreferencialidade</p> <p>➤ Ementa: Conceitos de informação, conhecimento, cognição, aprendizagem e suas várias visões. Correntes das ciências cognitivas. Interfaces entre ciências cognitivas e ciência da informação. <u>Mediação</u> e multirreferencialidade:</p>

<p>perspectivas para a organização e a difusão do conhecimento. Desenvolvimento cognitivo, competências e capacidades informacionais subjacentes ao processo de apreensão e transferência do conhecimento.</p> <p>➤ Categoria: Optativa.</p>
<p>➤ Disciplina: Produção, Circulação e <u>Mediação</u> da Informação</p> <p>➤ Ementa: Tópicos especiais sobre produção, circulação e <u>mediação</u> da informação.</p> <p>➤ Categoria: Optativa.</p>
<p>➤ Disciplina: <u>Mediação</u> e Apropriação da Informação</p> <p>➤ Ementa: <u>Mediação</u>: conceitos e relações com o fenômeno informacional. Relações entre <u>mediação</u> e apropriação da informação. Constituição de dispositivos e práticas educativo-culturais sob novas bases conceituais e metodológicas. Protagonismo cultural, <u>mediação</u> dialógica, apropriação simbólica.</p> <p>➤ Categoria: Optativa.</p>
<p>8) PPGCI/USP</p>
<p>➤ Disciplina: <u>Mediação</u> Cultural: teoria e prática</p> <p>➤ Ementa: Estudo dos referenciais teóricos e metodológicos da mediação cultural, considerada em seus aspectos históricos e sociais, como base à criação, desenvolvimento e avaliação de planos, programas e projetos de informação e cultura. Padronização e utilização de manuais de elaboração de trabalhos acadêmicos. Apresentação do trabalho acadêmico artístico. Mediação cultural: histórico, definições e abordagens Mediação cultural e contemporaneidade: a mediação Mediação cultural em contextos heterogêneos: “multi”, “inter”, “entre” cultural Mediação cultural intergeracional Mediação e paradigmas culturais: conservação, difusão, apropriação Mediação, transmissão e negociação cultural Mediação cultural e educação Mediação, linguagens e objetos culturais Dispositivos de Mediação Cultural: a. Mediação cultural em bibliotecas, b. Mediação cultural em museus, c. Mediação cultural em centros de cultura, d. Mediação cultural em ambientes não-institucionais.</p>

<ul style="list-style-type: none"> ➤ Categoria: Optativa.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Infoeducação: Acesso e Apropriação de Informação na Contemporaneidade ➤ Ementa: Informação e Educação na “sociedade do conhecimento”; quadro informacional contemporâneo e processos de significação da informação; Informação como campo epistemológico e objeto educacional: abordagens; conceito de Infoeducação; conceito de protagonismo cultural; conceito de dispositivo cultural; dispositivos dialógicos de Infoeducação: conceito e tipologia; conceito de <u>mediação</u> cultural; conceito de apropriação cultural; conceito de Estação do Conhecimento; conceitos de saberes informacionais; Programa de Infoeducação. ➤ Categoria: Optativa.
<p>9) PPGICS/ICICT/FIOCRUZ</p>
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Teorias da <u>Mediação</u> e Mdiatização: questões para a comunicação e saúde ➤ Ementa: Fundamentos do estudo da mediação no campo da comunicação. A contribuição de Theodor Adorno. Análise das mediações da indústria cultural com a da saúde. A crítica de Raymond Williams à noção de mediação. Processos e práticas de mediação. A virada epistemológica de Jesús Martín-Barbero: dos meios às mediações. Das mediações culturais da comunicação às mediações comunicativas da cultura. Os estudos da comunicação e o consumo cultural. As mediações comunicativas da saúde. Mediação e midiatização. Mediações entre campos sociais: saúde e jornalismo. Limites e possibilidades da teoria dos campos sociais na crítica de Nick Couldry. A noção de bios midiático e a perspectiva de Muniz Sodré. Processos de midiatização de doenças na análise de Antonio Fausto Neto. A saúde midiatizada: tecnologias, discursos e práticas de subjetivação. ➤ Categoria: Não localizada.
<p>10) PPGCI/UFF</p>
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Aspectos Éticos e Legais da Informação

<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ementa: O saber sobre a informação como um dos direitos humanos supõe diferentes aportes, recortes e abordagens em função dos aspectos sociológicos, axiológicos e deontológicos realçados pelas indagações de vários campos do conhecimento. A problematização ética da questão do acesso informacional, nos lugares de informação e memória e nos fazeres profissionais de produção e <u>mediação</u> para o uso destacando-se os aspectos da mesma, tanto como fato social, como valor - público ou privado – quanto como objeto de normas. O estatuto da questão informacional abordado como um direito no nível nacional e internacional – incluindo as questões ético-legais colocadas pelas transformações nos dispositivos sócio-técnicos. ➤ Categoria: Obrigatória.
11) PPGCI/UEL
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Tópicos Especiais em Ciência da Informação: <u>Mediação Cultural</u> no âmbito da Ciência da Informação ➤ Ementa: Conceito de Mediação Cultural. Informação, Cultura e Sociedade. Mediação Cultural em diferentes ambientes informacionais. ➤ Categoria: Optativa.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: <u>Mediação</u> Informacional e Comunicacional ➤ Ementa: Mediação e seus conceitos em diferentes áreas. Mediação informacional e comunicacional nos espaços de leitura, informação e aprendizagem. ➤ Categoria: Optativa.
12) PPGB/UNIRIO
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Biblioteconomia, Comunicação e <u>Mediação</u> ➤ Ementa: As vozes sociais contemporâneas sobre leitura; retratos e avaliações de leitura no Brasil; a leitura e a formação do sujeito; a leitura literária, erudição e a formação escolar; leitura e a cultura de massa; leitura e as novas tecnologias; livro de papel x livro digital. ➤ Categoria: Não localizada.
13) PPGARQ/UNIRIO
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Arquivos, Estado e Sociedade

<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ementa: <u>Mediações</u> informacionais entre Estado e Sociedade: perspectiva histórica e configurações contemporâneas. A inserção dos arquivos no conjunto de relações que envolvem o Estado, o governo, a administração pública e a sociedade. Democracia, cidadania e arquivos: configurações históricas e aspectos teóricos. Usos sociais da informação arquivística. Arquivos, governo eletrônico, “open government” e redes sociais. Arquivos, direitos humanos e movimentos sociais. A incorporação de procedimentos e teorias arquivísticas aos estudos sociais, assim como sua utilização para o desenvolvimento de intervenções sociais. ➤ Categoria: Não localizada.
<p>14) PPGGOC/UFMG</p>
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Tópicos Especiais em GET: Museus: Ciência, Arte, Tecnologia – Representação do Conhecimento ➤ Ementa: Fundamentos da Museologia-Museus. Ciência, arte, tecnologia e experiências inovadoras em museus. A representação do conhecimento no âmbito das exposições museológicas, questões referentes à <u>Mediação</u>. Museus-web. ➤ Categoria: Optativa.
<p>15) PPGMA/FCRB</p>
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: O Nacional, o Moderno e o Popular no Brasil e em Perspectiva Comparada ➤ Ementa: A historicidade dos conceitos de nacional, moderno e popular, seus contornos, limites e formas de circulação. Diferentes produções intelectuais e artísticas. Construções étnicas e/ou identitárias, linguagens e atores sociais. Aspectos teóricos que envolvem práticas de leitura e formas de <u>mediação</u> cultural. ➤ Categoria: Optativa.
<p>16) PPGB/UFCA</p>
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: <u>Mediação</u> da Informação ➤ Ementa: Abordagens conceituais de <u>mediação</u> nas ciências sociais, especialmente na Biblioteconomia e Ciência da

<p>Informação. Tipos de <u>mediação</u> da informação. Aplicações da <u>mediação</u> em centros de informação. <u>Mediação</u> e tecnologias de informação. <u>Mediação</u> e gestão da informação.</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Categoria: Optativa.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Informação, Cultura e Memória ➤ Ementa: Abordagens filosóficas e históricas do conceito de informação. A informação como fenômeno cultural. A informação e conceitos correlatos como dado, documento, artefato e acervo para preservação da memória. Contribuições da informação para construção de costumes e crenças comunitárias. Informação no contexto da cultura digital. Informação como fenômeno de <u>mediação</u> cultural. Reflexões sobre memória social. Informação como desiderato da formação identitária de indivíduos e grupos sociais. Práticas para estímulo à cultura e preservação da memória. ➤ Categoria: Obrigatória.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Produção, Comunicação e Uso da Informação ➤ Ementa: Aborda as dinâmicas da informação nos contextos social, gerencial, tecnológico, histórico, filosófico e epistemológico. Políticas públicas de informação. Estuda <u>mediações</u> em ambientes de informação. Práticas de comunicação científica. Práticas de leitura e formação de competências. Processos, serviços e produtos para uso e apropriação da informação. ➤ Categoria: Obrigatória.
<p>17) PPGCI/UFC</p>
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Cultura e <u>Mediação</u> da Informação ➤ Ementa: Abordagens teóricas relativas ao estudo da <u>mediação</u> cultural e informacional. Reflexões e análises sobre os processos info-comunicacionais e as <u>mediações</u> socioculturais da informação. Formas de <u>mediação</u>, recepção e apropriação da informação pelo usuário, bem como a sua ação crítica, interpretativa e de ressignificação. As representações e os conteúdos simbólicos da cultura informacional na sociedade.

<ul style="list-style-type: none"> ➤ Categoria: Optativa.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Informação Social e Cultura Informacional ➤ Ementa: A informação social e a construção de competências em informação como fatores determinantes para o desenvolvimento cultural local e regional. A importância da <u>mediação</u> da informação e da cultura informacional para a reconfiguração do pensamento social na perspectiva da condição humana, da sociologia do conhecimento e da educação para a sustentabilidade e para a cidadania. ➤ Categoria: Optativa.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: Informação para a Mídia: processos e <u>mediações</u> culturais na construção de realidades contemporâneas ➤ Ementa: Estudo das teorias e conceitos aplicados aos estudos culturais e das propostas metodológicas de aferição das <u>mediações</u> entre a informação, os processos informacionais e seu uso pela mídia. Reflexões e análises das formas de <u>mediações</u> que se estabelecem entre a cultura; os processos e fluxos informacionais e a mídia, na produção, difusão, emissão e recepção dos fenômenos culturais e midiáticos. Mensuração e análise dos fenômenos informacionais na mídia e a produção, circulação e recepção das realidades informacionais e midiáticas contemporâneas. Reflexões acerca nas novas realidades e <u>mediações</u> simbólicas provocadas pelos fluxos informacionais que alimentam a mídia. ➤ Categoria: Optativa.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disciplina: <u>Mediação</u> e Competência em Informação nos ambientes de informação ➤ Ementa: Abordagens teórico-conceituais em torno da <u>mediação</u> da informação. Relações entre <u>mediação</u> para o desenvolvimento de competência em informação em ambientes de informação. Competências e habilidades informacionais subjacentes ao processo de apreensão e apropriação da informação e do conhecimento. Constituição de práticas interacionistas, dialógicas, educativas, e culturais em ambientes de informação sob

<p>novas bases conceituais e metodológicas. Protagonismo social, <u>mediação</u> dialógica, apropriação e empoderamento.</p> <p>➤ Categoria: Optativa.</p>
<p>➤ Disciplina: Práticas Informacionais, <u>Mediação</u> e Etnografia</p> <p>➤ Ementa: Estudo das práticas informacionais a partir da relação entre informação, técnica, sociedade e cultura. Nesse sentido, reflete acerca do modo por meio do qual os processos informativos e comunicacionais podem acarretar implicações diretas no estilo de vida e na visão de mundo dos indivíduos. Com base na ideia de que o atual contexto favorece não só o surgimento de variados fluxos de informação mediados pela técnica, como também carrega consigo traços simbólicos dos indivíduos que deles se utilizam, refletidos em suas práticas cotidianas no tocante à informação, cabe o estudo da etnografia como um método de pesquisa que possibilita tanto a realização de investigações sobre a oferta e a demanda de informações nos diversificados espaços midiáticos e de interação dos quais os indivíduos participam, como possibilita, ainda, perceber de que maneira os fluxos de informação podem desencadear diferentes modos de ação relacionados à informação na vida contemporânea.</p> <p>➤ Categoria: Optativa.</p>
<p>18) PPGCI/FUFSE/UFS</p>
<p>➤ Disciplina: <u>Mediação</u> da Informação em Unidades de Informação e demais Organizações</p> <p>➤ Ementa: Estudos e pesquisas sobre mediação da informação em unidades de informação e organizações.</p> <p>➤ Categoria: Optativa.</p>
<p>19) PPGCI/UFPA</p>
<p>➤ Disciplina: <u>Mediação</u> em Ambientes Multimídias</p> <p>➤ Ementa: O profissional da informação e a <u>mediação</u>, dos livros às redes. Busca, seleção, compreensão e apropriação da informação em ambiente multimídia. Leitores midiáticos e hipermidiáticos. Leitura social e o incentivo à leitura. Nativos digitais, comportamento e competência</p>

informacional. Mediação na produção e disseminação da informação digital. As tecnologias de informação e comunicação e a desintermediação.

➤ Categoria: Optativa.

Fonte: Santos Neto (2019, p. 312-320).

A partir de um universo de 29 PPG, identificou-se que 19 Programas indicaram 44 disciplinas que abordam a temática da mediação. Deste número, quatro disciplinas são de PPG em Biblioteconomia (mestrados profissionais), quatro são PPG em Comunicação, duas são de um PPG em Memória Social, uma é de um PPG em Informação e Comunicação em Saúde, uma é do PPG em Arquivologia (mestrado profissional), uma é do PPG em Gestão e Organização do Conhecimento, uma é do PPG em Memória e Acervos e as demais 30 são de PPG em Ciência da Informação. Do total de disciplinas, 28 são optativas, cinco são obrigatórias e 12 delas não foi possível identificar a classificação como disciplina obrigatória ou optativa. Os Programas que indicaram o maior número de disciplinas ofertadas foram o PPGCI/UFMG (7), PPGCI/UFC (5), PPGCI/UNESP (4) e PPGCOM/USP (4).

Destaca-se que no quadro 2 há mais de uma disciplina por Programa e que provavelmente não são ofertadas concomitantemente, mas foram propostas no decorrer do tempo e ainda constam na página dos Programas, mesmo não sendo mais ofertadas regularmente. Uma premissa é a de que algumas disciplinas poderiam ter sido ofertadas pontualmente.

No caso das disciplinas da Pós-Graduação não foi possível identificar qual foi a IES que ofertou pela primeira vez uma disciplina sobre mediação, visto que os Programas

disponibilizam dados referentes aos últimos cinco ou seis anos. No entanto, analisou-se também o discurso revelado a partir das ementas e seus conteúdos.

Nota-se tanto a divergência quanto a convergência em relação aos textos que descrevem as ementas das disciplinas analisadas. Quanto a divergência, identifica-se aquelas que são mais específicas e voltadas para um campo determinado, como é o caso daquelas direcionadas a Arquivologia, Museologia ou Comunicação, por exemplo. Além disso, deparou-se com ementas muito genéricas e pouco descrevem a sumarização do que pode ser tratado na disciplina, estas, muitas vezes, apenas descrevem que serão abordados os tópicos relacionados a linha de pesquisa na qual se insere e/ou relacionados aos projetos de pesquisa dos mestrandos e doutorandos.

Pode-se identificar nas ementas a presença de diversas modalidades de mediação, a saber: mediação da informação ou mediação informacional; mediação comunicacional; mediação da cultura ou mediação cultural; mediação da leitura; mediação sociocultural; mediação educativa; mediação tecnológica; mediação documentária; mediação da memória; mediação dos saberes; e, mediação social e do mundo do trabalho. Estes dados reforçam a plasticidade do conceito de mediação (DAVALLON, 2007), pois ele pode ser empregado em diversas áreas do conhecimento e, portanto, aprofundado e discutido em diferentes PPG e linhas de pesquisa. Esta especificação é evidente nas ementas indicadas.

Após analisar o texto contido nas ementas, foi possível categorizar os discursos em algumas categorias, diferentes

daquelas estabelecidas com as disciplinas da graduação, visto que no caso da pós-graduação, a disciplina é trabalhada de maneira mais interdisciplinar e aprofundada. Os elementos e suas implicações foram delimitados da seguinte forma:

a) Caráter epistemológico e interdisciplinar: Conceitos e teorias de mediação inter-relacionados a informação, sociedade, cultura (estudos culturais, hibridismo cultural, identidade), memória, patrimônio, redes sociais, que advém de outras subáreas além da CI, como a Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia, Museologia, Comunicação, Filosofia, Semiótica, Sociologia, Linguística, Antropologia.

b) Caráter pragmático: Mediação se efetiva a partir de processos e práticas informacionais (seleção, representação, ordenação, exposição, disseminação, transferência, distribuição, acesso, serviço de referência), distanciando-se da visão mecanicista e técnica e aproximando-se do caráter intelectual, tão presente na mediação. Mediação realizada pelo profissional da informação em arquivos, bibliotecas, museus e distintas organizações. Construção e desenvolvimento da competência em informação e os processos que visam o uso e a apropriação da informação de maneira crítica, reflexiva e qualificada.

c) Caráter simbólico: Linguagem e comunicação como fatores beneficiados de mediação, pois se efetivam a partir de vários processos como a enunciação, produção de sentido, construção de significados, práticas discursivas, poder, sistemas sócio e linguístico-discursivos, construção de costumes e crenças etc., que podem interferir no modo como as pessoas leem o mundo e convivem nele. Responsabilidade

da mediação (humana ou midiática) nas construções simbólico-culturais.

d) Caráter social: Interferência e impacto das modalidades de mediação na esfera social e as implicações dos processos no contexto social (presencial ou virtual). Informação e memória social como impulsionadores da alteridade e da construção subjetiva de conhecimento, logo como um dos direitos humanos e matéria prima para formação identitária de indivíduos e grupos sociais. A ética na e da mediação dos profissionais da informação. Mediação e informação para o desenvolvimento local e regional, em especial para a sustentabilidade e cidadania.

e) Caráter político-pedagógico: Protagonismo na mediação da cultura, da informação e da leitura. Fomento à leitura, incentivo à leitura, políticas públicas, políticas educacionais, leitura informacional, perfis múltiplos de leitores e de leitura, leitura literária, cenário da leitura no Brasil, biblioteca escolar e formação de leitor, possibilidades de leitura e apropriação.

Ao confrontar os discursos construídos a partir dos textos que configuram as ementas das disciplinas no âmbito da pós-graduação com as dimensões da mediação propostas por Gomes (2014, 2016, 2017), verificou-se que a *formativa*, *estética* e *ética* são as dimensões mais evidentes. Elas se inter-relacionam em meios aos discursos pragmático, simbólico, social e político-pedagógico. As dimensões *dialógica* e *política*, por sua vez, são menos percebidas.

Se reconhece a necessidade em se discutir a mediação não somente nos cursos de pós-graduação como também nos cursos de graduação. Carvalho (2016, p. 48) enfatiza que a mediação da informação,

[...] em face da sua relevância e consistência teórico-prática, deve ocupar, de forma ainda mais intensa, espaços de produção e aplicação acadêmico-profissional na BCI, incluindo suas inserções disciplinares nos currículos das graduações de Biblioteconomia, assim como expansão das pesquisas de monografia, dissertação, tese e as aplicações de pesquisa/ extensão dos professores/ pesquisadores [...].

Além disso, os dados do quadro 1 foram comparados aos resultados do quadro 2, com o objetivo de verificar se as IES que ofertam disciplinas na temática da mediação na graduação, são também aquelas que ofertam no âmbito da Pós-Graduação. Feito isto, identificou-se, até o momento da coleta, que as IES que possuem disciplinas tanto na graduação quanto na pós, são somente: UEL, UNESP, UFPA e UFRJ.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao comparar com o total de disciplinas ofertadas na graduação (16) identificou-se que o número de disciplinas no âmbito da pós-graduação é quase três vezes maior (44). Este índice representa que a mediação se faz presente tanto no âmbito da pesquisa (como já indicado pelo número de produções) quanto na esfera do ensino, seja da pós ou da graduação. Ao inserir a mediação como disciplina ou parte da ementa, a IES através de seus cursos, possibilitam ao estudante conhecer uma outra perspectiva no contexto da CI, a

mediação. Além disso, acredita-se também que um dos fatores que levou ao baixo número de disciplinas na graduação quando comparado à pós-graduação, seja a demora na atualização e mudança nas matrizes curriculares.

Passados mais de 20 anos da primeira disciplina direcionada para mediação na graduação, ainda é pequeno o número de escolas que a inserem em suas matrizes curriculares.

Como sugestões para pesquisas futuras aponta-se âmbito do ensino e formação: analisar as bibliografias básicas e complementares das disciplinas de mediação da graduação e pós-graduação, bem como contatar os docentes responsáveis por tais disciplinas para coletar maiores informações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. *In: Encuentro de Educadores e Investigadores en Bibliotecología, Archivología, Ciencias de la Información y de la Documentación de Iberoamérica y el Caribe (EDIBCIC)*, 7., 2006, Marília. **Anais [...]** Marília: UNESP, 2006.

CARVALHO, J. **Tópicos em Biblioteconomia e Ciência da Informação**: epistemologia, política e educação. Rio de Janeiro: Agência Biblio, 2016. 124p.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com**, Porto, n. 4, 2007. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2100>. Acesso em: 15 ago. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 175p.

GOMES, H. F. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. *In*: MORIGI, V.; JACKS, N.; GOLIN, C. (org.). **Epistemologias, Comunicação e Informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 91-107.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, out. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>. Acesso em: 08 ago. 2020.

GOMES, H. F. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. *In*: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (org.) **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 27-44.

MARTINS, A. A. L. **Mediação**: reflexões no campo da Ciência da Informação. 2010. 255 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECID-88MHR9>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MILANESI, L. A formação do informador. **Informação & Informação**, Londrina, v. 7, n. 1, p. 7-40, jan./jul. 2002. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1694>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MORAES, M. B. **As transformações dos processos de mediação da informação nos currículos de formação do bibliotecário brasileiro no contexto da sociedade da informação.** 2012. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-15022013-094606/pt-br.php>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MÜLLER, M. S. **Gerenciamento acadêmico: um processo de mudança no ensino da Biblioteconomia.** Londrina: EDUEL, 1998. 200p.

NUNES, M. S. C. **Mediação da Informação em Bibliotecas Universitárias brasileiras e francesas.** 2015. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18642>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SANTOS NETO, J. A. **O estado da arte da mediação da informação: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos.** Orientador: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior. 2019. 460p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181525/santosneto_ja_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 08 mar. 2020.

SANTOS NETO, J. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A disciplina mediação da informação nos currículos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, Marília, v. 3, n. 1, p. 3-

23, jan./jun. 2016. Disponível em:
<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/71531>. Acesso em: 14 ago. 2020.

SANTOS NETO, J. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A experiência didático-pedagógica na disciplina Mediação da Informação no curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual de Londrina, Paraná/Brasil. *In: ENCUESTRO IBÉRICO EDICIC, 7., 2015. Actas [...]* Madrid: Universidad Complutense de Madrid – UCM, 2015.

VALENTIM, M. L. P. Construção de conhecimento científico. *In: VALENTIM, M. L. P. (org.) Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação.* São Paulo: Polis, 2005. p.7-28.

VOLPATO, G. L. **Ciência:** da filosofia à publicação. 4. ed. Botucatu: Tipomic, 2004.

WITTER, G. P. Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e busca de informação. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 5-30, jan./jul. 1990.

CAPÍTULO 16

MEDIAÇÃO E SERVIÇO DE REFERÊNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA EM TESES E DISSERTAÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Jorge Santa Anna

Célia da Consolação Dias

Benildes Coura Moreira Santos Maculan

1 INTRODUÇÃO

O serviço de referência continua a ocupar uma importante função nas bibliotecas no decorrer dos anos. Grogan (2001, p. 32) aponta que aqueles que trabalham com o serviço de referência acreditam que “[...] nele é que se encontra a própria essência da biblioteconomia”. Além disso, o autor sinaliza que o serviço de referência é o “cerne da prática bibliotecária” e traz em seu texto a visão de outros autores sobre o serviço de informação. Neste sentido, ele cita a visão de Ranganathan (1961) declarou que o serviço é visto como a razão precípua de todas as atividades das bibliotecas, e representa o coração dessas unidades. Salienta, ainda, que esse serviço proporciona “[...] uma assistência pessoal direta ao consulente que lhe traz uma necessidade de informação.” (GROGAN, 2001, p. 33).

Caracterizar o serviço de referência apenas no âmbito das buscas realizadas junto a um acervo pode representar uma visão muito limitada desse serviço. Para entender isso, Grogan (2001, p. 8) destaca que o papel do serviço de referência é “compreender as estruturas dos conhecimentos registrados onde elas existam e auxiliar no processo de estruturação e onde não existem”, sobretudo com a diversidade de recursos oriundos com o uso das tecnologias digitais e com o desejo de a biblioteca prestar serviços de qualidade. Com efeito, o serviço de referência foi se ampliando, de um serviço meramente estático e assistencial (SHERA, 1966), relacionado somente à prática de uma mediação explícita, para um serviço mais dinâmico e interativo, que tem relação com uma mediação implícita dentro da unidade de informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2015).

Assim, é possível manifestar a oferta de um serviço mais específico, cujo foco principal é colocar em sintonia usuários e as fontes de consulta sistematizadas em um acervo. No contexto da mediação, considera-se que o serviço prestado vai além do acesso, contemplando questões associadas ao uso, apropriação de informação, dentre outras. A partir de uma concepção mais estrita, alguns conceitos e práticas permeiam o serviço de referência, como apontado por Grogan (2001), por exemplo: atendimento, consulta, processo de referência, estratégias de busca, dentre outros. Além disso, o serviço pode assumir uma abordagem mais ampla, envolvendo ações mais complexas, como educação de usuário, orientação, divulgação, para citar apenas algumas.

Na literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação, encontra-se um vasto número de estudos publicados sobre esse tipo de serviço. Nessas investigações, em linhas gerais, confirma-se a evolução do serviço de referência e sua importância para a promoção e reconhecimento da biblioteca na sociedade. Logo, compreender o serviço de referência é reconhecê-lo como um serviço de assistência conduzida por cordialidade (GREEN, 1876); uma interação personalizada que liga usuários e informação (RANGANATHAN, 1961); um processo regido por etapas para reconhecimento da necessidade e busca da satisfação (GROGAN, 2001); a possibilidade de promoção dos serviços de informação (ACCART, 2012; FIGUEIREDO, 1992); e, além disso, um serviço sofisticado com recursos interativos da internet (CHAPUTULA; MUTULA, 2018).

Embora a literatura apresente uma diversidade de estudos sobre o serviço de referência, muitos desafios estão presentes na experiência profissional que impossibilitam a efetivação desse serviço, tais como a falta de infraestrutura tecnológica, capacitação profissional inadequada, escassez de recursos humanos, dentre outros. Nesse contexto, investigar, com profundidade - tanto no plano teórico quanto no pragmático - o que pode ser oferecido pelo serviço de referência pode ser uma estratégia que estimule a construção de planos de ação e diretrizes para a elaboração de planejamento, implementação ou melhoria do serviço.

Do ponto de vista teórico, Almeida Júnior (2015) pontua que o serviço de referência precisa ampliar seus fundamentos com vistas a reforçar sua bagagem conceitual e

extrapolando sua característica empírica. Do ponto de vista empírico, Chaputula e Mutula (2018) defendem que é o momento de identificar boas práticas e disseminá-las entre as bibliotecas, sobretudo a partir dos dispositivos implementados com o uso das tecnologias móveis e interativas. Em ambos os estudos, é reforçada a importância do contato interpessoal presente no serviço oferecido pela biblioteca, o que enaltece o papel exercido pela mediação.

Assim como o serviço de referência, que teve suas origens no final do século XIX (GREEN, 1876), a mediação da informação nas bibliotecas também é um tema relevante e muito pode contribuir com as práticas realizadas pelos bibliotecários para melhor atendimento das necessidades da comunidade (ALMEIDA JÚNIOR, 2015). Pelas abordagens de pesquisa publicadas na literatura, entende-se a mediação como uma prática muito mais completa e abrangente, que pode se manifestar de modo implícito (sem contato direto com o usuário) ou explícito (com contato direto com o usuário, como acontece no serviço de referência).

Nesse contexto, entende-se que a característica de mediação presente no serviço de referência é do tipo explícita. No entanto, compreender outras formas de mediação implícitas, é importante para a melhoria dos serviços oferecidos (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETO, 2014). Com esse pensamento, surge a problemática deste estudo, assim formulada: que contribuições o processo de mediação pode promover no serviço de referência em uma biblioteca? Considera-se que estudar essa temática é relevante, pois se espera levantar os elementos que tornam o serviço de

referência mais integrado e dinâmico, o que contribuirá para a qualificação e a promoção dos serviços de informação oferecidos pela biblioteca. Além disso, esses elementos poderão ser empregados como pontos constitutivos dos planos de ação para os serviços de referência e informação nas bibliotecas.

O presente texto tem o propósito de relacionar o serviço de referência com o processo de mediação, haja vista identificar contribuições desse processo a partir da diversidade de ações e iniciativas pertencentes ao conceito de mediação. Com isso, serão fornecidos indícios para a melhoria dos serviços que os bibliotecários podem realizar, sobretudo em tempos de uso intensivo de tecnologias digitais.

2 APONTAMENTOS TEÓRICOS: BREVES CONSIDERAÇÕES

O serviço de referência surgiu como um projeto de assistência a leitores, de modo a oferecer materiais condizentes com a realidade de cada leitor (GREEN, 1876). A concepção assistencial é estendida com o crescimento das bibliotecas e o envolvimento com pesquisa, o que possibilita o desenvolvimento de um serviço direcionado à instrução (SHERA, 1966), prevalecendo-se como essência, a interação entre dois agentes para busca de informação (GROGAN, 2001).

Além disso, com a diversificação dos recursos tecnológicos presentes nas bibliotecas, o contato face a face passa a ser estabelecido com auxílio de computadores e outros dispositivos. Essa ocorrência está associada ao nascimento de

um novo serviço de referência, denominado de serviço digital (ACCART, 2012; OTLET, 1989). Segundo Hervieux e Tummon (2018), o serviço de referência digital é a conversão de um único serviço, prestado de modo instantâneo, haja vista atender usuários locais e distantes. Para Anyim (2018), mesmo com o uso das tecnologias, a essência do serviço prevalece, pois a comunicação interpessoal é a principal característica do serviço, seja tradicional ou digital, cujo conhecimento, ideia ou mensagem são interpretadas e transmitidas entre bibliotecários e usuários.

Com a evolução das tecnologias e a diversificação de necessidades, perfis e realidades dos usuários, entende-se que a proposta mais adequada para os serviços da biblioteca é aquela que valoriza o contexto híbrido. A realidade híbrida utiliza serviços em diferentes formatos, com uso variado e simultâneo de recursos e que valoriza a aprendizagem colaborativa, ou seja, profissionais e usuários da biblioteca ensinam, aprendem e compartilham habilidades, o que enaltece a capacidade educativa dos serviços da biblioteca (ABREU, 2009; AGRASSO NETO; GONNERMAN; JOHNSON, 2016). Desse modo, o bibliotecário de referência assume papéis distintos, com o:

[...] desenvolvimento das capacidades motoras, afetivas, de relação interpessoal e de inserção social. [Com isso, busca-se] interiorizar comportamentos [que] significa assimilar conteúdos factuais e conceituais (conhecimentos), conteúdos procedimentais (habilidades) e conteúdos atitudinais (valores). Somente a partir desse trinômio – conhecimentos, habilidades e valores – é possível realizar a *educação de usuários* em sua

verdadeira aceção (DUDZIAK; GABRIEL; VILLELA, 2000, p. 7, grifo dos autores).

Isso reforça que o serviço de referência precisa ser dinâmico e integrado, composto por vários elementos constitutivos, como: o usuário do serviço, a interface (que representa o meio usado para interagir com os usuários, tais como e-mail, formulário web, chat, videoconferência, entre outros recursos), a informação, os recursos humanos e os eletrônicos (incluindo aqueles baseados em CD, em mídia impressa, eletrônico e digitalizado), bem como recursos de impressão (OYEWOLE; OLADEPO, 2017).

Essa diversidade de recursos possibilita, por conseguinte, o planejamento de um serviço integrado e constitui uma realidade em diversas partes do mundo. No contexto francês, por exemplo, o serviço de referência assume a função de disseminador de qualquer serviço oferecido pela biblioteca, com a presença do bibliotecário para mediar as atividades (ACCART, 2012). Na Itália, de acordo com Tamaro e Salarelli (2008), essa função é também assumida pelo serviço de referência, embora se sustente em três subdivisões, que são: oferta de fontes de informação, capacitação de usuários e práticas de orientação. O quadro 1 apresenta as definições de cada uma dessas funções atribuídas ao serviço de referência.

Quadro 1: As três funções principais do serviço de referência

Função	Definições
Oferta de fontes de informação	Serviço que oferece ao usuário a informação de que ele necessita ou a citação dos recursos onde pode encontrar a informação que procura, como resposta a demandas precisas.

Capacitação de usuários	Diz respeito à oferta de treinamentos, por meio de cursos que possibilitem ao usuário aprender a fazer pesquisa e usar os recursos digitais.
Práticas de orientação	Está associada à ação de auxílio guiado, ou seja, uma ajuda realizada de modo pró-ativo, para que o usuário identifique exatamente os recursos e os serviços de que ele precisa, por meio de listas ou serviços oferecidos no balcão de referência.

Fonte: Tammaro e Salarelli (2008, p. 271).

As três funções apresentadas no estudo de Tammaro e Salarelli (2008), em especial a capacitação e orientação, possibilitam a presença de dois agentes humanos, cujas tecnologias manifestam-se como facilitadoras ou auxiliadoras do processo de mediação, como pontuaram Hervieux e Tummon (2018). Ao apresentar o contexto do serviço de referência nas bibliotecas europeias, Accart (2012) associa esse serviço com a mediação, caracterizada como um processo de intervenção que demanda a ação do bibliotecário para promover os serviços da biblioteca.

Na visão de Zick (2000), a mediação é uma característica eminente do serviço de referência, em especial quando possibilita o contato entre pesquisadores e fontes de informação. Para concretização desse processo, são estabelecidas algumas ações realizadas pelos bibliotecários, a saber: assistência na seleção de bancos de dados e sites da internet; pesquisa e recuperação automatizadas de informações (com base nas consultas dos usuários); assistência na estruturação de consultas (por exemplo, correspondência dos termos dos usuários com vocabulários controlados, subtítulos e termos do tesouro, sugerindo conceitos/termos similares);

assistência na modificação da estratégia; e assistência na interpretação e classificação dos resultados da pesquisa.

Essa interação entre profissional e usuário na busca por informação constitui o núcleo-base do serviço de referência (GROGAN, 2001) e possibilita a manifestação da mediação explícita, ou seja, aquela cuja presença do usuário é inevitável seja ela ocorrendo de forma física ou virtual (ALMEIDA JÚNIOR, 2015). Todavia, há de se considerar que a mediação implícita possibilita, também, uma preocupação com a necessidade do usuário, pensando em sua satisfação, tal como ocorre nas práticas de organização e representação da informação. Portanto, “[...] a mediação da informação além de ser uma interferência, determina todo fazer do bibliotecário [...]” (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETO, 2014, p. 98).

Nesse contexto, entende-se que a mediação pode contribuir para a evolução do serviço de referência, ao ampliar/promover os serviços oferecidos pelas bibliotecas (ZICK, 2000; ACCART, 2012). Isso se deve, em grande parte, à amplitude do conceito de mediação, que deveria perpassar todo o fazer do bibliotecário, com ou sem a presença física do usuário. Embora a mediação explícita se intensifique no serviço de referência, por meio da interação usuário/profissional, “[...] é imprescindível também que haja uma preocupação e atenção do bibliotecário em se atentar às mudanças para melhoria e inovação no processo de comunicação com o usuário” (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETO, 2014, p. 105).

A amplitude do conceito de mediação e seus fundamentos, portanto, servem para repensar a prática do serviço de referência, além de possibilitar a formação das bases

teóricas desse serviço (ALMEIDA JÚNIOR, 2015). Pensar essa relação é uma oportunidade de ampliar o uso da biblioteca e de seus recursos, com destaque ao papel desempenhado pelo profissional da informação, seja nas ações técnicas, de interação ou de comunicação (ANYIM, 2018).

A disponibilização de ambientes híbridos para oferta de serviços de referência é uma tendência da contemporaneidade, provocada pela fusão entre tecnologias digitais e necessidades diferentes das comunidades atendidas pela biblioteca, que se torna uma unidade multifuncional (AGRASSO NETO; ABREU, 2009). Em conjunto com as funções tradicionais, a função de mediação visa à construção e gestão de novos serviços de informação, o que implica a manifestação de outros conceitos e questões relacionadas à capacidade técnica, proficiência, didática, comunicação, dentre outros. Com todo efeito, “[...] a mediação é um dos componentes das noções de relação de serviço e de produção do serviço (*servuction*) que serão explicitadas” (ACCART, 2012, p. 15), cabendo às bibliotecas se adequarem a essa nova realidade.

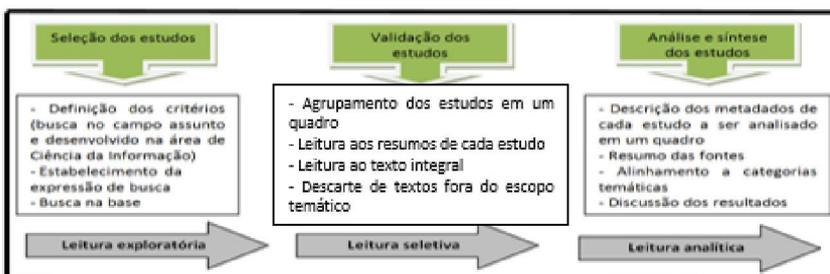
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ancorado no objetivo principal formalizado para esta investigação, o presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa pura, exploratória, qualitativa, com aplicação da revisão integrativa da literatura e análise de conteúdo como contributo para a construção dos resultados, conforme indicado por Marconi e Lakatos (2002), Bardin (2011), Creswell (2014) e Gil (2019). Importante destacar que, assim como esclareceu Ercole, Melo e Alcoforado (2014), acerca das revisões

integrativas, não há um rigor metodológico quando comparada à revisão sistemática, sobretudo no que tange à definição de critérios para seleção dos estudos e etapas sistemáticas para análise e aferição de resultados.

Assim, neste estudo, o assunto principal abordado é a identificação dos elementos implícitos e explícitos da mediação no serviço de referência, que é tratado de modo mais genérico, cujas fontes de pesquisa restringiram-se a teses e dissertações desenvolvidas pelos 29 Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação brasileiros. A busca por esses documentos foi realizada na base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), mediante a expressão de busca “serviço de referência em bibliotecas”, sem delimitação de período específico de publicação. A pesquisa foi desenvolvida em três etapas integradas, guiadas por diferentes procedimentos e mediadas pela leitura exploratória, seletiva e analítica, conforme recomendado por Gil (2010). A figura 1 ilustra o percurso adotado.

Figura 1: Desenho da metodologia adotada na pesquisa



Fonte: Elaborada pelos proponentes (2020).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a aplicação dos procedimentos técnicos da primeira etapa, foi recuperado um total de 19 estudos (14 dissertações e cinco teses). Esses estudos foram cotejados com as atividades da segunda etapa e sete estudos foram descartados, por não atenderem ao requisito de fazer referência ao processo de mediação. Portanto, a amostra final foi composta por 12 produções que compreenderam nove dissertações e três teses, desenvolvidas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação com ênfase em Ciência da Informação, oriundo de cinco instituições como UFC, UFMG, USP, UFSC e UNESP, cujo assunto principal abordado foi o serviço de referência no âmbito das bibliotecas.

Mediante o agrupamento das principais características dos trabalhos da amostra, percebeu-se que a maioria teve como ambiente de coleta de dados as bibliotecas universitárias, cujos elementos constitutivos do serviço de referência, definições e histórico são explorados. Acredita-se que esse resultado se explica pelo envolvimento dessas bibliotecas com a atividade de pesquisa, como mencionado por Accart (2012). Além desse aspecto, ressalta-se que no Brasil, conforme apontado por Figueiredo (1992), o serviço de referência foi formalmente instituído nas bibliotecas universitárias. Entre os elementos constitutivos do serviço de referência, perceberam-se os seguintes: tecnologias (MORENO, 2005), acervo informacional (OLIVEIRA, 2014), o bibliotecário (LIMA, 2018) e cultura organizacional (FELÍCIO, 2014; ROSTIROLLA, 2006).

Considera-se que os elementos constitutivos podem influenciar a manifestação de diversos desafios impeditivos para

modernização do serviço de referência, sobretudo no que tange à falta de capacitação do bibliotecário de referência e à escassez de recursos necessários para ampliação do serviço, como discorrido por Almeida Júnior (2015). Nesse sentido, como relatado por Martins (2012), a modernização dos serviços depende muito do interesse e envolvimento dos bibliotecários e da participação e valorização por parte da organização, de modo que ela “[...] esteja aberta às mudanças tanto no ponto de vista profissional, como financeiro e organizacional, e que a gestão maior das instituições compreenda a importância de apoiar os bibliotecários nesse processo” (MARTINS, 2012, p. 28).

Com o intuito de identificar o que os estudos abordaram sobre a mediação da informação, no decorrer da leitura, as informações sobre esse conceito foram registradas em um quadro, considerando a descrição apresentada ao longo do estudo analisado. O quadro 2 apresenta as descrições retiradas das teses e dissertações, no que se refere à mediação.

Quadro 2: O que os estudos consideram sobre a mediação

Autores/ ano	MT	Sobre a mediação	Trechos descritos nos estudos
Moreno (2005)	D	1 - Potencializa os recursos digitais para interação com usuários	“[...] O agente de interface passará a ser o mediador na interação do usuário com o sistema, minimizando o problema de interação humano-computador com recursos informacionais em catálogos digitais [...]”
Rostirolla (2006)	D	2 - Amplia o conhecimento e manifesta-se nos programas educativos	“[...] A mediação realizada pelo bibliotecário aumenta as possibilidades do desenvolvimento e produção de novos conhecimentos pelos usuários [...]”. “[...] Programas educacionais visam: mediação no desenvolvimento de conhecimento e competência informacional [...]”. “[...] Através da mediação dos bibliotecários de referência, o usuário pode obter mais facilmente a informação que necessita para o desenvolvimento de suas pesquisas e para ampliar seus conhecimentos”
Silva (2006)	D	3 - Ela promove ações instrutivas	“[...] Este profissional deve orientar o processo de busca de informação do usuário. Este é o modelo de mediação no qual o bibliotecário cria situações que estimulam a busca da informação”. “[...] O usuário necessita muitas vezes de orientação para selecionar informações relevantes”. “Cabe ao bibliotecário, o desafio de criar novas formas de mediação,

			tanto na recuperação como na disseminação de informação [...]”
Soares (2009)	T	4 - Interage pessoas pela tecnologia	“[...] Necessidades de serviços com tecnologias sofisticadas e preparo da equipe que realiza a mediação [...]”. “[...] Atividade informatizada não elimina a intermediação humana, do bibliotecário [...]”
Melo (2012)	T	5 - Contribui com o ensino, pesquisa e extensão, na busca por novos conhecimentos e o bibliotecário precisa ser inovador	“[...] A biblioteca universitária assume o papel de mediação entre os estoques de informação e os usuários, abrindo ‘caminhos’ às mais diversas fontes informacionais [...]”. “[...] Logo, buscam atingir o ensino, a pesquisa e a extensão [...] e o bibliotecário assume uma postura pró-ativa, cria situações que estimulam o gerenciamento da busca e de uso de informação, o qual deverá gerar um novo conhecimento”
Pintro (2012)	D	6 - Manifesta-se, mesmo com uso de tecnologias	“[...] As máquinas não possuem a habilidade de mediação do bibliotecário para levar o usuário à informação [...]”. “[...] Não ocorre uma mediação sem que o usuário participe efetivamente, visto que ele não é apenas um receptor da informação, mas um produtor ou co-produtor do processo”
Felicio (2014)	D	7 - Manifesta-se nas ações educativas e o bibliotecário assume o papel educativo	“Mais que mediador, o trabalho do bibliotecário como agente educacional está direcionado à mediação do aprendizado”. “[...] O bibliotecário como mediador [...] pode atuar na educação dos usuários, isto é, ensinando-os a acessar, localizar, recuperar, avaliar e usar a informação”

Garcia (2014)	D	8 - Manifesta-se, mesmo com uso de tecnologias	“Mais recentemente, o uso de plataformas interativas para a intermediação da informação, reconhecidas como Web 2.0, também se tornou um importante recurso a ser utilizado pelas bibliotecas no serviço de referência virtual [...]”
Oliveira (2014)	D	9 - Permeia o fazer da competência informacional direcionado a bibliotecários e usuários	“[...] A dimensão técnica da Competência Informacional do bibliotecário de referência pauta-se nas habilidades para conduzir entrevistas e buscar a informação. Manifestam decisões constantemente: tanto para localizar a informação quanto para educar os usuários [...]”
Araújo (2015)	D	10 - É um processo abrangente e sistêmico que busca satisfazer necessidades e, assim, transformar a realidade social, sendo o bibliotecário agente mediador	“[...] O processo de mediação da informação é importante no intercâmbio bibliotecário com o usuário. Esse profissional desempenha o papel de agente mediador da informação [...]”. “[...] A mediação é uma atividade integrante do fazer do bibliotecário no desempenho das atividades do cotidiano [...]”. “[...] Ação de comunicar e informar, objetivando transferir a informação [...] contribuindo para o desenvolvimento social”
Lima (2018)	T	11- Ela é um processo sistêmico na busca de conhecimento	“[...] Através da mediação dos bibliotecários de referência, o usuário pode [...] ampliar seus conhecimentos [...]”. “[...] A mediação só efetivamente acontece com o envolvimento de todos os setores da biblioteca [...]”
Rodrigues (2018)	D	12 - Favorece a apropriação da informação	“O serviço de referência tem o poder de viabilizar a apropriação da informação pelo usuário por meio da mediação [...]”

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A respeito da mediação, os trabalhos analisados apontam que o conceito é muito mais amplo, não contemplando, apenas, o momento de interação entre usuário e profissional, mas envolvendo questões mais abrangentes e subjetivas, tais como o aumento do conhecimento para desenvolvimento social e as ações instrutivas, na maioria das vezes, pautadas em acolhimento, diálogo e cordialidade, como pontuado por Green (1876) e Grogan (2001).

Nesse sentido, a atividade do serviço de referência não se resume a uma intervenção puramente técnica, visto que é desenvolvida por e para humanos. No que tange ao serviço de referência, como atividade restrita de busca de informação, mesmo assim, a atitude humana precisa prevalecer, uma vez que esse trabalho é essencialmente humano, “[...] que atende uma das necessidades mais profundamente arraigadas da espécie, que é o anseio de conhecer e compreender [...]” (GROGAN, 2001, p. 22).

Os estudos analisados reforçam o que é apresentado na literatura acerca do serviço de referência, considerando que ele possibilita a interação, o contato (físico ou remoto) entre bibliotecário e usuário/leitor. Essa interação é facilitada pelas tecnologias, sem, contudo, eliminar a presença humana. Sendo assim, a mediação manifesta-se no contexto tecnológico, não como substituição do agente humano, mas como estratégia de aumentar a interação e, por conseguinte, facilitar o acesso e o uso da informação pelos usuários (MORENO, 2005; ROSTIROLLA, 2006; SOARES, 2009).

A respeito da mediação tecnológica, Accart (2012) adverte que o momento é de ampliação das práticas profissionais, visto que as tecnologias diversificam as formas de comunicação na sociedade. No serviço de referência, mesmo com o uso de tecnologias avançadas e sem a presença física do usuário, a mediação humana continuará existindo e o serviço da biblioteca permanecerá em sua essência, assemelhando-se “[...] a uma forma de aconselhamento e acompanhamento adaptados a determinado interlocutor, ou seja, é personalizado” (ACCART, 2012, p. 16).

A educação de usuários ou papel educativo do serviço de referência é outro contributo da mediação e revelado nos estudos analisados (FELÍCIO, 2014; OLIVEIRA, 2014). Isso é de extrema importância, sobretudo no contexto universitário, cujos usuários estão em processo de construção de suas identidades profissionais; logo, mediar a informação por meio dos serviços da biblioteca é comprometer-se com a formação integral dos sujeitos, haja vista torná-los capazes de se inserirem e conviverem em um contexto cada dia mais competitivo e instável.

A respeito da educação de usuários, ela também assume um papel fundamental sendo beneficiada pela prática da mediação. Como apontado em alguns estudos desta revisão (ARAÚJO, 2015; OLIVEIRA, 2014; ROSTIROLLA, 2006), mediar informação transcende a satisfação imediata, visto que promove a formação de competências e habilidades, tanto para quem ensina quanto para quem aprende. Sendo assim, como mencionado por Tammaro e Salarelli (2008), no contexto da

sociedade informatizada, prevalece a cultura do aprendizado. Logo,

[...] a mudança cultural que hoje é necessária é, ao contrário, uma mentalidade 'personacêntrica' que parte das necessidades cotidianas dos usuários para construir a função de suporte da biblioteca na solução de problemas reais. Os bibliotecários deverão se transformar em agentes imprescindíveis na sociedade da aprendizagem. A inovação tecnológica, nesse esforço de mudança, poderá dar uma notável contribuição (TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 277).

Com o intuito de identificar o que os estudos investigados abordaram sobre a mediação da informação, realizou-se a atividade de alinhamento das 12 produções acadêmicas com as categorias de análise definidas, *a priori*, conforme os apontamentos da literatura. Consideraram-se como categorias para alinhamento, as três funções principais de um serviço de referência apontadas por Tammaro e Salarelli (2008), a saber: oferta/busca de informação (processo de referência), capacitação e orientação. Para nortear esse alinhamento, novamente, um quadro foi utilizado, com menção aos autores dos trabalhos, ano de defesa e o alinhamento dos estudos com as categorias de análise, conforme exposto no quadro 3.

Quadro 3: Alinhamento dos estudos às categorias de análise

Autores/ ano	Título da pesquisa	Categoria alinhada
Moreno (2005)	Serviço referência digital: análise apoiada em agentes interface	- oferta de informação
Rostirolla (2006)	Gestão do conhecimento no serviço de referência em bibliotecas universitárias:	- oferta de informação

	uma análise com foco no processo de referência	- capacitação
Silva (2006)	O perfil do bibliotecário de referência das bibliotecas universitárias do Estado de Santa Catarina	- oferta de informação
Soares (2009)	Serviços de referência digital em bibliotecas universitárias: o caso do serviço de referência da divisão de biblioteca da PUC-Rio	- oferta de informação
Melo (2012)	Avaliação da qualidade nos serviços de referência da Biblioteca Central da UECE: uma proposta de política de informação	- oferta de informação - orientação
Pintro (2012)	Serviço de referência em bibliotecas universitárias: um estudo de competências e qualidade	- oferta de informação - capacitação
Felício (2014)	Serviço de referência educativo (SRE) em bibliotecas universitárias: análise das práticas voltadas ao desenvolvimento da competência em informação de seus usuários	- oferta de informação - capacitação
Garcia (2014)	O excedente cognitivo na biblioteca universitária: possibilidades de colaboração do leitor curador na gestão da metainformação do acervo	- oferta de informação - capacitação
Oliveira (2014)	A dimensão técnica da competência informacional: estudo com bibliotecários de referência das bibliotecas universitárias da Grande Florianópolis, SC	- oferta de informação - capacitação
Araújo (2015)	Diálogo entre a seção de referência, os usuários e a adesão às tecnologias da informação e comunicação	- oferta de informação - capacitação - orientação
Lima (2018)	Serviço de referência: práticas informacionais do bibliotecário	- oferta de informação - capacitação

Rodrigues (2018)	Análise da política de formação de acervo e serviços relacionados: estudo de caso da Biblioteca Francisco Montojos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) - Campus São Paulo	- oferta de informação
------------------	--	------------------------

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

As três funções atribuídas ao serviço de referência podem expressar algumas características do amplo conceito de mediação, de modo a desmistificar o trabalho unicamente técnico realizado no serviço de referência. A busca por informação constitui a função mais recorrente, pois foi alinhada a todos os estudos, confirmando que o processo de referência, de auxílio a usuários na busca por informação em um acervo, constitui a base do serviço, como mencionado por Almeida Júnior (2015).

Todavia, as demais funções, capacitação e instrução, que possuem uma intervenção mais humanizada e que visa, além da interferência, à apropriação (ALMEIDA JÚNIOR, 2015), também aparecem nos estudos de Rostirolla (2006), Felício (2014), Oliveira (2014), Araújo (2015) e Lima (2018). Esse resultado confirma que o serviço de referência não pode ser analisado em sua concepção restrita, mas, sobretudo, manifesta-se como a promoção de todos os fazeres realizados pelos bibliotecários para acesso, uso e apropriação da informação, conforme indicado no estudo de Almeida Júnior e Santos Neto (2014).

A capacitação está inserida no âmbito dos estudos sobre competência informacional e diz respeito à ação de tornar o usuário autônomo em suas buscas. Mas, essa intervenção é ainda mais profunda, pois, além da autonomia, a biblioteca

precisa oferecer condições adequadas que possibilitem ao usuário utilizar a informação para o seu crescimento intelectual, o que demonstra ser essa uma tarefa muito complexa, pois envolve questões subjetivas e cognitivas. É nesse contexto que a mediação muito pode contribuir com a inovação do serviço de referência, devendo esse serviço revestir-se de uma bagagem mais adequada às realidades das comunidades, oferecendo o que elas precisam, de modo mais agradável e sensível às reais necessidades (HOCKEY, 2016).

Os estudos de Felício (2014), Oliveira (2014) e Lima (2018) estão alinhados à função educativa do serviço de referência, sendo essa uma função mencionada por Shera (1966) e reforçada por Grogan (2001). No contexto das tecnologias, essa função tende a se ampliar, haja vista as possibilidades de recursos educativos que podem ser oferecidos, com uso de tecnologias interativas e no contexto da aprendizagem colaborativa. Assim, os bibliotecários de referência, nas bibliotecas universitárias, fazem parcerias com professores, na garantia de que os usuários sejam capazes de encontrar, avaliar e usar a informação disponibilizada, estando ela em diferentes formatos, a escolha do estudante (ECKEL, 2007).

Destaca-se que pensar o serviço de referência sob o viés educativo não é meramente criar planos de capacitação, com agendas predefinidas, cujas aulas são conduzidas a partir de procedimentos tradicionais de ensino, com práticas meramente expositivas. Embora essa seja uma realidade descrita na maioria dos estudos analisados, entende-se que, em um contexto de competitividade, a educação de usuários precisa se manifestar

de forma colaborativa, cuja biblioteca assume um papel de laboratório constante de aprendizagem. Assim, a função de capacitação precisa ser colaborativa e a interferência do profissional precisa ser pró-ativa.

[...] O foco é capacitar o usuário para que ele recupere a informação desejada. Não só recuperar, mas saber selecionar os documentos de acordo com necessidades individuais. Assim, o bibliotecário deixa de ser passivo no processo, no sentido de esperar que o usuário vá à biblioteca, e passa a ser um profissional ativo, no intuito de trazer o usuário para a biblioteca, seja no espaço físico, seja no virtual (LIMA, 2018, p. 41).

Embora a literatura sobre serviço de referência e mediação apresente muitas abordagens direcionadas à educação de usuários, salienta-se que a parceria com os professores precisa ser reforçada, no contexto brasileiro, tanto no âmbito das bibliotecas escolares quanto das universitárias. Mesmo que existam iniciativas que mostram a aproximação entre bibliotecário e equipe pedagógica, os integrantes da biblioteca podem fazer muito mais, mostrando o potencial da unidade em prol da aprendizagem dos alunos, configurando-se como um laboratório de auxílio ao ensino universitário (GONNERMAN; JOHNSON, 2016).

A aproximação das bibliotecas com as salas de aula pode refletir as demandas do atual contexto da sociedade da informação e do potencial trazido pelas tecnologias digitais. Segundo Farooq *et al.* (2016), as bibliotecas precisam ser unidades componentes e essenciais das universidades. Além disso, apontam que os bibliotecários da era da informação são parceiros vitais na criação de um ambiente que permite aos

estudantes aprenderem por meio dos vastos recursos e múltiplos canais de comunicação. Os autores reforçam ainda que os professores não podem estimular o uso desses recursos, sem a parceria com os bibliotecários universitários, considerados como parceiros primários do corpo docente e dos estudantes do século XXI.

No que se refere à função de orientação, essa apareceu em apenas dois trabalhos (ARAÚJO, 2015; MELO, 2012), que foram conduzidos por estudos de avaliação de uso e de satisfação dos recursos e serviços oferecidos nas bibliotecas universitárias. O instrumento de pesquisa analisado nesses estudos foi abrangente por envolver o bibliotecário no acompanhamento dos usuários em seus processos de pesquisa e de construção do conhecimento, evocando questões mais amplas relacionadas à apropriação da informação. Todavia, os serviços de orientação não são percebidos por alguns usuários, como também precisam ser melhorados, conforme apontado pelos sujeitos das pesquisas analisadas.

Essa realidade evidencia que o tradicional serviço oferecido no balcão de referência já não atende as tendências, necessidades e exigências da comunidade universitária. A experiência da Universidade Carnegie Mellon, localizada na cidade de Pittsburgh, no Estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos, constata que os serviços se descentralizaram, cujos bibliotecários deixaram o balcão de referência, tornando-se mediadores ativos junto à instituição. Assim, eles fornecem consultas individuais para estudantes e professores, ensinam sessões de instrução bibliográfica, participam de atividades de

desenvolvimento de coleções e estão integralmente ligados aos departamentos acadêmicos (PETERS, 2015).

Diante da diversidade de elementos que compõem o processo de mediação da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2015) e sua contribuição para o serviço de referência (ACCART, 2012), foi esperada a localização de boas práticas ou atividades inovadoras/estratégicas realizadas na realidade empírica investigada nos estudos. O quadro 4 aponta algumas ações com detalhes sobre elas.

Quadro 4: Ações inovadoras e boas práticas no serviço de referência

Autores/anos	Ações inovadoras	Detalhes
Moreno (2005)	Construção de agentes de interface	Construção de um sistema que utiliza ação interdisciplinar entre a Ciência da Informação e a Ciência da Computação na otimização de busca às informações disponíveis em catálogos digitais e na internet com a ação de um agente de interface como mediador
Garcia (2014)	Curadoria da informação junto ao acervo da biblioteca	Envolvimento da biblioteca com a formação de grupos de curadores, que são os próprios usuários, que filtram os conteúdos disponíveis na internet de acordo com seus interesses e os disponibilizam às suas comunidades em sites de redes sociais
Autores/anos	Boas práticas	Detalhes
Soares (2009) e Araújo (2015)	Serviço de referência digital	O serviço de referência digital promove maior interação com usuários, sendo utilizados os

Autores/anos	Ações inovadoras	Detalhes
		seguintes canais ou materiais: chat, blog, visita virtual, tutoria, DSI eletrônica, pergunte ao bibliotecário, dentre outros
Melo (2012) e Felício (2014)	Avaliação do serviço de referência	Pesquisa constante com os usuários para avaliar a usabilidade e níveis de satisfação
Melo (2012)	Políticas para os serviços informacionais	A partir de estratégias de avaliação e satisfação dos serviços oferecidos, propôs-se a construção de uma política para o serviço de referência

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Embora as ações indicadas no quadro acima representem um ponto de partida na busca por uma biblioteca condizente com as tendências atuais, elas não se configuram como o universo abrangente da mediação, que tem maior potencial para ser explorado. Experiências de bibliotecas internacionais servem como indicações de melhoria, como descentralização do balcão de referência (PETERS, 2015), uso de dispositivos móveis (CHAPUTULA; MUTULA, 2018) e redes sociais (BARO; EFE; OYENIRAN, 2014), dentre outras, embora algumas dessas iniciativas, como o uso de redes sociais, já venham sendo adotadas em algumas bibliotecas brasileiras. Essas iniciativas só têm a contribuir com o desenvolvimento da

biblioteca e o sucesso da implementação delas dependerá, a princípio, de ações de planejamento e de gestão¹.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, o conceito de mediação foi associado ao serviço de referência, com o propósito de investigar a diversidade de ações e iniciativas pertencentes ao conceito de mediação da informação e se elas estão sendo utilizadas no serviço de referência, considerando o resultado das pesquisas registrado em teses e dissertações do campo da Ciência da Informação. Também foram levantadas boas práticas ou ações inovadoras realizadas no serviço de referência em bibliotecas.

A análise de conteúdo dos estudos analisados revelou que, no serviço de referência, prevalece a mediação explícita, presente no momento da interação entre usuário e bibliotecário na busca por informação nos acervos. Esse resultado confirma os apontamentos da literatura até então publicada, revelando a essência do serviço de referência, essência essa considerada como muito limitada comparando-se a riqueza de práticas inerentes à mediação e a necessidade de se oferecer serviços inovadores na sociedade contemporânea.

¹ Ações de planejamento e gestão contemplam, principalmente, a elaboração de planos de gerenciamento, proposta essa contemplada em pesquisa de Doutorado, em fase de qualificação, junto ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais.

Embora a função do serviço de referência voltada à busca de informação (processo de referência) seja a mais recorrente, atividades de competência informacional e perfil do bibliotecário de referência também aparecem nos estudos, o que enaltece o papel educativo da referência. A função de orientação foi muito pouco explorada e acredita-se que isso se deve à complexidade a ela inerente, pois envolve questões subjetivas e complexas relativas à apropriação da informação, por conseguinte, produção de novos conhecimentos pelos usuários.

Nos estudos analisados, o conceito de mediação é explorado com a revelação de que essa prática é abrangente, está associada à produção de conhecimento e desenvolvimento individual, e as tecnologias não eliminam a presença dos mediadores humanos, manifestando-se, apenas, como facilitadoras do processo de interação. Mesmo com essa diversidade, a realidade empírica investigada nos estudos indica a manifestação de um serviço de referência pouco explorado, com um escopo muito limitado incapaz de representar ou aproveitar o potencial das práticas de mediação.

Por fim, quanto às iniciativas inovadoras realizadas no serviço de referência, constataram-se as seguintes: sistema inteligente como agente de interface e atividade de curadoria de informação para atender interesses de grupos específicos de usuários. Quanto às boas práticas, foram identificadas: uso de canais de interação como *chat*, DSI eletrônica, *blog*, dentre outros; análise da qualidade dos serviços por meio de avaliação; e elaboração de políticas específicas para conduzir o serviço de referência. Esses resultados evidenciam a necessidade de

estudos em outras fontes de informação, como anais de evento, livros, além da consulta à literatura internacional, a fim de levantar o estado da arte sobre o tema, localizando outras iniciativas que possam ser aplicadas pelas bibliotecas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ACCART, J. **Serviço de referência**: do presencial ao virtual. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

AGRASSO NETO, M.; ABREU, A. F. **Conhecimento científico**: subsídios para gestão de serviços de referência e informação. Florianópolis: UFSC, 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da Informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; SANTOS NETO, J. A. Mediação da informação e a organização do conhecimento: inter-relações. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 98-116, maio/ago. 2014. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716/pdf_25. Acesso em: 15 ago. 2020.

ANYIM, W. Application of Interpersonal Communication in Reference and Information Services in University Libraries. **Library Philosophy and Practice**, Lincoln, Nebraska, v. 17, n. 93, 2018. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=5041&context=libphilprac>. Acesso em: 10 ago. 2020.

ARAÚJO, M. S. **Diálogo entre a seção de referência, os usuários e a adesão às tecnologias da informação e**

comunicação. 2015. 92f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18306>. Acesso em: 14 ago. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARO, E. E.; EFE, B.; OYENIRAN, G. Reference inquiries received through different channels: the challenges reference librarians face in university libraries in Nigeria. **Reference Services Review**, Washington, v. 42, n. 3, p. 514-529, 2014.

Disponível em:

<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/RSR-09-2013-0049/full/html>. Acesso em: 08 ago. 2020.

CHAPUTULA, A. H.; MUTULA, S. eReadiness of public university libraries to use mobile phones in the provision of library and information services. **Library Hi Tech**, Hong Kong, v. 36, n. 2, 2018. Disponível em:

<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/LHT-10-2017-0204/full/html>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CRESWELL, J. W. **Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.

DUDZIAK, E. A.; GABRIEL, M. A.; VILLELA, M. C. E. A educação de usuários de bibliotecas universitárias frente à sociedade do conhecimento e sua inserção nos novos paradigmas educacionais. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, Biblioteca Universitária, 2000. p. 1-19. Disponível em:

https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais_anterior/XI-SNBU/Dados/TrabLiv/t060.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.

ECKEL, E. Fostering Self-Regulated Learning at the Reference Desk. **ReferenceUser Services**, Athens, Georgia, v. 3, p. 16-20, 2007. Disponível em:

<https://journals.ala.org/index.php/rusq/article/view/2803>.

Acesso em: 18 jul. 2020.

ERCOLE, F. F.; MELO, L. S.; ALCOFORADO, C. L. G. Revisão integrativa x revisão sistemática. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 9-11, 2014. Disponível em: <http://reme.org.br/artigo/detalhes/904>. Acesso em: 14 ago. 2020.

FAROOQ, M. U.; ULLAH, A.; IQBA, M.; HUSSAIN, A. Current and required competencies of university librarians in Pakistan. **Library Management**, Australia, v. 37, n. 8/9, p. 410-425, 2016. Disponível em:

<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/LM-03-2016-0017/full/html>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FELÍCIO, J. C. S. M. **Serviço de referência educativo (SRE) em bibliotecas universitárias**: análise das práticas voltadas ao desenvolvimento da competência em informação de seus usuários. 2014. 223f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129180>. Acesso em: 14 ago. 2020.

FIGUEIREDO, N. M. **Serviços de referência e informação**. São Paulo: Polis, 1992.

GARCIA, P. B. **O excedente cognitivo na biblioteca universitária**: possibilidades de colaboração do leitor curador na gestão da metainformação do acervo. 2014. 198f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/40088/29880>. Acesso em: 17 mar. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONNERMAN, K.; JOHNSON, K. Peer reference assistants in a small liberal arts college: case study. **Reference Services Review**, Washington, v. 44, n. 3, p. 292-308, 2016. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/RSR-11-2015-0048/full/html>. Acesso em: 14 mar. 2020.

GREEN, S. Personal relations between librarians and readers. **American Library Journal**, v. 1, n. 2-3, p. 74-81, 1876.

GROGAN, D. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.

HERVIEUX, S.; TUMMON, N. Let's chat: the art of virtual reference instruction. **Reference Services Review**, Washington, v. 46, n. 4, p. 529-542, 2018. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/RSR-07-2018-0060/full/html>. Acesso em: 14 ago. 2020.

HOCKEY, J. M. Transforming library enquiry services: anywhere, anytime, any device. **Library Management**, Australia, v. 37, n. 3, p. 125-135, 2016. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/LM-04-2016-0021/full/html>. Acesso em: 14 ago. 2020.

LIMA, G. M. C. **Serviço de referência**: práticas informacionais do bibliotecário. 2018. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-BB2HRV>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, C. Q. Gestão do conhecimento para serviços de informação: análise de produtos e serviços inovadores em bibliotecas universitárias. **Biblos**, v. 26, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/2515>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MELO, T. **Avaliação da qualidade nos serviços de referência da Biblioteca da UECE**. 2012. 123f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UECE-0_3a404474668066ca110d42cef26e3b52. Acesso em: 14 ago. 2020.

MORENO, P. S. **Serviço de referência digital: uma análise apoiada em agentes de interface**. 2005. 154f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93710>. Acesso em: 17 ago. 2020.

OLIVEIRA, A. P. **A dimensão técnica da competência informacional: estudo com bibliotecários de referência das bibliotecas universitárias da Grande Florianópolis, SC**. 2014. 205f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/129176/328108.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 ago. 2020.

OTLET, P. **Traité de documentation: le livre sur le livre**. Bruxelles: Éd. Mundaneum Palais Mondial, 1989.

OYEWOLE, O.; OLADEPO, T. J. Information Needs and Computer Self Efficacy as Factors Influencing Use of Electronic Reference Services by Undergraduates in a Nigerian University. **Library Philosophy and Practice**, Lincoln, v, 15, n. 19, 2017. Disponível em:

<https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/1519/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

PETERS, T. Taking librarians off the desk: one library changes its reference desk staffing model. **Performance Measurement and Metrics**, Oxford, v. 16, n. 1, p. 18-27, 2015. Disponível em:

<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/PM-M-11-2014-0038/full/html>. Acesso em: 12 ago. 2020.

PINTRO, S. **Serviço de referência em bibliotecas universitárias**: um estudo de competências e qualidade.

2012. 231 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/27271/23598>. Acesso em: 14 ago. 2020.

RANGANATHAN, S. R. **Reference service**. 2. ed. London, 1961.

RODRIGUES, R. L. **Análise da política de formação de acervo e serviços relacionados**: estudo de caso da Biblioteca Francisco Montojos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. 2018. 176f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27163/tde-26122018-115807/pt-br.php>. Acesso em: 17 ago. 2020.

ROSTIROLLA, G. **Gestão do conhecimento no serviço de referência em bibliotecas universitárias**: uma análise com foco no processo de referência. 2006. 175f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina,

Florianópolis, 2006. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/88666>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SHERA, J. Foundations of a theory of reference service. Texas Library Association: reference, research and regionalism. *In*: CONFERENCE, 53., 1966. **Anais** [...] Austin: [s.n.], 1966.

SILVA, C. **O perfil do bibliotecário de referência das bibliotecas universitárias de Santa Catarina**. 2006. 115f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/88230>. Acesso em: 14 ago. 2020.

SOARES, M. **Serviço de referência em bibliotecas universitárias: o caso do serviço de referência da Divisão de Biblioteca e Documentação da PUC-Rio**. 2009. 285f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em:
<https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5471/1/2009%20Maria%20das%20Gra%C3%A7as%20Soares.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

TAMMARO, A. M.; SALARELLI, A. **A biblioteca digital**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

ZICK, L. The work of information mediators: a comparison of librarians and intelligent software agents. **Editorial history**, v. 5, n. 5, maio 2000. Disponível em:
<https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/748/657>. Acesso em: 12 ago. 2020.

CAPÍTULO 17

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO MUSICAL E A NECESSIDADE DA PERCEPÇÃO SENSORIAL: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ana Claudia Medeiros de Sousa

Raquel do Rosário Santos

Cecília Nascimento da Silva

1 INTRODUÇÃO

A música exerce um papel imprescindível na constituição da cultura e das práticas sociais, visto que por meio das linguagens musicais os sujeitos podem compartilhar práticas, crenças, ideologias etc. As atividades musicais produzem resquícios materiais, tais como partituras, discos, figurinos, instrumentos musicais, matérias de revistas, livros didáticos, recortes de jornais, programas de concerto que podem constituir-se documentos musicais ou sobre música. Assim, arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação devem realizar uma mediação da informação consciente que propicie o acesso à informação musical, bem como a compreensão do processo de composição musical e do contexto social em que a música foi elaborada.

Intrínseca à mediação da informação musical é preciso atuar também na perspectiva da mediação da leitura musical.

Nesta pesquisa, a mediação da leitura musical é compreendida para além da decodificação da notação musical que descreve sons e ritmos, compreendendo a leitura musical como entendimento dos enunciados apresentados pelo compositor na tentativa de expressar a realidade singular e coletiva presente na estrutura sociocultural por meio das expressões musicais. Assim, tanto as ações de mediação da informação quanto da leitura musical, se desenvolvidas de maneira consciente podem favorecer a apropriação das expressões coletivas de identidade e memória, potencializando um estado atuante no meio.

Neste contexto, esta pesquisa bibliográfica que teve como objetivo analisar as produções científicas da Ciência da Informação evidenciando como os ambientes informacionais, especificamente arquivos, bibliotecas e museus, vêm desenvolvendo ações de mediação da informação musical, com base no conceito defendido por Almeida Júnior (2015).

O interesse pelo tema em tela surgiu pelo fato das autoras compreenderem e atuarem no fazer mediador da informação como uma concepção de vida e esta convicção levou-as a mapear o que foi desenvolvido na literatura da Ciência da Informação sobre a mediação da leitura musical com o intuito de ampliar essa percepção. Outro aspecto que influenciou na escolha dessa temática refere-se ao fato das pesquisadoras serem instrumentistas e ouvintes assíduas dos diversificados gêneros musicais, que leva a entenderem e defenderem que a música é uma fonte de informação que está intrinsecamente ligada às práticas socioculturais dos sujeitos produtores e por isso possui elementos constituintes das

identidades, logo, precisa ser mediada de maneira consciente para que os sujeitos se apropriem dos elementos tangíveis e intangíveis relacionados às práticas musicais que permeiam a estrutura social.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa descritiva, cujo levantamento bibliográfico teve como amostra as produções científicas disponibilizadas na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci). Para o processo de coleta de dados foram utilizados os seguintes descritores: arquivo e música; biblioteca e música e museu e música. No que tange à análise de dados, foram adotadas tanto a abordagem quantitativa quanto a abordagem qualitativa, sendo mensurados os artigos que foram recuperados na Brapci e analisados segundo a interpretação de seu conteúdo. Como resultado, constatou-se nos 14 artigos científicos identificados um total de 7 menções às ações diretas de mediação da informação e 11 indicações de ações indiretas de mediação da informação, conforme defendido por Almeida Júnior (2015). Assim, é importante considerar que os arquivos, as bibliotecas e os museus podem trabalhar tanto na perspectiva de ações indiretas de mediação da informação quanto às ações diretas, visto que esses tipos de interferência são complementares para a formação social do usuário e no apoio ao processo de apropriação da informação, entretanto, esses ambientes informacionais devem intensificar as ações diretas de mediação da informação de modo a contribuir de maneira ativa para o fortalecimento do sentimento de pertencimento do sujeito em sua relação com o mundo.

Por fim, defende-se que para o processo de mediação ocorrer de maneira consciente e humanizador, como também apoiar a apropriação da informação, antes deve favorecer a construção de um sentimento de pertencimento entre os sujeitos e dispositivos informacionais, em que os sujeitos possam reconhecer nessa ambiência a possibilidade de realizar um autoconhecimento, identificando suas lacunas na formação em informação e suas necessidades informacionais. Por meio dessa reflexão sobre si, o usuário poderá permitir e indicar ao mediador suas necessidades e este último mediar a informação. Assim, por meio do fortalecimento dessa relação entre mediador e usuário da informação, como também a ampliação da ação mediadora nos distintos dispositivos sociais, esses agentes poderão reconhecer a mediação da informação como uma convicção de vida.

2 É PRECISO OUVIR! MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO MUSICAL NOS AMBIENTES INFORMACIONAIS

A manifestação artística e o contexto sociocultural estão relacionados, pois a arte transparece a estrutura social em que o produtor está inserido. Merriam (1964) compreende a música como som, conceito e comportamento. O autor reforça a importância de se considerar o contexto cultural em que a música é produzida, posto que o sujeito ao manifestar sua produção artística a faz permeada por sua percepção de mundo. Dessa maneira, a música é elaborada socialmente e é

constituída de traços identitários, memorialísticos e patrimoniais dos sujeitos produtores.

Quanto à elaboração da música, Copland (1974) defende quatro elementos essenciais: o ritmo, a melodia, a harmonia e o timbre. Dentre estes elementos, estudiosos apontam que a música surgiu por meio de batidas rítmicas, pois, como defende Copland (1974), a música produzida pelos povos primitivos constituía-se quase que exclusivamente de elementos rítmicos. “Milhares de anos haveriam de se passar antes que o homem aprendesse a escrever os ritmos que utilizava para a dança ou para as suas canções [...]” (COPLAND, 1974, p. 37).

A música está presente no cotidiano dos sujeitos desde os povos primitivos e, independentemente de seus elementos estéticos, gêneros e estilos, ela transparece conhecimento, como um tipo de linguagem capaz de relevar indícios de identidades dos sujeitos. Nesse sentido, a música exerce um papel imprescindível na constituição da cultura e das práticas sociais, uma vez que, através da música, os sujeitos compartilham práticas, crenças, ideologias etc., fazendo com que ela esteja presente em celebrações festivas, atividades educacionais, cultos religiosos, eventos fúnebres, ou seja, nas diversas áreas que permeiam o cotidiano do sujeito e/ou grupo social.

No que diz respeito à escrita musical,

[...] os monges medievais foram os primeiros a escrever e a indicar em linhas horizontais os sons com suas respectivas alturas. Inicialmente, usaram uma única linha. Mais tarde, outras

foram acrescentadas formando uma pauta, possivelmente, de quatro, cinco, seis ou até mesmo de oito linhas. Dessas evoluções se dá o surgimento da partitura (BENNET, 1990, p. 9).

A pauta atualmente utilizada é a de cinco linhas, considerada um recurso de registro da informação musical, que indica elementos tais como: tonalidade, divisão rítmica, dinâmicas, dentre outros, que orientam os instrumentistas em sua performance.

Nesta perspectiva, as atividades musicais produzem resquícios materiais, tais como os documentos musicais que, com o acúmulo, podem constituir um acervo musical. Em alguns casos, arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação são responsáveis pela guarda, tratamento, organização, preservação e disseminação de documentos musicais, sejam eles, manuscritos, impressos, digitais, sonoros, tridimensionais, dentre outros, pois como julga Bolaños (2005, p. 81),

A música é a arte de produzir som, e como qualquer expressão artística desenvolvida pelo homem, deixa um traço material que pode muito bem ser um documento em papel ou eletrônico, ou em uma gravação, em qualquer caso, o produto será um documento musical.

Dessa maneira, partituras, discos, CD, figurinos, instrumentos musicais, matérias de revistas, livros didáticos, recortes de jornais, programas de concerto podem constituir-se documentos musicais ou sobre música.

Sotuyo Blanco (2016, p. 78) compreende “[...] a informação musical como aquela que emana tanto da

dimensão fenomenológica da música (materializada em registros sonoros e audiovisuais) quanto de sua dimensão linguística e semiológica (materializada nos registros em notação musical)". O autor classifica os documentos musicais em: relativos à música (os que dizem respeito à música, em qualquer um dos seus aspectos e graus de relação com ela); musicais (os que contêm informação musical em alguma de suas dimensões); e musicográficos (que descrevem em caracteres os sons musicais).

"Assim, a música oral ou escrita, oficial ou popular pode se tornar uma importante fonte de informações para o estudo das atitudes de um povo ou de suas vidas diárias" (BOLAÑOS, 2005, p. 83). A partir dessa reflexão apresentada por Bolaños (2005), a música pode ser entendida como expressão individual e coletiva que permite aos sujeitos externalizarem, como também se apropriarem, de fatos vivenciados, costumes, crenças, emoções etc. Assim, a música por favorecer a expressão, comunicação e interação entre os sujeitos, é um relevante dispositivo a ser apropriado pelos mediadores da informação.

Neste ponto é válido destacar o papel das instituições, como arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, os quais propiciam o acesso à informação musical, bem como a compreensão do processo de composição musical e do contexto social em que a música foi elaborada, pois como defende Merriam (1964, p. 27, tradução nossa), "A música é um fenômeno exclusivamente humano que só existe em termos de interação social. É um comportamento aprendido. Não existe, por, e para si próprio;

sempre deve haver seres humanos fazendo algo para produzi-lo”. Diante do exposto reitera-se a necessidade dos arquivistas, bibliotecários e museólogos atuarem de maneira consciente nos processos de mediação da informação.

Essa afirmação toma como referência a conceituação apresentada por Almeida Júnior (2015, p. 25), para quem a mediação da informação é:

[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

Conforme defendido pelo autor, as ações da mediação da informação podem ser diretas ou indiretas. A primeira refere-se às atividades que são desenvolvidas com a interação entre mediador e mediado, portanto, existe a presença física e imediata dos usuários. Já a segunda, apesar de não contar com a presença real do usuário, esse sujeito é o motivador para realização de tais atividades, sendo essas essenciais para o desenvolvimento das ações diretas de mediação da informação. Dessa maneira, pode-se compreender as atividades de preservação e organização da informação musical como ações implícitas de mediação da informação, visto que é inerente a essas atividades o propósito de auxiliar o usuário em seu desenvolvimento, entretanto, a interação entre os agentes mediadores e os usuários se dá de maneira indireta.

Para que os sujeitos tenham acesso e possam utilizar e se apropriarem da informação, é necessário que esse elemento esteja em condições de manuseio, portanto, conservado e organizado, a fim de que a recuperação ocorra de maneira efetiva, sempre que os sujeitos solicitarem. Dessa maneira, a interferência dos profissionais da informação, tais como arquivistas, bibliotecários e museólogos, é essencial, de modo que possam mediar a informação para aqueles que necessitam. Assim, um mediador da informação é agente que garante a efetividade no processo entre a identificação e o auxílio de um problema informacional apresentado por um usuário.

Por outro lado, segundo o conceito apresentado por Almeida Júnior (2015), as ações de mediação da informação também ocorrem de maneira direta, como as que são realizadas no serviço de referência, em que existe interação entre mediador e mediado para auxiliar no processo de acesso e uso da informação musical. Acredita-se que a interferência dos mediadores deve ir além do apoio ao uso da informação, quando conscientemente eles atuam e auxiliam a apropriação da informação. Assim, o processo de mediação da informação para alcançar um resultado efetivo deve ter como objetivo apoiar o sujeito na apropriação da informação.

Quanto à apropriação, ela ocorre no momento em que o usuário atribui significado(s) à informação, sendo, portanto, um ato pessoal e singular do indivíduo, que ocorre num contexto que é social. Vale destacar que a apropriação da informação se renova à medida que o conhecimento do indivíduo se amplia e suas

leituras de mundo se diversificam (SANTOS NETO; BORTOLIN, 2019, p. 3).

No processo de mediação da informação os ambientes e documentos também interferem nas relações entre sujeitos e fomentam o crescimento social e cognitivo. O mediador da informação deve identificar as necessidades dos usuários que estão sendo mediados e adotar os dispositivos que auxiliem e contribuam com a resolução dos problemas apresentados por eles. Para que esse processo seja efetivo é preciso que mediador e mediado interajam e apresentem suas realidades e possíveis caminhos a serem traçados na busca por respostas, para isso é necessário saber negociar diante das situações.

A negociação contempla, além de um modo de se relacionar, a busca por um diálogo (mesmo se árduo) na situação de divergência, ou seja, existe a consideração do outro enquanto possibilidade de troca e mudanças (dele e do “si mesmo”). Não é, portanto, ruptura, nem imposição pela força, como no caso da guerra, mas possibilidade jogada no âmbito de disputas que se valem da capacidade humana de simbolizar e de expressar-se por meio da linguagem (OLIVEIRA, 2014, p. 114).

O mediador da informação precisa ter consciência que suas ações podem sofrer influências dos sujeitos, portanto, deve atuar de maneira a permitir abertura para que a fala e a ação dos usuários sejam contempladas nesse processo mediador. Ao entender a música como informação, expressão e comunicação, o mediador é responsável pela organização dos registros musicais, como também por apoiar sua produção e apropriação. Portanto, é preciso analisar as diversas

manifestações musicais, apoiando os sujeitos na interação com o meio e na convergência entre sua individualidade e os enunciados apresentados pela coletividade. Assim, entende-se que associado à mediação da informação musical é preciso atuar também na perspectiva da mediação da leitura musical.

Considerando a leitura como uma ação de interpretar o mundo, conforme refletiu Freire (1982), é relevante que os sujeitos compreendam, interpretem e relacionem a informação musical mediada por meio de uma ação de leitura com sua realidade, na perspectiva de modificar sua visão de mundo e de interferir nela. Para além da decodificação da notação musical que descreve sons e ritmos, nesta pesquisa, entende-se leitura musical como compreensão dos enunciados apresentados pelo compositor na tentativa de expressar a realidade singular e coletiva presente na estrutura sociocultural por meio das expressões musicais. Assim, acredita-se que a mediação da leitura musical favorece tanto um autoconhecimento, conhecimento do sujeito em sua individualidade, quanto o conhecimento das expressões coletivas, potencializando um estado atuante e consciente no meio.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva que teve como método o estudo bibliográfico, cujo objetivo geral foi o de analisar as produções científicas da Ciência da Informação evidenciando como os ambientes informacionais, especificamente arquivos, bibliotecas e museus, vêm

desenvolvendo ações de mediação da informação musical, com base no conceito defendido por Almeida Júnior (2015).

Para atingir tal objetivo, esta pesquisa bibliográfica teve como procedimento o levantamento na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), com a adoção dos descritores: arquivo e música; biblioteca e música e museu e música. Quanto ao aspecto temporal, o levantamento compreendeu os anos de 1972 a 2019, sendo que os 17 artigos identificados foram publicados entre o período de 1988 e 2018.

A partir do levantamento bibliográfico foram realizadas leituras dos 17 artigos buscando identificar os ambientes informacionais, além de classificar as ações de mediação da informação desenvolvidas, sendo estas diretas e/ou indiretas (ALMEIDA JÚNIOR, 2015).

Para a análise de dados foram adotadas tanto a abordagem quantitativa quanto a abordagem qualitativa, sendo mensurados os artigos que foram recuperados na Brapci e analisados segundo a interpretação de seu conteúdo.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como resultado do levantamento bibliográfico realizado na Brapci foram recuperados, a partir dos descritores adotados, 17 artigos científicos. No entanto, nesta amostragem, 3 artigos foram desconsiderados, pelo fato de não ter pertinência com o escopo temático desta pesquisa, restando 14 artigos que tratavam de ações mediadoras realizadas em ambientes informacionais.

Os 14 artigos científicos foram publicados entre o período de 1988 e 2018. Conforme pode ser observado no Quadro 1, 2 artigos foram publicados em 1988, retomando a publicação sobre as práticas musicais em ambientes informacionais no ano de 1998. Pode-se observar que após o referido artigo houve um hiato que durou 8 anos, sendo a temática retomada em 2006.

Quadro 1: Informações referentes às publicações que tratam de mediação da informação musical em arquivos, bibliotecas e museus

Autores	Títulos	Ano de publicação
Fulgêncio	O vídeo e a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa	1988
Cabral; Alves; Sanches; Barbosa	Biblioteca a vapor: a experiência do Vale do São Francisco	1988
Strehl	Avaliação da consistência da indexação realizada em uma biblioteca universitária de artes	1998
Rêgo; Aguiar	Música, Cultura e Informação: preservação do acervo musical alagoano	2006
Bonilha; Carrasco	O papel da Biblioteca como espaço de disseminação da musicografia braille: uso de ferramentas tecnológicas na produção de partituras para cegos	2008
Gaspar; Reis	Um olhar da análise do discurso para a representação temática na	2010

	Ciência da Informação	
Holler	O Órgão no Colégio dos Jesuítas em São Paulo no Século XVIII: a pesquisa histórico-musicológica em documentos do Arquivo Nacional	2011
Amorim	A biblioteca escolar: leitura e transformação	2013
Sales; Sartori	Música como fonte de informação na escola: contribuições da biblioteca escolar	2016
Mateus; Cavalcante	O uso da música na Biblioteca Escolar	2017
Dias; Viana	Biblioteca, estudo, música e concentração: uma combinação possível	2017
Bison; Zorzetto; Ferreira	Momento do conto em cantos: literatura e música na Biblioteca Pública de Concórdia (SC)	2018
Silveira	O Uso do Software-Livre “Atom” na gestão e na difusão de acervos: um projeto-piloto do Centro de Referência da Música de Minas - Museu Clube da Esquina para a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2018
Carmo; Conceição	Processamento da linguagem natural do domínio musical: do sentido à gestão terminológica no	2018

	ambiente E-TERMOS	
--	-------------------	--

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda referente ao Quadro 1 pode-se observar que a partir de 2006, mesmo não tendo uma recorrência cronológica definida e uma quantidade significativa, existiram publicações que evidenciaram o uso, a organização e a disseminação de fontes de informação musical ou realização de práticas musicais em ambientes informacionais. Esse resultado indica a necessidade de ampliar a produção de pesquisas, como também da publicação de seus resultados, além da apresentação das ações dos agentes mediadores da informação em revistas e eventos científicos, evidenciando a importância de arquivos, bibliotecas e museus desenvolverem atividades que considerem desde a preservação e a organização dos acervos musicais, ações de mediação indireta da informação, até as ações de interferência direta, como atividades de mediação da leitura musical. Além de desenvolverem tais práticas, é relevante refletir também que esses ambientes podem ser cenários para atuação de sujeitos e grupos musicais que desejem compartilhar, em um equipamento cultural como o arquivo, a biblioteca e o museu, suas percepções da realidade por meio da linguagem musical, sendo esses espaços potencializadores das diversas expressões socioculturais.

Quanto aos ambiente informacionais, como se pode observar no Quadro 2, dos 14 estudos analisados, 3 deles adotaram o museu como ambiente de investigação; 1 estudo analisou o arquivo; 9 dos artigos analisados adotaram algum tipo de biblioteca para seu estudo – sendo 1 sobre uma

biblioteca especial; 4 sobre bibliotecas escolares; 2 sobre a biblioteca pública; 1 sobre a biblioteca universitária e 1 citou a biblioteca sem especificar sua tipologia – por fim, também foi considerado 1 artigo que tratou sobre base de dados. Sobre esse último estudo, vale destacar que embora o critério para o levantamento bibliográfico foi definido em arquivos, bibliotecas e/ou museus, neste artigo os autores não definiram claramente qual ambiente a base de dados supracitada está vinculada. Dessa maneira, esse artigo foi considerado por entender que o tratamento adotado está ligado ao processo de mediação da informação próprio dos ambientes informacionais.

Ao analisar as ações de interferência dos ambientes informacionais relacionadas ao uso, à organização e à disseminação de fontes de informação musical ou realização de práticas musicais indicadas nos artigos, podendo ser mais de uma ação, essas foram classificadas segundo o conceito de Almeida Júnior (2015), sendo mediação direta e/ou mediação indireta. Dessa maneira, foram identificadas as seguintes ações:

- a) incentivo à leitura (3) – ação direta de mediação da informação;
- b) mediação da leitura (2) – ação direta de mediação da informação;
- c) atividades de ensino (2) – ação direta de mediação da informação;

- d) uso da música para diminuir a dispersão dos alunos nos estudos no ambiente da biblioteca escolar (1) – ação indireta de mediação da informação;
- e) gestão da informação (1) – ação indireta de mediação da informação;
- f) preservação e conservação de acervos musicais (1) – ação indireta de mediação da informação;
- g) registro de práticas musicais para pesquisa (1) – ação indireta de mediação da informação;
- h) organização e representação temática (4) – ação indireta de mediação da informação;
- i) fontes de informação musical (3) – ação indireta de mediação da informação.

Percebe-se que foram evidenciadas cinco ações referentes à leitura, sendo estas classificadas como ações de mediação direta. Também foram evidenciadas duas ações referentes à atividades de ensino. Nesse sentido, constatou-se nos artigos identificados um total de sete menções às ações de mediação direta da informação, conforme defendido por Almeida Júnior (2015).

Por outro lado, foram identificadas 11 indicações de ações indiretas de mediação da informação, sendo práticas referentes ao uso da música (1); gestão da informação (1); preservação e conservação de acervos (1); registro de práticas musicais para pesquisa (1); organização e representação temática (4); e fontes de informação musical (3). Assim, percebe-se que os estudos referentes à música nos ambientes

informacionais têm se debruçado de maneira significativa para as ações indiretas de mediação da informação.

Quadro 2: Informações presentes nos artigos científicos sobre os ambientes, ações e tipos de mediação da informação

Autores	Ambientes	Ações	Tipo de mediação
Fulgêncio (1988)	Biblioteca Pública	Fontes de informação; Mediação de leitura.	Mediação indireta
Cabral; Alves; Sanches; Barbosa (1988)	Museu	Oficina de música; Mediação de leitura.	Mediação direta
Strehl (1998)	Biblioteca universitária	Organização e representação temática.	Mediação indireta
Rêgo; Aguiar (2006)	Museu	Preservação e conservação de acervos musicais	Mediação indireta
Bonilha; Carrasco (2008)	Biblioteca especial	Fontes de informação musical	Mediação indireta
Gaspar; Reis (2010)	Biblioteca	Organização e representação temática	Mediação indireta
Holler (2011)	Arquivo	Registro de práticas musicais para pesquisa histórico-musicológica.	Mediação indireta
Amorim (2013)	Biblioteca escolar	Ações de incentivo à leitura	Mediação direta
Sales; Sartori (2016)	Biblioteca escolar	Organização do acervo musical; fonte informação	Mediação direta e indireta

		musical; atividades de ensino com uso de fontes de informação musical	
Mateus; Cavalcante (2017)	Biblioteca escolar	Música no incentivo à leitura	Mediação direta
Dias; Viana (2017)	Biblioteca escolar	Uso da música instrumental para diminuir a dispersão dos alunos	Mediação indireta
Bison; Zorzetto; Ferreira (2018)	Biblioteca pública	Música no incentivo à leitura	Mediação direta
Silveira (2018)	Museu	Gestão da informação	Mediação indireta
Carmo e Conceição (2018)	Bases de dados*	Representação temática	Mediação indireta

Fonte: Dados da pesquisa.

Fulgêncio (1988) apresenta um projeto desenvolvido pela Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, com o uso de vídeos para exibição de filmes no espaço que contribuiu para atrair e aumentar o número de usuários. Além das atividades rotineiras da Biblioteca, o artigo listou outras ações desenvolvidas, como: cursos de redação, jogos, cerâmica, artes e iniciação musical.

Neste mesmo ano, 1988, Cabral, Alves, Sanches e Barbosa versaram sobre o projeto Museu Fluvial que tinha por intuito resgatar e preservar a cultura do Vale do Rio São Francisco. Dentre as atividades desenvolvidas, era ofertada oficina de música com ritmos e sons dos habitantes primitivos

da região. O artigo descreve a participação de uma equipe de bibliotecárias que promoveu oficina de mediação de leitura e realização de atividades culturais.

Já o trabalho de Strehl (1998), aborda a consistência da indexação realizada na base de dados em uma Biblioteca Universitária de Artes, a partir do estabelecimento de uma política de indexação semiestruturada.

Rêgo e Aguiar (2006) analisaram os métodos de preservação e conservação empregados nos acervos de música alagoana. As autoras chamam atenção do papel do bibliotecário na preservação dos elementos culturais presentes na música e acervos musicais. Destacam ainda que “As letras musicais descrevem fatos, decepções, amores, política, violência, dentre outros. Ao analisar as mais diversas canções, percebe-se a essência da oralidade e a memória intrínseca que expõe a realidade. Todos estes fatores nos remetem a afirmação de que música é informação.” (RÊGO; AGUIAR, 2006, p. 7).

No estudo desenvolvido por Bonilha e Carrasco (2008), que tratou do ensino da musicografia braille, como um elemento facilitador da inclusão de pessoas com deficiência visual ao campo da Música, discute o papel das instituições e das bibliotecas como espaços de difusão da musicografia braille, no desenvolvimento de códigos para possibilitar a disseminação deste tipo de informação.

Gaspar e Reis (2010) abordam sobre a representação temática, debatendo sobre a reunião de textos que, embora se encontrassem em suportes e gêneros diversos, a partir de uma

leitura inicial e também pela intuição, apresentavam-se em grandes assuntos que se pareciam afins. Pode-se destacar que uma das contribuições deste estudo se refere a consideração de que independente do gênero e suporte informacional – textos escritos, música, imagem fixa e imagem em movimento – esses podem ser agrupados por temas afins.

Holler (2011) versou sobre o registro de práticas musicais para pesquisa histórico-musicológica. Na comunicação é destacada a relevância de documentos textuais custodiados pelo Arquivo Nacional que revelam a atuação dos jesuítas em práticas musicais no Brasil colonial.

No estudo realizado por Amorim (2013), são relatadas ações de incentivo à leitura com o uso de música, artes, escrita e contação de histórias, enfatizando a imaginação, a ludicidade e apropriação dos aspectos culturais. A autora afirma que “O fato é que misturar poesia e música contribui para que os alunos se empenhem e desenvolvam o gosto pela leitura a partir de ritmos e modos de leitura por eles vivenciados e apreciados.” (AMORIM, 2013, p. 118).

Outra pesquisa identificada foi a de Sales e Sartori (2016), que defendem a inserção e permanência da música nas escolas como recurso informacional organizado e disponibilizado pela biblioteca escolar para professores, alunos e toda a comunidade escolar, bem como seu uso para além do ensino da música, podendo estar presente em atividades organizadas por professores de outras disciplinas e em projetos pedagógicos.

Mateus e Cavalcante (2017) discorrem sobre a utilização da música como ferramenta nas atividades voltadas ao incentivo à leitura no ambiente da biblioteca para desenvolvimento das capacidades e habilidades dos sujeitos.

Em consonância com o estudo anterior, Dias e Viana (2017) defendem que aliar a música com a leitura é unir dois importantes recursos para aguçar o gosto pelo conhecimento. Sugerem o uso de música no ambiente da biblioteca escolar para ativar a sensibilidade, acalmar o estresse e a facilitar a assimilação da informação lida.

Em 2018, Bison, Zorzetto e Ferreira, também discorreram sobre o incentivo à leitura por meio de um processo criativo, lúdico, dinâmico e prazeroso para formação dos futuros leitores. Já Silveira (2018) relata sobre um projeto-piloto que visou testar softwares-livres de preservação digital e difusão como possíveis soluções para a gestão da informação referente aos acervos da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Por fim, Carmo e Conceição (2018) analisaram o cenário prático-conceitual da indexação, visando a sistematização e organização de ferramentas de gestão terminológica e recuperação da informação por meio da estruturação de um vocabulário da área de Música.

Diante do exposto, é importante considerar que os ambientes informacionais, como arquivos, bibliotecas e museus, podem trabalhar tanto na perspectiva de ações indiretas de mediação da informação quanto às ações diretas, visto que esses tipos de interferência são complementares para a formação social do usuário e no apoio ao processo de

apropriação da informação. Também vale destacar, que quando essas ações são trabalhadas em conjunto podem contribuir para a constituição identitária e memorialística, e, para o fortalecimento do sentimento de pertencimento do sujeito em sua relação com o mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados alcançados nesta pesquisa, que teve como objetivo analisar as produções científicas da Ciência da Informação evidenciando como os ambientes informacionais, especificamente arquivos, bibliotecas e museus, vêm desenvolvendo ações de mediação da informação musical, com base no conceito defendido por Almeida Júnior (2015), percebe-se que a mediação da leitura nestes ambientes se dá em uma perspectiva de interferência pragmática por parte significativa de agentes mediadores que visam favorecer o desenvolvimento de competências básicas para viabilizar as primeiras compreensões sobre o mundo; organizar os diversos dispositivos seja para o processo direto de mediação da leitura ou para favorecer uma ambiência que propicie essa mediação direta.

Além da perspectiva pragmática identificada neste estudo, também sugere-se o fortalecimento da interferência humanizadora, a exemplo, da agente mediadora que para além da apresentação de um repertório musical, que alcançou a perspectiva pragmática, ela defende que, no incentivo à leitura, devem ser consideradas as expressões musicais para o desenvolvimento da ludicidade e apropriação dos aspectos culturais. Dessa maneira, além do conhecimento sobre a

composição musical, o usuário também terá consciência sobre o contexto social e cultural que contribuiu para a elaboração da composição, consegue se sentir pertencente ou respeitar esse contexto, pois alcançou, com base em várias informações que teve acesso, uma leitura de mundo consciente. Assim, a interferência humanizadora é realizada para além da leitura do dispositivo central da mediação da leitura, quando o mediador busca de maneira consciente apresentar os aspectos socioculturais.

Por fim, tanto o mediador quanto o usuário ao se envolverem de maneira consciente e inteira no processo de mediação da leitura musical alcançam o potencial sensorial ao evocar emoções e ressignificar o sentimento de pertencimento. Dessa maneira, a percepção sensorial relaciona-se aos sentidos: a escuta, a fala, o gesto, o olhar sensível do com sujeito com seu meio no processo de mediação. A percepção sensorial evoca as lembranças, as vivências, as entidades afetivas que o sujeito constitui em suas relações sociais. Assim, o mediador da leitura musical deve ter uma postura consciente diante dessa percepção sensorial, visto que essa ação favorece a interferência humanizadora.

A partir das considerações alcançadas nesta pesquisa, torna-se clara a necessidade de se realizar e aprofundar estudos que analisem a mediação da informação musical no contexto das tecnologias digitais. Além disso, evidenciar se e como a mediação da informação pode subsidiar as práticas musicais e como vêm ocorrendo a mediação da informação musical em diversos contextos socioculturais. Enfim,

considera-se esse um terreno fértil para o desenvolvimento de estudos científicos e atividades de mediação da informação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

AMORIM, M. L. M. C. A biblioteca escolar: leitura e transformação. **Bibl. Esc. em Rev.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 106-124, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106591>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BENNET, R. **Elementos básicos da música**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

BISON, C.; ZORZETTO, E. M.; FERREIRA, K. J. C. Momento do conto em cantos: literatura e música na biblioteca pública de Concórdia (SC). **Revista ACB**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 510-531, dez. 2018. ISSN 1414-0594. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/1515>. Acesso em: 04 ago. 2020.

BOLAÑOS, E. C. La organización de Archivos Musicales marco conceptual. **Información, Cultura y Sociedad**, Buenos Aires, n. 13, 2005. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/17128/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BONILHA, F. F. G.; CARRASCO, C. R. O papel da Biblioteca como espaço de disseminação da musicografia braille: uso de ferramentas tecnológicas na produção de partituras para cegos. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**,

Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 18-25, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/564>. Acesso em: 12 ago. 2020.

CABRAL, A. M. R.; ALVES, M. G. M.; SANCHES, R. M. S.; BARBOSA, R. I. S. Biblioteca a vapor: a experiência do Vale do São Francisco. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 162-171, mar. 1988.

CARMO, J. R.; CONCEIÇÃO, V. P. Processamento da linguagem natural do domínio musical: do sentido à gestão terminológica no ambiente E-TERMOs, **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 3, p. 314-241, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/29622>. Acesso em: 12 ago. 2020.

COPLAND, A. **Como ouvir e entender música**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DIAS, N. F.; VIANA, F. C. Biblioteca, estudo, música e concentração: uma combinação possível. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/946#:~:text=O%20projeto%20sob%20o%20t%C3%ADtulo,%C3%A0%20m%C3%BAsica%20cl%C3%A1ssica%20e%20instrumental>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 46. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

FULGÊNCIO, C. M. O. O vídeo e a Biblioteca Pública Estadual “Luiz de Bessa”. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 260-267, set. 1988.

GASPAR, N. R.; REIS, L. L. Um olhar da análise do discurso para a representação temática na Ciência da Informação.

DataGramZero, [Rio de Janeiro], v. 11, n. 6, p. [1-8], dez. 2010.

HOLLER, M. T. O Órgão no Colégio dos Jesuítas em São Paulo no Século XVIII: a pesquisa histórico-musicológica em documentos do Arquivo Nacional. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 89-98, jul./dez. 2011.

Disponível em:

<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/353/353>. Acesso em: 12 ago. 2020.

MATEUS, B. M. V.; CAVALCANTE, L. F. B. O uso da música na Biblioteca Escolar. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 2020-2036, 2017.

Disponível em:

<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/981>. Acesso em: 07 ago. 2020.

MERRIAM, Alan P. **The Anthropology of Music**. Evanston: Northwestern University Press, 1964.

OLIVEIRA, A. L. **A negociação cultural: um novo paradigma para a mediação e a apropriação da cultura escrita**. 2014. 250f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-16102014-104805/pt-br.php>. Acesso em: 17 ago. 2020.

RÊGO, L. M. V.; AGUIAR, V. B. Música, Cultura e Informação: preservação do acervo musical alagoano. **Biblionline**, João Pessoa, v. 2, n. 2, 2006. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/616>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SALES, F.; SARTORI, A. S. Música como fonte de informação na escola: contribuições da biblioteca escolar. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 89-101, 2016. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/1156>. Acesso em: 14 ago. 2020.

SANTOS NETO, J. A.; BORTOLIN, S. Mediação da informação no campo da Arquivologia. **Transinformação**, Campinas, v. 31, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-37862019000100508&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 24 jan. 2020.

SILVEIRA, M. M. G. O Uso do Software-Livre “Atom” na gestão e na difusão de acervos: um projeto-piloto do Centro de Referência da Música de Minas - Museu Clube da Esquina para a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. [1-15], mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17038>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SOTUYO BLANCO, P. Documentação musical e musicográfica: em prol de uma terminologia necessária. *In*: SOTUYO BLANCO, P.; SIQUEIRA; M. N.; VIEIRA, T. O. (org.). **Ampliando a discussão em torno de documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais**. Salvador: EDUFBA, 2016.

STREHL, L. Avaliação da consistência da indexação realizada em uma biblioteca universitária de artes. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 329-335, set./dez. 1998.

CAPÍTULO 18

MEDIAÇÃO ORAL DA LITERATURA PARA BEBÊS

Aline Cristina Chanan Costa

Sueli Bortolin

1 INTRODUÇÃO

Ler não significa apenas decifração de códigos escritos. Textos orais e não verbais também tem em si conteúdos informacionais e literários. Dessa forma, é enriquecedor que o indivíduo tenha contato com diversas linguagens e suportes múltiplos. O contato com diferentes acervos deverá ser iniciado desde o nascimento ou, como indicam profissionais das áreas de Psicologia, Fonoaudiologia e Pediatria no útero materno.

É importante que a leitura seja desenvolvida globalmente, isto é, que envolva os conhecimentos linguísticos, visuais e auditivos; para que o pequeno leitor, no futuro, consiga compreender tanto um artigo de revista, um noticiário da televisão ou um *outdoor* na rua.

Nesse sentido, Cardoso e Pelozo (2007) ressaltam a importância da participação dos pais no processo de leitura das crianças, mas lembram que é comum que as iniciativas sejam quase sempre voltadas às crianças em fase de alfabetização ou no período escolar; situação que deve ser alterada, pois é necessário ler sempre.

Há famílias que tem uma baixa renda e adquirir um livro ou outros produtos culturais torna-se muito complicado. Isso reflete negativamente na formação do leitor na Primeira Infância e nas faixas subsequentes. Por outro lado, existem as instituições públicas ou até mesmo privadas que disponibilizam obras para empréstimos, dessa forma, facilitando a mediação e permitindo que diferentes classes sociais tenham acesso à leitura.

Estudos na área da Educação e da Psicologia ressaltam que a criança tem uma propensão para interagir espontaneamente no período da Primeira Infância e é nela que acontece o mais importante desenvolvimento cerebral. Caso isso não aconteça, a falta de estímulos refletirá na sua base emocional e em seus comportamentos na sociedade.

No caso dos bebês, a leitura acontece culturalmente em um movimento de interação deles com o mundo e, implicitamente, todo esse processo ficará guardado e poderá ser resgatado por meio da memória, que é fundamental no nosso processo de desenvolvimento psicológico e do autoconhecimento. Quando trazemos à tona nossas memórias, estamos elaborando e compreendendo experiências carregadas de afetos e desafetos do nosso passado e que, se depositaram no fundo da alma, fazendo parte assim da edificação do nosso ser (PORTILLO, 2011). No que tange à leitura há experiências ruins que marcam a vida dos humanos. Pode-se citar a ausência de textos desde a infância até as leituras por castigos ou realização de avaliações.

Diante da realidade exposta, esta pesquisa pretendeu corroborar diretamente com a temática mediação oral da

literatura desejando que o enfoque possa se constituir como um componente de mudanças, bem como suscitar reflexões e discussões em prol da leitura, da criança e da educação. Assim, o objetivo geral dessa investigação é investigar a *Mediação Oral da Literatura para Bebês*.

Para atender o objetivo desta pesquisa, utiliza-se a abordagem qualitativa. Segundo Silva e Menezes (2005, p. 20), ela propicia “[...] uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas.”, isto é, foca-se na análise interpretativa (palavras) ou imagens em vez da manipulação estatística de dados numéricos.

Abordando a pesquisa qualitativa, Goldenberg (2004, p. 14) afirma que “[...] a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.”, ou ainda, tentar compreender melhor o comportamento e experiências humanas, bem como o processo pelo qual as pessoas constroem significados. O pesquisador ao utilizar esta abordagem preocupa-se em desenvolver conceitos. Ele prefere descrever os significados das ações para os atores, mais que codificá-las.

Utilizou-se também a pesquisa bibliográfica, pesquisa que cumpre vários propósitos, pois partilha com o leitor os resultados de outros estudos que estão diretamente relacionados ao realizado no momento, sinaliza as produções

já existentes e, sobretudo, revela as lacunas teóricas dentro do tema pesquisado (CRESWELL, 2010).

Para Campolina e Mitjás Martines (2013), esse gênero de pesquisa, em geral, é motivado pela necessidade de se obter uma visão organizada e atualizada das produções científicas de uma determinada área. “Entre as vantagens deste tipo de pesquisa [...] não exige contato direto com sujeitos da pesquisa.” (OLIVEIRA, 2017, p. 45).

Na fase inicial dessa investigação buscou-se utilizando o termo *Primeira Infância*. Na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) da Universidade Federal do Paraná recuperou-se três trabalhos e na base do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) denominada de Benancib onde estão hospedados trabalhos e palestras apresentados no referido evento, não foi encontrado sequer uma comunicação sobre este tema. Em seguida buscou-se nas mesmas bases a temática bebeteca; projetos de leitura; leitura-bebê; criança zero a três (com a variante 0 a 3) e leitura para bebês, utilizando os seguintes critérios: documentos publicados em língua portuguesa e espanhola. Em virtude da inexistência de pesquisa que abordam esse assunto não se estabeleceu um recorte temporal para ela.

2 LITERATURA: MEDIAÇÃO E MEDIADOR ORAL

A partir do surgimento da imprensa, a leitura se tornou um importante veículo de disseminação da informação e da cultura, permitindo que esta fosse amplamente divulgada.

O ato de ler compreende além da linguagem escrita, outras possibilidades que englobam a oralidade, a leitura de imagens seja ela fixa ou em movimento. Dessa forma, a leitura permite ao indivíduo desfrutar de experiências que proporcionam sabedoria, além de unir os leitores aos personagens, apresentar-lhes novos lugares, outras épocas e culturas.

Neste sentido, saber ler é interagir com o mundo que nos rodeia, o leitor desde bebê se constrói e se reconstrói a partir das suas percepções e aprendizados. É possível acreditar nessa possibilidade quando se parte do princípio de que desde muito cedo (possivelmente no útero materno) o ser humano começa a compreender e dar sentido ao que ouve, em outras palavras: “aprender a ler é aprender a construir sentido” (CHARMEUX, 2000, p. 89).

Na verdade, sempre estamos lendo o mundo, as pessoas, por exemplo, na maneira como se vestem e se comunicam; pelo que possuem, pelo nível intelectual etc. No entanto, esse tipo de leitura está condicionado às leituras prévias do leitor, mostrando que quanto mais ampla for a sua compreensão de mundo, mais criteriosa será sua análise devido ao entrelaçamento de múltiplas visões.

Nesta perspectiva, a leitura é o resultado de uma diversidade de fatores que envolvem o mediador da leitura, o leitor e a situação de leitura, por isso, defende-se ser importante motivar a leitura desde a infância, pois é nela que se abre o espaço para a alegria e o prazer de ler; para que no futuro o leitor consiga não só interpretar, mas também

compreender as experiências de audição, de imagens e da narração de histórias.

Para a escritora Ruth Rocha, “[...] a leitura não deveria ser encarada como uma obrigação escolar, nem deveria ser selecionada, vamos dizer, na base do que ela tem de ensinamento, do que ela tem de ‘mensagem’” (ROCHA, 1983, p. 4). Além disso, “[...] O texto não devia ser usado, por exemplo, para a aula de gramática, a não ser que fosse de uma maneira muito criativa, muito viva, muito engraçada, muito interessante [...]” (ROCHA, 1983, p. 4).

Com o crescente uso das tecnologias e das mídias digitais, vale aqui fazer o seguinte questionamento: O livro deixou de ser um “objeto” interessante? Havia o receio de que a leitura do texto impresso poderia ser substituída pelos meios de comunicação em massa, pelas imagens e, o livro, não perduraria às novas tecnologias, no entanto, essa prática permanece sendo um fator essencial para a sociedade. O mesmo dizia-se da oralidade, chegando a ser denominada de ancestral, contudo, a utilização do oral, ressurgiu por intermédio das mídias digitais.

Acredita-se que de fato o livro não é um meio exclusivo de propagação da cultura e da informação, pois a reprodução da imagem fixa e depois a móvel acompanhada de som e outros recursos ampliam as possibilidades de leitura. A irrupção de diferentes modos de comunicação permite ao leitor escolher o lugar, tempo e o tipo de leitura que lhe é interessante.

Defende-se que a leitura da literatura deve ser mais acessível a toda população, pois de acordo com Candido (1972, p. 804) a literatura tem três funções essenciais a cumprir, “humanizar, formar e propiciar o conhecimento de mundo e do ser”. A função humanizadora para ele acontece quando o ser passa a ter consciência de que aquilo que é indispensável para sua vida também será indispensável para a vida do próximo; sentimento este que pode ser despertado a partir da leitura de textos literários.

O autor destaca também a função formadora, pois a literatura tem o papel de formar a personalidade, tanto individual como social. “Cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos as suas normas [...]” (CANDIDO, 1988, p. 175). Por fim, Candido concebe a literatura como meio que permite ao sujeito ser capaz de se conhecer melhor, e, com sua criticidade, o mundo e os outros.

Para Radino (2003), a obra literária pode romper com os padrões vigentes e constituir um novo objeto de conhecimento, na medida em que amplia e renova o horizonte de percepção do leitor, ao invés de refletir passivamente em uma sociedade.

Pode-se considerar que a literatura é um conjunto de obras pertencentes a um país. É uma das manifestações artísticas do ser humano, ao lado da música, dança, teatro, escultura, arquitetura, dentre outras, isto é, é uma arte que se compõe da linguagem verbal com o propósito de revelar ou criar uma realidade a partir do imaginário. Autores como

Coutinho (1976) considera a literatura como um fenômeno estético. Ele a conceitua como uma arte, a arte da palavra. Não visa informar, ensinar, doutrinar, pregar, documentar. O autor ainda defende que acidentalmente, de uma forma secundária, ela pode fazer isso, pode conter história, filosofia, ciência e religião, mas, tudo isso transformado em matéria estética. Ou seja, conforme afirma Eco (2003), a literatura está centrada em si mesma, sendo uma leitura por deleite, elevação espiritual e ampliação dos próprios conhecimentos, ou ainda, por puro passatempo, sem que haja a obrigação de fazê-lo.

Outra característica da literatura é que ela desempenha um importante papel na sociedade tendo em vista que permite ao indivíduo se colocar no lugar do outro criando uma relação de proximidade, seja se identificando com um personagem, sua realidade, seja por provocar emoções. Dessa forma, a literatura acaba por conduzir o leitor a perceber o outro e a si mesmo, desenvolvendo a sensibilidade.

Na compreensão de Azevedo (2004), todos os gêneros de literaturas são importantes e têm sua razão de ser. A diferenciação está na forma como ela é apresentada ao leitor podendo afastá-lo da leitura. O autor se refere aos modos de ensinar a literatura como uma imposição seguindo regras didáticas que são formatadas pelos ambientes institucionalizados onde existe a obrigação de se produzir em cima daquilo que foi lido.

Neste sentido, o texto literário oportuniza flexibilidade, pois se trata de um discurso poético e fictício (uma das características desse gênero) que por ser subjetivo, permite que as palavras sejam inventadas; que ocorra a transgressão

das normas oficiais da língua; cria ritmos e sonoridades; brinca com trocadilhos e duplos sentidos (simbólico e ambíguo). No discurso literário também se recorre às metáforas, metonímias e ironias (AZEVEDO, 2004). Em suma, a plurissignificação das palavras propicia aos leitores diferentes interpretações. Evidentemente que o bebê não recebe racionalmente um texto, visto que o recebe sensorialmente; por causa disso as suas “interpretações” não ocorrem de imediato.

Sabemos que tanto a criança quanto o adulto aprendem quando existe a aspiração em aprender, sendo vital ter uma motivação que remeta o indivíduo ao conhecimento que atenda os seus desejos. Para Rego (2013, p. 59) na perspectiva vygotskiana “Desde o nascimento, o bebê está em constante interação com os adultos, que não só asseguram sua sobrevivência, mas também medeiam a sua relação com o mundo.” Assim, é essencial um mediador na vida da criança, seja ele familiar ou profissional.

Desta forma, a leitura cumpre sua função social determinante nos processos de pensamento contribuindo para a maturidade social e cultural da pessoa. Ela é considerada, por pesquisadores de inúmeras áreas, indispensável ao crescimento psicossociocultural da criança. Por exemplo, Vieira (1978) defende que a literatura é uma das formas mais importantes de se conhecer o mundo e de ampliar o conhecimento humano. Segundo a autora, isto pode estar relacionado à fruição e ao prazer estético da arte literária, pois lida com o imaginário, trabalha a emoção, além de satisfazer a necessidade de ficção e de busca por prazer.

No entanto, ela, a leitura, é complexa no que se refere à capacidade de decodificação do texto pelo leitor, que pode levar ou não a uma posterior compreensão e valorização de um contexto cultural. Além disso, pode contribuir na construção do significado, no caso da literatura, do enredo. Nessa pesquisa enredo oral.

Muitas são as maneiras de aproximar o bebê das palavras. Na obra *Literatura Oral no Brasil* de Luís Câmara Cascudo (2006) ele apresenta diferentes recursos de narrativas populares entre eles: contos, lendas, fábulas, mitos, autos, cantigas de roda, parlendas, adivinhas, trava-línguas etc. O autor demonstra nas 480 páginas do livro a riqueza oral do nosso Brasil.

A literatura, em geral, está relacionada à construção das emoções e significados, ela pode ser apresentada de maneira formal ou como uma brincadeira, mas sempre em uma perspectiva plural. Em outras palavras, por meio de diversas linguagens: escrita, oral, imagética.

Tradicionalmente as histórias/literaturas eram propagadas de maneira presencial, porém na atualidade são veiculadas também por intermédio de mídias. Nossa intenção não é valorar uma forma em detrimento da outra. Destaca-se que as narrativas orais de histórias são uma forma de comunicação com o bebê por utilizar uma linguagem que aproxima o leitor-ouvinte do contador de histórias. Inicialmente pelo fato de se sentar próximo dele, demonstrando acolhimento e igualdade. Para que, de um modo simples, possibilite que os bebês se envolvam no mundo literário.

Antigamente o ato de narrar histórias era atribuído aos homens, por ser apenas a eles permitido o acesso ao conhecimento, atualmente é uma atividade que é desenvolvida tanto por homens, quanto por mulheres. Os contadores de histórias dos tempos passados, geralmente eram os mais velhos, que por terem vivenciado inúmeras experiências durante a vida gostavam de compartilhá-las de forma oral. Hoje do mesmo modo, os mediadores podem transmitir oralmente suas lembranças e experiências vividas de forma lúdica, ou até mesmo canções, não sendo obrigatória a leitura de algum texto ou livro impresso, ressaltando uma das características da oralidade que está relacionada à vivência coletiva.

Deve-se considerar esse gênero dinâmico, que possibilita intrincar o brincar, a fantasia, o encantamento, pois permite que a criança transforme seu mundo real em função de seus desejos e fantasias, comportamento inerente à infância. Nesse sentido, o mediador precisa se preparar emocional, culturalmente e cognitivamente, pois, segundo Barbosa e Barbosa (2013, p. 11), ele é: “Alguém que manifesta à criança, ao adolescente e também ao adulto uma disponibilidade [...] que [...] considera o outro, que precisa ser levado ao texto, como um sujeito histórico, cultural [...]”.

Essas são distinções importantes de serem destacadas, pois se trata de duas ações diferentes, mas que se complementam. A leitura em voz alta é o ato de ler na íntegra um texto, isto é, preservando sua estrutura e palavras, já a narração livre possibilita que o narrador faça sua representação participando mais ativamente. Trata-se de uma

ação coletiva e socializadora que ocorre sem o apoio do livro, sendo assim mais flexível além de permitir maior independência em relação ao texto escrito devido ao seu caráter lúdico.

Colomer (2007, p. 143) afirma que *compartilhar livros*: “[...] permite experimentar a literatura em sua dimensão socializadora, fazendo com que a pessoa se sinta parte de uma comunidade de leitores com referências e cumplicidades mútuas”.

Sob o ponto de vista de Zumthor (1993), a voz humana tem o poder de criar um vínculo afetivo, pois carrega uma carga corporal sendo ela quase que visível e palpável na hora das narrativas orais. Para ele “a palavra pronunciada não existe (como o faz a palavra escrita) num contexto puramente verbal: ela participa necessariamente de um processo mais amplo [...] cuja totalidade engaja os corpos dos participantes” (ZUMTHOR, 1993, p. 244) e se torna uma *performance*.

Assim sendo, busca-se destacar que ao mediar oralmente a literatura para as crianças é possível provocar muito mais que uma transmissão de narrativas que perpassam dos estímulos à leitura ao enriquecer a imaginação, pois, “a criança, ao inventar uma história, retira os elementos de sua fabulação de experiências reais vividas anteriormente, mas a combinação desses elementos constitui algo novo” (SOUZA, 1994, p. 148).

A entrega corporal e emocional às narrativas orais é um ato espontâneo no bebê, ele reage imediatamente ao escutar músicas, palavras rimadas, proferidas pelo mediador.

Infelizmente a mediação para a Primeira Infância, realizada por bibliotecários, não ocorre na mesma proporção que a promovida com os leitores já alfabetizados, estando eles nas escolas ou nas bibliotecas infantis. Ao mediar a leitura, o mediador tem a possibilidade de conduzir o leitor ao encontro de livros e textos literários tornando esse momento encantador.

É perceptível que ainda faltam iniciativas que poderão incentivar a leitura permitindo que ela faça parte da rotina dos leitores mirins. Faltam também pesquisas acadêmicas que levem o bibliotecário a refletir a respeito da mediação da literatura na Primeira Infância.

Para que a leitura aconteça e seja prazerosa e enriquecedora aos leitores, é importante contar com o auxílio de um mediador. No caso dos bebês, a mediação pode ser realizada por pessoas próximas como a mãe, pai, avós. Os pais ou familiares, por ser o primeiro elo da criança com o mundo, podem exercer maior influência sobre elas no que se refere à motivação para leitura. Aos que já frequentam a escola, a mediação pode acontecer por intermédio dos profissionais que atuam no local: voluntários, ou ainda, bibliotecários ou professores.

Quando se refere aos bebês, a presença do mediador se faz imprescindível, uma vez que ele consegue perceber certas dificuldades ou necessidades do leitor e tem a possibilidade de conduzi-los a outro caminho, pois “não é apenas o texto literário e artístico que aquece a relação com o leitor.” (BORTOLIN; ALMEIDA JÚNIOR, 2014, p. 208). Os autores mencionam o exemplo das “leituras de mundo”, ou

seja, são momentos em que cada pessoa constrói suas histórias (por meio da oralidade) acontecidas durante a semana ou em outro momento da vida, evidenciando que basta apenas a disponibilidade de ambas as partes para que a leitura aconteça.

O mediador deve se antecipar e escolher o material a ser lido, fazendo leituras prévias do que será apresentado para as crianças e se preparar para esse momento. Ele precisa avaliar também o local onde desenvolverá a atividade. Indubitavelmente, o espaço não precisa ser requintado, até porque se devem considerar as condições de todos os ouvintes e a realidade em que cada um se enquadra, contudo, o ambiente necessita ser confortável, bem arejado, aconchegante e atraente, principalmente em se tratando de bebês. Portanto, é muito importante a forma como o mediador irá construir a ambiência para conduzir a narrativa, momento de fato crucial.

Caso os bebês forem manusear os livros, cabe ao mediador verificar se os livros utilizados possuem aprovação dos órgãos responsáveis pela saúde da criança para evitar qualquer dano, pois são materiais que possuem textura, tinta da impressão, plástico ou mesmo o papelão que ao entrar em contato com a boca, nariz, por exemplo, podem ser perigosos.

Deve-se evidenciar que existe um acervo amplo a ser utilizado pelo mediador oral que acolhe o texto a ser narrado. Pois, assim como argumentam as autoras, também se defende que “Dentre as trocas que o narrar e ouvir histórias possibilita, encontra-se a afetiva, tão desprezada na atualidade e que está levando o indivíduo a relacionamentos superficiais.” (REIS;

BORTOLIN, 2012, p. 85). Ao estimular o contato com o mágico e a fantasia, explorando a oralidade literária desde os primeiros meses é possível resistir a essa objeção.

Pode-se citar outros modos de mediação oral possíveis a esse mediador como a recitação, audição de música, exibição de filmes, apresentação teatral, roda de leitura, parlendas etc. Todas as atividades são realizadas por meio da voz, proporcionando ao sujeito (incluindo os bebês) ter contato com múltiplas culturas.

Cabe, então, ao educador influir, o melhor que puder, para despertar o prazer em ouvir textos diversificados, assim, o mediador consegue aproximar o leitor do texto, tendo ele o papel de facilitador dessa relação, para permitir ao leitor conhecer infinitas possibilidades de leitura.

A oralidade não se refere apenas à contação ou narração de histórias, a música faz parte das fontes orais que, por sua vez, significa uma expressão cultural artística incorporada pelos seres humanos, assim, como a literatura tornou-se uma das formas de expressar acontecimentos e representá-los artisticamente.

Sumariamente, Bortolin e Almeida Júnior (2014, p. 178) afirmam que a oralidade aponta para dois caminhos: “A oralidade ancestral que é o ato humano de expressar ideias e sentimentos com voz viva, e a nova oralidade que é a transmissão oral mediada por uma tecnologia, sendo ela simples ou sofisticada.”

Sendo assim, um mediador flexível deve diversificar suas mediações para atender demandas, necessidades; mas

também formar leitores plurais, irrequietos, indagativos desejando sempre mais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que de fato a situação das iniciativas destinadas aos bebês no Brasil possa ser modificada, é essencial que haja mais incentivo por parte do governo, instituições e até mesmo das famílias, resultando em ações eficazes, ou seja, é necessária a mudança de perspectiva na formação de leitores.

Ao se tratar da relação afetiva gerada pela literatura entre os bebês e os mediadores da leitura, umas das características importantes do contato com a literatura é que ela permite ao leitor uma proximidade com o personagem, desenvolvendo a afetividade.

Acredita-se que este estudo irá contribuir na disseminação da temática sobre a leitura na Primeira Infância. Almeja-se que ele possa ser evidenciado em várias áreas, pois quanto maior o número de pessoas envolvidas nesta seara, maior será a chance de promover a mediação literária desde o início da vida.

Reforçar-se ainda, que compartilhar histórias com as crianças, dá a elas a possibilidade de experimentar um “mundo novo”, pois a interação dos pequenos com os livros, a partir do auxílio de um mediador, trará benefícios imagináveis e duradouros.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, R. Formação de leitores e razões para a literatura. *In*: SOUZA, R. J. (org.). **Caminhos para a formação do leitor**. São Paulo: DCL, 2004.

BARBOSA, J. B.; BARBOSA, M. V. (org.). **Leitura e mediação**: reflexões sobre a formação do professor. São Paulo: Mercado de Letras, 2013.

BORTOLIN, S.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da literatura para leitores-ouvintes. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p.207-226, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v19n1/13.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

CAMPOLINA, L. O.; MITJÁNS MARTÍNEZ, A. A pesquisa sobre inovação educativa no Brasil. *In*: BRUNO-FARIA, M. F.; VARGAS, E. R.; MITJÁNS MARTÍNEZ, A. (org.). **Criatividade e inovação nas organizações**: desafios para a competitividade. São Paulo: Atlas, 2013.

CANDIDO, A. A literatura e a formação do homem. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, 1972.

CANDIDO, A. O direito à literatura. *In*: CANDIDO, A. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1988. p. 169-191.

CARDOSO, G. C.; PELOZO, R. C. B. A importância da leitura na formação do indivíduo. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**, Garça, SP, v. 5, n. 09, p. 01-07, 2007.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura Oral no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Global, 2006.

CHARMEUX, E. **Aprender a ler: vencendo o fracasso.** Trad. de Maria José do Amaral Ferreira. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COLOMER, T. **Andar entre livros: a leitura literária na escola.** São Paulo: Global, 2007.

COUTINHO, A. S. **Notas de teoria literária.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ECO, U. **Sobre a literatura.** São Paulo: Perspectiva, 2003.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer uma pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. Disponível em: <http://www.ufjf.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Goldenberg.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

OLIVEIRA, A. A. **A memória do Departamento de Ciência da Informação da UEL: uma análise dos eventos científicos.** Orientadora: Sueli Bortolin. 2017. 183f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

PORTILLO, V. G. **O Resgate da memória afetiva.** 2011. Disponível em: http://www.portaldapsique.com.br/Artigos/Resgate_da_memoria_afetiva.htm. Acesso em: 15 fev. 2020.

RADINO, G. **Contos de fadas e realidade psíquica: a importância da fantasia no desenvolvimento.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

REGO, T. C. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da Educação. 24.ed. Petrópolis: Vozes, 2013. (Educação e conhecimento).

REIS, M. B. R.; BORTOLIN, S. Ambiência para narrativas orais. *In*: BARBALHO, C. R. S.; SILVA, R. J.; GOMES, S. H. T.; BORTOLIN, S. (org.). **Espaços e ambientes para leitura e informação**. Londrina: ABECIN, 2012. p.57-92.

ROCHA, R. Pra não vacinar a criança contra a leitura. **Leitura**: teoria e prática, Campinas, v. 2, p. 3-10, out. 1983.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: [https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia de pesquisa e elaboracao de teses e dissertacoes 4ed.pdf](https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf). Acesso em: 07 mar. 2020.

SOUZA, S. J. **Infância e Linguagem**: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin. Campinas: Papirus, 1994.

VIEIRA, A. **O prazer do texto**: perspectivas para o ensino de literatura. São Paulo: EPU, 1978.

ZUMTHOR, P. **A Letra e a Voz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CAPÍTULO 19

MEDIAÇÃO ORAL DA INFORMAÇÃO E DA LITERATURA EM AMBIENTE DIGITAL

Sueli Bortolin

João Arlindo dos Santos Neto

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta resultados parciais do Projeto de Pesquisa intitulado “Mediação oral da informação e da literatura em ambiente digital”, iniciado em 2018 e desenvolvido pelo Projeto de Pesquisa “Mediação Oral da Informação e da Literatura em Ambiente Digital”, da Universidade Estadual de Londrina.

Na Ciência da Informação (CI) durante muitos anos houve uma tendência a investigar, em sua maioria, as fontes de informação e de leitura impressos; porém, com o advento dos documentos digitais, a política de acesso aberto, a expansão das mídias sociais e demais fenômenos da atualidade, os pesquisadores dessa área voltam a sua atenção para temas como redes sociais, lei de acesso à informação, big data, estudos métricos e altimetria, entre outros.

Nesse contexto, constata-se que há, prioritariamente, pesquisas voltadas para o texto escrito em diversos suportes, ficando o texto oral em um outro plano. No entanto, Bortolin e Almeida Júnior (2009), Bortolin (2010), Arantes (2014), Alves (2014; 2017), Alves e Silva (2016; 2018), Bortolin e Santos Neto

(2015), Terciotti (2016), Santos Neto e Gardin (2017) e Santos Neto (2018) têm trabalhos publicados que inter-relacionam a temática das fontes orais, a oralidade mediatizada e a apropriação da literatura em espaços midiáticos. Portanto, identifica-se que atualmente, mesmo que em grupo pequeno, o interesse por temáticas ligadas à oralidade está se ampliando. Vale ressaltar que os autores se vinculam ou já foram vinculados ao Grupo de Pesquisa “Interfaces: Informação e Conhecimento”.

Em uma avaliação incipiente e empírica, justifica-se o reduzido interesse pelas fontes orais e, também, pela oralidade, porque há o (pré)conceito de que a informação escrita seja o principal meio de acesso à informação e à leitura produzindo atos discriminatórios. Os analfabetos e as pessoas com cegueira total, por exemplo, em sua maioria só se apropriam da informação e da literatura pelos ouvidos.

Antigamente as referências humanas eram recebidas via suporte impresso, mas há alguns anos as informações invadem a vida do cidadão, em especial, por meio dos dispositivos móveis, utilizando as redes e mídias sociais como: *Twitter, Facebook, YouTube, WhatsApp, Instagram* entre outras. Vale destacar que diferentemente de tempo anteriores, as mensagens não são apenas escritas, mas abundantemente orais. Além disso, a postura dos sujeitos na atualidade, em todos os estratos sociais, demonstra que o percentual de ouvintes de rádio e televisão ainda é significativo e está aumentando exponencialmente com a transferência desses meios de comunicação para os dispositivos móveis.

O avanço tecnológico e também a necessidade em utilizar dispositivos de comunicação social, demonstram que as barreiras do uso de tecnologias pelas pessoas com mais idade já estão se rompendo, a comunicação nos aplicativos de mensagens instantâneas é escrita, mas está se tornando, pela facilidade e rapidez, cada vez mais oral, como é o caso dos áudios no *WhatsApp*.

Nesse contexto, o referido Projeto objetiva analisar as mediações orais realizadas por bibliotecários que permitem aos sujeitos se apropriarem de um conjunto imensurável de informação que possam atender seus interesses e necessidades. A intenção não é emitir juízo de valor, nem se quer elencar o gênero e qualidade dos conteúdos disponibilizados no YouTube. Portanto, espera-se verificar se as manifestações performáticas dos mediadores orais permitem que os leitores, telespectadores, leitores-ouvintes, webleitores, netespectador (ou qualquer outra denominação que possa existir), tenham acesso e se apropriem de informação.

Para tanto, aborda-se neste texto a interferência da oralisfera e a participação das pessoas (mediadores e mediandos) na construção desse envoltório oral nas mediações nos ambientes digitais. É necessário valorizar essa ambiência para que ocorra efetivamente a apropriação de diferentes textos pelo leitor. Sendo assim, ele está estruturado da seguinte forma: a presente Introdução, a segunda seção apresenta os Procedimentos Metodológicos; a seção três discorre a respeito da Oralisfera e a Mediação Oral da Informação e Leitura, na quarta seção aborda-se o Mediador

Oral no ambiente digital, e na quinta seção, apresenta-se os resultados parciais e as considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para analisar a oralidade tecnológica e a *performance* dos mediadores orais utilizou-se a pesquisa qualitativa que se diferencia da pesquisa quantitativa, que foca questões mais objetivas tendo, em muitos casos, um recorte numérico. “Em ciências sociais, os procedimentos quantitativos às vezes são menos valorizados por seu caráter reducionista.” (DUARTE; BARROS, 2005, p. 26). Reconhece-se, todavia, a relevância dos estudos quantitativos para a CI, pois possibilitam a síntese e a representação de dados de pesquisa expressivos e que permitem uma visão macro sobre os fenômenos observados. No entanto, para atender o objetivo da presente pesquisa, adota-se a abordagem qualitativa, que tem “[...] particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida.” (FLICK, 2009, p. 20). Acredita-se que ela atenderá as expectativas em investigar a mediação oral da informação no contexto digital.

Pode-se afirmar que ainda é um desafio realizar a pesquisa qualitativa na internet, nesse sentido Flick (2009, p. 250) questiona: “Como adaptar métodos e abordagens? Como adaptar os conceitos de participação, de amostragem e de análise para esse campo?” Os métodos dessa investigação são: o delineamento bibliográfico e a pesquisa documental. O primeiro, desenvolvido nos primeiros anos do Projeto tem contribuído para fundamentar as discussões teóricas sobre as temáticas em questão e para nortear o processo de análise dos

dados. O método documental, por sua vez, está em andamento e “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.” (GIL, 2002, p. 45).

Quanto aos documentos que compõe o *corpus* da pesquisa são os vídeos do *YouTube*, disponíveis na web, a partir de contas (canais e vlogs²) que são gerenciadas pelos usuários-produtores desta mídia social. Nesse caso, a provocação científica é maior, pois há uma tendência desse gênero de documento se modificar e desaparecer constantemente (FLICK, 2009). O que instiga a investigação é a possibilidade de verificar na estrutura da página do *YouTube* os elementos que podem facilitar/difícultar a leitura oral do que é mediado.

Iniciou-se a observação não estruturada ou assistemática “[...] que consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas. [...] não tem planejamento e controle previamente elaborados.” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 89). O instrumento de coleta dados encontra-se em fase de finalização; com ele, analisar-se-á os elementos performáticos da oralidade: voz (ocorrências de inflexões, modulações, entonações...), corpo (gestos, expressões faciais, reações emocionais...), espaço (móveis, objetos, vestimentas...) e presença (somatória dos elementos

² A seleção dos canais está sendo feita pelos membros do Grupo de Pesquisa que têm trabalhado no levantamento e identificação de possíveis artefatos para análise.

anterior que efetivam a performance do mediador oral), tendo como base o pensamento *zumthoriano*.

Um dos canais do YouTube selecionados para constituir o *corpus* da pesquisa, e que está em processo de análise no Grupo, é denominado “É o último, juro!”³ (produzido pela bibliotecária Gabriela Bazan Pedrão). Nele observar-se-á as manifestações corporais, *performances* e posturas da mediadora oral. Essa tarefa pode ser considerada um ato de cunho subjetivo, sem elementos quantificáveis, porém por meio de um roteiro será possível vislumbrar a existência ou não dos elementos da narrativa referidos no parágrafo anterior.

Com o intuito de conduzir o leitor e evidenciar a posição teórica e conceitual dos pesquisadores do Projeto, a seguir discute-se os temas basilares da pesquisa.

3 ORALISFERA E MEDIAÇÃO ORAL DA INFORMAÇÃO E LEITURA

A história da humanidade inicia-se tendo como base a oralidade. Após o advento da impressão de livros, valoriza-se a transmissão do pensamento por meio da escrita, porém na sociedade atual constata-se um retorno do uso da oralidade por diferentes meios, assim estamos cada vez mais envolvidos pela “oralisfera”. Pensar na palavra oralisfera provoca a rememoração dos bancos escolares, quando nas aulas de

³ Disponível em:

https://www.youtube.com/channel/UCk0NQeWlg1PRPAXt_NnxJhg.

Acesso em: 12 ago. 2020.

Geografia ouviam-se palavras como: fotosfera, estratosfera, termosfera, exosfera, troposfera, mesosfera etc.

O termo oralisfera foi construído com a somatória da palavra *oralis*, que provém do latim *oris* = boca, que somada à palavra *sfera*, do grego *sphaira* pode ser traduzida como: camada, espaço ou ambiente que lembra o envoltório gasoso existente em nosso planeta. Essa é uma expressão criada por Bortolin (2010) tendo como base pesquisadores das narrativas orais.

Em um discurso um tanto afinado com Bortolin e, confirmando uma formação discursiva, Arantes (2014, p. 87), desejando extrapolar as paredes de algumas bibliotecas públicas pesquisa a oralidade em seus sites. Nesse momento a referida autora conceitua oralidade midiaticizada como “[...] a voz revelada, manifestada e externada por meio das tecnologias midiáticas.” Portanto, mesmo que tímido há um movimento de interesse pela mediação oral em ambientes digitais.

Posteriormente, encontrou-se uma referência ao pensamento de Daniel Dennett (1998) que dialoga com oralisfera. Segundo Mato (2016, p. 12) “A infosfera de que fala Dennett é o ambiente evolutivo da informação comunicada, veiculada e reproduzida em seus muitos suportes, codificada em diversas linguagens.”

Nesse caminhar tanto Arantes (2014) com a oralidade midiaticizada, quanto Dennet(1998) por intermédio de Mato (2016) com a infosfera, reforçam as reflexões do Grupo Interfaces, que há quase duas décadas se ocupa em pesquisar

a mediação presencial e nos últimos 10 anos está preocupado em valorizar as vozes humanas e os dispositivos, constantemente inventados, que permitem a voz mediatizada. Além disso, vislumbra-se que estes são bem-vindos pois, ampliam a disseminação da vocalidade humana na web por meio de gravações (musicais, poéticas, mensagens religiosas, educativas, informativas...), edição de audiolivro, publicação de jornais e revistas com acréscimo de textos vocais, produção de programas radiofônicos, televisivos e demais tecnologias de suporte vocal.

Novos tempos exigem novos termos. Assim, propõe-se a partir desses avanços midiáticos que o leitor da web já denominado netespectador, passe a ser chamado de netespectador-ouvinte, visto que leem pelos ouvidos. Acredita-se que em tempos inundados de interações midiáticas, há uma participação mais ativa do netespectador nos ambientes informacionais, e, em consequência disso, os sujeitos estão se tornando protagonistas de suas leituras e pesquisas, e o uso abundante das mídias digitais comprovam isso. Araújo Neto (2009) referendava o exposto ao estudar a utilização das mídias digitais na sociedade mediatizada; segundo o autor, “a utilização de tecnologias transformadas em meios de comunicação tem causado profundos reflexos na vida social das pessoas.” Reconhece-se que um dos reflexos a que se refere o autor, seja inclusive no modo como lê, consome e produz conteúdo na internet.

Dessa maneira, os limites de atuação leitor/espectador e dos mediadores são tênues, a aproximação entre eles pode ser considerada mais estreita. Florito (2012) ao se referir à

interatividade dos telespectadores atuais alerta: “As narrativas seriadas não se restringem a obras de ficção somente para a televisão. Com o advento da internet a ideia do telespectador pouco interativo se altera.”

A intenção desse trabalho, não é estudar apenas os movimentos de mediação por meio da voz, mas sim os elementos que possibilitam o indivíduo a ler e se informar por meio da audição, visto que as mídias sociais permitem isso e estão presentes no cotidiano da maioria dos países, excetuando aqueles, que por questões econômicas, se encontram desconectados de recursos midiáticos.

Acredita-se que a oralisfera tem duas características distintas: gasosa e psíquica; sendo a primeira, resultado da somatória de manifestações corporais do mediador e; a segunda, ligada a emoção e cognição de cada indivíduo. Essa mediação pode se realizar por intermédio das mídias, porém é necessário evidenciar que elas possuem características diferentes da oralisfera presencial, mas que tem potencial de criar uma *aura performática* de comunicação oral, isto é, o mediador consegue utilizar recursos que prendem a atenção do leitor e o leva a assistir/ler outras postagens.

Os recursos de disseminação da informação tornaram-se mais dinâmicos por intermédio, em especial, dos dispositivos móveis. Isso está coerente com o atual modo de vida dos cidadãos, pois muitos utilizam a informação (mesmo as que não são confiáveis) com maior intensidade. Muitos, pois ainda há uma parcela de sujeitos que não possui acesso a internet nesse país. Nessa trajetória a mediação é pesquisada com enfoques diversificados. Apesar de na CI haver incontáveis

trabalhos ligados à disseminação da informação, a maioria está atrelado a um ato menos ativo, isto é, mediador “transmite” e o leitor/usuário recebe. Em tempos modernos com a agilidade das redes sociais ler-escrever/ler-concordar/ler-discordar são atos indissociáveis e constantes; acontecem de forma escrita, com gravação de voz ou ainda com gravação de voz e imagem.

Nesse emaranhado de falas criou-se a ambiência denominada por Bortolin (2010, p. 137) de oralisfera e que é: “[...] toda intervenção espontânea ou planejada de um mediador de leitura visando a aproximar o leitor-ouvinte de textos literários seja por meio da voz viva ou da voz mediatizada.” O conceito foi pensado na perspectiva da mediação da literatura, mas é *la meme chose* na mediação da informação.

A mediação da informação é realizada com documentos impressos ou orais cujo objetivo é proporcionar que as mais diversas informações, sendo elas utilitárias, culturais, científicas, entre outras, sejam lidas e apropriadas. Esse gênero de mediação foi conceituado por Almeida Júnior (2009, p. 92) da seguinte forma:

Toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Passados alguns anos, o autor ao atualizar seu conceito propõe que a mediação da informação deve ser entendida como:

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25).

Quando a mediação é realizada com obras literárias, atua-se no espaço ficcional visando o desenvolvimento do imaginário pessoal ou grupal, por meio de encontros literários virtuais, onde o leitor ame ou odeie personagens, sinta empatia ou desprezo por eles, viaje compartilhando suas aventuras ou resmungando e se opondo a elas. Florito (2012) avalia que: “[...] também deve considerar os mundos possíveis que os telespectadores podem imaginar, acreditar ou desejar no percurso de assistir [por exemplo] a uma série.” Essa participação do leitor o torna coautor.

Usa-se ainda a expressão mediação oral da informação e da literatura (MOIL) com a intenção apenas didática, portanto não se tem o objetivo de se construir um conceito a respeito dela. Importa sim destacar que o mediador deve trazer para si a responsabilidade de lidar tanto com a informação, quanto com a literatura; principalmente porque há muito de informação na literatura e ocorre de ter muita ficção na informação, vide as últimas experiências brasileiras e internacionais com *fake news*.

Nesse sentido, as interferências profissionais ou amadoras, intencionais ou não planejadas, ao serem efetuadas

exigem do mediador oral conhecimentos do espaço, envolvimento pessoal na construção da *oralisfera*, sendo na estrutura física, cultural, psicológica e no nível do imaginário. Destaca-se que outros aspectos a serem considerados no Projeto são as dimensões: dialógica, estética, ética, formativa e política discutidas por Gomes (2014, 2016, 2017).

Em seguida buscou-se refletir a respeito do sujeito produtor de conhecimentos orais, isto é, do mediador oral.

4 MEDIADOR ORAL NO AMBIENTE DIGITAL

O sujeito responsável pelo ato de mediação é o mediador. A palavra mediador vem do latim *mediator* e tem o significado de intervir, estar no meio. Bortolin e Santos Neto (2015, p. 39) defendem na CI que mediador é “[...] aquele que se posiciona de maneira intencional e medeia algo ou alguma coisa para alguém, com o intuito de modificar a situação ou solucionar problemas.”

Para Arena (2011, p. 16-17), na Educação, o mediador além de intermediar o encontro do mediando com diversificados textos, sendo ele, informacional ou literário “[...] ensina a imprescindível ação intelectual de aprender a fazer perguntas, a responder ao texto e a procurar nele as respostas às perguntas formuladas. [...] também ensinar a fazer inferências, levantar hipóteses para, em seguida, confirmá-las ou não.”

No mesmo sentido, Guedes e Baptista (2013, p. 243) afirmam que os bibliotecários são “[...] mediadores, que buscam informações para determinada necessidade,

atendendo o usuário, auxiliando-o com os serviços oferecidos pela biblioteca e sendo um intercessor.” Fleck, Cunha e Caldin (2016, p. 195) afirmam que o bibliotecário:

[...] tem entre suas funções reconhecidas o desenvolvimento de práticas de promoção à leitura. Para isso ele precisa ser um mediador de leitura, um leitor experiente capaz de apresentar a outros potenciais leitores o vasto universo [...]. A mediação de leitura nada mais é do que um convite para adentrar esse universo de uma forma prazerosa e envolvente.

Para ser envolvente, a informação e a literatura oral digital exigem um aprofundamento pelo mediador quanto as questões relacionadas à *performance*. Apesar da palavra *performance*, ser mais usual nas práticas teatrais, ela também se aplica às diferentes manifestações ligada as mediações orais. Em outras palavras, a comunicação e a apropriação de um texto, seja de informação ou de ficção, necessariamente precisam de um dispositivo que propicie isto. Usa-se aqui a palavra “dispositivo”, mas não na perspectiva reducionista de um aparato tecnológico. Acredita-se assim como Peraya (1999, p. 153) que dispositivo é:

[...] uma instância, um lugar social de interação e de cooperação possuindo suas intenções, seu funcionamento material e simbólico, enfim, seus modos de interação próprios. A economia de um dispositivo – seu funcionamento – determinada pelas intenções, apóia-se na organização estruturada de meios materiais, tecnológicos, simbólicos e relacionais que modelam, a partir de suas características próprias os comportamentos

e as condutas sociais (afetivas e relacionais), cognitivas, comunicativas dos sujeitos.

No Projeto em andamento, busca-se discutir as possibilidades de mediação realizada por profissionais da CI na ambiência informacional, ou não, para que eles ampliem sua atuação além das “quatro paredes” de uma unidade de informação; no desejo que a mediação ocorra também em ambientes digitais e a partir de uma *performance* que desperte a atenção do leitor (telespectador no caso do *YouTube*).

Vale destacar que a *performance* não é apenas o resultado de uma representação artística “[...] é a materialização (a ‘concretização’, dizem os alemães) de uma mensagem poética por meio da voz humana e daquilo que a acompanha, o gesto, ou mesmo a totalidade dos movimentos corporais.” (ZUMTHOR, 2005, p. 55). O mesmo autor complementa afirmando que: “A palavra *performance*, cujo prefixo e sufixo, combinados, sugerem o exercício de um esforço em vista da consumação de uma ‘forma’, foi emprestada da linguagem da dramaturgia pelos etnólogos anglo-saxões do pós-guerra.” (ZUMTHOR, 2005, p. 140, grifo do autor).

A *performance*, em alguns casos, é realizada de maneira espontânea e em outros de maneira planejada. Independentemente disso, Fernandes (2002) afirma que além de fascinar, valoriza os aspectos paralinguísticos, isto é, gestos, som, expressões faciais, que são demarcados pelos seguintes elementos: “O olhar, o silêncio, o franzir da testa, as mãos, o riso, objetos próximos, sons guturais, a fala. Cabeça, tronco e membros. O corpo é um turbilhão de mensagens, que ressoa

códigos impraticáveis na escrita.” (FERNANDES, 2002, p. 28). Isso realizado no ambiente digital exige uma maior sutileza.

Além de um saber-fazer e de um saber dizer, a performance manifesta um saber-ser no tempo e no espaço. [...] É pelo corpo que nós somos tempo e lugar: a voz proclama emanção do nosso ser. [...] A voz aceita beneficentemente sua servidão. A partir desse sim primordial, tudo se colore na língua, nada mais nela é neutro, as palavras escorrem, carregadas de intenções, de odores, elas cheiram ao homem e à terra (ou aquilo com que o homem os representa) (ZUMTHOR, 1997, p. 157).

A concepção que é utilizada nesse trabalho é a de que na mediação a *performance* ocorre em uma situação de complementaridade, pois quando era executada presencialmente, por exemplo, no atendimento em uma unidade de informação, na sala de aula, palestra, leitura compartilhada, apresentação teatral, narrativas de histórias, supõe uma transmissão de texto que ocorria em uma “[...] presença física simultânea daquele que falava e daquele que escutava, o que implicava uma ligação concreta, uma imediaticidade, uma troca corporal: olhares, gestos.” (ZUMTHOR, 2005, p. 109). No ambiente midiático o uso desses elementos é um pouco diferente, pois os mediadores dependerão de uma tecnologia de registro.

Para Zumthor (2005, p. 87) na mediatização “[...] o meio só é um suporte.” O mesmo pode-se falar das transmissões fílmicas disseminadas no *YouTube*, tendo como meio o computador, o celular e demais dispositivos móveis.

É sabido que a mediação presencial, que é ancestral e utilizada amplamente, transcorre de forma “quase” espontânea, para não usar a expressão autêntica. Dessa maneira a mediação que ocorre no espaço virtual exige do mediador oral o uso de recursos técnicos, além de compreender que:

Com as mudanças ocorridas na sociedade contemporânea, encontra-se a utilização das tecnologias digitais como instrumentos mediadores das interações sociais, contribuindo para transformações em algumas práticas sociais como a comunicação, a socialização, a organização e a mobilização da informação e do conhecimento (ALVES, 2017, p. 43).

Além disso, o mediador oral, ao executar uma narrativa tem responsabilidade ética de respeitar o leitor na recepção de um texto sem obrigá-lo a uma única interpretação, pelo contrário apoiá-lo na construção de uma coautoria textual. No entanto, é preciso reconhecer que nenhuma mediação é neutra, há uma partilha no momento da interação. Em outras palavras, há uma troca do acervo pessoal de cada um e a habilidade/inabilidade na utilização das diferentes mídias, em especial, a mídia sonora e audiovisual, que é possível por intermédio da oralidade midiaticizada.

Ao se referir à habilidade não há aqui a intenção de exigir que o mediador oral seja um especialista em filmagens; mas ter mínima noção de que a posição, a distância, a regulagem de um equipamento ou celular fazem a diferença na transmissão da imagem e no conteúdo mediado. Além é

claro, de disposição em investigar possibilidades midiáticas no momento de produzir conteúdo literário e informativo.

Não se pode negar que nos dias atuais é perceptível a ampliação diária de postagens. Poucas são as páginas com mediação oral no YouTube ligadas à CI e, a hipótese inicial, possivelmente seja em virtude de que o bibliotecário habitualmente não utiliza essa espécie de recurso, aguardando a ida do leitor aos espaços de informação, além do sentimento de despreparo para tanto. Além do canal *É o último, Juro!*, identificou-se também os canais *Ser Bibliotecário*⁴, *Biblio Space*⁵, *Bibliodados*⁶, *Bibliothings Tube*⁷, *Daniela/Bibliotecária Leitora*⁸.

Compreender a performance dos mediadores em fontes orais digitais é uma tarefa instigante. O uso dos elementos como: sussurro, respiração, pausa, silêncio, som, movimento de gesto, olhar, indumentária, uso da música, isto é, o conjunto disso possibilita a concretização da presença

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCim-POVLEKo-LSqGvfcwOJg>. Acesso em: 12 ago. 2020.

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCLXWhMjRz9nYD8oROw3nPgg/fe-ed>. Acesso em: 12 ago. 2020.

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/user/mardiniz7o/featured>. Acesso em: 12 ago. 2020.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCAwXnJblt6ZYAPoRIHbShbQ>. Acesso em: 12 ago. 2020.

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC7PJsPuahxx6VodhFHIUSyA>. Acesso em: 12 ago. 2020.

corporal e textual, sendo uma ambiência ideal para as diferentes mediações.

5 RESULTADOS E PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

*Gabriela Bazan Pedrão, bibliotecária e doutora em Ciência da Informação, é responsável pelo canal do YouTube denominado *É o último, juro!* É uma pessoa muito simpática e espontânea. Conhece muitos livros de literatura. A produtora confessa que o Canal dá muito trabalho e como *youtuber* não é sua profissão oficial, não consegue realizar todas as ideias e projetos que têm em mente. Comenta que interrompeu os desafios de ler mais livros, mas não tem alcançado as metas que ela mesmo estabeleceu.*

Ao todo são mais de 300 vídeos postados ao longo dos 6 anos de existência do Canal. A maioria dos vídeos é categorizada por temática e agrupada pelas seguintes *playlists*: Projeto bibliofilia (6), Lendo junto: O pêndulo de Foucault (8), Lives/vlogs (22), + sobre biblio (18), Livrinhos - literatura infantil (1), Livros escritos por mulheres (22), Diário de leitura (9), Vlogs de estudo, Organização e pós graduação (40), Orgulho nerd! (56), Resenhando nacionais (17), Fala, bibliotecária! (52), Especial terror/suspense (19).

Ao analisar a mediação da informação no referido canal, Ramos (2018) selecionou os cinco vídeos mais vistos da *playlist* “Fala, bibliotecária!” no ano de 2016 e realizou uma entrevista com a produtora do Canal, no trabalho destacou que os vídeos possuem uma padronização quanto a sua estrutura de apresentação, coesão e coerência, além de apresentar:

Abertura padrão e apresentação breve do canal, da playlist e da própria autora; justificativa da escolha do assunto (introdução); exposição do assunto (desenvolvimento); conclusão (apresenta considerações sobre o tema abordado, faz reflexões sobre ele); e, faz o encerramento padrão do canal (divulga o canal e demais mídias sociais e solicita aos usuários que ainda não seguem, para seguir o canal, dar o “like” se gostou e convida os seguidores/telespectadores a deixar comentários) (RAMOS, 2018, p. 44-45).

A referida autora se atentou ainda à linguagem utilizada pela produtora do canal e ambientação utilizada nas gravações e chegou à conclusão que a *youtuber* utiliza uma linguagem simples, informal. “A linguagem informal corrobora com a naturalidade buscada pela produtora e também indica que permite atingir tanto o público jovem, como o adulto, estando inseridos ou não na comunidade das áreas de CI e Biblioteconomia.” (RAMOS, 2018, p. 47). Quando a ambientação, notou-se que no cenário de fundo dos vídeos ora aparece uma estante com livros ou cenário de colagem de folhas de livros (RAMOS, 2018).

No Projeto que está em desenvolvimento pelo Grupo Interfaces, além dos elementos identificados e analisados por Ramos (2018), pretende-se ampliar e aprofundar o debate em torno da *performance* do mediador oral da informação e da literatura em ambientes digitais.

Com o intuito de identificar o avanço do referido Canal e a desenvoltura da sua produtora, os vídeos que irão compor o *corpus* da análise, seguirá os seguintes critérios: os três

primeiros vídeos postados em 2014, os três últimos postados em 2020 e três deles no meio dessa linha de tempo.

Conforme indicado no início desse trabalho, é possível apontar alguns resultados e considerações iniciais com base nas primeiras análises:

a) Voz (tom alto e compreensível, apesar dela falar bem rápido, articula muito bem as palavras); b) Corpo (postura ereta, suas mãos e braços são utilizados com precisão, sem exageros); c) Espaço (é significativa e coerente a presença de livros, adesivos, papéis que demonstram organização e dinamismo) e d) Presença, a *youtuber* tem presença, tem destreza, pois domina o espaço, o texto e aparenta se sentir muito à vontade. Esse conjunto de elementos, que denominamos de presença, além de atrair e causar uma identificação no webespectador, tende a fidelizá-lo.

Quanto a linguagem ao mediar os conteúdos, vale destacar que ela usa a linguagem cotidiana, em alguns momentos inclui gírias, mas sem empobrecer o discurso. É perceptível o domínio da língua inglesa.

Em um dos vídeos, Gabriela destaca que faz parceria com instituições de ensino no âmbito da CI e Biblioteconomia, por exemplo, cita a profa. Valeria Valls, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Além disso, tem parcerias com editoras que enviam publicações para serem comentadas e divulgadas. Ressalta-se que esta é uma prática muito comum entre os *youtubers*, que comumente têm seus “recebidos”.

Espera-se, ao finalizar essa pesquisa, que seus resultados possam estimular os profissionais da CI levando-os a fomentar a oralisfera por meio de fontes orais, seja para se apropriar da informação ou da literatura em uma *atmosfera* envolvente, onde os leitores cheguem a um patamar de ouvir e produzir textos por iniciativa própria, com objetivos diversificados, no momento e horário que melhor lhe convém.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Revista Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 89-103, 2009. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/277162051_MEDIACAO_DA_INFORMACAO_E_MULTIPLAS_LINGUAGENS.

Acesso em: 20 mar. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: Abecin, 2015. p. 9-32.

ALVES, R. P. S. **Mediação oral da literatura por meio das Webséries**: uma análise de Dona Moça Eventos e *The Lizzie Bennet Diaries*. Orientadora: Sueli Bortolin. 2017. 139f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

ALVES, R. P. S. Fanfiction: modos de leitura dos nativos digitais mediados na web. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (EPIM), 1., 2014, Londrina. **Anais eletrônicos [...]** Londrina: UEL, 2014. Disponível em:

<https://www.dropbox.com/s/wxs6b5w7ryqwwsl/Anais%20completo.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ALVES, R. P. S.; SILVA, R. J. Modos de Leitura e as tecnologias digitais na biblioteca escolar. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 43-63, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/132613/147688>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ALVES, R. P. S.; SILVA, R. J. Parâmetros para organizar uma oficina de vlog na biblioteca escolar. *In*: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (SECIN), 6., 2016, Londrina. **Anais eletrônicos** [...] Londrina: UEL, 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2016/secin2016/paper/viewFile/262/146>. Acesso em: 19 mar. 2020.

ARANTES, F. M. **Uso da oralidade na mediação dos websites de bibliotecas públicas**. Orientadora: Sueli Bortolin. 2014. 108f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

ARAÚJO NETO, J. G. A utilização das mídias digitais na sociedade midiaticizada. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO (ALCAR), 7., 2009, Fortaleza. **Anais eletrônicos** [...]. Fortaleza: ALCAR, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/A%20utilizacao%20das%20midias%20digitais%20na%20sociedade%20midiaticizada.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.

ARENA, D. B. Alunos, professores e bibliotecários: uma rede a ser construída. **Leitura: teoria & prática**, Campinas, v. 29, n. 57, p. 10-17, 2011. Disponível em:

<https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/37>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BORTOLIN, S. **Mediação Oral da Literatura**: A voz dos bibliotecários lendo ou narrando. Orientador: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior. 2010. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2010. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/bortolin_s_do_mar.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

BORTOLIN, S.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Bibliotecário: um essencial mediador de leitura. *In*: SOUZA, R. J. (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**: o mediador em formação. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 205-218.

BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A. Mediação oral da informação: a visibilidade dos mediadores da Ciência da Informação. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação Oral da Informação e da Leitura**. Londrina: Abecin, 2015. p. 33-58.

DENNETT, D. **A perigosa idéia de Darwin**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). **Método e técnica de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FERNANDES, F. A. G. **Entre histórias e tererés**: o ouvir da literatura pantaneira. São Paulo: Unesp, 2002.

FLECK, F. O.; CUNHA, M. F. V.; CALDIN, C. F. Livro ilustrado: texto, imagem e mediação. **Perspectivas em Ciência da**

Informação, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 194-206, jan./mar. 2016. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/pci/v21n1/1413-9936-pci-21-01-00194.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORITO, M. **Mediadores de ficção seriada televisiva: o universo dos fãs no circuito de produção, apropriação e construção de significado**. 2012. Disponível em:
<http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-0274-1.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, H. F. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. *In*: MORIGI, V.; JACKS, N.; GOLIN, C. (org.). **Epistemologias, Comunicação e Informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 91-107.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, out. 2014. Disponível em:
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994/1909>. Acesso em: 27 ago. 2020.

GOMES, H. F. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. *In*: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (org.) **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 27-44.

GUEDES, M. G.; BAPTISTA, S. G. Biblioterapia na Ciência da Informação: comunicação e mediação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 231-253, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n36p231>. Acesso em: 18 mar. 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATO, J. C. M. Fundamentos filosóficos de uma teoria evolutiva para a informação e a cultura. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 17., 2016, Salvador. **Anais eletrônicos [...]** Salvador: ANCIB, 2016. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3113/2016-GT01-CO-22.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 mar. 2020.

PERAYA, D. Mediação e mediatização: o campus virtual. Tradução de Rodrigo Munhoz. **Hermès**, Paris, 25, p. 153-166, 1999. Disponível em: <http://documents.irevues.inist.fr/handle/2042/14983>. Acesso em: 02 mar. 2020.

RAMOS, S. P. D. **A mediação da informação através do vlog “É o último, juro! no YouTube**. Orientador: João Arlindo dos Santos Neto. 2018. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

SANTOS NETO, J. A. Biblioteca escolar e as fontes orais de informação. *In*: SILVA, R. J.; BORTOLIN, S. (org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. 2. ed. São Paulo: Abecin,

2018, p. 139-161. Disponível em: http://abecin.org.br/e-books/fazerres_cotidianos/E-Book_Silva_Bortolin.pdf. Acesso em: 18 mar. 2020.

SANTOS NETO, J. A.; GARDIN, T. N. Mediação da informação e o uso de fontes orais: um estudo na biblioteca de uma escola de idiomas. *In*: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (SECIN), 7., 2017. **Anais eletrônicos** [...] Londrina: UEL, 2017. p.507-521. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107/paper/viewFile/408/293>. Acesso: 10 ago. 2017.

TERCIOTTI, M. J. S. A. **As fontes orais de informação com recurso de ensino-aprendizagem**. 2016. Orientadora: Sueli Bortolin. Monografia (Especialização em Gestão de Biblioteca Escolar) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

ZUMTHOR, P. **Escritura e nomadismo**. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

ZUMTHOR, P. **Introdução à poesia oral**. São Paulo: Hucitec, 1997.

CAPÍTULO 20

MEDIAÇÃO ORAL DA INFORMAÇÃO EM PODCASTS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA

João Arlindo dos Santos Neto

Patricia Zanin Heitzmann

Sueli Bortolin

1 INTRODUÇÃO

Analisar as mediações realizadas na Ciência da Informação (CI) que possam permitir aos sujeitos se apropriarem de um conjunto imensurável de informação é uma das propostas do projeto de pesquisa *Mediação oral da informação e da literatura em ambiente digital*. O Projeto é desenvolvido por pesquisadores, estudantes e profissionais da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e tem como foco a mediação oral da informação no contexto digital. No decorrer dos estudos desenvolvidos pelos membros (atuais e egressos) do Grupo de Pesquisa “Interfaces: Informação e Conhecimento”, diferentes investigações foram realizadas tendo como objeto de estudo a mediação e o compartilhamento de informação e da leitura em distintos contextos: Facebook (SANTOS NETO; ALMEIDA JÚNIOR, 2017), Instagram (SECO; SANTOS; BARTALO, 2016), YouTube (RAMOS; SANTANA; SANTOS NETO, 2016), Rádio (HEITZMANN; SANTOS NETO; BORTOLIN, 2019) e Twitter (ROZZI; BORTOLIN; SANTOS NETO, 2017). Para este trabalho, optou-se por discutir a

mediação que se dá nos *podcasts*. O texto apresenta a mediação oral no *podcast* CImplifica, a partir da escuta de episódios disponíveis, além de entrevistas com seus produtores e textos já publicados por eles. Uma espécie de "estudo do caso" do primeiro *podcast* brasileiro de CI e suas contribuições para a área, incluindo a popularização da pesquisa científica.

Para reforçar a necessidade de se discutir a mediação em mídias e redes sociais, inicia-se o presente texto, assim como fez o sociólogo inglês Roger Silverstone, questionando: *Por que estudar mídia?* A resposta é simples: “Não podemos escapar à mídia. Ela está presente em todos os aspectos de nossa vida.” (SILVERSTONE, 2005, p. 9). Acredita-se que ela é um potente componente impulsionador de relações sociais, seja pessoal, educacional ou profissional.

O autor alerta ainda que assim como o telefone, o cinema, o rádio e a televisão, apesar de terem assustado muita gente, são hoje essenciais em nossas vidas. Para Silverstone (2005, p. 17) “Enfrentamos agora o fantasma de mais uma intensificação da cultura midiática pelo crescimento global da Internet e pela promessa (alguns diriam ameaça) de um mundo interativo em que tudo e todos podem ser acessados, instantaneamente.” Entre tantas mídias, por curiosidade ou afinidade escolheu-se investigar a mediação da informação por meio da voz, especificamente no primeiro *podcast* da CI no Brasil. Trata-se do CImplifica (com “C”).

O texto é composto pela: revisão de literatura, em diálogo com os conceitos de mediação oral da informação; oralidade e *podcasts*; procedimentos metodológicos, em que

são apresentados a natureza e os passos da pesquisa, bem como a descrição do corpus selecionado; resultados, contendo análise e discussão; e, por fim, as considerações finais.

2 MEDIAÇÃO ORAL DA INFORMAÇÃO, ORALIDADE E PODCASTS

O conceito de mediação é discutido em diversas áreas do conhecimento e devido a sua plasticidade (DAVALLON, 2007), é possível empregá-lo em diferentes situações. No entanto, o foco deste trabalho é a mediação oral da informação e, portanto, nesta seção pretende-se discuti-lo de modo integrado ao conceito de oralidade e dos *podcasts*.

O humano, desde os primeiros grunhidos, deseja se comunicar. Faz isso de inúmeras formas; as pinturas e gravações rupestres já davam sinais dessa necessidade. Neste trabalho intenta-se provocar reflexões do ato comunicacional realizado por meio da oralidade. Considera-se a mediação oral da informação como “Toda realização do profissional da informação no sentido de possibilitar que o leitor ouvinte se aproprie da informação, seja ela veiculada por meio da voz viva ou da voz mediatizada.” (BORTOLIN, 2013), isto é, a possibilidade de troca de informação utilizando a voz humana, sendo ela de forma presencial ou midiática.

O uso da palavra oral e seu potencial em influenciar e mudar comportamentos foi percebido mesmo antes da criação das universidades e a descoberta da necessidade de pesquisas científicas a respeito dela. Religiosos, professores, advogados, políticos, comunicadores sociais, atores, músicos entre outros,

faziam o uso da voz com maior intensidade em suas profissões. Porém, com a popularização de tecnologias e dispositivos móveis, as possibilidades do cidadão comum se “alastraram” e provocaram o sentimento de protagonismo (em muitos casos um tanto frágil, visto que há uma reprodução irrefletida dos conteúdos). Polêmicas à parte, não se pode negar que estas facilidades impulsionaram as pessoas de “soltarem suas vozes” no Facebook, WhatsApp e, mais recentemente, com os *podcasts*. Para Paul Zumthor (2005, p. 61):

Dentro da experiência de uma sociedade humana, a voz é verdadeiramente um objeto central, um poder, representa um conjunto de valores que não são comparáveis verdadeiramente a nenhum outro, valores fundadores e uma cultura, criadores de inumeráveis formas de arte.

Zumthor (1985) distinguiu, nas sociedades, quatro tipos de oralidade - primária (em sociedades ágrafas, sem contato com a palavra escrita); mista (quando a oralidade convive com a escrita, mas a última tem influência parcial e lenta); oralidade secundária (casos em que a manifestação da voz existe a partir da escrita e, esta, predomina sobre a voz) e oralidade mediatizada (voz a partir da mídia e dos meios eletrônicos de comunicação).

O quarto tipo descrito por Zumthor é o mote de nossa análise. Os estudos da oralidade por muito tempo estiveram, mesmo que minimamente, presentes em pesquisas da CI, em especial, quando se tratavam de ações como a hora do conto. Recentemente, um número ainda reduzido de pesquisadores vem se ocupando dessa temática; há alguns estudos a respeito

de fontes orais (BORTOLIN; ALMEIDA JÚNIOR, 2015; SANTOS NETO, 2018) e mediação oral da informação (BORTOLIN, 2013; BORTOLIN; SANTOS NETO, 2015) na CI. Nesse trajeto, vislumbra-se que as mídias atreladas à oralidade podem acelerar as discussões na CI.

Vale reforçar que apesar da existência de outras mídias que estão “seduzindo” diferentes gerações, profissões e estratos sociais, o foco dessa investigação é o *podcast*. Esse dispositivo é capaz de ampliar um conceito do visionário teórico da comunicação Marshall McLuhan que à época previa, na relação homem-máquina, as tecnologias como uma extensão do homem. Com o *podcast* é perceptível que essa extensão vai além da técnica com a interação homem-homem.

Freire (2012, p. 69) a respeito desse dispositivo ensina que “[...] um podcast trata-se de um arquivo de áudio digital contendo música ou falas, distribuído pela internet para posterior escuta no computador ou em aparelhos tocadores de áudio digital, de forma semelhante ao que é feito atualmente com arquivos musicais.” Os *podcasts*, “[...] assim como as rádios online, são mídias voltadas para a transmissão de informações na internet.” (FARIA, 2019) e têm ganhado cada vez mais espaço entre as mídias de comunicação e informação nos últimos anos. No entanto, “[...] embora muita gente acredite que esse modelo é novidade, o termo surgiu em 2004, com a junção das palavras iPod — o dispositivo da Apple — e Broadcast — que significa transmissão online.” (FARIA, 2019).

Acompanhando uma tendência mundial e também uma necessidade de estar presente em diferentes plataformas, muitas emissoras de televisão e também rádios, além de

outras organizações que têm como o foco o entretenimento e o jornalismo, passaram a criar e disponibilizar conteúdos no formato de *podcasts*.

Os *podcasts* podem ser reproduzidos em diferentes sites e plataformas, seja *online* (via *streaming*) ou *offline* (via *download*), gratuitamente ou não. Dentre os principais destacam-se: *Apple Podcasts, Spotify, Google Podcasts, Anchor, Deezer, SoundCloud, Stitcher Radio, iHeartRadio, Deezer, CastBox, PodBean, TuneIn, Podcast & Radio Addict, The Podcast Ap, Doggcatcher, Overcast, Pocket Casts, Podcast Republic, WeCast, Player FM, Castro e Downcast*.

De acordo com Freire (2012, p. 70) “A definição das tecnologias da oralidade alicerçada em uma consideração conceitual pode provocar questionamentos subsequentes [...]”, como por exemplo, existem diferenças entre rádio e *podcast*? Se sim, quais?

Ainda que tanto o rádio quanto os *podcasts* sejam tecnologias reprodutivas de oralidade, música e som, o rádio funciona, em sua maioria, com transmissão ao vivo; enquanto os *podcasts* compartilham conteúdo sob demanda que pode ser reproduzido infinitas vezes; além disso, o *podcast* não requer um intermediário, como o rádio, e pode ser transmitido diretamente aos ouvintes (FREIRE, 2012).

Diferentemente da rádio, que tem uma grade de programação determinada, com horários e pautas estabelecidos previamente e, normalmente, é apresentado online, os *podcasts* são gravados e editados, e, geralmente, produzidos e consumidos a partir de uma demanda (FARIA,

2019). Sendo assim, o usuário ouvinte, pode consumir os episódios quantas vezes quiser. Devido a isso, essa maneira de informar e entreter “[...] pode ser uma grande vantagem para os ouvintes que não querem se prender em horários de programação e buscam um conteúdo cada vez mais personalizado.” (FARIA, 2019). Os *podcasts* têm uma tendência de nichos, de atender a públicos cada vez mais específicos.

A segmentação é a marca dos podcasts jornalísticos, uma vez que o ouvinte pode escolher qual tipo de informação vai “baixar” para o seu aparelho: política nacional, política internacional, macroeconomia, agronegócios, basquete, vôlei, futebol, cinema, teatro, música clássica, dança, violência urbana ou o que mais estiver ao alcance da imaginação dos responsáveis pela produção de conteúdo (VAISBIH, 2006, p. 22 *apud* ASSIS, 2019).

Freire (2012) destaca que, sob o ponto de vista educacional pautado na pedagogia Paulo Freireana, existem distinções educativas entre rádio e *podcast*, sendo que “[...] quatro fatores marcam a distinção das tecnologias em análise: o custo de produção, o aspecto temporal de acesso, o teor de regulação burocrática e o grau de perenidade do conteúdo produzido.” (FREIRE, 2012, p. 82).

Segundo relatos da pesquisa realizada por Mognon (2019) “[...] os programas de áudio sob demanda cresceram 67% no país durante este ano.” e “Dentre os ouvintes no Brasil, 25% tendem a consumir mais de uma hora de programas em áudio por dia.” Diante deste cenário, iniciativas das mais diversas adentraram no universo dos *podcasts* com o intuito de informar e entreter sobre assuntos voltados ao dia a dia.

Na área de entretenimento pode-se citar o ator Antonio Fagundes que utilizava seu personagem Alberto Prado Monteiro, da novela *Bom Sucesso* (TV Globo), proprietário de uma editora e um amante da literatura, para colocar em destaque diferentes livros. Nessa aura ficcional, ele, ao final dos capítulos da novela televisiva, comentava obras literárias que seu personagem lia com os ouvintes/internautas por meio do *podcast*.

O Brasil já é o segundo maior mercado de *podcasts* do mundo; só perde para os Estados Unidos, segundo o Spotify. A informação foi divulgada pela empresa de streaming, em São Paulo, o Spotify for Podcasters Summit, no final do ano passado, de acordo com reportagem de Fonseca (2019) no Correio Braziliense. A tecnologia streaming é uma forma de transmissão instantânea de dados através das redes. Por meio do serviço, é possível assistir a filmes, ouvir programas ou escutar música sem necessidade de download, o que torna mais rápido o acesso aos conteúdos online. O streaming se desenvolveu no Brasil nos últimos anos principalmente pela melhora em um dos seus principais pré-requisitos: o avanço das conexões com a internet. Com isso, os dados são armazenados temporariamente na máquina e exibidos aos usuários em velocidade quase instantânea. Quarenta por cento dos 120 milhões usuários da internet no Brasil também são ouvintes de *podcasts*, de acordo com pesquisa Ibope citada na reportagem de Fonseca (2019).

Na temática da CI e Biblioteconomia existem algumas iniciativas, como o **Cimplifica**, primeiro *podcast* brasileiro de CI e suas áreas transdisciplinares (Biblioteconomia, Arquivologia,

Museologia e Gestão da Informação) criado pelos acadêmicos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); **Bibliquê?**, *podcast* criado por estudantes do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); **Biblioteco**, *podcast* progressista de Biblioteconomia, Cultura informacional e muito papo de boteco; é mantido pelos bibliotecários Raphael Cavalcante e Ricardo Queiroz.

Ao discutir as relações de apropriação e uso do *podcast* na pesquisa biblioteconômico-informacional, Carvalho e Saldanha (2018, p. 43) consideram que o trabalho “[...] revela a emergência dos estudos sobre os podcasts no pensamento biblioteconômico-informacional contrastada com a ausência de estudos pontuais sobre a teoria e a aplicação do fenômeno no campo.”

Na seção seguinte são descritos os procedimentos metodológicos, bem como o objeto e corpus da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho é de natureza básica, do tipo exploratório-descritivo com abordagem qualitativa e adota como método a pesquisa documental (GIL, 2002; VOLPATO, 2004).

Para este trabalho, optou-se por analisar o *podcast* Cimplifica, devido ao seu pioneirismo na área de CI. De acordo com dados do Cimplifica (2020), busca-se manter uma periodicidade quinzenal com temas da CI e outras discussões importantes para a memória da humanidade e para a sociedade em geral. Como mencionado, a iniciativa é de

estudantes do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Criado em 2019, o CImplifica dispõe de 15 episódios até 18 de março de 2020. Eles visam elucidar e expor aos ouvintes informações sobre as áreas numa linguagem mais cotidiana, conforme quadro a seguir:

Quadro 1: Episódios do CImplifica

Nº	TÍTULO	DURAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO
01	O papel da mulher na CI	35 min	08/03/19
02	A Ditadura e a CI	41 min	12/04/19
03	Curadoria Digital	41 min	24/04/19
04	A Cultura nerd, Star War Day e a CI	33 min	07/05/19
05	Os museus como centros de curadoria informacional	1h e 04 min	30/05/19
06	Tecnologia paperless e meio ambiente	38 min	11/06/19
07	O papel da gestão e a CI	42 min	25/06/19
08	Políticas de segurança em unidades de informação	37 min	09/07/19
09	Spotlight: Segredos revelados de uma bibliotecária	44 min	14/08/19
10	Dados Abertos e o novo panorama da Ciência Aberta	35 min	21/08/19
11	Política, Informação e Direito	52 min	12/09/19
12	Arte urbana/de rua e a CI	35 min	16/10/19
13	Museu da Cidade do Recife	35 min	31/10/19
14	Uso prático das linguagens documentárias: ontologia do discurso de ódio	47 min	09/12/19
15	Voltamos! Tem aniversário, tem retrospectiva, tem #opodcastédelas e muito mais	47 min	18/03/20

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CImplifica (2020).

O corpus de análise é constituído pelos episódios disponíveis nas plataformas online, a partir de um roteiro de observação, atentando-se aos diferentes aspectos que configuram o interesse desse trabalho: a mediação oral da informação.

Além disso, foi realizada uma coleta de dados junto aos criadores e produtores do CImplifica com 12 questões. A coleta se deu a partir da troca de mensagens de voz em um aplicativo de conversas instantâneas. Fundamenta-se esta escolha, a partir de Bortolin e Santos Neto (2015, p. 41), que ressaltam que “[...] novas ferramentas tecnológicas abrem cada vez mais espaço para voz. Proliferam-se os recados gravados e não apenas escritos no WhatsApp.” Além disso, reforça-se o uso da oralidade tendo em vista o pensamento de Carvalho e Saldanha (2018, p. 43) quando enfatizam que “[...] os elementos mais virtualmente inovadores do fenômeno do podcast podem ser apreendidos pela noção de princípio monográfico”, a partir da visão de Paul Otlet sobre documentação.

Na entrevista buscou-se conhecer os seguintes aspectos: a motivação para iniciar o podcast; as possíveis inspirações; a supervisão e o acompanhamento; a divisão de tarefas; o processo de definição de pauta e dos entrevistados; infraestrutura; equipamentos; investimento e financiamento coletivo para subsidiar o podcast; vinhetas e sonoplastia; tempo de produção, edição e pós-produção; acompanhamento e mensuração da interação dos ouvintes. Na seção dos resultados, alguns trechos da entrevista foram

inseridos no texto em *itálico*. Outros trechos foram fornecidos pelos produtores a partir de textos já publicados sobre o *Cimplifica*.

Para discussão dos dados, alguns episódios dos podcasts são mais citados que outros. Foi preciso fazer uma edição em virtude da quantidade de capítulos analisados (15, de acordo com o Quadro 1) e também do tempo total dos áudios. Os 15 episódios totalizam quase 11 horas de transmissão - 10 horas e 43 minutos de duração, para ser mais preciso. Optou-se por um recorte de temas e trechos de depoimentos. Entre os itens aqui valorizados estão: pauta, produção e apresentação; escolha dos convidados; uso de tecnologia e efeitos sonoros; qualidade do áudio; uso da voz e espontaneidade; mediação oral da informação, além da visibilidade que o podcast busca dar à área de Ciência da Informação e popularização da pesquisa científica.

Além disso, para análise dos episódios, as recomendações de Bottentuit Junior e Coutinho (2008) foram o norte, em cinco níveis: gerais, introdução, conteúdo, conclusão e trabalho em grupo. Segundo os referidos autores, tais elementos podem melhorar a qualidade da produção dos episódios nos podcasts, tornando-os mais claros e eficazes na promoção das aprendizagens. A seguir, os resultados da pesquisa são apresentados e discutidos.

4 RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO

De acordo com o Quadro 1, é possível identificar que os episódios possuem uma duração média de 40 minutos. Eles foram gravados, em sua maioria, na cidade de Recife (PE).

Ficou explícito, no entanto, que o episódio 4, sobre *Cultura Nerd*, foi gravado no Rio de Janeiro.

Os podcasts foram ouvidos e analisados a partir de diferentes aspectos, como: caráter informacional, atitudinal, entretenimento, uso de recursos de sonoplastia e formato da gravação e, também, a partir das recomendações de Bottentuit Junior e Coutinho (2008).

a) geral: Na abertura de todos os programas, os responsáveis solicitam “nos ajudem a trazer mais informação para o mundo e disseminar conhecimentos.” Quanto ao caráter informacional destaca-se que o CImplifica procura informar os ouvintes acerca da temática do episódio, tendo em vista que sempre tem um especialista convidado para discorrer sobre o assunto. Estes especialistas se originam de áreas diversificadas. Com a intenção de não preterir uma formação, colocar-se-á em ordem alfabética as áreas dos especialistas convidados pelo podcast: Arquitetura e Urbanismo, Arquivologia, Biblioteconomia, Comunicação Social, Direito, Educação Artística, Geografia, História, Museologia e Psicologia. Destaca-se que alguns entrevistados têm mais de uma formação acadêmica e a maioria deles possui pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*.

É importante valorizar a atitude dos jovens acadêmicos que se comunicam sem pasteurizar suas vozes e seus sotaques. Apesar de utilizarem diversas entonações e brincadeiras, não são levianos na transmissão dos conteúdos disseminados. Há um clima de intimidade, mas também respeito aos convidados, desde a apresentação do currículo, que aumenta a

credibilidade do episódio e dos entrevistados, até a formulação das perguntas.

b) introdução: Geralmente o currículo dos entrevistados é apresentado por Elton Nascimento, após breve introdução de Alexandra Feitosa. A apresentação geral do tema é de Valquíria Monteiro da Cruz Jacob. Ela é a que demonstra maior familiaridade e espontaneidade com a apresentação dos temas, dos convidados e dos episódios, destacando-se como mediadora. No episódio 13, sobre Museu da Cidade do Recife, Valquíria se coloca como “rata de Museu” e o convidado completa que ela é “habitué”. Valquíria aproveita a deixa para chamar o público a conhecer o Museu, além de sua área externa e o gramado. “O lugar é lindo e dá pra fazer picnic”, brinca a apresentadora. Nesse caso, ela também se vale de uma característica do rádio que se estende para os podcasts: a sensorialidade. Nessa análise sobre podcasts pode-se utilizar um artigo escrito por Galvão Júnior e Maluly (2019), com o objetivo de refletir sobre a radioreportagem, a mensagem e as características do rádio. Eles apontam, referindo-se a Ortriwano (1985), a linguagem oral e a sensorialidade como algumas das principais características do rádio, definindo a oralidade como essencial à difusão e à recepção: “[...] o rádio fala e, para receber a mensagem, é apenas necessário ouvir.” (ORTRIWANO, 1985, p.78). De acordo com os autores, por causa desse predicado, a oralidade revelou-se democrática, uma vez que não exige alfabetização de quem ouve, mas capacidade de ouvir e de refletir sobre o que foi dito.

O som é o meio físico primordial do qual o rádio tem se valido no decorrer de sua existência para promover ações comunicacionais e estabelecer, no cérebro humano, distintas reações e significados. O som tem a capacidade de estimular na mente dos indivíduos concepções particulares sobre aquilo que é difundido. Ortriwano (1985, p. 80) denomina essa característica de sensorialidade, que envolve “o ouvinte, fazendo-o participar por meio da criação de um diálogo mental com o emissor”. Desta característica nota-se que a constituição da narrativa na radioreportagem eclode do complexo emaranhado de sons, que promovem uma estética capaz de projetar o ouvinte, pela mente, ao palco das ações jornalísticas. Na radioreportagem, a captação de áudios nos ambientes onde os fatos ocorrem atua de forma convergente ao texto e a outras sonoridades, como os depoimentos dos entrevistados, criando assim um conteúdo radiojornalístico rico em detalhes e que teve o nítido propósito de deflagrar, na mente dos ouvintes, “visões” contextualizadas de episódios que são narrados (GALVÃO JÚNIOR; MALULY, 2019, p. 11).

Nesse sentido, vale “ouvir” ainda Javier Piñol, do *Spotify Studios America Latina*, sobre as relações entre o podcast e a leitura. Em matéria publicada por Fonseca (2019) no *Correio Braziliense*, Javier Piñol chama a atenção para o poder da sensorialidade e da criação mental: “[...] permite que as pessoas recriem, reencenem, com suas próprias visões de mundo, o conteúdo. O áudio é um dos poucos formatos em que o público é parte ativa da criação.”

Já o aspecto atitudinal demonstra que os acadêmicos que produzem o podcast Cimplifica pesquisam os temas propostos com antecedência e maturidade, além de qualidade científica, sem abrir mão da informalidade. “Me permitam sair da ordem da pergunta”, anuncia Valquíria, no episódio 14, sobre discurso de ódio.

Os produtores do Cimplifica procuram utilizar a voz da melhor forma possível. Já foi mencionado que não há pasteurização, mas como não são profissionais da voz, há momentos em que aceleram na apresentação. Como exemplo, na abertura do episódio 14. Quando da divulgação sobre onde acessar o podcast e também para “apadrinhar” o projeto, logo na abertura do programa, aos 37”, o apresentador “corre” com a narração. Em outro momento, no episódio 5, sobre museus como centros de curadoria, Elton Nascimento faz a apresentação da convidada e no final dessa apresentação, aos 2’10”, arremata com uma brincadeira. Como a narração foi bastante rápida, não foi possível entender o que ele quis dizer, mesmo ouvindo novamente algumas vezes. Sabe-se que foi engraçado porque não só a convidada riu, como também os outros apresentadores. O ouvinte entende o contexto geral, mas pode perder uma palavra ou outra.

c) conteúdo: Por outro lado, observa-se que há uma preocupação, que pode-se denominar de “dimensão pedagógica” por parte dos acadêmicos, pois quando um termo é menos usual, eles se preocupam em pedir ou apresentar o significado e fazer uma comparação, por exemplo: “qual a diferença entre mundo nerd e mundo jedi?” Esta inquietação demonstra o cuidado com o leitor-ouvinte, tendo em vista que

não se sabe quem irá escutar os episódios. Também não se sabe o momento em que o ouvinte-internauta vai acessar o programa. Nos cumprimentos iniciais do episódio 5, a convidada Camila Santos brinca que não sabe se dá bom dia, boa tarde ou boa noite. E os apresentadores, rapidamente, entram na brincadeira e concluem: “Pra quem estiver ouvindo de manhã, de tarde, de noite, tá tudo certo”.

Em relação à pauta dos programas e à escolha dos convidados, os produtores utilizam o método quadripolar, proposto como método adequado à CI por Ribeiro (1995; SILVA; RIBEIRO, 2002 *apud* FEITOSA, 2019), que orienta a escolha e utilização dos instrumentos necessários à pesquisa, evitando que o senso comum interfira no processo de construção do conhecimento científico. Evidenciam ainda que: *O Cimplifica, atualmente, faz uso de metodologias de gestão ágil, com uso de ferramentas como Design Thinking e Scrum. Os criadores do podcast adotaram as ferramentas ágeis para facilitar a gestão dos processos de criação e manutenção dos conteúdos: envolvendo, na primeira fase, a gestão estratégica e de inovação, tomadas de decisão e processos para delegar as fases das demandas posteriores; na segunda fase, são feitas todas as pesquisas de conteúdo, com uso de repositórios, algoritmos de dados, pesquisas com geração de nuvem de tags, para demandar os assuntos mais procurados e a criação de pautas demandadas pelos ouvintes ou dentro do cronograma; e por fim, na terceira fase, é feita a cadeia produtiva da informação em rede, seus acessos, feedback, busca, encontrabilidade, estatísticas, além de toda interação e*

comunicação com o público no intuito de gerar novas demandas, reiniciando as fases anteriores (FEITOSA, 2019).

Os produtores do Cimplifica enfatizam a importância do vínculo com o grupo de pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco na produção do conteúdo: *[...] os integrantes, além de gerenciar o podcast como plataforma digital informacional, são discentes do Curso de Biblioteconomia e Mestrado em CI na UFPE, com dissertação, bolsa PIBIC e TCC em andamento. O Projeto, assim como o grupo de pesquisa são, desta forma, ambientes para o jovem pesquisador se transformar em empreendedor e inovador, em caráter para além da academia.*

Sobre as questões técnicas envolvendo o Cimplifica, as gravações do podcast são feitas, em sua maioria, com qualidade razoável. A equipe informou utilizar equipamentos como microfones e notebooks, além de software de edição de livre acesso. A descrição de todos os episódios aponta que os programas são gravados ao vivo, o que pode gerar ruídos e oscilação no volume das entrevistas e na qualidade do áudio. No episódio 14, por exemplo, a fala de um convidado, aos 5'07", começa "enlatada". A apresentação não é completamente nítida e remete à compressão do som, o que enfraquece a qualidade do áudio. Mas é possível acompanhar a narrativa. No episódio 15, Valquíria explica que o programa anterior se originou de uma chamada de vídeo, convertida para áudio. *O episódio que "explodiu meu cérebro" foi sobre discurso de ódio. Eu dava pulo na cadeira. Elton lembra. A gente tava numa chamada de vídeo. Obviamente vocês não viram porque a gente trabalha com áudio apenas. Mas na*

chamada de vídeo eu dava pulos na cadeira. Nesse programa, cada um dos produtores compartilhou com o público seus episódios favoritos e trouxe bastidores do CImplifica, de forma bem humorada. Não faltaram também brincadeiras sobre a presença de familiares de Alexandra e Valquíria como entrevistados - eles são pesquisadores da área de CI. *A gente traz família, a gente grava com gato no colo,* brincou Valquíria. O formato podcast permite essa mescla com a informalidade e, especialmente o episódio 15, sobre programas favoritos dos produtores, "autoriza" uma proximidade ainda maior dos apresentadores com o público.

Em vários momentos do podcast se ouvem vinhetas de aplausos e outros efeitos que acompanham a fala dos convidados e produtores. O uso da sonoplastia é feito com moderação, em grande parte dos episódios, ao final ou durante algumas falas informais e/ou comentários engraçados e piadas, por exemplo. Em alguns episódios, os efeitos sonoros (aplausos, grilos, músicas de filmes ou que causam suspense, som de freios de carro...) fazem o programa adquirir um caráter mais descontraído, indo ao encontro da linguagem da web, da internet, dos memes etc. A impressão, como ouvintes, é que o podcast é gravado sem uma pós-produção mais demorada. A informação foi confirmada pelos produtores na entrevista realizada para produção desse texto. Isso reduz a sonoplastia para um recurso secundário e até terciário do programa. O maior valor é a voz dos mediadores e dos convidados, além do tema em destaque. Os produtores afirmam: *hoje nossa cadeia produtiva funciona com base em metodologias ágeis, usamos a prototipação em Design*

Thinking [...] e a ideia é que esse processo mais técnico não demore, ele é feito internamente, e passa por fases de prototipação, testagem e posterior publicação, em caso de aprovação. Atualmente, essas atividades de gestão de projetos são feitas por Alexandra, que tem as expertises dessa área.

Além disso, há uma abertura padrão em todos os episódios com o mesmo som. Acredita-se que isso gera uma identidade ao Cimplifica, visto que os ouvintes poderão identificar facilmente o início de um novo programa assim que o som se inicia.

Quanto ao formato, pode-se afirmar que, assim como a maioria dos podcasts que tratam de temas distintos, os voltados à Biblioteconomia e CI são produzidos a partir de entrevistas com especialistas. Eles são convidados a discutir sobre os temas propostos pelos idealizadores. A condução das entrevistas aparenta atender à linha editorial do Cimplifica “Todo episódio procuramos trazer um bate papo provocativo, cheio de reflexões e questionamentos [...]” (CIMPLIFICA, 2020). Ao ouvir os episódios, verificou-se que a maioria dos entrevistados não se omitiu em criticar estruturas administrativas e sociais atuais do País. Em relação a isso, os produtores comentam no 15º episódio: *Convidados inteligentíssimos com grande conhecimento em suas áreas, tudo que dividiram com a gente nos episódios tinha ligação direta com a situação em que a gente vive – social, política.*

d) conclusão: Destaca-se que ao final de todas as entrevistas, é solicitado aos convidados que recomendem livros, filmes, e demais suportes informacionais que sejam relacionados ao tema do episódio. Verificou-se que todos os

convidados sugerem leituras e medeiam informação e leitura a partir de uma breve descrição a respeito do objeto proposto.

Dentre as sugestões de leitura, leitura no seu sentido amplo, os convidados não se limitaram ao suporte livro impresso. Houve a indicação de filmes, séries, documentários, sites, teses e dissertações, *audiobooks*, visitas a museus, troca com profissionais de diferentes áreas (livreiros, pesquisadores, cidadão comum). Os produtores do CImplifica concordam com o fato do podcast se restringir ao som e afirmaram que: *[...] justamente por isso nós temos um combo podcast + site + mídias sociais. Aquilo que não é possível passar nos áudios do podcast é disponibilizado no nosso site ou nas mídias sociais e isso é sempre sinalizado durante os programas. Um exemplo, são as dicas que sempre pedimos para os nossos entrevistados. A pessoa pode, sim, pegar a dica direto do podcast, mas, por via das dúvidas, a gente sempre disponibiliza todas as informações possíveis a respeito nas nossas redes.*

e) trabalho em grupo: de acordo com os respondentes, de todos os integrantes do grupo, a pessoa que mais consumia podcast era a Alexandra. Afirmam que “Não houve nenhuma inspiração em outros programas. [...] apenas a vontade de produzir um conteúdo científico diferente”. Em textos já publicados, os produtores relatam: *A ideia do podcast surgiu da necessidade que os criadores identificaram de fazer com que a área da Ciência da Informação (CI) seja mais “vista”. E de trazer temas atuais para o debate fora da sala de aula, de maneira simples e objetiva, além de mostrar as várias nuances e possibilidades da atuação dos profissionais. Englobando todos os cursos que formam o guarda-chuva da CI. E, portanto,*

o nome da organização é uma referência a palavra simplifica, sendo alterada para a escrita com C (Cimplifica) para fazer alusão a CI. Em 2019, no contexto das Humanidades Digitais (HD) como prática contemporânea da CI, surgiu a ideia do Cimplifica (com “C”, remetendo a “Ciência da Informação”) sendo uma iniciativa conceitual que contempla as discussões sobre a área, mapeando as práticas de pesquisa, e as iniciativas contemporâneas registrando em formato de podcast, uma ferramenta fácil e útil, com o princípio básico do bibliotecário, [...]: que os sujeitos devem ter acesso livre e irrestrito à informação. Uniu-se então as facilidades do podcast e a missão do profissional da informação, dando origem ao primeiro podcast brasileiro, 100% voltado para a área, perfazendo as áreas irmãs da Biblioteconomia, Gestão da Informação, Arquivologia e Museologia, onde temas pertinentes a elas serão discutidos com profissionais convidados [...] de estudantes de Biblioteconomia (FEITOSA, 2019; FEITOSA; NASCIMENTO; JACOB, 2019).

Na entrevista para este texto, também ficou evidente que o podcast une a experiência em Gestão de Projetos, de Alexandra, que tem essa formação e traz um olhar tecnológico/comunicação para o programa, com as metodologias inseridas no contexto do grupo de pesquisa, apresentados pela Prof. Dra. Májory Karoline Miranda e os estudos no âmbito do PIBIC⁹ de Valquíria.

⁹ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação ao entretenimento proporcionado pelo Cimplifica, acredita-se que ele seja similar aos demais podcasts, pois quando se ouve um episódio pode-se desempenhar distintas atividades, como: trabalhos domésticos, atividades físicas, alongamentos, dirigir e/ou se deslocar de um lugar para outro no transporte público, dentre outras. Em adição a isso, ressalta-se que devido ao formato dos podcasts quando comparado ao modelo tradicional do rádio, por exemplo, é possível reproduzir um episódio quantas vezes for necessário, interromper a reprodução e avançar.

Em relação ao conteúdo proposto nos episódios, são temas relevantes não só à área de CI e correlatas, mas possibilitam um debate mais amplo. As reflexões vão desde o discurso de ódio, tão atual em nossos tempos, até considerações sobre as redes e mídias sociais, além de temas como censura e ditadura e o papel da mulher.

Os entrevistados apresentaram, cada um na sua especialidade, algumas “bandeiras sociais” a serem defendidas, como: a educação para civildade; saúde nas relações que se dão nas plataformas; redes e mídias sociais (cortesia, educação, linguagem não violenta); pesquisas sobre ontologia do discurso de ódio; educação museal; arte urbana sem censura; áreas de humanas têm papel fundamental e não podem ser atacadas; ciência e governo abertos; segurança predial pública; gestão colaborativa; *paperless* e sustentabilidade; não à censura e ditadura, entre outros.

Dentre os desafios da manutenção do podcast CImplifica estão a ampliação da rede de mantenedores, que eles chamam de padrinhos. *É isso que a gente almeja: ter um público grande e fiel, que colabore com nosso trabalho, que acredite na gente e que nos ajude a prosseguir, sem que pra isso tenha um rombo na conta bancária no final do mês*, dizem os produtores, na entrevista. Eles afirmam que contribuições mensais a partir de R\$ 2, R\$ 5 e R\$ 10 já ajudam na produção do podcast. O CImplifica dispõe de formas de arrecadação de recursos tanto na plataforma Catarse como no PicPay¹⁰ e no PayPal¹¹. *Os valores que recebemos dos nossos padrinhos mágicos (porque eles são mágicos sim! São fantásticos, todos e cada um deles) ainda não é suficiente para que a gente consiga atingir todas as metas a que nos propomos. Enquanto não conseguimos essa fidelidade [...] a gente vai fazendo malabarismo. O “jeitinho brasileiro” aplicado 100% para o bem.*

É possível afirmar que o projeto traz várias contribuições não só para a área da CI, mas para a “podosfera”, como é chamada, na cultura pop, toda a esfera relacionada aos podcasts. Também é bonito de ver jovens acadêmicos experimentando novos conteúdos a partir de tecnologias que se tornam acessíveis. A popularização da pesquisa científica, feita de uma forma clara, descontraída, mas nem por isso superficial e rasa, é outro destaque do CImplifica, bem como o crescimento individual dos pesquisadores e seus desdobramentos para o público de ouvintes-internautas.

¹⁰ Carteira digital e aplicativo de pagamento.

¹¹ Empresa de pagamentos *online*.

REFERÊNCIAS

ASSIS, V. C. **Diacevasta?** A mídia podcast como retrato da música independente. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

BORTOLIN, S. Mediação da informação: outras definições. **InfoHome**, 2013. Disponível em: https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=785. Acesso em: 08 mar. 2020.

BORTOLIN, S.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Fontes orais, Paul Otlet e os bibliotecários. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 59-88.

BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A. Mediação oral da informação: a visibilidade dos mediadores da Ciência da Informação. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 33-58.

BOTTENTUIT JUNIOR, J. B.; COUTINHO, C. P. Recomendações para produção de podcasts e vantagens na utilização em ambientes virtuais de aprendizagem. **Prisma.com**, Portugal, n. 6, p. 125-140, 2008. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/72868>. Acesso em: 09 mar. 2020.

CARVALHO, K. M. A.; SALDANHA, G. S. O som que o documento tem: o podcast e o princípio monográfico. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**, Marília, v. 12, n. 1, 2018, p.36-45. Disponível em:

<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/14685>. Acesso em: 09 mar. 2020.

CIMPLIFICA Podcast: O primeiro podcast brasileiro de Ciência da Informação e suas áreas transdisciplinares (Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Gestão da Informação). Disponível em: <https://cimplifica.com/>. Acesso em: 25 fev. 2020.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com**, Porto, n. 4, 2007. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2100>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FARIA, B. **Descubra quais são as diferenças entre rádio e podcast**. 2019. Disponível em: <https://teletronix.com.br/blog/descubra-quais-sao-as-diferencas-entre-radio-e-podcast/>. Acesso em: 01 mar. 2020.

FEITOSA, A. C. O. **A democratização da informação nas Humanidades Digitais**: o podcast @Cimplifica. 2019. 50 f. TCC (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

FEITOSA, A. C. O.; NASCIMENTO, E. C.; JACOB, M. V. M. C. A Neodocumentação e as Humanidades Digitais: Cimplifica: o primeiro podcast brasileiro de Ciência da Informação. *In*: FÓRUM DE DISCUSSÃO EM BIBLIOTECONOMIA UFPE, 9., 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife: Ufpe, 2019. p. 1-12.

FONSECA, A. C. **Brasil se consolida como o segundo maior mercado de podcasts do mundo**. 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/tecnologia/2019/11/02/interna_tecnologia,803272/brasil-se-

[consolida-como-o-segundo-maior-mercado-de-podcasts-do-mundo.shtml](#). Acesso em: 15 fev. 2020.

FREIRE, E. P. A. Distinções educativas entre rádio e podcast. **Prisma.com**, Portugal, n. 18, p. 66-88, 2012. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/73275>. Acesso em: 09 mar. 2020.

GALVÃO JR., L.C.; MALULY, L. V. B. A radioreportagem segundo as características apontadas por Gisela Swetlana Ortriwano. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 42., 2019. **Anais eletrônicos** [...] Belém/PA: INTERCOM, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-2284-1.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEITZMANN, P. Z.; SANTOS NETO, J. A.; BORTOLIN, S. Memória das mediações literárias da Rádio UEL FM. *In*: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (SECIN), 8., 2019, Londrina. **Anais eletrônicos** [...] Londrina: Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2019. v. 1. p. 265-279. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2019/secin2019/paper/view/552>. Acesso em: 09 mar. 2020.

MOGNON, M. **Consumo de podcasts no Brasil cresce 67% em 2019, aponta pesquisa**. 2019. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/internet/146951-consumo-podcasts-brasil-cresce-67-2019-aponta-pesquisa.htm>. Acesso em: 01 mar. 2020.

ORTRIWANO, G. S. **A informação no rádio**: os grupos de poder e a determinação de conteúdos. São Paulo: Summus, 1985.

OXFORD University Press. Streaming: definição. Disponível em:

<https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/english/streaming?q=streaming>. Acesso em: 20 mar. 2020.

RAMOS, S. P. D.; SANTANA, M. M.; SANTOS NETO, J. A. Mediação da informação no Youtube: uma análise dos vlogs sobre jogos eletrônicos. *In*: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (SECIN), 6., 2016, Londrina. **Anais eletrônicos** [...] Londrina: Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2016. v. 1. p. 402-416. Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2016/secin2016/paper/viewFile/333/163>. Acesso em: 09 mar. 2020.

ROZZI, I. C.; BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A. Práticas inovadoras para biblioteca escolar: o uso do Twitter no incentivo à leitura. *In*: COLÓQUIO EM ORGANIZAÇÃO, ACESSO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO (COAIC), 2., 2017, Londrina. **Anais eletrônicos** [...] Londrina: UEL, 2017. p. 188-202. Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/coaic2017/coaic2017/paper/viewFile/499/346>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SANTOS NETO, J. A. Biblioteca escolar e as fontes orais de informação. *In*: SILVA, R. J.; BORTOLIN, S. (org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. 2. ed. São Paulo: Abecin, 2018, p. 139-161. Disponível em: http://abecin.org.br/e-books/fazeres_cotidianos/E-Book_Silva_Bortolin.pdf. Acesso em: 18 mar. 2020.

SANTOS NETO, J. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Bibliotecas universitárias das instituições estaduais de ensino superior paranaenses e a mediação da informação no Facebook. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação - RDBCI**, Campinas, v. 15, p. 442-468, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/artic/e/view/8648210>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SECO, L. F. C.; SANTOS, Z. P.; BARTALO, L. Comportamento informacional e compartilhamento da informação no Instagram. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 21, p. 46-60, 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1144>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SILVERSTONE, R. **Porque estudar a mídia?** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

VOLPATO, G. L. **Ciência: da filosofia à publicação**. 4. ed. Botucatu: Tipomic, 2004.

ZUMTHOR, P. **Escritura e nomadismo**. Tradução de Jerusa P. Ferreira e Sônia Queiroz. São Paulo: Ateliê, 2005.

ZUMTHOR, P. A permanência da voz. *In: O CORREIO DA UNESCO*. Tradução de Maria Inês Rolim. v. 13, n. 10. São Paulo: Brasileira, 1985.

CAPÍTULO 21

COMPONENTES E INJUNÇÕES DO CIRCUITO DO LIVRO E OS LUGARES DA MEDIAÇÃO

Pedro Ivo Silveira Andretta

Edmir Perrotti

1 INTRODUÇÃO

Neste relato de pesquisa consideramos que foram vários os pesquisadores que propuseram modelos de observação, de análise do livro e das produções impressas, ainda que com objetivos bastante singulares, mas que nos parecem úteis para refletir sobre as formas e os processos das produções editoriais e suas mediações. Tomamos especificamente para esta exposição a questão: “Qual a complexidade do circuito do livro e como ele permite pensar o lugar da mediação na atualidade?”

Nosso objetivo é apresentar os componentes e as injunções do circuito do livro, sublinhando a posição central e articuladora dos mediadores em sua dinâmica com as esferas de produção e de recepção cultural. Para tanto, recorreremos a uma pesquisa que se caracteriza, do ponto de vista de sua abordagem, como qualitativa; do ponto de vista do objetivo, como exploratória; e do ponto de vista dos procedimentos técnicos, como bibliográfica.

A partir das reflexões de Otlet (2018), lançamo-nos às considerações sobre o circuito do livro de Darnton (1995, 2008), Feather (2007), Bachleitner (2009) e Belle e Hosington (2016),

apresentando a complexidade do dispositivo do livro e de seus mediadores na Era Moderna e Contemporânea. Com base no modelo triádico da informação e comunicação/mediação cultural de Perrotti e Pieruccini (2014), esboçamos um modelo acerca da compreensão do lugar destacado da mediação na contemporaneidade e as injunções que a tensionam.

2 A COMPLEXIDADE E FÓRMULAS DO LIVRO

As ponderações em torno da complexidade do livro e de seus elementos de mediação, não são temas tão recentes em campos afeitos à Ciência da Informação. No *Traité de Documentation* de Paul Otlet (2018), publicado originalmente em 1934, vemos algumas sinalizações para entender a forma desse recurso de informação. Nessa obra, fundadora do campo da Ciência da Informação, Otlet (2018) apresenta a “equação do livro” e o embate com proposição de Lumachi, de 1907, que propunha uma fórmula para o livro:

$$L = \frac{A(t + e + l)}{P}$$

Sobre essa fórmula, Otlet (2018) não nos oferece mais que a legenda. Entretanto, poderíamos supor a interpretação segundo a qual o Livro é resultado do Autor, multiplicado ou imbricado em ação positiva e afirmativa, pela Tipografia, Editor e Livreiro, dividido e compartilhado, pelo Público. No limite, o Livro, tal como poderíamos considerar, no início do século XX, já era visto em suas dimensões de objeto mediado e mediador. Quanto maior o valor da Tipografia, do Editor e Livreiro, dos mediadores, maior o valor do Livro. O Público, enquanto denominador, é emblemático, uma vez que é polissêmico: pode

conotar que a excessiva “popularização” de uma obra não é positiva para o valor do Livro, ou ainda é o Público que ao final dá valor ao trabalho do Autor, Tipografia, Editor e Livreiro. Fato é que Otlet (2018, p. 63-64) possui uma posição bem definida sobre essa equação “não é completa”, propondo, então

de forma condensada e se referindo às seguintes tabelas de elementos e da estrutura do livro, a definição geral pode ter a forma de uma equação enumerando os fatores:

Onde: Livro = elementos (elementos materiais + elementos gráficos + elementos linguísticos + elementos intelectuais): Estrutura (encadernação + frontispício + preliminares + corpo da obra + tabelas + apêndices).

$$L = \frac{E(M + G + L + 1)}{S(e + f + p + c + t + a)}$$

Expressando, assim, a determinação de um espaço (lugar) e de um tempo (data) e os dados relativos ao autor, a equação se completa deste modo:

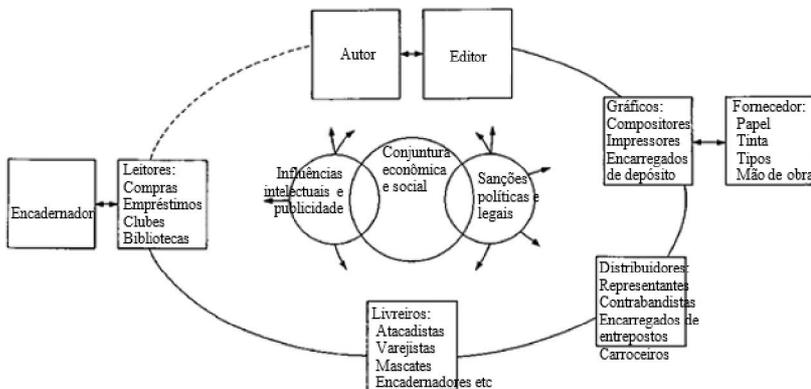
$$L = \frac{E}{S} . e . t$$

Ao olharmos para essas equações, parece-nos que Lumachi, em sua simplicidade, foi mais assertivo que o próprio Otlet (2018) quanto à seleção dos componentes. As conexões entre autores, editores, livreiros e público, como veremos, mostram-se ainda hoje produtivas, no entanto ainda não são completamente suficientes para pensar a complexidade do dispositivo livro e suas mediações na atualidade.

3 O CIRCUITO DO LIVRO E OS ESPAÇOS DO MEDIADORES

Darnton (1995), ao compreender o livro como um meio de comunicação, propõe um diagrama para representar o circuito de publicações de livros entre os anos de 1500 a 1800. Nesse modelo, o autor indica as fases do circuito destacando etapas de transmissão do texto, isto é, as atividades desenvolvidas pelas diferentes pessoas e as influências externas, ainda que de maneira simplificada. Compreender a história do livro, para ele, concerne à abordagem de cada etapa ou o circuito como um todo em suas variações espaço-temporais e relações com os sistemas políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Figura 1: O circuito das comunicações



Fonte: Darnton (1995, p. 113).

No diagrama, vemos as relações dos diversos atores do circuito: autor, editor, gráficos (impressores), fornecedores e transportadores (distribuidores), livreiros, encadernadores e as

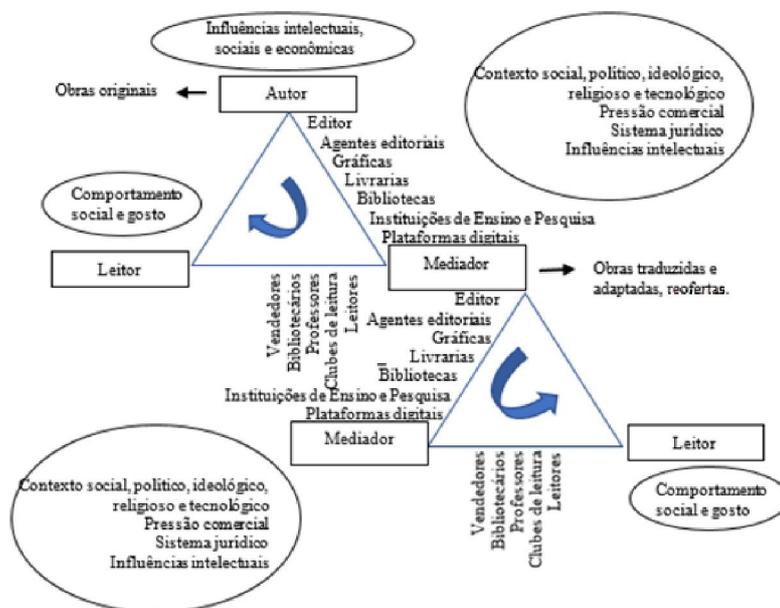
diversas injunções que os tensionam. As influências externas, indicadas por Darnton (1995), são a conjuntura econômica e social que interfere em todo o circuito; ao seu lado, observamos a influência intelectual e a publicidade agindo sobre os livreiros, os leitores, o autor e o editor; e as sanções políticas e legais que tocam o editor, os impressores (gráficos) e os transportadores (distribuidores). Vale destacar que Darnton (1995) considera que todos os elementos do circuito estão inter-relacionados e cruzam-se com outros circuitos nos quais cada ator está envolvido, bem como as influências sociais, os contextos econômicos, ideológicos, políticos e institucionais.

Vários historiadores procuraram repensar o circuito de Darnton (1995), entre eles, destacamos Adams e Barker (1993), os quais Darnton (2008) tece elogios ao ver que o diagrama dá conta não só dos livros, mas de “documentos bibliográficos” em geral, possibilitando compreender o circuito tanto para livros quanto para outras produções impressas efêmeras, de maneira a pontuar os processos e as injunções. Outros exemplos são os trabalhos de Feather (2007), Bachleitner (2009) e Belle e Hosington (2016). Dentre eles, Belle e Hosington (2016) pesquisaram as traduções impressas na Inglaterra, entre os anos de 1473 e 1660, focando o espaço do tradutor no circuito do livro.

Um olhar apurado sobre a projeção de Belle e Hosington (2016) permite-nos assumir o tradutor como um mediador, ao lado de tantos outros sujeitos mediadores, como os editores, livreiros e mecenas e os próprios leitores.

editora decidir assumir um título ou o departamento de marketing prestando particular atenção a ele. Mas é igualmente um agente que vende direitos estrangeiros; é um tradutor que submete uma proposta a uma editora; é um livreiro que exhibe títulos na janela ou em pilhas sobre uma mesa; é crítico literário da imprensa diária, discutindo as qualidades de um romance. Qualquer livro passa por uma grande variedade de avaliações no decorrer de sua produção, circulação e leitura (STEINER, 2018, p. 127-128, tradução nossa).

Figura 3: Circuito do livro na atualidade: componentes e injunções



Fonte: Autoria própria.

Ante o exposto, e longe de fixar um modelo tão complexo e minucioso quanto aos anteriormente apresentados, esboçamos um circuito do livro na atualidade, fundamentado no modelo triádico da mediação cultural de Perrotti e Pieruccini

(2014), ressaltando as categorias de autor, leitor e mediador e as injunções que as tensionam, sumarizadas nas representações de circuitos anteriores. Nesse modelo simplificado, lançamos a possibilidade de abranger as obras traduzidas, adaptadas, reofertadas e póstumas, inserido os mediadores em uma posição central no sistema, podendo assumir diferentes atribuições e espaços, estendendo o circuito e ampliando distâncias e sentidos ante a categoria do autor e leitor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso modelo, posto que mais abstrato, damos ênfase à categoria do mediador. O mediador, tal como entendemos, é um grupo heterogêneo, de um lado, formado por instituições/dispositivos e sujeitos vinculados à produção e, de outro, à circulação e à apropriação do produto editorial. Temos assim, em uma ponta, o editor, os agentes editoriais (tradutores, ilustradores, revisores, diagramadores, designers etc.), gráficas, livrarias, bibliotecas, instituições de ensino e pesquisa e plataformas digitais (redes sociais e portais de autopublicação); em outra, os vendedores, bibliotecários, professores, clubes de leitura e os próprios leitores.

Ademais, trazemos novas injunções para a categoria Autor e Mediador. O autor, tal como sua concepção atual, passará a compor sua produção não apenas por uma influência intelectual, mas também por influência social e econômica, a exemplo da demanda da convergência midiática que traz comunicadores de mídias alternativas ou de espaços midiáticos distintos para o circuito do livro. Já o mediador, ou melhor, os mediadores, agirão conforme novos contextos, tais como social

e tecnológico, a partir de suas influências e capacidades intelectuais, a exemplo do bibliotecário ou do comunicador que deverão se valer das tecnologias e plataformas digitais, entretanto, impreterivelmente, dentro dos limites daquilo que acreditam em termos, por exemplo, políticos e/ou religiosos.

Por fim, destacamos que, ao elaborarmos o “circuito do livro na atualidade: componentes e injunções”, propomos um “modelo da mediação” que ressalta o papel criador/criativo de sentidos da mediação. Isso implica em ratificar a proposição que mediação não é simples ato de transferência, mas sim um ato de significação (cf. BRUNER, 1997) atuante na cultura em paralelo aos demais atos de criação dos demais produtores de sentidos.

REFERÊNCIAS

ADAMS, T. R; BARKER, N. A new model for the study of the book. *In*: BARKER, N. (ed.). **A potencie of life: books in society: the clark lectures 1986-1987**. London: The British Library, 1993. p. 5-43.

BACHLEITNER, N. A proposal to include book history in translation studies. **Arcadia**, Antwerpen, v. 44, n. 2, p. 420-440, 2009. Disponível em: <https://www.degruyter.com/view/journals/arca/44/2/article-p420.xml>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BELLE, M.-A.; HOSINGTON, B. M. Translation, history and print: a model for the study of printed translations in early modern britain’. **Translation Studies**, Northern Ireland, v. 10, n. 1, p.2-21, 2016. Disponível em:

<https://doi.org/10.1080/14781700.2016.1213184>. Acesso em: 09 ago. 2020.

BRUNER, J. **Atos de Significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

DARNTON, R. O que é a história do livro? Revisitado. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 155-169, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1503/2758>. Acesso em: 27 ago. 2020.

DARNTON, R. O que é a história dos livros? *In*: DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FEATHER, J. The British book market 1600–1800. *In*: ELIOT, S.; ROSE, J. **A companion to the history of the book**. Malden, MA: Oxford: Blackwell, 2007. p. 248-264.

OTLET, P. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro. Organização de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: 2018. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/32627>. Acesso em: 04 abr. 2020.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 01-22, out. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/download/19992/17341>. Acesso em: 16 jul. 2020.

STEINER, A. The global book: micropublishing, conglomerate production, and digital market structures. **Publishing Research Quarterly**, Lund, v. 34, n. 1, p. 118-132, 2018. Disponível em:

<https://doi.org/10.1007/s12109-017-9558-8>. Acesso em: 15 mar. 2020.

CAPÍTULO 22

O PAPEL DO AGENTE LITERÁRIO NO MERCADO

EDITORIAL

Ana Clara Leite Pedersoli

Marta Lígia Pomim Valentim

1 INTRODUÇÃO

Em meio ao excesso de informações em que, cada vez mais, se torna difícil filtrar informações fidedignas, evidencia-se as várias tendências de estudo acerca da informação, entre elas: competência em informação, *big data* e mediação da informação - o foco deste estudo.

Segundo Macedo e Carvalho Silva (2015, p. 7): “A mediação vem se consolidando como um dos pilares básicos da Ciência da Informação e se constituindo como um dos segmentos dessa área, bem como se articulando com outras nuances da mesma”. Esta temática possibilita um amplo leque de pesquisas, por exemplo, este estudo que visa apresentar o agente literário como mediador da informação no contexto de ambientes editoriais.

Mais especificamente, pretende-se apresentar: quem é ou quem pode ser o agente literário; a realidade de agências literárias no Brasil; a necessidade de se consultar um agente literário no início do processo de publicação de um livro.

Esta pesquisa trata-se de um recorte de um estudo mais abrangente acerca do mercado editorial brasileiro e suas estratégias de comercialização, realizada em âmbito acadêmico em nível de iniciação científica. Vale ressaltar que este trabalho se refere a um estudo qualitativo, caracterizado como descritivo exploratório e baseado em revisão bibliográfica sobre a temática.

Almeida Júnior e Santos Neto (2014, p. 104), afirmam “A mediação pode ocorrer em qualquer espaço informacional e dentro desse espaço ela pode aparecer em cada ‘segmento que o constitui’”. Tendo isto em vista, explora-se o cenário editorial, este pouco explorado no âmbito da Ciência da Informação, com especial enfoque nas agências literárias e sua função.

Atualmente, o mercado editorial brasileiro está repleto de publicações de autores já conhecidos por meios virtuais, famosos, *youtubers* etc., entretanto, dada a crise atual do mercado editorial, arriscar-se em publicar algo completamente novo pode não ser vantajoso para as grandes e, principalmente, pequenas editoras. O mercado editorial acompanha as tendências e assuntos do momento, evoluindo junto a sociedade. Nessa perspectiva, apesar de não ser obrigatória, a consulta a um agente literário pode ser um diferencial para os novos escritores, mesmo aqueles que já possuíam certa popularidade, antes mesmo de conseguir publicar um livro.

2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Atualmente, a ansiedade da informação e as *fake news* se constituem em um dos assuntos mais debatidos no contexto da Ciência da Informação, reforçando a pertinência de se desenvolver estudos acerca destas temáticas para a sociedade e, em meio a isto, a mediação da informação se faz extremamente necessária.

Em suma, o mediador da informação possibilita a inter-relação entre o usuário e a informação que este deseja, independentemente de sua abordagem. No âmbito do contexto editorial, considera-se mediador o agente literário.

O mediador da informação pode ser humano ou, no ambiente virtual, um *software*. Desse modo, a mediação da informação pode ocorrer presencialmente ou virtualmente. Segundo Fachin (2013, p. 34): “Com o fácil acesso à *web*, todos podem ser produtores, mediadores e usuários de informação. Cada vez mais, essa massa informacional cresce e está em constante mutação”.

A autora supracitada afirma que a mediação da informação é a “ponte” entre o coletivo e o individual, funcionando como um mecanismo facilitador para o acesso à informação. Entretanto, há aqueles que acreditam que o significado do termo vai além da ideia de “ponte”:

[...] toda ação de interferência –realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena

ou parcialmente, uma necessidade informacional. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92)

Com base no autor supracitado, entende-se mediação da informação como qualquer ação por parte do profissional da informação que tenha como princípio mediar a informação da melhor maneira para seu público alvo.

Antes da possibilidade de se acessar um aparelho tecnológico para obter informações, a mediação já ocorria, considerando que o processo de mediação é compreendido como algo cultural, desde que o homem é homem (QUADROS¹², 2001 *apud* FACHIN, 2013). No entanto, ela ocorria de maneira seletiva, a informação mediada era aquela de interesse comum como, por exemplo, a informação passada nas Ágoras da Grécia Antiga. Vale ressaltar, que assim como a mediação da informação tornou-se mais específica com o tempo, as necessidades de informação dos usuários também se ampliaram (FACHIN, 2013).

Presencialmente, a mediação da informação abrange desde o momento em que se pergunta para um desconhecido na rua onde se localiza a biblioteca, até a consulta a um bibliotecário de referência ou, ainda, o contato com o profissional que estiver atendendo no balcão de empréstimo para realizar o serviço de empréstimo, que informará quantos dias o usuário poderá ficar com o livro e o como renová-lo se for necessário. No ambiente *Web*, considera-se fatores como: a arquitetura da informação dos *sites*; os mecanismos de busca e as diversas possibilidades de filtrar uma determinada

¹² Ver Quadros (2001).

pesquisa para que se obtenha resultados mais precisos; a possibilidade de se ter uma ferramenta auxiliar para navegação em um *site*.

Para que o serviço de mediação da informação possa ser bem sucedido, o mediador da informação deve realizar estudos sobre seus usuários previamente, considerando suas reais necessidades. Fachin (2013, p. 36) dá o exemplo das livrarias virtuais:

As livrarias virtuais são bons exemplos dessa prática, elas mapeiam as buscas e as tendências dos usuários e lhes oferecem produtos similares ou do gênero, potencializando a venda e o consumo desse produto. Outra prática são os resumos feitos pelos mediadores dessas livrarias, que tendem a induzir o leitor/usuário a adquirir a obra de interesse.

Na função de auxiliar o usuário, o mediador intercede na busca e na localização da informação. Vaz¹³ (2008, p. 230 *apud* FACHIN, 2013, p. 36) enfatiza: “Para aquele que busca uma informação, um bem ou um serviço na rede, o mediador permite atender o desejo singular” Fachin (2013, p. 37), ressalta que “[...] o mediador também facilita o acesso à informação criando instrumentos facilitadores, como resumos, índices, fichamentos, buscas especializadas etc., que são tanto usados no ambiente da *web* ou em suporte físico”.

Entretanto, um mediador da informação nem sempre se apresenta com este nome. Levando em consideração que o termo informação pode ser específico em relação a informação

¹³ Ver Vaz (2008).

institucionalizada, ou amplo no que tange a toda e qualquer tipo de informação, um mediador da informação pode ser qualquer pessoa, mas também pode ser alguém especializado para exercer uma determinada mediação especializada como, por exemplo, um bibliotecário ou um agente literário.

3 AGENTE LITERÁRIO

Ao escrever um livro e pensar na publicação, o autor da obra questiona-se sobre a possibilidade de uma publicação autônoma ou, ainda, sobre enviá-lo para uma editora. Amaral (2009, p. 22) afirma:

A princípio, pagar a própria edição pode ser mais vantajosa em relação ao retorno financeiro. Seu livro será vendido diretamente para seus amigos e familiares. Caso alguma livraria receba seu livro em consignação, seu percentual também será maior em relação aos percentuais pagos pelas editoras convencionais. Mas haverá um tempo que você não terá mais para quem vender. Com uma editora convencional, você vende para leitores desconhecidos no Rio, em São Paulo, em Porto Alegre, no Recife, em Belo Horizonte, em Brasília etc.

As editoras costumam ter um estilo próprio, sendo assim é possível que um livro seja recusado para publicação não por ser ruim, mas por não atender ao escopo e padrão da editora. Nesse sentido, é que o processo de publicação e venda de um livro não se resume à tríade: editoras, distribuidoras e livrarias, ele começa no contato do autor com um agente literário, este último agindo como um mediador da informação no âmbito editorial. Segundo Amaral (2009, p. 11):

O agente literário ou a agência literária faz a ponte entre autor e editor por um caminho mais curto e rápido. Ele é o seu procurador. Parece uma atividade simples e um trabalho que o escritor poderia fazer sozinho. Muitos agentes, porém, já trabalharam em editoras e sabem exatamente como é a seleção de um original e o que elas querem publicar.

As agências literárias têm entre suas funções: análise de obras, venda de obras, facilitar os processos burocráticos e administrar a carreira do autor (EDITORA ALBATROZ, 2015). Segundo Gabriela Nascimento (2017 *apud* O AGENTE, 2017), o agente literário caracteriza-se como:

Profissional do mercado de livros que orienta e assessora os autores por todo o processo de publicação. Um agente apresentará o projeto de um livro aos editores, negociará o adiantamento e percentual de direitos autorais, bem como todo o contrato. É responsabilidade do agente acompanhar todos os pagamentos, e mais, servir como um consultor criativo e de negócios para um autor (e muitos outros). Um agente é o advogado do autor, defensor de seus interesses, faz o filtro no relacionamento com a editora, mantém a harmonia entre as partes.

Em suma, o agente literário realiza uma análise crítica da obra considerando, tanto a parte gramatical quanto a temática, sugerindo melhorias; faz uma busca sobre as editoras mais adequadas para a publicação da obra, consultando seus catálogos e sua própria experiência; e, por fim, o agente cuida de contratos e negociações, pensando sempre no melhor para o autor (EDITORA ALBATROZ, 2019).

A consulta a um agente literário, também funciona para autores que se julgam independentes e querem tentar a auto publicação. Isto porque, depois de o livro estar pronto, conseguir publicá-lo e se destacar no mercado editorial são metas difíceis de serem alcançadas, e o agente literário pode auxiliar nessas etapas.

Reis (2014 *apud* MARCOS, 2017) uma das sócias da *Increasy Consultoria Literária* acredita que: “[...] a parceria entre agente e editora contribui para que ‘bons trabalhos cheguem às mãos de quem toma as decisões’”. Para que a obra possa ser considerada para publicação pelas editoras, avalia-se pontos como: destaque nas mídias sociais (quando há), a imagem profissional do autor e autenticidade da obra, entre outros fatores (MARCOS, 2017).

Com o exemplo da *Increasy*, Marcos (2017) discorre sobre o processo de contrato das agências:

Há o contrato por obra, o qual se concentra em um material específico, e o contrato por autor, vinculado a todas as obras produzidas durante determinado período de tempo. Primeiro, o autor deve solicitar, por exemplo, uma leitura crítica. “Após a análise, a agência decide se tem ou não interesse em agenciar a obra ou o autor”, conta Graziela. Depois, a agência e o autor assinam um contrato para investir no livro e assim aproximá-lo às editoras. Caso a obra seja vendida, a editora especifica os direitos do autor e do agente em outro documento.

Não é obrigatório que o autor consulte um agente literário, entretanto, é o ideal, consultá-lo, pois isto aumenta a probabilidade de que a obra obtenha uma melhor qualidade e

chegue nas mãos da editora adequada. No entanto, consultar um agente também não é garantia de sucesso, visto que há vários fatores que interferem na qualidade da obra, como o estilo de escrita do autor e a carta de apresentação. Amaral (2009, p. 12) destaca:

No exterior, é muito comum o trabalho de agente, que é uma necessidade para o escritor. Algumas editoras, inclusive, só trabalham com agências, rejeitando originais enviados diretamente por autores. Aqui, no Brasil, os serviços de agentes estão se consolidando como ferramenta útil para o ofício dos autores.

Deve-se considerar que esta visão de Amaral foi apresentada há dez anos, em tese as agências literárias brasileiras deveriam ser mais conhecidas atualmente, o que para o momento é difícil de argumentar, já que o próprio mercado editorial brasileiro se apresenta em crise. Por outro lado, há projetos como “Meu primeiro livro”, da Editora Kiron que visam orientar e incentivar escritores iniciantes em que os agentes trabalham junto a editora. Para além disso:

[...] apesar de existirem poucas agências no Brasil, cada agente – inclusive no exterior – se especializa em algumas áreas do conhecimento. Muitas vezes, portanto, após algum tempo de conversa, o agente percebe que aquele autor seria mais bem atendido por outro profissional (PÁGINA DA CULTURA, 2020).

Um agente literário é basicamente responsável pela gestão e mediação da informação no âmbito do contexto editorial, seu trabalho inicia-se antes da editora e a partir do momento que se inicia, não tem fim. Ele administra a vida

profissional do escritor, realiza negociações quando necessário e, também, deve ter conhecimento sobre leis de direitos autorais e estratégias relacionadas ao *marketing*, a distribuição de livros e aos interesses do mercado livreiro (PÁGINA DA CULTURA, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas acerca do mercado editorial brasileiro tornam-se mais vigentes conforme o cenário em que se encontra, sendo assim, o interesse por esta temática cresce desde 2016, bem como a crise que este mercado vem enfrentando desde então.

É comum que ao descrever o mercado editorial, pensa-se somente em editoras, distribuidoras e livrarias. Entretanto, este segmento econômico é bem mais amplo, um ciclo que se inicia antes mesmo do contato do autor com uma editora. Muitas obras tendem a ser rejeitadas por editoras considerando-se que apesar do autor enviá-las à várias editoras, a temática da obra pode não se enquadrar no escopo das editoras e, portanto, esse fator indica que muitas obras rejeitadas para publicação não necessariamente são ruins. Assim sendo, é que se ressalta a importância do trabalho do agente literário, este sendo considerado um mediador da informação no contexto editorial.

A função do agente literário exige que este possua conhecimento prévio a respeito do escopo de cada editora, fazendo com que após a análise prévia da obra, este consiga indicá-la para a(s) editora(s) mais adequada(s). Entretanto, seu

trabalho não para por aí, o agente literário, também, é responsável por realizar negociações a respeito da obra em nome do autor e responder por seus direitos autorais, apresentando conhecimento prévio a respeito das leis de direitos autorais e outras que se enquadram no contexto editorial.

No Brasil, os estudos acerca de agentes literários ainda são poucos e, apesar de existir agências literárias no País, muitas editoras tendem a realizar também esta função. Ao trazer o agente literário à tona, é possível com a mediação deste poupar tempo de autores e editoras e obter ao autor maior segurança no processo de publicação da obra.

O estudo em questão trata-se de um recorde de uma pesquisa mais abrangente, em nível de iniciação científica, cujo enfoque se volta ao mercado editorial brasileiro e suas estratégias de comercialização de livros, ora em desenvolvimento. No entanto, também, tem por objetivo salientar a importância de pesquisas futuras exclusivamente sobre agente literários, podendo apresentar dados exploratórios a respeito do como funciona essa profissão em países estrangeiros, como os Estados Unidos, a fim de (re)adequá-las conforme a realidade do País e propor um modelo para o exercício da profissão no Brasil, considerando suas peculiaridades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

Disponível em:

<https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170/170>. Acesso em: 19 maio 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; SANTOS NETO, J. A. Mediação da informação e a organização do conhecimento: interrelações.

Informação & Informação, Londrina (PR), v. 19, n. 2, p. 98-116, maio/ago. 2014. Disponível em:

http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716/pdf_25. Acesso em: 17 mar. 2020.

AMARAL, A. **Mercado editorial**: guia para autores. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

EDITORA ALBATROZ. **O que faz um agente literário?** 2015.

Disponível em: <https://editoraalbatroz.com.br/o-que-faz-um-agente-literario/>. Acesso em: 21 mar. 2020.

FACHIN, J. Mediação da informação na sociedade do conhecimento. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande (RS), v. 27, n. 1, p. 25-41, jan./jun. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/3096/2390>.

Acesso em: 16 mar. 2020.

KIRON EDITORA. **Agente literário**: o projeto meu primeiro livro. Disponível em:

<http://www.editorakiron.com.br/index.php/agente-literario>.

Acesso em: 19 mar. 2020.

MACEDO, N. O.; SILVA, J. L. C. Mediação no campo da Ciência da Informação. **Folha de Rosto**: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Juazeiro do Norte (CE), v. 1, n. 1, p. 64-74, jan./jun. 2015. Disponível em:

<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/53279>.

Acesso em: 16 mar. 2020.

MARCOS, L. Agência literária se consolida como guia para autores. **Luz, página, ação**, nov. 2017. Disponível em:

<https://luzpaginaacao.com.br/agencia-literaria-se-consolida-como-guia-para-autores/>. Acesso em: 18 mar. 2020.

O AGENTE. O que faz o agente literário. 2017. *In*: BLOG.

Disponível em: <https://www.oagenteliterario.com.br/o-que-faz-o-agente-literario/>. Acesso em: 18 mar. 2020.

PÁGINA DA CULTURA. **Agente literário: luxo ou necessidade?** 2020. Disponível em: <http://paginadacultura.com.br/br/dicas-para-autores/agente-literario-luxo-ou-necessidade/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

QUADROS, A. L. L. **A mediação da informação: os mediadores humanos e seus agentes de software inteligentes**. 2001. 114f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Rio de Janeiro (RJ), 2001.

VAZ, P. Mediação e tecnologia. *In*: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. (org.). **A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologia do imaginário**. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 216-238.

CAPÍTULO 23

POETRY SLAM NA FLIM, POESIA FALADA E SINALIZADA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Carolina Paola Furlanetto Correia

1 INTRODUÇÃO

A primeira *Festa Literária Internacional de Maringá* (FLIM), foi realizada em 2014, inspirada em outras feiras no cenário nacional – tem o intuito de incentivar o estímulo à leitura bem como o apresentar os escritores locais e nacionais. Com uma programação diversificada, a cada edição busca fomentar o acesso à informação e o incentivo à leitura, para tanto conta com diversas atividades, composta de: palestras, bate-papo, contação de histórias, lançamentos de livros, oficinas, cineflim, Slam, entre outros.

O Poetry Slam, foi inserido na FLIM apenas nas duas últimas edições (2018-2019). Foi trazido ao Brasil por D´alva (2019, p. 270), a autora enfatiza que o *poetry Slam* reconhecidamente é um “movimento social, cultural e artístico que tem sido utilizado como plataforma para criar espaços nos quais a manifestação da livre expressão poética, do livre pensamento e a coexistência em meio à diversidade são experienciados como práticas de cidadania”. Neste prisma, a comissão organizadora avalia que ele se integra com a proposta e convicções da FLIM.

Ao realizar esse trabalho, ocorreram algumas restrições documentais a respeito da FLIM, uma vez que o Órgão responsável, não mantém nenhum arquivo que seja possível encontrar informações das edições anteriores, por exemplo, das performances do Slam que ocorreram na Feira, portanto, todas as informações foram retiradas no site da Prefeitura da cidade de Maringá, sendo reportagens incipientes e muitas vezes meramente informativas. Para tanto, o trabalho está estruturado com as seguintes seções: Metodologia, FLIM, Poetry Slam, Slam na FLIM, Considerações finais.

2 METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho, é relatar o Slam, que aconteceu na FLIM no ano de 2019. Desta forma, realizou-se um estudo bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa e quantitativa.

Neste prisma, a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato “de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.” (GIL, 2008, p. 50). Seguindo esta linha de raciocínio, a pesquisa documental, assemelha-se a pesquisa bibliográfica, sua diferença está na natureza de suas fontes, enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza-se fundamentalmente de contribuições de diversos autores, a pesquisa documental baliza-se em materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, ainda não

foram reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2018; GODOY, 1995).

Para a realização desse trabalho, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa (ou quali-quantitativa), que de acordo com Marconi e Lakatos (2018, p. 150) são “as medidas quantitativas respondem à pergunta “quanto?” e as qualitativas à questão “como?”. Os dois tipos são importantes na investigação e se constituem no corpo do trabalho”, portanto, optou-se por uma abordagem quali-quantitativa. A abordagem qualitativa é apropriada pois busca descrever um evento ou uma situação. Esta análise, de acordo com Godoy (1995, p. 21), demonstra características que justificam o modelo de abordagem, pois o “[...] fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte [...]”. A abordagem quantitativa busca descobrir características de um determinado grupo ou população, nesta perspectiva torna-se apropriada para realizar uma análise estatística, medir opiniões, atitudes, preferências de comportamento, perfil de um grupo de pessoas. Neste prisma, a utilização do conjunto de métodos “[...] de dados quantitativos e qualitativos, porém não se opõem. Ao contrário, se completam, pois a realidade abrangida interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.” (MINAYO, 2002, p. 22).

Para a delimitação do corpus foram elencadas 32 apresentações do Slam na FLIM 2019 disponibilizadas no

*YouTube*¹⁴. Após a realização deste levantamento elaborou-se o Quadro 1 onde consta os nomes dos autores e intérpretes, o tipo de performance, título da poesia (algumas não possuíam) e o *link* das apresentações de todos os *slammers* que efetivamente participaram da batalha.

Após pesquisa no site da Prefeitura de Maringá, FLIM não foram encontrados documentos pertinentes que enriquecessem este estudo. Neste contexto, optou-se por entrar em contato com a idealizadora do Projeto, Érica Alessandra Paiva Rosa por e-mail, que prontamente atendeu e concedeu informações a respeito da organização do Slam de 2018 e 2019, balizando este estudo.

3 FESTA LITERÁRIA INTERNACIONAL DE MARINGÁ

Criada em 2014, a FLIM despontou com o objetivo de “[...] popularizar o livro, aproximar escritores de leitores e incentivar a leitura do maringaense” (MARINGÁ, 2014), desta forma movimentou o cenário literário e cultural da cidade de Maringá e região, possibilitando ao público o contato mais próximo com autores, músicos e atores. Foi concebida a partir de esforços coletivos entre a Secretaria de Cultura, Academia de Letras de Maringá, União Brasileira de Trovadores e demais segmentos. A então secretária de cultura Olga Agulhon, em entrevista, destaca a importância da Festa no processo de estímulo à leitura além de incentivar a visibilidade de escritores locais, como acontece em feiras mineiras e gaúchas

¹⁴ Disponível em:

https://www.youtube.com/channel/UC_Y9pCVPD8BrylY6IkRm_A

(MARINGÁ, 2014). Diante da importância cultural da Festa, ela foi incluída no calendário oficial de Maringá, de acordo com a Lei municipal 10.731/18.

Desde sua primeira edição, a Festa apresenta em sua programação: palestras, bate-papo, contação de histórias, lançamentos literários, encontro com o autor, apresentações musicais, espetáculos, encontros com clubes de leitura, oficinas, café filosófico, saraus, cineflim. Em suas várias edições, contou-se com a presença de personalidades como: Ziraldo, Laurentino Gomes, Zeca Camargo, Ana Maria Machado, Moraes Moreira, Arnaldo Antunes, Tony Bellotto, Gero Camilo, entre outros, que enriqueceram a comunidade maringaense e região com bate papos, shows e peças de teatro.

Nas últimas duas edições, foi inserido o Slam que é entendido como uma manifestação oral, poética, com temas polêmicos e que tratam do dia a dia. O objetivo da organização é democratizar as ações da Festa e promover uma participação efetiva dos frequentadores. Iniciativa esta que será abordada na subseção a seguir.

3.1 Poetry Slam

Poetry Slam ou Slam é reconhecidamente uma manifestação carregada de oralidade, com temas geralmente polêmicos como política, preconceito, questões de gênero e assuntos que relatam o dia a dia nas periferias (VIANA, 2018). Além da característica citadas, Araújo (2018, p. 42) observa que o Slam é poesia:

[...] falada e performática, ou seja, declamações performáticas de poemas, em que há a mesma tríade entre artista, obra e público. O aspecto dramático é entoado pelo poeta, com gestos e expressões, pois além de ser julgada a poesia é julgado também o desempenho. Por isso a reação, sempre presente do público, é algo que se deseja incitar. Entretanto, se distanciar do aspecto teatral quando, enquanto regra internacional da competição, não se pode utilizar acompanhamento musical, figurinos e adereços.

Ele surgiu em Chicago na década de 1980, com o poeta Mark Kelly Smith em parceria com o grupo *Chicago Poetry Ensemble* que criaram o primeiro show *Uptown Poetry Slam*, e almejavam popularizar a poesia falada em “críticas aos círculos acadêmicos” (ARAÚJO, 2018; D’ALVA, 2011). Tamanho foi o sucesso do evento que, uma década depois, o Slam chegou a países como a Suécia, Inglaterra, Alemanha e Canadá.

É impossível falar do Slam no Brasil sem citar a atriz, diretora, MC, slammer Roberta Estrela D’alva, ela introduziu o poetry Slam no país e foi finalista da Copa do Mundo de Poetry Slam em 2011, em Paris (D’ALVA, 2014).

A popularização do Slam ocorreu em resposta à ideia do gênero elitista da poesia, restrita à academia ou que existiria apenas na manifestação escrita. “[...] a ideia do formato poetry Slam é a de democratizar o acesso à poesia, devolvendo-a novamente às pessoas, a partir de um jogo cênico no qual, como em todo jogo, a torcida, a emoção e o senso de participação façam parte do encontro.” (D’ALVA, 2011, p. 3).

Com base nesse senso de participação dito por D’alva, Meyran (2007, tradução nossa) complementa que “[...] o *slammer* discursa para o público como um pregador negro americano faria [...] ele acentua e repete certas palavras provocando respostas, comentários do público, que responde, assobia, comenta ou até pontua o final de uma estrofe.” Essa interação do *slammer* com o público é de tanta entrega que pode ser vista como um momento confessional, apresentando também como uma das características definidoras as performances o caráter político e de identidade do “eu do artista” (SOMERS-WILLETT, 2005, tradução nossa).

Com a ideia de democratização em mente, Rosa (2020) produziu o projeto “Batalha de poesia” em Maringá, que objetivava a formação de público jovem da cidade interessado em poesia. Este projeto contou com oficinas de poesia e encerrou-se na FLIM de 2018.

4 SLAM NA FESTA LITERÁRIA INTERNACIONAL DE MARINGÁ

A proponente Érica Alessandra Paiva Rosa com o Projeto “Batalha de Poesia”, foi contemplada com verba de Incentivo à Cultura por meio do Prêmio Aniceto Matti¹⁵. Alicerçado neste Projeto, foram apresentados os resultados das oficinas na 5ª edição da FLIM, em 2018, sendo o primeiro Slam da FLIM. Em um primeiro momento, o resultado não seria apresentado na FLIM, porém, como as datas eram próximas e

¹⁵ Lei Municipal 9160/2012.

o Projeto ligado diretamente aos objetivos da Festa, a proponente foi convidada pela comissão a apresentar os resultados dentro do evento (ROSA, 2020).

Rosa (2020) esclarece que se apresentaram 17 *slammers* e com duração de quase 3 horas, com um público de aproximadamente 400 pessoas, sendo estes, em parte, que paravam por algum tempo, assistiam algumas apresentações e depois voltavam a andar pela Festa, e outros, que acompanharam do início ao fim da batalha. Ao finalizar o evento, formou-se um “Coletivo Pé Vermelho”, e a partir disso primeiro Slam do interior do Paraná (ROSA, 2020).

Na edição da FLIM de 2019, em meio ao tema da Festa: Conexões, o Slam, contemplou Poesia falada e sinalizada, com a apresentação de Pedro Marques (ouvinte) e de Leo Castilho (surdo), juntamente com os intérpretes Francielle Lopes, Tielin Waldhelm e Bruno Lins, organizado pelo Coletivo Pé Vermelho e Cia. Forféu. De acordo, com e-mail enviado pela idealizadora do Projeto Rosa (2020), o convite foi realizado pela Cia. Forféu, que almejava incluir a comunidade surda como produtora de literatura.

Totalizando 32 apresentações, contudo, apenas 18 participaram do combate. Para a definição da ordem das apresentações na batalha, foram sorteadas entre os participantes surdos e ouvintes em cada rodada. Entre as rodadas, abriu-se espaço para os interessados exporem suas poesias, este espaço foi denominado “microfone ou corpo aberto”, uma vez que as poesias não necessariamente precisavam de interpretação, pois se tratava apenas de expressão corporal, sempre depois de um grito de guerra que

marcava o início da performance. O Slam vai além das batalhas com a finalidade da vitória, ele permite aos interessados apresentarem suas poesias, disponibilizando a eles, espaço para a experiência do palco, porém sem o julgamento. O espaço é aberto a qualquer pessoa presente, e geralmente sem inscrição prévia.

No quadro 1, é apresentado uma lista dos poetas, intérpretes das poesias, apenas da edição 2019, em virtude da peculiaridade da diversidade de slammers ouvintes e surdos. Para melhor visualização, incluiu-se nesse Quadro os títulos das poesias e os *links* das apresentações que foram gravadas e postadas no *Youtube*¹⁶.

Quadro 1: Competidores em Slam (2019)

SLAMMER	INTÉRPRETES	PERFORMANCE	TÍTULO	LINK
Bolinha Podre	Bruno Lins	falada	"Advertência"	Link
Bolinha Podre	Bruno Lins	falada	"Apenas mais um Zé"	Link
Bolinha Podre	Bruno Lins	falada	"Maria"	Link
Cláudio Mourão	Bruno Lins	sinalizada	Sem nome	Link
Cláudio Mourão	Tielin Waldhelm	sinalizada	Sem nome	Link
Cláudio Mourão	Bruno Lins	sinalizada	Sem nome	Link
Geovanna Calistro	Francielle Lopes	falada	Sem nome	Link

³ As filmagens foram gravadas e disponibilizadas no YouTube por Daniele Miki Fujikawa Bózoli.

Geovanna Calistro	Francielle Lopes	falada	Sem nome	Link
Geovanna Calistro	Francielle Lopes	falada	Sem nome	Link
Gustavo Gusmão	Bruno Lins	sinalizada	Sem nome	Link
Gustavo Gusmão	Bruno Lins	sinalizada	Sem nome	Link
Gustavo Gusmão	Bruno Lins	sinalizada	Sem nome	Link
Victoria Pedroni	Francielle Lopes	sinalizada	"Do fundo do ouvido nasce uma árvore"	Link
Victoria Pedroni	Francielle Lopes	sinalizada	Sem nome	Link
Victoria Pedroni	Francielle Lopes	sinalizada	Sem nome	Link
Vinícius Devequi	Tielin Waldhelm	falada	Sem nome	Link
Vinícius Devequi	Tielin Waldhelm	falada	Sem nome	Link
Vinícius Devequi	Tielin Waldhelm	falada	Sem nome	Link

Fonte: Resultado da pesquisa (2020).

Destaca-se que a dinâmica de cada rodada ocorre da seguinte forma: os participantes performavam (declamavam ou sinalizavam) suas poesias e recebiam notas dos jurados presentes selecionados que apresentam suas notas em folhas de papel que são expostas publicamente. Essas notas são somadas a cada rodada, ao término de todas as apresentações são apresentação as notas finais e a partir delas, é que se premiaram os três primeiros lugares: Victoria Pedroni em primeiro, Gustavo Gusmão em segundo e Bolinha Podreem terceiro.

Nestes dois anos, o Slam, teve uma boa aceitação na FLIM. É notável o crescente número de visitas para prestigiar as performances, ainda que não possamos comprovar com a estatística fornecida pela Comissão Organizadora da FLIM.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Slam tem sido utilizado como ferramenta para reunir as comunidades e criar oportunidades, visando à formação, à educação, o entretenimento e a expressão intelectual e a artística. Atrai com suas performances de crianças a adultos, porém em maior número estão os jovens, de diferentes classes sociais, diferenças que notamos em suas próprias poesias. Neste contexto, espera-se contribuir com a divulgação do Slam bem como com a memória para futuras gerações que o utilizarem.

Com base no referencial teórico, nota-se que a maior contribuição no Brasil é de Roberta Estrela D'alva, porém são voltados em sua maioria para a classe artística. No entanto, na literatura científica não localizamos material que explore o caráter lúdico e educativo que o Slam possa proporcionar. Evidencia-se que, em buscas a respeito de informações da FLIM em sites governamentais da Prefeitura e da Festa são insuficientes, bem como as informações relacionadas ao Slam. Desta forma, conclui-se que o Slam requer mais estudos relacionados ao tema, uma vez que se mostrou escasso em quantidade e formas de abordagens.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. F. M. **Juventude e produção literária**: um estudo sobre poesia falada nas periferias paulistanas. 2018. 107f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-20022019-130313/pt-br.php>. Acesso em: 22 ago. 2020.

D’ALVA, R. E. **Teatro hip-hop**: a performance poética do ator-MC. São Paulo: Perspectiva, 2014.

D’ALVA, R. E. Um microfone na mão e uma ideia na cabeça: o poetry slam entra em cena. **Synergies Brésil**, França, n. 9. p. 119-126, 2011. Disponível em:

<https://gerflint.fr/Base/Bresil9/estrela.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.

Revista de administração de empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

MARCONI, A. M. D.; LAKATOS, M. E. **Técnicas de Pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013535/>. Acesso em: 22 mar. 2020.

MARINGÁ. Secretaria de Comunicação. 1ª Festa Literária de Maringá vai incentivar a leitura da população. Maringá, 02 maio 2014. Cultura. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=e79041115c55e7&id=22619>. Acesso em: 22 jan. 2020.

MEYRAN, R. Slam. EspacesTemps.net. jun. 2007. Disponível em: <https://www.espacestemp.net/articles/slam/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9-29.

ROSA, É. A. P. **SLAM na FLIM** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: carol.2905.paola@gmail.com em: 23 jan. 2020.

VIANA, L. **Poetry slam na escola: embate de vozes entre tradição e resistência**. 2018. 165 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/153407/viana_l_me_assis.pdf?sequence=3. Acesso em: 27 ago. 2020.

SOMERS-WILLET, S. B. A. Slam Poetry and the cultural politics of performing identify. **O Journal of the Midwest Modern Language Association**, Ames, Iowa, v. 38, n. 1, edição esp., p. 51-73, dez./fev. 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30039299>. Acesso em: 20 mar. 2020.

AVALIADORES AD HOC

Adriana Rosecler Alcará (UEL)
Amanda Leal de Oliveira (USP)
Camila Araújo dos Santos (UNESP)
Carlos Alberto Ávila Araújo (UFMG)
Carlos F. Bitencourt Jorge (UNIMAR)
Ciro A. Barros Monteiro (UNESP)
Cláudio M. Castro Filho (USP/UNESP)
Diana Vilas Boas Souto Aleixo (UEL)
Edberto Ferneda (UNESP)
Ellen Valotta Elias Borges (UNESP)
Fábio Mosso Moreira (UNESP)
Felícia de Oliveira Fleck (UFSC)
Fernando de Assis Rodrigues (UFPA)
Fernando Luiz Vechiato (UFRN)
Gabriela Belmont de Farias (UFC)
Gabrielle F. de S. C. Tanus (UFRN)
Giulia Crippa (Università di Bologna)
Henriette Ferreira Gomes (UFBA)
Ieda P. Martins Damian (USP/UNESP)
Ivete Pieruccini (USP)
Jefferson Veras Nunes (UFC)
João Arlindo dos Santos Neto (UEL)
Jonathas Luiz Carvalho Silva (UFCA)

Juliana Cardoso dos Santos (UEL)
Leonardo Castro Botega (UNESP)
Lídia Eugênia Cavalcante (UFC)
Luciane F. Beckman Cavalcante (UEL)
Marcia C. C. Pazin Vitoriano (UNESP)
Marco Antônio de Almeida (USP)
Maria de Fátima Oliveira Costa (UFC)
Maria Giovanna Guedes Farias (UFC)
Mariana Cantisani Pádua (UNESP)
Martha Suzana Cabral Nunes (UFS)
Natália M. do Nascimento (UEL)
Oswaldo F. de Almeida Júnior (UEL/UNESP)
Raquel do Rosário Santos (UFBA)
Regina C. Baptista Belluzzo (UNESP)
Renata G. Curty (University of California)
Rosane S. Alvares Lunardelli (UEL)
Rosângela F. Caldas (UNESP)
Rovilson José da Silva (UEL)
Sueli Bortolin (UEL)

O livro contém textos que abordam aspectos da mediação, resultantes de projetos e pesquisas realizadas no Brasil por profissionais da informação em diferentes espaços físicos e digitais.

Seus capítulos abarcam mediações - explícitas e implícitas. Entre as explícitas estão a mediação da informação, mediação da leitura, mediação da literatura, mediação da cultura, mediação da informação musical, mediação da memória e a mediação transmidiática.

Dentre as mediações implícitas discutidas nos capítulos estão a organização e representação da informação.